

Organizador
Jader Luís da Silveira

DEMANDAS E DESAFIOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS

Volume **5**
2022



Editora
MultiAtual

Organizador
Jader Luís da Silveira

DEMANDAS E DESAFIOS NAS POLITICAS PUBLICAS E SOCIAIS

Volume **5**
2022

© 2022 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/MultiAtual

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícalei Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587d Silveira, Jader Luís da
Demandas e Desafios nas Políticas Públicas e Sociais - Volume 5 /
Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora
MultiAtual, 2022. 305 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-89976-52-3
DOI: 10.5281/zenodo.6549549

1. Demandas. 2. Desafios. 3. Políticas Públicas. 4. Políticas Sociais.
I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 362
CDU: 36

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

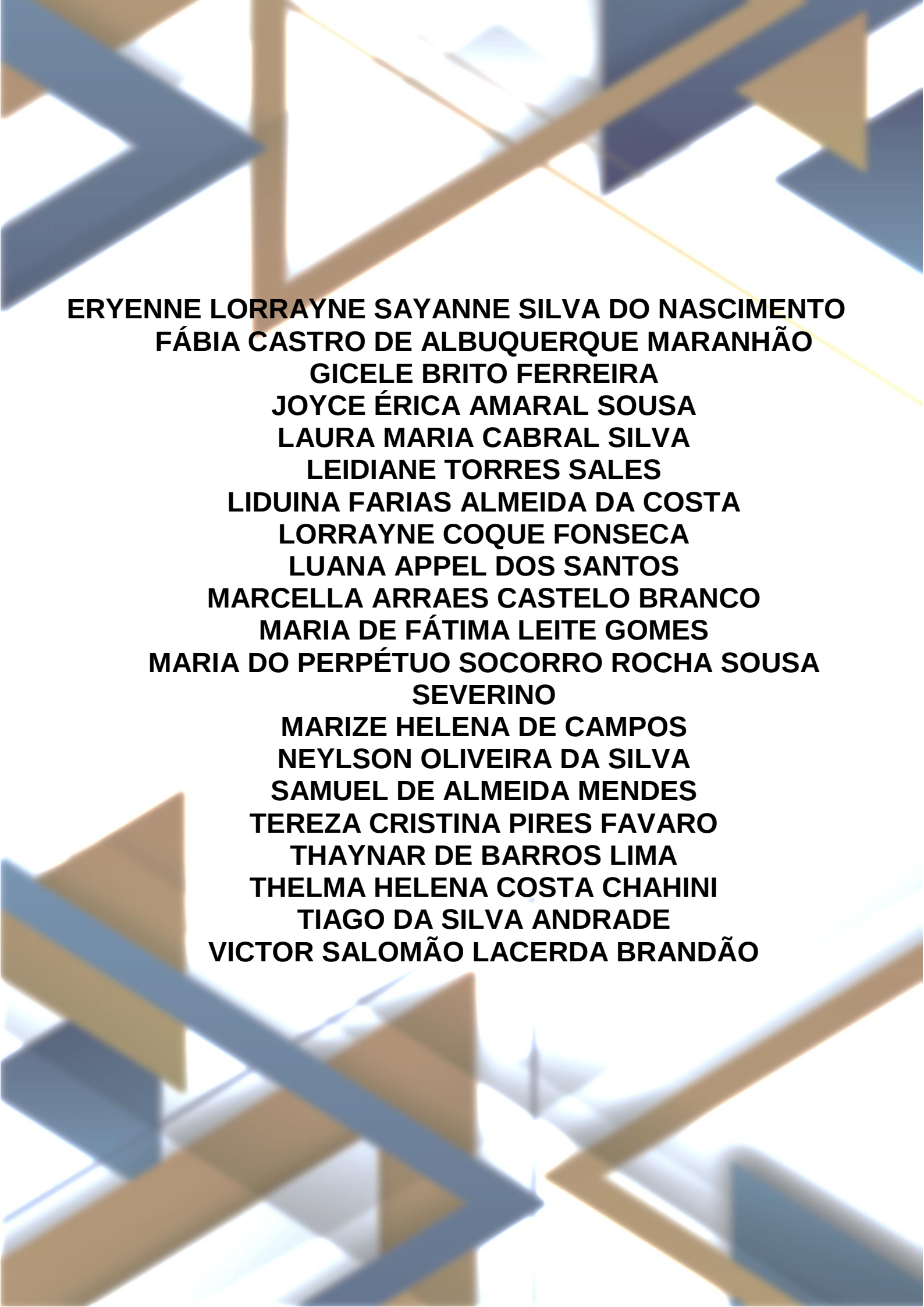
Editora MultiAtual
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoramultiatual.com.br/2022/05/demandas-e-desafios-nas-politicas.html>



AUTORES

**ADELAINE DA SILVA SANTOS DE JESUS
ADRIANA DE OLIVEIRA SANTOS
ALCIDES FERNANDO GUSSI
ALDA VENUSIA ALVES DE OLIVEIRA
ALESSANDRA RIBEIRO DE SOUZA
AMANDA DE OLIVEIRA LISBOA
ANCELMA DA PENHA BERNARDOS
ANDRESSA CRISTINA DE SOUZA NUNES
ANGELA ELIZABETH FERREIRA DE ASSIS
ANIELY SILVA BRILHANTE
AURORA AMÉLIA BRITO DE MIRANDA
BÁRBARA DOMINGUES NUNES
CELYANE SOUZA DOS SANTOS
CÉSAR ALBENES DE MENDONÇA CRUZ
DALINE MARIA DE SOUZA
DIJANE DA SILVA SANTOS
EDMILSON RODRIGUES
EDNÉIA ALVES DE OLIVEIRA**



ERYENNE LORRAYNE SAYANNE SILVA DO NASCIMENTO
FÁBIA CASTRO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
GICELE BRITO FERREIRA
JOYCE ÉRICA AMARAL SOUSA
LAURA MARIA CABRAL SILVA
LEIDIANE TORRES SALES
LIDUINA FARIAS ALMEIDA DA COSTA
LORRAYNE COQUE FONSECA
LUANA APPEL DOS SANTOS
MARCELLA ARRAES CASTELO BRANCO
MARIA DE FÁTIMA LEITE GOMES
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO ROCHA SOUSA
SEVERINO
MARIZE HELENA DE CAMPOS
NEYLSON OLIVEIRA DA SILVA
SAMUEL DE ALMEIDA MENDES
TEREZA CRISTINA PIRES FAVARO
THAYNAR DE BARROS LIMA
THELMA HELENA COSTA CHAHINI
TIAGO DA SILVA ANDRADE
VICTOR SALOMÃO LACERDA BRANDÃO

APRESENTAÇÃO

As políticas são denominadas “públicas” porque devem atingir o público. O governo tem a responsabilidade de garantir que essas políticas beneficiem efetivamente todas as camadas da população. Elas são consequências de demandas apresentadas pela sociedade, nas mais diversas áreas. Sendo assim, podemos afirmar que políticas públicas é “o Estado em ação”, ou seja, é quando o Estado implanta projetos de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade.

As demandas sociais tornam-se cada vez maiores em função da desresponsabilização do Estado, por omissão de serviços essenciais, o que gera uma tensão social latente. O quinto volume da obra “Demandas e Desafios nas Políticas Públicas e Sociais” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este quinto e-book conta com trabalhos científicos da área de Políticas Públicas e Sociais, aliados às temáticas das práticas ligadas a a inovação e aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA FAIXA 1: UMA AVALIAÇÃO DO PONTO DE VISTA DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL VILLAGE DA PRATA EM NATAL/RN <i>Daline Maria de Souza; Thaynar de Barros Lima</i>	10
Capítulo 2 UMA RAINHA AFRICANA ATRAVÉS DO ATLÂNTICO SUL: RESISTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E IDENTIDADE NO MARANHÃO POR MEIO DE “NÃ AGOTIMÉ” <i>Andressa Cristina de Souza Nunes; Marize Helena de Campos</i>	26
Capítulo 3 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA LIBRAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR <i>Neylson Oliveira da Silva; Thelma Helena Costa Chahini</i>	40
Capítulo 4 O BANCO MUNDIAL E A OFENSIVA CONTRA O TRABALHO NO SETOR PÚBLICO <i>Alessandra Ribeiro de Souza</i>	55
Capítulo 5 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO IFCE JUNTO AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM/CE <i>Aniely Silva Brilhante; Alcides Fernando Gussi</i>	76
Capítulo 6 O ESTADO NEOLIBERAL E AS IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GOLPE DE 2016 <i>Alda Venusia Alves de Oliveira; Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento; Celyane Souza dos Santos; Maria de Fátima Leite Gomes</i>	94
Capítulo 7 O SERVIÇO SOCIAL E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ <i>Samuel de Almeida Mendes; Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino</i>	109
Capítulo 8 PANDEMIA DA COVID-19 E A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO <i>Marcella Arraes Castelo Branco; Thelma Helena Costa Chahini</i>	124
Capítulo 9 AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS, A POLÍTICA SOCIAL E O CONSERVACIONISMO <i>Gicele Brito Ferreira</i>	141

Capítulo 10 (RE)CONFIGURAÇÕES DOS MECANISMOS BRASILEIROS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA MEMÓRIA COLETIVA DE MULHERES IDOSAS <i>Angela Elizabeth Ferreira de Assis; Liduina Farias Almeida da Costa</i>	158
Capítulo 11 TERRITÓRIOS VIVOS: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BAIXO PARNAÍBA/MA <i>Aurora Amélia Brito de Miranda; Amanda de Oliveira Lisboa; Joyce Érica Amaral Sousa; Luana Appel dos Santos</i>	172
Capítulo 12 JUDICIALIZAÇÃO DA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO <i>Ancelma da Penha Bernardos; César Albenes de Mendonça Cruz; Lorryne Coque Fonseca</i>	188
Capítulo 13 A CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: IMPASSES E TENSÕES À FORMAÇÃO PROFISSIONAL <i>Leidiane Torres Sales; Fábria Castro de Albuquerque Maranhão</i>	204
Capítulo 14 RACISMO E MICROPOLÍTICA: UM DIÁLOGO COM A QUESTÃO SOCIAL E A DIVERSIDADE HUMANA <i>Adriana de Oliveira Santos; Dijane da Silva Santos</i>	219
Capítulo 15 RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL, FORMAÇÃO PARA O SUS E SERVIÇO SOCIAL: SENTIDO, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES <i>Adelaine da Silva Santos de Jesus; Tereza Cristina Pires Favaro</i>	234
Capítulo 16 UMA ANÁLISE DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE A PARTIR DA APROPRIAÇÃO DE MARX <i>Ednéia Alves de Oliveira; Victor Salomão Lacerda Brandão; Laura Maria Cabral Silva</i>	249
Capítulo 17 CONCEBER E ESCREVER: POESIA UTERINA DE RESISTÊNCIA AFRICANA DE EXPRESSÃO PORTUGUESA <i>Edmilson Rodrigues</i>	264
Capítulo 18 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PANDEMIA: DESAFIOS EM TEMPOS PANDÊMICOS <i>Bárbara Domingues Nunes; Tiago da Silva Andrade</i>	284
CURRÍCULOS DOS AUTORES	297

Capítulo 1

**A PERCEPÇÃO DOS
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA FAIXA
1: UMA AVALIAÇÃO DO PONTO DE
VISTA DOS MORADORES DO
CONJUNTO HABITACIONAL
VILLAGE DA PRATA EM NATAL/RN**

Daline Maria de Souza

Thaynar de Barros Lima

A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA FAIXA 1: UMA AVALIAÇÃO DO PONTO DE VISTA DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL VILLAGE DA PRATA EM NATAL/RN

Daline Maria de Souza

Assistente Social. Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; E-mail: dalinesouza@gmail.com

Thaynar de Barros Lima

Assistente Social. Graduada em Serviço Social e Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; E-mail: thaynar_lima@hotmail.com

Resumo: O processo de industrialização e urbanização na sociedade capitalista impactou a qualidade de vida da população de baixa renda, a qual vive segregada espacialmente dos serviços urbanos e sociais que compõem o direito à cidade. Diante disso, o poder público tenta responder essas problemáticas urbanas com políticas públicas. Desse modo, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Faixa 1 é uma política pública que viabiliza moradia para essa população visando minimizar o déficit habitacional. Esse trabalho objetivou refletir sobre a percepção dos beneficiários desse programa em relação à expansão de sua cidadania. Assim, a metodologia adotada consistiu em: revisão bibliográfica sobre questão urbana, política urbana e programas habitacionais; pesquisa documental nos arquivos da prefeitura municipal; e aplicação de questionários com moradores do Complexo Habitacional Village da Prata. Constatou-se que a população atendida permanece inserida num quadro de exclusão social e negação do direito à cidade, cuja percepção é de vivência de um exílio dentro da cidade, os quais se sentem esquecidos e abandonados pelo poder público na localidade onde são ofertadas as unidades habitacionais. Nesse quadro, a medida que o poder público garante o direito à moradia pela oferta da casa própria, nega o direito à cidadania, uma vez que tais moradias ofertadas são construídas em lugares distantes dos serviços públicos e sociais.

Palavras-chave: Direito à cidade. Política de habitação social. Programa Minha Casa, Minha Vida.

Abstract: The process of industrialization and urbanization in capitalist society has impacted the quality of life of the low-income population, which lives spatially segregated from urban and social services that make up the right to the city. In view of this, the government is trying to respond to these urban problems with public policies.

Thus, the My Home My Life Program (PMCMV) - Band 1 is a public policy that provides housing for this population in order to minimize the housing deficit. This work aimed to reflect on the perception of the beneficiaries of this program in relation to the expansion of their citizenship. Thus, the methodology adopted consisted of: a bibliographic review on the urban issue, urban policy and housing programs; documentary research in the City Hall archives; and the application of questionnaires with residents of the Village da Prata Housing Complex. It was observed that the population assisted by the project remains inserted in a scenario of social exclusion and denial of the right to the city, whose perception is that they live in an exile within the city, feeling forgotten and abandoned by the government in the location where the housing units are offered. In this context, as the government guarantees the right to housing by offering their own homes, it denies the right to citizenship, since these homes are built in places far from public and social services.

Keywords: Right to the city. Social housing policy. Minha Casa, Minha Vida program.

INTRODUÇÃO

As expansões da urbanização são resultantes do efeito da industrialização, a qual é o “motor das transformações das sociedades, cujo tecido urbano se transforma na medida em que as relações sociais e os detentores dos modos de produção vão se reinventando e ocupando seu espaço (LEFEBVRE, 2001, p. 11). Nessa perspectiva, a predominância dessa hegemonia do capital no espaço urbano é bastante presente nos dias atuais, a exemplo dos moldes arquitetônicos cada vez mais sofisticados e os caminhos de mobilidade urbana mais acessíveis, entretanto, quando somente uma minoria da população usufrui desses ambientes “agradáveis”, há um processo de segregação socioespacial.

Considerando a trajetória da política habitacional no contexto econômico, político e social brasileiro, discutida no decorrer deste estudo, questiona-se sobre a efetividade do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no sentido de proporcionar o pleno exercício da cidadania por meio do acesso à moradia enquanto direito social.

A partir das experiências vivenciadas no cotidiano do estágio, especialmente após as observações feitas no setor DASPE e as idas a campo no Conjunto Habitacional Village da Prata, acompanhando o trabalho social realizado com as famílias beneficiárias, surgiu o interesse em saber mais sobre essa política pública de habitação. Foi possível perceber, ainda, as problemáticas envolvendo os atores sociais: os moradores de um empreendimento voltado à moradia popular e o Estado.

Outrossim, busca-se compreender os efeitos da construção desse conjunto habitacional ocorrer em um local sem estrutura adequada, com a ausência de equipamentos urbanos e serviços sociais.

Baseando-se na formação do pensamento crítico, conforme explicita a autora Ermínia Maricato (2014), a garantia do direito à moradia não é somente viabilizar uma edificação material em um determinado solo, mas, sim, oferecer o direito à cidade. O acesso à cidade inclui lazer, saúde, mobilidade urbana, educação socioambiental, meios de sobrevivência, iluminação, segurança, saneamento básico. Essas premissas induzem a pensar no porquê de essas habitações estarem “isoladas” do “mundo”, em uma localidade totalmente desprovida de infraestrutura adequada.

O objetivo desta produção teórica é refletir de forma crítica sobre o direito à cidade por meio da política pública de habitação popular instituída pelo poder público, na visão dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Faixa 1. Como objetivos específicos, destacam-se: a) descrever a forma de produção dos programas anteriores e o atual modelo do PMCMV; b) caracterizar o perfil dos beneficiários do PMCMV – Faixa 1 que já adquiriram a sua unidade habitacional; c) avaliar a percepção dos moradores do Conjunto Habitacional Village da Prata em relação ao programa.

O trabalho consiste em uma pesquisa exploratória realizada no Conjunto Habitacional Village da Prata, localizado na Rua Thiago Queiroz, Guarapes, Natal/RN, composto por 8 residenciais, quais sejam: Humberto Nesi, Elini Julião, José Prudêncio Marinho, Mestre Lucarino, João Bastos Santana, Júlio Lira da Silva, Professora Noilde Ramalho e Severino de Souza Marinho. Sob esse viés, para a abordagem da realidade, é necessário incluir um conjunto de técnicas e instrumentais, além do processo investigativo (MINAYO *et al.*, 1994). Nesse intuito, foram atribuídos os seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica sobre os temas da questão urbana, da política urbana e dos programas habitacionais, em especial o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); b) pesquisa documental nos arquivos da Prefeitura Municipal de Natal; e c) aplicação de questionários com moradores do Conjunto Habitacional Village da Prata.

Portanto, este estudo acadêmico propõe algumas reflexões acerca do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Faixa 1, apreendendo a sua forma de produção de habitações para os usuários. Estes correspondem à população em geral, em especial às famílias que estão em situação de vulnerabilidade social, oriundas de

áreas de risco, assentamentos e ocupações irregulares, abarcando a complexidade de garantir o direito à cidade para esse segmento populacional.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO URBANA

As metamorfoses ocorridas nos centros urbanos das cidades modernas resultaram em novos padrões de organização, moldando seu tecido por meio de uma infraestrutura moderna. Essas mudanças são atribuídas à construção de novas centralidades no cenário da cidade, que impulsionam e são impulsionadas pela ampliação dos circuitos possíveis por meio de diversos meios de transportes, a consolidação da verticalização das moradias, a localização de parques industriais, *shopping centers*, dentre outras expressões de um planejamento urbano capitalista de produção na ocupação e na apropriação do espaço.

Essa nova organização do espaço adveio dos interesses das interações sociais contidas nele, resultando em mudanças no padrão de segregação social e espacial. Quem rege a mudança no espaço é a classe dominante. Sendo assim, os tipos de segregações na forma urbana eram: 1) até os anos 1940, os “diferentes grupos sociais” viviam separados pelos tipos de moradia em “áreas pequenas”; 2) até os anos 1980, os diferentes grupos sociais eram separados pelas grandes distâncias, o chamado padrão “centro-periferia”, em que os ricos moravam em área central e se distanciavam da classe trabalhadora, que morava em lugares precários; 3) continua o padrão “centro-periferia” na contemporaneidade, mas esses diferentes grupos sociais se tornaram separados por “enclaves fortificados”, os famosos conjuntos de “apê”, fechados e privados (muitos com imensos clubes), com a diferença de que eles estão lado a lado das periferias e favelas (CALDEIRA, 2000).

Esses “enclaves fortificados” são o novo padrão de segregação, pois fragmentam o espaço urbano na junção do “projeto arquitetônico modernista” desses condomínios fechados, atribuídos somente à elite. Eles possuem características modernas e sofisticadas, com tecnologias de segurança privada avançadas, dentro de muros e cercas como estratégia de proteção ao “crime” e de distanciamento das pessoas que não fazem parte “desse meio” (CALDEIRA, 2000).

Nesse quadro, esse padrão de urbanização é caracterizado como excludente, de modo que quem não possui poder aquisitivo para usufruir os serviços básicos e

sociais desse espaço “moderno” é excluído. Dado esse contexto, o déficit habitacional é uma das expressões da questão social em relação ao difícil acesso à moradia pela população de baixa renda, que, por consequência desse novo padrão de organização no espaço, precisou de uma urgente intervenção do poder público nessa problemática urbana.

TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL

Bonduki (1998) menciona que as modalidades de moradia anteriores aos anos 1930, destinadas às classes sociais, média e baixa, eram de locações produzidas pela iniciativa privada, pois não existia um “sistema de financiamento da casa própria”, de modo que a qualidade e o tamanho da casa variavam de acordo com a renda. Ainda conforme o autor, nesse período, a intervenção do Estado em relação à grande demanda por moradia somente se deu devido às habitações populares da classe trabalhadora, que eram precárias, estarem à mercê das fortes epidemias daquela época que traziam risco à saúde coletiva, o que preocupava a classe média em contraí-las¹.

A primeira protoforma de política social de habitação como resposta do Estado frente às demandas por moradia foi promovida pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, com a finalidade de financiar a construção de “140 mil moradias” destinadas a alugueis, durante os anos de 1937 a 1964. Mesmo assim, não foi capaz de responder às demandas por moradia. Em 1946, criou-se a Fundação Casa Popular², financiando apenas “16.964 moradias” no seu período de existência (MARICATO, 2004, p. 36).

Na década de 1950, com o paradigma da industrialização, vivenciou-se um processo de desenvolvimento nas cidades, em busca pelo progresso econômico. Este

¹ Cabe ressaltar, que a precariedade dessas habitações populares correspondia totalmente às condições de vida degradantes em que a classe trabalhadora vivia, já que construía suas próprias moradias com o recurso que tinha. Os sujeitos compravam um pedaço de terreno, levantavam sua habitação e iam melhorando, ampliando conforme as suas condições ao longo do tempo. Sendo assim, correspondiam a moradias geralmente construídas em lugares onde os serviços básicos adequados eram quase inexistentes (CALDEIRA, 2000).

² “O objetivo era intervir no problema habitacional, com oposições fortíssimas de vários segmentos, tanto aliados quanto críticos ao governo. Destaca-se que foram criados outros órgãos municipais e estaduais no interior do país, tendo atribuições na área da assistência social, para responder ao problema da carência e precarização de moradias” (CFESS/CRESS, 2016, p. 22).

processo de desenvolvimento, instituído no século XIX, de matriz tradicional, tem como principais pilares a industrialização e o uso incessante de tecnologia como modelo de mudança social, logo, sinônimo do próprio desenvolvimento, o qual ancora a concepção tradicional de desenvolvimento moldou o espaço e a sociedade urbano-industrial. Com efeito, as consequências dessa “modernização” resultaram nos processos de exclusão dos migrantes e imigrantes, espalhados em áreas periféricas, sem “água, esgoto, transporte, emprego, escola e hospitais”, em condições de vida degradantes (MARICATO, 2014, p. 183).

Em 1964, instaurou-se no Brasil uma ditadura, a partir da qual a FCP foi extinta, surgindo o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) como forma de financiamento de unidades habitacionais, com recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), tendo como gestor o Banco Nacional de Habitação (BNH) (MARICATO, 2004). Conforme a autora, essas propostas para a habitação durante o regime autoritário tinham caráter extremamente centralizador no aparato institucional tecnocrático, com a finalidade de intervir tecnicamente por meio de produções habitacionais melhores para as classes com maior poder aquisitivo, desconsiderando as necessidades da população de baixa renda (MARICATO, 2014).

Segundo Santos (1999, p. 17), “o SFH apresentou desempenho bastante significativo ao longo do regime militar, quando financiou algo em torno de 400 mil unidades habitacionais anuais no seu período de auge entre 1976 e 1982”. O SFH teve grande importância no sentido de financiamentos de habitações, mas favoreceu somente um segmento social, pois, de acordo com o autor:

[...] somente 33,5% das unidades habitacionais financiadas pelo SFH ao longo da existência do BNH foram destinadas à habitação de interesse social e, dado que o valor médio dos financiamentos de interesse social é inferior ao valor médio dos financiamentos para as classes de renda mais elevada [...] (SANTOS, 1999, p. 17).

Uma das características marcantes na gestão do regime militar foi a crise do modelo de política habitacional baseado no SFH, com a extinção do BNH em 1986, deixando uma dívida enorme para o Tesouro Nacional e dando lugar à Caixa Econômica Federal (CEF), que passou a assumir as atribuições de administrar o FGTS. O regime autoritário estagnou diversas intervenções estatais no cunho das áreas sociais. As reivindicações dos movimentos sociais visavam um novo padrão para a política habitacional no Brasil que compreendesse a complexidade situada no

contexto urbano do agravamento da segregação socioespacial, cuja principal consequência correspondeu à proliferação das favelas e de ocupações irregulares. Com base nisso, Ribeiro (2003) cita que, nos anos 1980, surgiu a proposta de reforma urbana, abarcando a moradia e as condições de infraestrutura adequada:

[...] Elaborado a partir de um amplo espectro de forças, articuladas em torno de um corpo de intelectuais reformistas, o projeto de reforma urbana fundou-se no diagnóstico dos problemas urbanos como resultado da relação de força estabelecida na cidade brasileira em torno da apropriação privada dos benefícios em termos das rendas geradas pela intervenção pública (RIBEIRO, 2003, p. 13).

A Constituição federal (1988) foi um grande marco na universalização dos direitos sociais, prevista no Capítulo II, em seu Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1988). Tais direitos são garantidos por lei, sendo um ponto de partida para o ordenamento das políticas públicas de modo mais amplo. Os anos de 1990 são marcados pelo contexto das expansões das políticas neoliberais, o qual houve incapacidade solucionar as questões do problema habitacional no alcance de ações efetivas, em razão da falta de articulação nacional em prol do acesso aos recursos necessários para sua realização. À vista disso, conforme o conjunto CFESS-CRESS (2016):

A atuação governamental nos programas urbanos para a população de baixa renda sofreu interferências diversas, seja nos critérios clientelistas ou de favorecimento de alianças, como no Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), lançado em 1990, seja na restrição dos gastos (sob prescrição do Fundo Monetário Internacional-FMI) para a produção de moradias, como nos programas Habitar e Morar Município, em 1994, em tempos de Plano Real e governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (PAZ; TABOADA, 2010 *apud* CFESS/CRESS, 2016, p. 27).

No início dos anos 2000, é instituído o Estatuto da Cidade (Lei de n. 10257/01), com o intuito de regulamentar os artigos 182 e 183 sobre a política urbana, assegurada pela Constituição como um direito social: “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (BRASIL, 2001, artigo 2º). Dessa forma, essa lei propõe os instrumentais de planejamento urbano e do desenvolvimento das cidades, o controle do uso do solo de forma correta e a regularização dos imóveis dos núcleos urbanos

informais, bem como visa urbanizar as áreas ocupadas pela população de baixa renda, por meio da oferta de equipamentos públicos e sociais (BRASIL, 2001).

O governo Lula (2003 - 2010) trouxe significativos avanços no campo das políticas públicas, retomando as funções do Estado no atendimento à população de baixa renda com o surgimento do Ministério das Cidades (Lei n. 10.683/03). A esse respeito, Maricato (2007, p. 64) sintetiza:

A proposta do Ministério das Cidades ocupou um vazio institucional que retirava o governo federal da discussão sobre a política urbana e o destino das cidades.. [...] havia a ausência de marcos institucionais ou regulatórios claros para as políticas setoriais urbanas [...]. O Ministério das Cidades teve sua estrutura baseada nos três principais problemas sociais que afetam as populações urbanas e que estão relacionados ao território: a moradia, o saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem e coleta e destinação de resíduos sólidos) e as questões do transporte da população urbana - mobilidade e trânsito.

Em 2005, emergiram o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), por meio da Lei n 11.124/05, que viabilizava políticas, programas e subsídios de inclusão social pela moradia digna para a população de baixa renda, envolvendo todas as esferas de governo (BRASIL, 2005; 2014). Em 2007, é lançado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com a finalidade de retomada de investimentos e execuções de projetos de infraestrutura social nas áreas urbanas para o crescimento acelerado e sustentável do país. Além disso, em 2009, é criado o Programa Minha Casa Minha Vida, “com um amplo leque de estratégias para aumentar o acesso das famílias de baixa renda à casa própria”, que também “visava à geração de emprego e renda, através do investimento no setor da construção civil” (SNH/MCIDADES, 2014, p. 19), sendo uma iniciativa do governo federal.

O PMCMV é regulamentado pela Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009, gerido pelos principais agentes: Ministério das Cidades, governos locais (estadual/municipal), Caixa Econômica Federal (CEF), construtoras da iniciativa privada e beneficiários do programa (NASCIMENTO *et al.*, 2015). É dividido em quatro faixas de renda³ para a aquisição da casa própria, com distinções entre as suas faixas. Conforme afirma Maricato (2014), a proposta do Minha Casa Minha Vida, especificamente o Faixa 1, teve impacto negativo nas cidades e, sobretudo, na vida

³ Faixa 1: Famílias com renda de até R\$ 1.800,00; Faixa 1,5: Famílias com renda de até R\$ 2.600,00; Faixa 2: Famílias com renda de até R\$ 4.000,00; Faixa 3: Famílias com renda de até R\$ 9.000,00 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2016).

dos atendidos pelo programa, em virtude da má localização desses conjuntos habitacionais, completamente afastados dos centros urbanizados e do acesso aos equipamentos sociais. Dado esse contexto, pode se constituir como uma espécie de outra cidade, caracterizada como “ilegal, informal e invisível” (MARICATO, 2014, p. 179), sendo maquiada pela cidade “moderna”, encobrendo a precariedade das habitações populares. Outro ponto negativo que a autora menciona refere-se ao aumento do preço da terra e dos imóveis, visto que não se segue uma orientação pública, e sim uma lógica do mercado imobiliário, atendendo aos interesses privatistas, que buscam o lucro por meio das produções do espaço.

O PERFIL DOS MORADORES DO VILLAGE DA PRATA

O conjunto habitacional Village da Prata localiza-se no bairro Guarapes, da região administrativa oeste do município de Natal, e foi ofertado pelo PMCMV – Faixa 1. É composto pelos seguintes residenciais: Severino de Souza Marinho, Profa. Noilde Ramalho, Humberto Nesi, João Bastos Santana, Mestre Lucarino, José Prudêncio Sobrinho, Elino Julião e Júlio Lira da Silva. Cada residencial é formado por 14 blocos de 16 apartamentos, correspondendo a um total de 224 unidades habitacionais por residencial e contemplando ao todo 1.792 unidades (NATAL, 2014).

Para a destinação das unidades habitacionais, é realizado o processo de cadastramento (on-line ou presencial) no setor Departamento de Ação Social e Projetos Especiais (DASPE) da Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE), responsável pela mediação com o público-alvo do Faixa 1. Há, então, um sorteio, que é realizado pela CEF, com base nos critérios de seleção estabelecidos pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CONHABINS), o qual deliberou para o Village da Prata que 50% das vagas fossem destinadas para demanda aberta (sorteio) e os outros 50% para demanda fechada cuja população é proveniente de assentamentos precários.

O perfil selecionado para a presente caracterização dos moradores do Village da Prata foi coletado por meio do banco de dados do PMCMV, no setor DASPE, correspondendo a informações dos empreendimentos João Bastos e Júlio Lira, o que representa uma amostra com relação ao universo dos oito residenciais, compondo cada um 224 unidades, totalizando 448. Com base nessa amostra, em relação ao

sexo do responsável familiar, cerca de 89% são mulheres, as quais atuam como protagonistas dos seus lares, o que corresponde a um percentual bastante alto de famílias monoparentais, enquanto apenas 11% são do sexo masculino. No tocante ao estado civil desses titulares, a maioria situa-se na condição de solteiro(a), compondo 74%, enquanto 14% são casados, somando 6% os(as) titulares divorciados(as) e viúvos(as). A respeito das idades, as faixas entre 18 e 24, 25 e 29 e 40 e 44 anos representam uma taxa alta de 77%, e somente 6% de titulares têm idade superior a 60 anos.

Quanto à composição familiar, verificou-se que 86% são compostas por uma a quatro pessoas no mesmo núcleo familiar, enquanto 14% são compostas por cinco ou mais pessoas na família. Em relação à idade de filhos, estima-se que 40% das famílias tem 1, 2 ou 3 filhos na idade entre 0 e 6 anos. Por outro lado, as famílias que possuem filhos com a faixa etária de 7 a 18 anos representam 54%.

No que se refere à renda familiar, 61% estão entre R\$ 0,00 e R\$ 800,00 reais, um percentual bastante preocupante; 34% variam entre R\$ 800,00 e R\$ 1.200,00, possuindo apenas 5% que correspondem à renda máxima do programa, de até R\$ 1.800. Quanto à ocupação e/ou trabalho, cerca de 35% estão exercendo a função “do lar” e trabalho informal, enquanto 24% estão na condição de autônomo, sem registro; em contrapartida, 22% são empregados com registro/sem registro e aposentados/pensionistas com renda; e 19% não trabalham ou estão desempregados.

O percentual de condição de moradia anterior dos moradores do Village da Prata é de 23% alugada, com 32% cedida/empresta e coabitada, havendo 45% definida como “outros”, o que, de acordo com o censo 2010 do IBGE, representa os chamados aglomerados subnormais, “*assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros*” (IBGE, 2011), ou seja, moradias construídas em lugares inadequados e precários.

A PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE O CONJUNTO HABITACIONAL VILLAGE DA PRATA

O direito à cidade se configura não somente como acesso à cidade, mas também “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas,

aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno inteiro desses momentos e locais etc.” (LEFEBVRE, 2001, p. 139).

Com relação à satisfação com o apartamento advindo do MCMV, verificou-se o percentual de 43% entre regular e ruim, em que um(a) morador(a) complementou a resposta de maneira espontânea relatando que “o apartamento possui tamanho inadequado, mal dividido e possui algumas rachaduras no interior”. Em contrapartida, 48% consideraram bom. Acerca da satisfação com a moradia atual, 76% declararam-se satisfeitos, pelo motivo de terem um teto para morar, mesmo com todas as implicações ao seu redor.

No tocante ao fato de as unidades habitacionais serem próximas aos equipamentos urbanos e sociais, 81% responderam que estão localizados no bairro mais próximo. Com base nesse contexto, um(a) morador(a) se expressa falando que “aqui é o fim do mundo”, expondo também que “eles (o poder público) deveriam trazer transporte, creches, posto de saúde, segurança pra cá”, referindo-se ao fato de que o local não possui alguns dos equipamentos básicos, como escola, posto de saúde e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Quando indagados sobre o tempo percorrido da sua moradia até o centro da cidade, 81% responderam que levam em média de 1h a 1h30m para chegar até lá.

Compreende-se que a escolha do terreno e a construção de unidades habitacionais pela Faixa 1 se dão pelas empresas privadas, que escolhem o pedaço de terra com o preço de baixo custo para a produção de moradias cuja localidade possui carência de uma infraestrutura básica.

A péssima localização dos conjuntos habitacionais situados em áreas afastadas dos serviços públicos fomenta ainda mais o processo de exclusão social, segregação socioespacial, como também o aumento das despesas das famílias, principalmente em relação à locomoção. Quanto à despesa familiar, 71% responderam que cresceu. Ainda a esse respeito, um(a) morador(a) complementou: “Triplicou! As dificuldades ficaram grandes pra pagar”. Em contrapartida, 24% disseram que diminuíram, pois antes pagavam aluguel. Cabe ressaltar que nem todos possuem emprego fixo e que muitos vivem do trabalho informal, conforme descrito no tópico acerca do perfil dos moradores discutido anteriormente.

Em relação à ciência de capacidade de pagamento das taxas de condomínio, água, luz e financiamento do imóvel, 100% responderam que possuem conhecimento de pagar, mas apenas 62% possuem capacidade de cumprir com o pagamento,

afirmando ainda: “tem que pagar!”, ou seja, não tem outro jeito. Outro(a) morador(a) propõe que o ideal seria “não pagar os apartamentos, pois vinham de área de risco e possuíam casa própria”, visto que, mesmo na situação de autoconstrução de suas casas, tinham a sua residência própria.

Quando indagados se o apartamento onde moram se adequou às necessidades da família, 62% responderam que sim, em contrapartida 38% ficaram entre as respostas “não” e “talvez”. No tocante ao fácil acesso aos locais de comércio, 71% responderam que possuem, embora se referissem aos pequenos comércios dentro do conjunto habitacional.

Por que destinar habitações para a classe trabalhadora em uma localidade totalmente sem suportes básicos ao seu redor? Trata-se tão somente das consequências provenientes da apropriação desigual do território pela classe dominante em ocupar áreas centrais cuja finalidade é a fácil circulação de seus serviços. Ao serem questionados sobre como o poder público deveria ofertar a moradia destinada à população de baixa renda, as respostas obtidas foram:

Era pra ter sido dado, porque muitas pessoas vivem de reciclagem; Deveria fazer uma escola, um posto de saúde grande, pois tem muita gente; Construir o condomínio mais próximo do posto, de uma creche, de uma padaria, mais transporte público; Era de não pagar os apartamentos, pois tem gente que não tem condições de pagar; Que esses apartamentos não eram nem pra pagar; Ter diminuição das taxas de água e luz; Diminuir a taxa de energia, pois vem muito caro (RELATO DOS MORADORES, 2019).

Os próprios moradores são protagonistas do seu espaço, do seu território, a fim de construírem sua identidade por meio do seu reconhecimento. Dessa forma, é necessária a criação de instrumentos democráticos de participação coletiva que dão voz para exporem suas percepções e sugestões no tocante às atuações do poder público e ao modo da sua intervenção pela construção de moradias. No que se refere aos espaços de diálogo, 82% participam de reuniões que desenvolvem trabalhos em prol do bem comum, o que ocorre com os próprios moradores, dentro do centro comunitário do residencial em que moram. Quanto ao diálogo com o poder público, 52% não possuem, o que demonstra que essa população precisa de mais atenção do poder público.

Na medida em que o poder público tem a capacidade de garantir direito à moradia, negam-se os demais (educação, meios de sobrevivência, saúde etc.) quando se destinam unidades habitacionais em um local sem infraestrutura: “[...] a

localização em que são construídos os empreendimentos destinados ao Faixa 1 é um ponto criticado desde o lançamento do programa” (CHAVES, 2019, p. 63), devido ao fato de serem construídos em lugares isolados pelo setor privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma de organização do espaço pela classe burguesa, portanto, exacerbou os diferentes padrões de segregação social e espacial na vida da população de baixa renda. As políticas habitacionais no Brasil e os demais programas de intervenção do poder público, exclusivamente o Minha Casa Minha Vida – Faixa 1, seguem oferecendo habitações com melhores condições (inserção urbana e acesso à cidade) para a elite, assim como o BNH. O planejamento desse programa não é realizado pensando na vida da classe trabalhadora nem nos “corre” do seu dia a dia, uma vez que as moradias são ofertadas em lugares periféricos que fomentam outras periferias.

Os impactos do programa na vida da população atendida refletem a exclusão social, a negação do direito à cidade e à inserção urbana, implicações analisadas pela satisfação dos moradores em relação ao conjunto habitacional, uma vez que também se sentem esquecidos e abandonados naquela localidade pelo poder público. Além disso, são inúmeras as reclamações a respeito de pagarem o apartamento, em virtude de sua moradia anterior ter sido própria, e de terem o custo familiar aumentado pelo distanciamento das áreas centrais equipadas com serviços públicos e sociais. Portanto, entende-se que o poder público garante o direito à moradia pela oferta da casa própria, embora negando o direito à cidadania pelo modo de gerenciamento desse programa.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil**: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRASIL. **Lei Federal n. 10.257/01**. 10 de julho de 2001. Brasília, 2001.

CALDEIRA, T. R. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000. 399 p.

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. **Regimento Interno**. 2018. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/seharpe/paginas/ctd-980.html>. Acesso em: 04 set. 2020.

CHAVES, C. A. B. **Quanto vale a minha casa? A comercialização dos imóveis faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Natal.** 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Curso de Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

CFESS-CRESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL E CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão.** 2016. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/CFESS-SubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. **O Impasse da Política Urbana no Brasil.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a política urbana no Brasil: quais as ações do Ministério desde sua criação, os problemas e desafios enfrentados. **Revista AU – Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 156, p. 64-65, mar. 2007. Disponível em: <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/156/artigo44395-1.asp>. Acesso em: 1 dez. 2018.

MINAYO, M. C. *et al.* **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, D. *et al.* Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria Beatriz (org.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 195- 228.

NATAL (Cidade). Prefeitura Municipal de Natal. Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes. **2014.** Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/seharpe/>. Acesso em: 5 dez. 2019.

ROLNIK, R. *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p.127-154, maio 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida.** 2014. Disponível

em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3298/1/Pesquisa%20de%20satisfa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20benefici%C3%A1rios%20do%20Programa%20Minha%20Casa%20Minha%20Vida.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

Capítulo 2

**UMA RAINHA AFRICANA
ATRAVÉS DO ATLÂNTICO SUL:
RESISTÊNCIA, ANCESTRALIDADE
E IDENTIDADE NO MARANHÃO
POR MEIO DE “NÃ AGOTIMÉ”**

Andressa Cristina de Souza Nunes

Marize Helena de Campos

UMA RAINHA AFRICANA ATRAVÉS DO ATLÂNTICO SUL: RESISTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E IDENTIDADE NO MARANHÃO POR MEIO DE “NÃ AGOTIMÉ”

Andressa Cristina de Souza Nunes

Especialista em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional - Instituto de Ensino Superior Franciscano - IESF (2020). Graduada em Turismo - Universidade Federal do Maranhão (2018). Graduanda no Curso de Licenciatura em História - UFMA (2019-). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC – PGCult/UFMA). Membro do Grupo de Pesquisa O Mundo Atlântico e as suas Diásporas (GMAD/UFMA). E-mail: andressacsunes@gmail.com

Marize Helena de Campos

Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLHC)/Universidade de São Paulo. Mestrado em História Social e doutorado em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH / Universidade de São Paulo - USP. Graduação em História pela Universidade de Mogi das Cruzes - UMC. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História. E-mail: marize.campos@ufma.br

RESUMO

Este estudo trata sobre a rainha africana Nã Agotimé, assim como as causas que originaram seu envio na condição de escrava, do reino do Daomé para o Brasil entre os séculos XVIII e XIX. Objetiva evidenciar as transformações ocorridas nas sociedades africanas, principalmente por meio do tráfico escravo sobre o Oceano Atlântico, contexto no qual se estabeleceu o envio da rainha ao Brasil, bem como as práticas sagradas de matriz africana relacionadas à Agotimé, acerca do seu conhecimento e transmissão de saberes ancestrais sobre as cosmogonias africanas, sobressaindo as perspectivas da mulher, “mãe” e rainha. Para tanto, apresenta-se uma pesquisa de caráter bibliográfico, a fim de verificar as permanências e influências geradas a partir da presença da rainha africana em São Luís.

Palavras-chave: Na Agotime; Ancestralidade; Maranhão.

ABSTRACT

This study deals with the African queen Nã Agotime, as well as the causes that led to her being sent as a slave, from the kingdom of Dahomey to Brazil between the 18th and 19th centuries. It aims to highlight the transformations that have taken place in African societies, mainly through the slave trade over the Atlantic Ocean, a context in which the sending of the queen to Brazil was established, as well as the sacred practices of African matrix related to Agotime, about its knowledge and transmission of ancestral knowledge about African cosmogonies, highlighting the perspectives of the woman, “mother” and queen. Therefore, a bibliographical research is presented, in order to verify the permanencies and influences generated from the presence of the African queen in São Luís.

Keywords: Na Agotime. Ancestry. Maranhão

1 INTRODUÇÃO

O Oceano Atlântico, uma porção de água tão imprevisível quanto as relações construídas em sua imensidão. Afinal, o mar torna-se caminho, comércio e destino de muitos; o divisor de terras, a cobiça do ‘conquistador’, o sonho de uma vida melhor e o pesadelo do cativo. Isto é, um ambiente propício para submeter novos territórios e expandir riquezas pelo signo da “conquista”, formatando assim, empreendimentos coloniais baseados na exploração do outro e da terra, a fim de obter bens e gerar lucro às elites dominantes.

Por esse motivo, compreender a dinâmica social e organização dos povos africanos, permite entender a inserção das nações africanas ao mundo atlântico, lugar onde construiu-se o cotidiano das américas, determinando o destino de várias pessoas. Sendo de interesse neste estudo, a escravização da rainha ‘Nã Agotimé’, do Reino do Daomé, no Continente Africano para as Américas entre os séculos XVIII e XIX; análise, motivada pelas discussões da disciplina América Portuguesa, do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Maranhão.

Portanto, o objetivo deste trabalho é conhecer Nã Agotimé, com enfoque nas crenças ao sagrado do Daomé, observando seu papel enquanto uma mulher da sociedade africana no Brasil. Com isso, intenta-se analisar e problematizar as permanências geradas a partir da presença da rainha africana, em especial, as relativas às cosmogonias africanas, dado sua representação e liderança feminina de um reino, assim como, conhecedora de princípios sagrados.

Para tanto, a pesquisa inicia pela compreensão acerca da organização das sociedades africanas, na intenção de conhecer os fatos anteriores à travessia da

rainha, em direção ao novo mundo capaz de subtrair de homens, mulheres e crianças, a liberdade. Em seguida, busca-se fazer uma breve descrição sobre Agotimé: a rainha de uma nação e a mãe de saberes ancestrais; com a finalidade de abordar as crenças africanas ao sagrado, nas quais se baseiam o legado da rainha em São Luís, sobre a fundação da Casa das Minas.

2 DA DISPUTA DO REINO, UM DESTINO SELADO: OS CAMINHOS DE AGOTIMÉ

A África não é um país, uma afirmativa de domínio público para chamar atenção sobre um continente, no qual as instituições tradicionais africanas foram criadas e desenvolvidas através de conhecimentos transmitidos entre as gerações. “Embora a maior parte da geografia interior da África fosse desconhecida dos europeus até o século XIX, as suas linhas costeiras foram cuidadosamente mapeadas há 300 anos por exploradores, comerciantes, traficantes de escravos e piratas europeus”⁴, atuando sobre estas instituições tradicionais progressivamente.

Ainda assim, um dos valores dessas sociedades firmava-se pelo caráter coletivo enraizado na dinâmica social, o pertencimento a uma identidade étnica, por exemplo, constituía a organização dos reinos, estabelecendo configurações políticas e práticas a serem seguidas. Por sua vez, “a palavra “reino”, corresponde aqui a um território habitado exclusivamente por homens e mulheres pertencentes a uma mesma etnia. A homogeneidade étnica, linguística e cultural é essencial”⁵, uma concepção que pode variar entre nações, dada a diversidade étnica e composição das estruturas familiares e relações de trabalho.

Com efeito, as disputas territoriais ou familiares também integravam a rotina das sociedades africanas, tanto para ampliar o domínio de um grupo étnico, quanto para originar novos reinos por alguma insatisfação com os governantes ou pela necessidade. Contexto no qual se estabeleceu o reino do Daomé.

Formado no século XVII, quase todas as tradições remetem a sua fundação a uma disputa no seio da família real de Allada, que fez com que um dos grupos se dirigisse ao norte, submetendo as populações locais. Esse grupo teria fundado o reino do Daomé e estabelecido Abomey como sua capital. Seja como for, por volta de 1625, o reino do Daomé já tinha surgido e representava, desde seu início, um novo tipo de Estado, muito diferente dos seus vizinhos Allada, Uidá e Porto Novo (BEVILACQUA, p. 02, 2012).

⁴ KHAPOYA, p. 23, 2016.

⁵ OBENGA, T. p. 73, 2010.

Com isso, a consolidação do Daomé como Estado centralizado e forte, situa-se no seio de disputas entre diferentes nações africanas, na qual a migração das comunidades ocorria quase como um princípio tradicional. Mesmo assim, o reino do Daomé tornou-se no século XVIII uma potência na África ao estabelecer ordem diante do esvaziamento político dos povos aja, egun (gun), os fon, os arada, entre outros, fragmentados pelo tráfico negreiro, anexando-os aos seus domínios (ALAGOA, E. J., 2010). Uma configuração territorial intermediada pelo Oyo (atual Nigéria), reino influente na época ao conservar princípios antigos, uma vez que, a prática expansionista era contrária à organização política dos reinos na concepção tradicional, onde o Estado funcionava como uma extensão da família.

Desse modo, o reino do Daomé mostrou-se forte militarmente, configurando suas fronteiras ao mesmo tempo em que expandia seu território. Contudo, tal virtude não evitou a inserção do reino ao tráfico de escravos, valendo-se deste para receber “armas de fogo como pagamento, objetos estes indispensáveis não apenas na continuidade de sua expansão territorial, mas também na sua defesa”⁶. “No início do século XVIII, o Daomé havia se tornado uma potência central da região. Entre 1724 e 1727, seu chefe Agaja, empreendeu a conquista dos pequenos Estados mais antigos que cercavam Abomé”⁷.

Neste período, segundo apontamento de Pierre Verger, doze reis governaram sobre Abomé até o século XIX, constando aqui a partir do governo de Agonglo (1789-1797), e seus filhos Adandozan (1797-1818) e Guezo (1818-1858), pelo recorte temporal em que se desenvolve a história de Agotimé, uma das esposas de Agonglo e mãe do príncipe Guezo.

Adandozan era, entre os filhos primogênitos de Agonglo, quem reunia todas as condições de nascença necessárias para tornar-se rei. Mas, seu caráter sanguíneo fazia temer sua chegada ao trono. [...] Em desespero de causa, Agonglo perguntou ao Destino, ‘Fa’, se um outro de seus filhos não dirigiria melhor os negócios do Daomé. ‘Fa’ designou Guezo! Infelizmente, Guezo tinha pouca idade. Apesar disso, Agonglo teve fé no oráculo. Resolveu apresentar Guezo como seu sucessor e confiá-lo, como também o Daomé, a Adandozan, persuadido de que os ancestrais protegeriam o país e o reino (LE HÉRISSÉ, 1911 APUD VERGER, P. 152, 1990).

Portanto, segundo os apontamentos de Verger, quando chegasse o tempo caberia a Adandozan chefiar o reino até que o escolhido pelo oráculo pudesse

⁶ BEVILACQUA, 2012

⁷ ALAGOA, E. J. p. 522, 2010.

ascender ao trono. No entanto, isto não se confirmou com a morte prematura do rei Agonglo, e seu primogênito tornou-se rei do Daomé por 22 anos, e talvez, na tentativa de impedir a posse de Guezo, afastou-o da família, entregando sua mãe Agotimé e parte dos parentes como escravos aos mercadores; tirando de Guezo um suporte familiar, consolidando sua fama de injusto e desleal.

3 “RAINHA-MÃE”, MULHER DE AXÉ, AGOTIMÉ DO DAOMÉ!

“A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos”⁸. Dessa forma, ao falar sobre Agotimé, comunica-se sobre uma vida atravessada pela escravidão, uma mulher arrancada de sua terra, afastada das tradições ancestrais e da família, desembarcada no novo mundo voraz.

A colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de produção de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII. [...] duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial [...] (ALENCASTRO, 2000).

“Sabemos, pois, que membros da família do rei Agonglo, foram vendidos após sua morte, como escravos e transportados para um ponto desconhecido das duas américas”⁹. Por consequência, Nã Agotimé atravessa o Atlântico Sul, destituída das marcas de sua identidade africana pelo colonizador. Nesta identificação, “Na, Nã, Naye, Naie, Nae correspondem a título honorífico que precede o nome pessoal da Kpojito. Kpojito, [...] era um posto oficial no antigo Daomé, um cargo que existiu a partir de certo momento da história do reino, até sua extinção no começo do século XX”¹⁰, utilizado em referência à mulher (esposa) ao lado do rei.

Assim, a rainha pela tradição social também estava associada à reprodução para continuidade da linhagem dos ancestrais, do mesmo modo, “ter filhos é uma importante contribuição que se espera que cada indivíduo dê à sua comunidade”¹¹.

⁸ DEL PRIORE, 2004.

⁹ VERGER, 1990, p.153

¹⁰ CAVALCANTI, 2019, p. 402

¹¹ KHAPOYA, 2016, p. 48

Portanto, a mãe de um rei, cuja responsabilidade era cuidar do filho, também deveria ensinar-lhe sobre o mundo, a fim de garantir que os saberes, segredos e crenças compartilhadas pela nação fossem de conhecimento dos filhos, gerando pertencimento e identificação com os princípios da nação ao qual está inserido.

O relato acerca da kpojito Agontimé - que interessa a Verger – emerge já no primeiro capítulo, em que Hazoumé define a etimologia da palavra Kpojito [kpo (o leopardo) + dji (dar à luz, parir) + to (a pessoa, ou pai, que pariu o leopardo): “Era o tratamento consagrado às mães dos reis pois supunha-se que o rei era um leopardo, descendente de Agassou, o ancestral da família real. Agontimé era o nome da mãe de Ghézo” (Hazoumé, 1937: 6, nota 1 *apud* CAVALCANTI, 2019, p. 396).

Diante disso, Na Agotime foi rainha do reino de Abomé durante o reinado de Agonglo, “detentora de muitos conhecimentos, o novo rei [Adandozan] tratou de mantê-la isolada, acusando-a de feitiçaria e a vendeu como escrava. O primeiro destino de Agotime foi Itaparica, na Bahia”¹². Uma história formada como um quebra-cabeça, desvendada ao longo do século XX, descortinando um passado a partir do legado da rainha, contado sobre diferentes versões, como o Samba Enredo da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, no ano de 2001:

Maria Mineira Naê, Agotime no clã de Daomé; E na luz dos seus Voduns, existia um ritual de fé; Mas, isolada do reino um dia, escravizada por feitiçaria; Diz seu Vodum que do seu culto Um novo mundo renasceria; Vai seguindo seu destino (de lá pra cá) sob as ondas do mar [...]

Desse modo, estar isolada do reino não significava apenas um distanciamento físico, mas a renúncia imposta pelo colonizador aos valores africanos, uma nova identidade para suprimir o “ser”, as crenças, e o nome. Neste sentido, se compararmos a uma árvore, cuja vitalidade se firma junto às suas raízes, quando arrancada da terra torna-se frágil, e mesmo posta em outro ambiente jamais será a mesma, pois resta-lhe adaptar-se para sobreviver até que se cumpra o seu destino - afinal, a árvore é a mesma, mas o ambiente é desconhecido.

Por esse motivo, emergiu sobre a rainha a imagem da mãe e da mulher que representa fundamentos religiosos do Daomé; uma *Ayabá*, palavra iorubá que designa Rainha-Mãe, que detém o espírito guerreiro, tendo em si a liderança feminina africana, a maternidade, e conhecimentos do mundo e da cosmogonia africana. No sentido religioso, assume a missão de ser mãe de um grupo (mãe-de-santo),

¹² DURANS; DURANS, 2015, p. 40

referência acerca de conhecimentos aplicados ao trato espiritual, adquiridos e aprendidos ao longo da vida, a mesma “feitiçaria” utilizada como justificativa para sua condenação à escravidão.

As mulheres negras foram o principal alicerce de resistência da cultura africana no Brasil, principalmente pela religião. Nesse sentido, os cargos religiosos principais, ocupados pelas mulheres, resultam das experiências africanas centradas nas atribuições místicas do poder feminino - vitalidade e fecundidade - e também na divisão social do trabalho baseada no matriarcado (DURANS, 2015, p. 35).

À vista disso, a mãe de tantos, líder religiosa, ocupa função central para afirmação dos valores e tradições religiosas de matriz africana, orienta seus filhos e estabelece o vínculo com os ancestrais, bem como as obrigações - rituais sagrados, para agradecimentos e pedidos - em honra às divindades protetoras do corpo e do espírito, garantindo a “mães” e “filhos” o fortalecimento da sua espiritualidade.

Consequentemente, a Rainha-Mãe, a partir dos filhos, constitui outra família unida sobre laços sagrados, igualmente reconhecida pela dedicação, disponibilidade e sacrifícios, em virtude do compromisso assumido com o sagrado e sua comunidade, uma pessoa de grande sabedoria e Fé incondicional nos ancestrais.

Portanto, Agotimé pode ser vista sob a concepção da “Sacerdotisa” ou “Yalorixá”, a mulher na qual são confiados sentimentos, medos e aspirações, no anseio de encontrar respostas capazes de afastar dúvidas, em direção a decisão considerada sábia; ou seja, uma mentora para a complexa missão de viver em sociedade, da experiência afro-religiosa, da resistência e manutenção das marcas da identidade africana diante da escravidão.

3.1 Os saberes ancestrais nas crenças ao sagrado: oralidade, identidade e a representação no Maranhão por meio da Casa das Minas

Em geral, as sociedades africanas baseiam-se no diálogo, na palavra, na oralidade para transmissão dos saberes tradicionais entre os grupos pertencentes a uma nação. A fala representa poder e força, portanto, ao ser proferida exterioriza magia interna de quem fala, mostrando-se na qualidade de dever ancestral, usada com responsabilidade e confiança, aproximando humanos e divindades, além de estabelecer as relações entre os indivíduos.

Com referência às cosmogonias africanas, vida, morte e natureza, unem-se para fornecer explicações sobre a espiritualidade, tendo na figura do ancestral um guia durante o cotidiano das comunidades. Daí, a ancestralidade conecta o ser humano a forças superiores, envolvendo o conhecimento passado entre as gerações, um processo capaz de associar a vida terrena e espiritual, portanto, a oralidade é um saber que confere poder e conhecimento sobre o mundo material e imaterial.

Em razão disso, a confiança no destino pelos ancestrais determinava os cursos da vida em sociedade, a exemplo das decisões tomadas pelo rei Agonglo para sua sucessão ao trono, evidenciando por meio da adivinhação ('fá', 'ifá') o uso do oráculo para comunicar-se com o poder divino, em busca de orientação para realizar as escolhas sábias e necessárias para a prosperidade do reino e qualidade de vida dos daomeanos.

Assim, “no antigo Daomé, religião, poder e parentesco associavam-se intimamente”¹³, o poder real também era divinizado, os reis e familiares eram considerados próximos dos deuses, senão, a própria representação da força ancestral; “possuíam diversos títulos como Dada (pai de toda a comunidade), Dokounnon (detentor e distribuidor de riquezas), Sèmèdo (mestre do mundo), Aïnon (mestre da Terra), Jèhossou (mestre das pérolas), entre outros”¹⁴. Construindo o panteão sagrado em que se baseavam as crenças do reino, em especial, a formação de famílias de divindades com personalidades e qualidades associadas à natureza, existência e emoções humanas.

Logo, nas práticas sagradas às divindades, os *voduns* também aparecem relacionados à cosmogonia daomeana, são divindades frequentemente relacionadas à realeza de Abomé. Podem ser entendidos como os ancestrais divinizados, dotados de sabedoria, conhecimento e energia, além de demonstrar compreender o mundo sob diferentes aspectos da vida do ser humano. Isto é, “os voduns tomam conta das coisas da natureza - das águas, dos ventos, das plantas, das doenças”¹⁵, possuem significados que os individualizam e pluralizam.

“A palavra Vodun parece derivar da expressão “descansar para tirar água”. Em fon, vo significando “descansar”, e *dun*, “tirar água”. Assim, o seu sentido mais profundo seria o de que é preciso permanecer calmo, independente das

¹³ CAVALCANTI, p. 400, 2019.

¹⁴ BEVILACQUA, 2012, p. 03.

¹⁵ FERRETTI, 1996, p. 93

dificuldades”¹⁶. Resistir para existir, um retrato da experiência de Agotimé nas terras do Brasil, um processo de ressignificação dos símbolos e espaços para construção e continuidade das comunidades africanas, ou seja, é preciso confiar nos ancestrais para encontrar um porto seguro.

Neste caso, partindo dos rastros dos *voduns*, ou melhor, da sua identificação em rituais sagrados no Brasil afirma-se nos estudos sobre a rainha africana e os parentes de Guezo que estes “teriam chegado ao Maranhão, o único lugar das Américas onde divindades ancestrais da família real de Abomé são cultuadas”¹⁷. Informação, reforçada nas pesquisas de Pierre Verger, classificado por ele como “curioso episódio histórico”, pois após conhecer a Casa das Minas e por Mãe Andresa (mãe-de-santo) saber os nomes dos voduns cultuados, durante uma viagem a Abomé (atual Benin) constatou através de um sacerdote de Abomé, que as divindades eram membros da família real do Daomé.

Fato esclarecedor para Verger, que afirmou,

O fato de eu ter encontrado estes nomes aqui no Brasil significou para eles [sacerdotes de Abomé] a prova de que existiam, no Novo Mundo, descendentes de membros da família real, mandados para fora do Daomé no tempo do tráfico de escravos. Foi uma senha para Mivede, o sacerdote de Zomadonu, dedicado ao mesmo *vodun* que Mãe Anderesa da Casa das Minas (VERGER, 1990, p. 152).

Por outro lado, complementando estas evidências têm-se a fundação da Casa das Minas, bem como as pesquisas do professor Sérgio Ferretti, baseadas nas memórias das vodunsi (quem recebe o *vodun*) da casa, que reconstruíram eventos passados acerca das “primeiras mães”, de quem surge o nome de Maria Jesuína, uma africana que teria trago consigo a crença ancestral dos *voduns*, uma sacerdotisa, e por isso, detentora dos conhecimentos necessários para fundar um espaço sagrado à semelhança da sua terra de origem, dando prosseguimento as práticas sagradas daomeanas.

Com isso, “pode-se supor que Maria Jesuína era a mesma Nã Agotimé que teria nascido na década de 1770, tendo menos de oitenta anos de idade em 1847, ano da aquisição do prédio atual”¹⁸ da Casa das Minas, no entanto, mesmo que não tenha

¹⁶ BEVILACQUA, 2012, p. 04.

¹⁷ CAVALCANTI, 2019, p. 397.

¹⁸ FERRETTI, 1996, p. 59

sido a fundadora é atribuída a ela a iniciação da “filha-de-santo” que fundou a Casa, estando Agotimé, intimamente ligada à sua história e aos segredos.

Tal referência histórica da Casa, conferiu-lhe o Tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, um reconhecimento atribuído a bens de natureza material pelo valor histórico, cultural, e neste caso, representativo das comunidades tradicionais de terreiro (espaço afro-religioso), além de ser uma proteção legal ao terreiro como um bem público e espaço de memória. Conforme, trecho do parecer técnico:

Ressalto ainda que a Casa da Minas, por se tratar de um importante foco de resistência da cultura negra no Brasil, não só tem relevância para o Estado do Maranhão, como também , para o país como um todo. Sendo assim sugiro que o Terreiro Casa das Minas seja tombado uma vez que seus valores históricos, étnicos e culturais ratificam o caráter multicultural da sociedade brasileira (MARTINS *apud* ANDRÉS, 2002, p. 04).

Sendo assim, a Casa das Minas é vista como um lugar único, o terreiro não originou outras casas de acordo com suas tradições, mas “a Casa das Minas Jeje exerceu e exerce grande influência até hoje, pelo prestígio de suas *vodunsis* ou filhas-de-santo, e pela contribuição no modelo de organização da religião dos voduns”¹⁹, fazendo-se conhecida como o mais antigo terreiro de Tambor de Mina em São Luís, designando também a religião como Tambor de Mina, dedicada ao culto dos *voduns*.

Por isso, destaca-se a trajetória de Agotimé entre ‘dois mundos’, a rainha-mãe africana e “mãe de santo em São Luís”, como afirmou Pierre Verger; um ritual de fé através do Atlântico, tornando-a conhecida distante do Continente Africano, mesmo sob as marcas da escravidão. Em contrapartida, “os voduns ancestrais da realeza daomena, entretanto, não dançam mais no Maranhão; permanecem, porém, cultuados no Benim, na outra margem do Atlântico, de onde vieram outrora”²⁰.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar “Nã Agotimé” faz pensar o quanto as mulheres são vítimas imediatas em disputas territoriais e de poder, suas trajetórias recebem *status* secundário, quase

¹⁹ FERRETTI, 2006, p. 02

²⁰ CAVALCANTI, 2019, p. 404

determinando uma diferença entre as condições impostas sobre homens e mulheres; suas conquistas, lutas, ou legado, demandam esforços para emergir ao conhecimento público, fazendo-se necessário dar visibilidade às suas histórias, a fim de não caírem no esquecimento. Primeiramente um nome, uma origem, um percurso de vida, que facilmente confunde-se com várias “Agotime’s”, esquecidas e alienadas de si através do Atlântico e da escravidão.

Sob outra perspectiva, conhecer a composição das sociedades africanas mostra-se uma tarefa trabalhosa e desafiadora, visto que, a organização territorial, social, política, religiosa e econômica das nações e reinos, possuem um contexto histórico denso, devendo ser analisado cada sociedade africana em sua particularidade, para não cair em discursos generalistas ou rotuladores. Um suporte que poderia ser melhor trabalhado na educação das escolas, oportunizando melhor compreensão da nossa história.

Por outro lado, conhecer a história de Nã Agotimé, através das cosmogonias africanas, mostra além da riqueza e complexidade das crenças ao sagrado da matriz africana, uma oportunidade de revelar o destino e legado da rainha africana no Brasil, afinal os caminhos de Agotime são identificados por meio das divindades ancestrais, saberes de uma sacerdotisa na reconstrução dos símbolos da sua fé no novo mundo, permitindo reconhecer a proximidade entre o Daomé e a cidade de São Luís.

No campo do sagrado, mesmo diante da obrigação do batismo e seguir a religião do senhor de escravos, os africanos traficados de diferentes reinos, mantiveram-se fiéis às suas crenças, uma resposta à condição imposta, pois embora tivessem seus corpos aprisionados, a crença nos ancestrais e divindades sagradas é parte essencial de “ser”.

Desse modo, Agotime - involuntariamente dá passagem (‘talvez’) a Maria Jesuína, representa a fé do “senhor”, e renasce no novo mundo, visto que o oceano não lhe findou a vida, pois os *voduns* silenciados pelos algozes permaneceram consigo, porque a herança ancestral também é sinônimo de vida.

Por isto, deve-se ressaltar o protagonismo feminino africano na transmissão e continuidade dos saberes ancestrais, a mãe, que gera a vida, assim como constitui família, seja pela união sanguínea ou pelos laços de solidariedade e afeto nos espaços sagrados. Uma mulher de reconhecida força, mas que também se sacrifica pela responsabilidade e compromisso assumido com os ancestrais e a própria missão de vida.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Prefácio**. In: O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Companhia das Letras. São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/26368108/alencastro-luiz-felipe-de-o-trato-dos-viventes>. Acesso em: 31 Dez. 2020

ANDRÈS, Luiz Phelipe. **Parecer do membro do Conselho Consultivo do IPHAN, Luiz Phelipe Andrès sobre o processo número 1464-T-00 de Tombamento da Casa das Minas**. In: Boletim 24, Dezembro/2002. Comissão Maranhense de Folclore. Disponível em: <http://www.cmfolclore.ufma.br/>

ASIWAJU, A. I. . **Daomé, país iorubá, Borgu (Borgou) e Benim no século XIX**. In: História Geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880. UNESCO, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190254> Acesso: 28 Dez 2020

BEVILACQUA, Juliana Ribeiro da Silva. **Algumas considerações sobre a História do Benin**. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2012. Disponível em: <https://cutt.ly/mjwlOWX>. Acesso em: 30 Nov. 2020

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **A CASA DAS MINAS DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO E A SAGA DE NÃ AGONTIMÉ**. Sociol. Antropol. vol.9 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2019 Epub Aug 19, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v923>. Acesso em: 15 Dez. 2020

DURANS, Cláudia; DURANS, Nicinha. **O papel das mulheres negras nas lutas contra a escravidão**. In: Revista Raça & Classe, Teoria e Política Revolucionária. Nº 3, 2015.

DURANS, Claudicea. **Mulher negra: trajetória de opressão e resistência**. In: Revista Raça & Classe, Teoria e Política Revolucionária. Nº 3, 2015.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **A TERRA DOS VODUNS**. São Luís, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufma.br/jspui/bitstream/1/300/1/A%2520TERRA%2520DOS%2520VODUNS.pdf>. Acesso em: 01 Jan. 2021

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Querebentã de Zomadônu: etnografia da Casa das Minas do Maranhão**. 2ª edição. EDUFMA, São Luís, 1996.

GRES Beija-Flor de Nilópolis. **A saga de Agotime, Maria mineira naê**. 2001. Samba Enredo Beija-Flor de Nilópolis. Disponível em: <https://www.beija-flor.com.br/galerias>. Acesso em: 14 nov. 2020.

IPHAN. Terreiros Tombados. **Preservação de bens afrodescendentes**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1312>. Acesso em: 03 Jan. 2021

KHAPOYA, Vincent B. **As instituições tradicionais africanas (Cap. 2)**. In: A Experiência Africana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OBENGA, T. **Fontes e técnicas específicas da história da África - Panorama Geral**. In: História Geral da África, I: metodologia e pré-história da África. UNESCO, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249> . Acesso: 28 Dez 2020

PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004

VERGER, Pierre. **Uma rainha africana mãe de santo em São Luís**. 1990. Revista USP. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35735/38451>. Acesso em: 03 nov. 2020.

Capítulo 3

**DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO
DA DISCIPLINA LIBRAS NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Neylson Oliveira da Silva
Thelma Helena Costa Chahini**

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA LIBRAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Neylson Oliveira da Silva

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal
do Maranhão.*

Thelma Helena Costa Chahini

*Doutora em Educação com Pós-Doutorado em Educação Especial. Professora
Associada da Universidade Federal do Maranhão.*

RESUMO

Este artigo descreve como se deu a inclusão da Libras enquanto disciplina na Educação Superior, considerando-se o decreto 5.626/2005 que regulamentou a lei 10.436/2002, quanto ao reconhecimento da Libras como meio legal de expressão e comunicação da comunidade surda brasileira. Nesse contexto, houve, assim, uma mudança de postura nas instituições de Educação Superior em relação às várias modificações e/ou adequações, feitas, nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em cumprimento legal. A pesquisa aqui esboçada é de cunho bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa. Realizou-se um levantamento das produções teóricas construídas sobre a referida temática visando identificar os principais desafios na implementação da disciplina Libras nos cursos da Educação Superior. Os achados da pesquisa sinalizam que os principais desafios estão diretamente relacionados a: carência de profissionais habilitados para a demanda da disciplina Libras; carga horária da disciplina Libras insuficiente em relação ao ensino e a aprendizagem; ausência de recomendações em relação à organização da Libras dentro dos currículos dos cursos de graduação da Educação Superior.

Palavras-chave: Educação de surdos. Libras. Educação Superior.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo primário descrever os desafios enfrentados durante a implementação da disciplina de Libras, nos cursos de graduação da Educação Superior, após a promulgação do decreto 5.626/2005. Trata-se de pesquisa do tipo bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, tendo a legislação federal vigente como suporte teórico. Assim, foi feito um levantamento das principais

produções teóricas que abordam a temática em questão, com vistas a encontrar nelas, dados que fundamente nossas discussões. Os dados foram coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no site da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), nos quais foram selecionadas 14 dissertações e 7 artigos relacionados a temática investigada. Análises foram feitas a partir da proposição de categorias para análise de conteúdo, encontradas em Bardin (1977).

2 DO SURGIMENTO AO RECONHECIMENTO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Existe uma demarcação histórica no Brasil sobre a possibilidade de surgimento da língua de sinais aqui, e tem como ponto comum a chegada de Ernest Huet, egresso do Instituto de Paris, o qual tinha como tarefa difundir a língua de sinais, em solo brasileiro. Por conta disso, podemos dizer que a história da Libras começa mesmo na tradição francesa da qual herdou suas principais características.

A vinda de Huet estava ligada ao fato de que D. Pedro II o havia convidado para instalar uma escola para surdos no Império, e ainda porque alguém de sua família era surdo. Assim, em 1855 Huet chega para apresentar o projeto de fundação da escola e, em 1857 ela é fundada sob o nome de Imperial Instituto de Surdos-Mudos.

Karin Strobel, surda, professora doutora do departamento de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, questiona sobre isso.

Será que o imperador D. Pedro II se interessou na educação de surdos devido ao seu genro, o príncipe Gastão de Orléans, marido de sua segunda filha a Princesa Isabel, ser surdo? No entanto, em muitas enciclopédias e artigos, nada consta sobre sua surdez, embora esteja confirmado em um livro de biografia da vida de Princesa Isabel (STROBEL, 2007, p. 27-28).

A partir desse questionamento da autora podemos refletir também que a vinda de Huet ao Brasil fazia parte de uma proposta do Instituto de Paris e que seus egressos, ao concluírem seus cursos, deveriam fundar novas escolas para surdos em outros países. Assim como Huet veio ao Brasil, seu companheiro de estudos Laurente Clerc vai ao Estados Unidos a pedido de Thomas Hopkins Gallaudet, para criar a Língua Americana de Sinais – ASL. Notem a similaridade entre o surgimento de ambas as línguas.

Retomando para a fundação do Instituto, atualmente denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, e a dificuldade enfrentada por Ernest Huet em desenvolver seu trabalho, uma vez que por ser um professor estrangeiro, não conquistou a confiança de alguns familiares de surdos em seus métodos. Mesmo assim, este se manteve à frente do Instituto durante seis anos, até decidir viajar para o México, em 1861.

A partir do contato de professores e alunos surdos do INES, e da mistura da língua francesa e de sinais utilizados no país, origina-se, mais tarde, a Libras que é usada hoje (MORI & SANDER, 2010, p.10). Assim, a Libras nasce com a configuração de uma língua natural, mas requer a existência de reconhecimento linguístico. Esse reconhecimento, no entanto, se deu somente a partir da reivindicação dos movimentos promovidos pelos surdos que passaram a exigir dos governantes a inclusão dessa pauta das deliberações.

Os movimentos de surdos passam a acontecer tanto pelo INES quanto por outras organizações que vão surgindo com o tempo, sendo elas associações, federações e confederações em que se constroem as pautas necessárias para o momento. Podemos citar a Federação Nacional de Educação e Inclusão de Surdos – FENEIS e a Confederação Brasileira de Desportos Surdos – CBDS como duas entidades que ao surgirem impulsionam as bandeiras de luta da comunidade surda.

Brito (2016) destaca que a partir de 1980, com o processo de redemocratização do país e destaque dos movimentos sociais, uma geração de surdos acaba sendo influenciada e entra nesses processos reivindicatórios, liderando as primeiras manifestações de surdos do país demandando, direitos à integração social.

Apesar da não existência de pautas específicas para os surdos, várias mobilizações foram definindo-as e, a partir de 1990 começaram as campanhas para oficialização da comunicação sinalizada. Oficialização essa que trazia uma documentação elaborada pela FENEIS, liderada pela linguista Tanya Amara Felipe, pioneira nos estudos linguísticos da Libras, que a considerava como uma língua natural e gramaticalmente igual às línguas orais e ainda demarcava a opção de os surdos brasileiros optarem pelo uso do termo Língua Brasileira de Sinais – Libras, para se referir a ela (BRITO, 2016).

Contudo, um longo caminho de aproximadamente 12 anos foi decorrido, entre as reivindicações iniciais, pautadas pelo status linguístico da Libras como língua natural, a aprovação de um projeto de lei em 1996 e a sua oficialização em 2002,

marcados por um conjunto de estratégias de mobilização, caracterizando os surdos como principais protagonistas dessa conquista.

Ademais, essa postura consolidou a reivindicação histórica da comunidade surda em ter sua língua reconhecida como meio legal de comunicação, e ainda iniciativas que levassem ao seu aprendizado pela maior quantidade possível de pessoas, para facilitar o processo comunicativo entre surdos e ouvintes. Iniciativas essas que foram desenvolvidas ainda quando a luta pelo reconhecimento da Libras estava acontecendo e, agora, após a aprovação da lei de Libras, deveria passar a ser responsabilidade do poder público apoiar sua difusão.

2.1 A aprovação da Lei de Libras e do Decreto que a regulamenta

Mudanças que envolvem amparo legal para estratos carentes da sociedade costumam ser debatidas, envolve especialistas da área, o que resulta em longas demoras até a sua materialização legal, mas os surdos brasileiros perseveraram e puderam conquistar o direito a uma língua que o caracterizam em sua diferença cultural. Essa conquista foi materializada pela lei de número 10.436 de 2002 e ficou conhecida como lei de Libras. Por conta disto, a data também foi inserida no calendário da comunidade surda e representa o dia nacional da Libras já que representa uma grande conquista para a cultura surda brasileira.

A aprovação da lei de Libras, o reconhecimento do surdo como minoria linguística e cultural, e as crescentes tomadas de espaço por eles os inserem tanto no contexto bilíngue quanto no bicultural, uma vez que eles interagem com o mundo ouvinte e sua língua.

O biculturalismo designa o conjunto de referências à história dos surdos, o conjunto de significações simbólicas veiculadas pelo uso de uma língua comum, o conjunto de estratégias sociais e de códigos sociais utilizados de maneira comum pelos surdos para viverem numa sociedade feita por e para os ouvintes (SANTANA & BERGAMO, 2005, p. 573).

Desta constatação, partimos para evidenciar que apesar de a própria lei, de forma implícita, apontar os primeiros passos para uma educação bilíngue de surdos essa luta ainda percorreu um longo caminho e hoje está em seu processo de efetivação. Dito isto, encontramos disposto nos artigos da lei, a seguir.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza

visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, não paginado).

Notemos, pois, que esse reconhecimento se dá a partir do próprio status linguístico e da referência aos constitutivos culturais das comunidades surdas brasileiras. É, portanto, um fator positivo a se destacar, uma vez que se pode discutir as diferenças culturais dessas comunidades e mesmo suas identidades a partir de um respaldo normativo, e legalmente constituído.

A lei é composta de apenas 5 artigos e, logo, de início já vemos que vários temas ficaram de fora e parte deles só puderam ser resolvidos 3 anos depois. Ainda assim vale destacar mais alguns artigos, como o art. 2º que atribuiu ao poder público a responsabilidade de apoiar e difundir a Libras no país.

Também cabe destacar o art. 4º que inclusive é tema de interesse do escopo desta pesquisa.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2002, não paginado).

Observamos no artigo anterior a primeira possibilidade da inclusão da disciplina de Libras na Educação Superior, porém não há nenhuma orientação sobre como deverá ocorrer essa implementação e de que forma os conteúdos serão apresentados por essa nova disciplina. E foi seguindo esta recomendação que muitas instituições iniciaram a elaborar programas e planos de ensino, a fim de inseri-los nos currículos dos cursos.

Somente com a promulgação do decreto de número 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que as questões não contempladas na lei puderam ser inseridas bem como contar com uma maior especificação sobre os muitos aspectos que envolvem reconhecer uma língua como meio legal de comunicação. O momento seguinte à promulgação do decreto deve levar em conta como tratar do seu ensino, sua difusão, etc., e, para tanto, necessita de profissionais habilitados. Implica, portanto, em criação de cursos e modificação nas estruturas curriculares existentes.

O decreto possui 9 capítulos e 29 artigos distribuídos entre disposições preliminares, inclusão da Libras como componente curricular, formação de professor e instrutor de Libras, uso e difusão da Libras e do português para o acesso de pessoas

surdas à educação, formação do tradutor e intérprete de Libras, garantia do direito à educação, garantia do direito à saúde, papel do poder público no apoio e difusão da Libras e disposições finais.

Interessa fazer menção, aqui, apenas sobre o capítulo II que aborda a inclusão da Libras como componente curricular e os artigos 9, 10, e 12 já que estes tratam sobre a Educação Superior e sua relação com a Libras. Nesse caso, os cursos de licenciatura e fonoaudiologia passaram obrigatoriamente, por força de lei, a modificar suas estruturas curriculares e inserir a disciplina de Libras. Sinalizamos, assim, ser esta a primeira dificuldade que reside inicialmente no fato de não existirem recursos humanos disponíveis, para atender toda essa demanda. Apesar de ter profissionais atuando na área do ensino de surdos e ouvintes, estes, contudo, não representam quantitativo suficiente para todos os cursos, que possam favorecer um aprendizado de qualidade.

Ora, a partir de 2015, não é permissível que haja instituições e cursos no formato referido do caput do artigo 9º que não ofereça a disciplina em suas estruturas curriculares e, como comumente acontece no início, sugere grandes dificuldades. Mas, hoje, quase 17 anos do decreto, já podemos verificar um amadurecimento no perfil das instituições quanto à aceitação da Libras nos currículos.

O art. 10 aponta a inclusão da Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores, fonoaudiologia e de tradução interpretação. Enquanto que o art. 12 dispõe sobre a criação de cursos de pós-graduação para o ensino de Libras e sua tradução pelas instituições de Educação Superior, principalmente as que ofertam os cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras.

Assim seguimos observando que do ponto de vista da Educação Superior, as orientações advindas do decreto prepararam o terreno para as modificações curriculares nas instituições e seus respectivos cursos.

2.2 Implementação da Libras como disciplina na Educação Superior

Nesta seção serão discutidos os resultados encontrados ao longo da pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa, também, se insere em uma abordagem qualitativa, visando fazer uma interpretação hermenêutica dos fenômenos em estudo, sem com isso criar generalizações e categorias universais destes (APPOLINÁRIO, 2012).

A pesquisa bibliográfica e documental constitui-se como elemento-chave, uma vez que nos coloca em contato com as produções teóricas e com os documentos criados que nos permitem criar a base das discussões que não se encerram em si mesmo ou em repetições, mas que podem ser ampliadas sobre novos enfoques (LAKATOS; MARCONI, 2003).

As etapas que utilizamos para executar a pesquisa foram, inicialmente, fazer um levantamento das produções teóricas que abordam o tema estudado e, para tanto, usamos como critério a análise de dissertações de mestrado que contemplam o assunto e que teve como fonte de busca o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e ainda as produções encontradas no portal Scielo, que contam com artigos de publicações em periódicos diversos.

Concluída esta etapa, procedemos à leitura dos materiais e para selecioná-los utilizamos como critério a relação direta da discussão sobre a temática da inclusão da disciplina de Libras na Educação Superior. Essa leitura visou identificar os principais desafios destacados pelos autores no processo de implementação da disciplina nos currículos dos cursos de graduação. Os cursos foram escolhidos em sua forma ampla, uma vez que o que pretendemos aqui é perceber um panorama geral dessa implementação, sem lançar ainda um olhar específico para cada curso ou por área.

No processo de busca, a começar pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com uso dos descritores “libras como disciplina” e “libras na Educação Superior” foram encontrados 14 trabalhos. Destes, 1 era uma tese de doutorado e 13 dissertações de mestrado. O critério para seleção das dissertações inicialmente foi contar com a disponibilidade dos trabalhos que estavam com divulgação autorizada e, do total, apenas 7 puderam ser acessados. Por fim, desses 7 apenas 5 foram analisados, pois dois dos trabalhos se voltaram mais para o estudo da Libras por outros enfoques, sem dar ênfase às especificidades da inclusão da disciplina na matriz curricular do curso.

No Portal Scielo, foram pesquisados artigos a partir dos mesmos descritores anteriormente mencionados e, ao todo, foram selecionados 7 trabalhos. Destes, há uma variedade sobre as áreas de conhecimento dos cursos de graduação que analisam o que caracteriza um aspecto positivo no viés desta pesquisa.

A partir das informações podemos perceber uma variedade nas pesquisas em diversas áreas sobre a inserção da disciplina de Libras na Educação Superior. Este fato ocorre, inicialmente, por conta do próprio decreto de regulamentação da Libras,

uma vez que sua promulgação está prestes a completar 17 anos e que, portanto, o prazo para as Instituições de Ensino Superior (IES) se adequarem nessa implementação curricular contemplando a disciplina de Libras, foi finalizado. Ao mesmo tempo, esse processo tem aproximado as discussões sobre a área da surdez não apenas para atender o decreto, mas como oferta de uma discussão crítica, teoricamente sólida que forme profissionais aptos para atender os surdos (NASCIMENTO & SOFIATO, 2016).

Assim, passamos para a discussão dos materiais encontrados. Primeiro com as dissertações e em seguida com os artigos. Nesta discussão, temos como base para análise as categorias principais *desafios encontrados* e principais *recomendações dadas*.

A começar pelo trabalho de Guedes (2010), que é da área de fonoaudiologia, portanto, já iniciamos aqui com uma diferença importante para nossa discussão, haja vista que sempre que falamos sobre a disciplina de libras, automaticamente, pensamos em formação de professores. A autora faz uma análise do ponto de vista dos objetos de conhecimento próprios da fonoaudiologia e da forma que historicamente a surdez foi vista nessa área, do ponto de vista clínico. Dessa constatação, ela insere seu posicionamento vendo a surdez por outro ângulo, do ponto de vista cultural, portanto, totalmente diferente da tradição da área.

A autora, em seu trabalho de pesquisa com 10 IES do eixo sul/sudeste, reflete a organização curricular dos cursos de fonoaudiologia, as modificações ocorridas, como a definição de um currículo mínimo dado pela resolução nº 54/76, que definia sobretudo um conjunto básico de disciplinas que o curso deveria ofertar, dentre elas estava Práticas Fonoaudiológicas na Educação de surdos. Com o parecer nº 20/83 essa disciplina foi retirada e somente em 2002 houve uma nova reformulação a partir da resolução CNE/CES nº 5 de 19 de fevereiro de 2002 que definiu as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de fonoaudiologia. Essas diretrizes, na parte que contemplavam os surdos ainda estavam na perspectiva de sua reabilitação e normalização de forma a reforçar a visão clínica da surdez.

Há um destaque para o fato de que nesse mesmo ano ocorreu a aprovação da lei de Libras, e, que ainda assim, não houve qualquer posicionamento nas diretrizes ou dos conselhos de fonoaudiologia sobre essa mudança, para entender a surdez em outras possibilidades. Isso significou ainda ignorar o movimento surdo, que desde a

década de 90 reivindicava suas necessidades educacionais e o respeito à sua diferença (GUEDES, 2010).

A pesquisa de Klimsa (2013) traz uma perspectiva dos alunos e do seu contato com professores surdos, trata-se de um trabalho bastante completo, uma vez que recorre aos pressupostos históricos, teóricos e legais que fundamentam a educação de surdos e a inserção da disciplina na Educação Superior. Além disso, destaca uma preocupação sobre o perfil profissional e a formação do professor dessa disciplina, pois 30h, 45h ou até mesmo 60h não permitem aprofundamento nas questões e muito menos fluência na língua. Por isso, entende que a inclusão dessa disciplina dos currículos das IES não será suficiente para acabar com os insucessos da Educação Inclusiva e pode, sobretudo, atribuir a culpa por esse insucesso aos professores.

Na pesquisa de Matos (2014) partimos dos elementos socioculturais e de identidade para poder atingir o processo de inclusão da disciplina nas IES pesquisadas, com vistas a saber se o que estabelece o decreto está sendo cumprido pelas mesmas. Sua pesquisa se dá em 16 IES de São Paulo, conta com 35 coordenadores de cursos de licenciatura e 6 professores da disciplina. A conclusão que chega é que apesar de as disciplinas existirem no currículo das licenciaturas ofertadas, e isso ser um fator positivo, alguns aspectos sobre as recomendações legais do decreto não são atendidos, principalmente em relação à formação de cada professor entrevistado.

Considerando que ambos os autores partem do curso de Pedagogia como referência para a ampliação da disciplina de Libras na Educação Superior, os trabalhos de Silva (2015) e Soares (2016) de forma conjunta, entendem que por conta do decreto e ainda por um leve direcionamento relativo à formação do pedagogo, foi neste curso que se iniciou a implementação da disciplina de Libras na Educação Superior. Apesar de Soares ficar restrito ao curso de Pedagogia, relata as dificuldades enfrentadas e que já verificamos nas pesquisas anteriores sobre a forma como a falta de orientação impactou na inserção da disciplina nos currículos, a falta de profissionais, etc.

Por sua vez, Silva (2015) destaca que além dessas questões citadas, a ampliação da inserção da disciplina na Universidade Federal de Sergipe (UFS) foi se ampliando gradativamente, conforme a possibilidade dada pelo decreto. Ainda assim a autora destaca que, mesmo nos prazos estabelecidos, a UFS não conseguiu cumprir

com as regulamentações do decreto e que apenas a partir de 2009 os cursos desta IES de fato começam, através de resoluções, inserir a Libras na sua matriz curricular.

Como forma de sistematizar os conteúdos dos artigos selecionados e facilitar sua exposição, faremos uma divisão em dois grupos, o primeiro com as discussões sobre os cursos da área da saúde e a segunda os de licenciatura da área de Educação. Pois foram estes os tipos de trabalhos encontrados.

Encontramos em Guarinello et al (2013), Mazzu-Nascimento et al (2020) e Costa et al (2020) a disciplina de libras inserida no contexto dos cursos da Saúde, com foco específico no curso de enfermagem e dos 1.221 cursos encontrados, 553 cursos tiveram suas matrizes curriculares analisadas. Os autores constatarem que existe uma predominância na região nordeste e sudeste por serem estas as que mais ofertam a disciplina, predomina também a natureza obrigatória e a média de 40h.

O trabalho de Mazzu-Nascimento apresentou 5.317 cursos da área da saúde vinculados às IES a nível nacional e destes 2.293 ofereciam a disciplina em períodos que variam do primeiro ao último ano e apontam a fragilidade na formação do profissional da saúde do ponto de vista do conhecimento da Libras (MAZZU-NASCIMENTO et al, 2019).

Para o segundo grupo temos em Santos (2014), Costa e Lacerda (2015), e Carniel (2018) uma discussão sobre a inserção da Libras nos cursos de formação de professores e apresentam as seguintes discussões: a inserção da disciplina visa formar profissionais minimamente preparados para atuar com alunos surdos. Para tanto, oferece conhecimentos teóricos e práticos que fundamentam suas práticas. A preocupação sobre a quantidade de horas para essa formação, como vimos anteriormente, também aparece. Existe um padrão quanto ao período de oferta da disciplina, geralmente nos períodos finais do curso e ainda quanto aos conteúdos que versam sobre a cultura e identidade surda e o conhecimento básico da língua.

A implementação das disciplinas de Libras nos cursos de formação de professores está longe de resolver o problema da educação de surdos no Brasil, na verdade, mesmo em pleno desenvolvimento e se atendessem todas as expectativas de sua implementação, só resolveria parte da questão. Muitas outras medidas permanecem necessárias, no entanto, é inegável que os impactos dessa medida potencializam o interesse pelo debate acerca da inclusão escolar de alunos surdos e abre caminho para que mais medidas sejam tomadas no sentido da formação de recursos humanos para contemplar a inclusão escolar e social de alunos com deficiências (COSTA; LACERDA, 2015).

Como recomendações dadas temos inicialmente um consenso sobre a inserção dessa disciplina e sua importância para conhecer a diversidade linguística, a necessidade de se ampliar a carga horária da disciplina ou que os cursos a ofertem em pelo menos dois módulos (fato este que já ocorre em algumas IES), a possibilidade de incluir nas aulas de simulação de atendimento nos cursos da saúde, situações que exijam dos alunos posturas de comunicação, em libras no atendimento a uma pessoa surda.

Como pudemos observar, ao longo desses quase 17 anos muitos desafios foram colocados, alguns superados, outros em fase de superação e novos desafios surgindo. Mesmo assim, a educação de surdos na Educação Superior tem logrado muitos êxitos, principalmente na formação de profissionais que passem a ver o surdo não mais como aqueles esquecidos, marginalizados e invisíveis, mas indivíduo com potencial igual aos demais ouvintes.

3 CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo fizemos um passeio pela história dos surdos. Saindo de um ponto de vista da invisibilidade e da negação de direitos para a conquista de seu espaço na sociedade. Este espaço foi conquistado e ainda está em disputa por meio de muita mobilização existente nos movimentos de surdos, nas associações e instituições que os representam.

Esses movimentos foram responsáveis por garantir o reconhecimento da Libras como língua oficial deste grupo cultural e linguisticamente minoritário, assim como abriram possibilidades não só para se pensar métodos e técnicas em educação para esses indivíduos, mas, também, para garantir a formação de profissionais que reconheçam e respeitem suas singularidades e identidades.

Como resultados encontrados na pesquisa vimos que a Libras foi inserida na Educação Superior principalmente por força do decreto 5.626/2005 e que essa inserção, burocrática, formal, às vezes vertical para cumprimento da norma, possibilitou mudança e reestruturação nas estruturas curriculares e, ao mesmo tempo, exigiu das instituições mudanças de posturas para atender essas demandas.

Como principais desafios no que concerne à inserção da disciplina Libras na Educação Superior, estão: falta de profissionais habilitados para ministrarem a disciplina Libras; falta de regulamentação por parte do decreto em não orientar como

as Instituições de Educação Superior - IES devem fazer a oferta da disciplina Libras, tanto em relação à carga horária quanto ao conteúdo que deve ser trabalhado; não cumprimento do decreto pelas IES nos prazos estabelecidos. Mesmo após 10 anos da aprovação da Libras, ainda há IES que não possui a Libras em seus cursos; a carga horária da disciplina Libras não contempla as reais necessidades do ensino e da aprendizagem do conteúdo; há carência de profissionais que saibam Libras e que saibam trabalhar com discentes surdos na Educação Superior.

Assim, com todas as diferenças existentes no processo que cada instituição de Educação Superior levou para construir e implementar a disciplina de Libras em seus cursos, podemos observar uma mudança de paradigmas quanto à recepção dessa inserção. Principalmente por abrir as portas ao conhecimento de um novo mundo, de uma nova cultura, não mais oralizada, mas visual e gestual.

Sabemos que existe uma necessidade de maior aprofundamento das pesquisas nesse tema em busca de outras categorias, outros temas e subtemas que essa inserção provocou e que no estudo aqui realizado serviu apenas como um suporte teórico para tal intento.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, F. Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática de Pesquisa. 2ª ed São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm

_____. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo** (L. A. Reto & A. Pinheiro, trad.). Lisboa: Edições 70. 1977.

BRITO, F. B de. **O movimento surdo no Brasil:** a busca por direitos. Journal of Research In Special Education Needs. vol.16, nº s1. 2016. p. 766-769.

CARNIEL, F. **A reviravolta discursiva da Libras na Educação Superior.** Revista Brasileira de Educação v. 23, 2018.

COSTA, L. S da et al. **Ensino da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de graduação em enfermagem**. Revista Brasileira em Enfermagem. 2021;74.

COSTA, O. S; LACERDA, C. B. F. de. **A implementação da disciplina de Librasno contexto dos cursos de licenciatura**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.10, n. esp. Araraquara: Faculdade de Ciências e e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2015. p. 759-772.

GUARINELLO et al. **A disciplina de Librasno contexto de formação acadêmica em fonoaudiologia**. Rev. CEFAC. Mar-Ab, 2013.

GUEDES, B. S. **Sobre surdos, bocas e mãos: Saberes que constituem o currículo de fonoaudiologia**. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1993/BetinaGuedesEducacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

KLIMSA, B. L. T. **Narrativas de Alunos Universitários sobre o Professor surdo e o Ensino de Libras**. Dissertação de Mestrado (Ciências da Linguagem). Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vieWTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=109683

MATOS, F. M. **A cultura surda nos cursos de licenciatura: Práticas e perspectivas no ensino da Língua Brasileira de Sinais**. Dissertação de Mestrado (Estudos Culturais). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vieWTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1382146

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas. 2003.

MAZZU-NASCIMENTO et al. **Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos surdos**. Audiology Communication Research. 2020;25.

NASCIMENTO, L. C. R.; SOFIATO, C. G. **A disciplina de língua brasileira de sinais no ensino superior e a formação de futuros educadores**. Educação Temática Digital. Vol.18, nº 2. Campinas, SP, Abr-jun, 2016. p. 352-368.

MORI, N. N. R; Sander, R. E. **História da Educação de Surdos no Brasil**. Seminário de Pesquisa do PPE. Universidade Estadual de Maringá, 02 a 04 de Dezembro de 2015.

SANTANA, A. P; BERGAMO, A. **Cultura e Identidade Surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas**. Educação e Sociedade. Vol. 26, nº 91. Maio-ago, 2005. p. 565-582.

SILVA, V. S. **A IMPLANTAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO DISCIPLINA CURRICULAR OBRIGATÓRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE**

SERGIPE. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão-SE, 2015. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2353956

SOARES, C. H. R. **A implementação da disciplina de Libras no ensino superior:** questões para reflexão. X Anped Sul. Florianópolis, out, 2014.

SOARES, R. B. **Libras no curso de pedagogia da PUC/SP:** desafios e perspectivas na formação inicial de professores. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ribeirão Preto, 2016. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2353956

STROBEL, K. L. História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. In: QUADROS, R. M de; PERLIN, G (orgs). **ESTUDOS SURDOS II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. p.18-37.

Capítulo 4

**O BANCO MUNDIAL E A
OFENSIVA CONTRA O TRABALHO
NO SETOR PÚBLICO**

Alessandra Ribeiro de Souza

O BANCO MUNDIAL E A OFENSIVA CONTRA O TRABALHO NO SETOR PÚBLICO

Alessandra Ribeiro de Souza²¹

Professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto, possui graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social. Desenvolve pesquisas sobre os organismos internacionais e sobre a política de saúde brasileira.

RESUMO

Historicamente o Banco Mundial tem orientado a implementação de programas de “ajuste” fiscal no Brasil que tem tido por consequência o desmonte das políticas sociais e a precarização do trabalho. O presente artigo busca evidenciar a sinergia entre as orientações expressas nos documentos do Banco e as “reformas” que desmontaram os direitos dos servidores públicos desde a Constituição Federal. Atualmente nova ofensiva contra os trabalhadores do setor público tramita no parlamento, a Proposta de Emenda a Constituição N. 32 denominada Reforma Administrativa. A pesquisa de análise documental explicita a incorporação das indicações da agenda liberal elaborada pelo Banco Mundial e inscrita nos seus documentos pelo governo brasileiro e indica a importância de fortalecer a resistência dos trabalhadores do setor público à submissão brasileira ao imperialismo.

Palavras-chave: Banco Mundial. Reforma Administrativa. Servidores Públicos

ABSTRACT

Historically, the World Bank has guided the implementation of fiscal “adjustment” programs in Brazil, which have resulted in the dismantling of social policies and the precariousness of work. This article seeks to highlight the synergy between the guidelines expressed in the Bank's documents and the “reforms” that dismantled the rights of public servants since the Federal Constitution. Currently, a new offensive against public sector workers is being processed in parliament, the Proposed Amendment to the Constitution N.32 called Administrative Reform. The document analysis research explains the incorporation of the liberal agenda indications elaborated by the World Bank and inscribed in its documents by the Brazilian government and indicates the importance of strengthening the resistance of public sector workers to Brazilian submission to imperialism.

Keywords: World Bank. Administrative Reform. Public Servants.

²¹ Doutora em Serviço social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico alessandra.ufop@ufop.edu.br

1- INTRODUÇÃO

O Banco Mundial historicamente tem se forjado como um banco do conhecimento cujas elaborações tem sido tomadas pelos sucessivos governos brasileiros como sua própria agenda de incorporação à ordem capitalista mundializada.

Fundamentado metodologicamente na análise de revisão documental, o presente artigo apresenta uma primeira sessão dedicada a recuperar aspectos importantes da formação histórica do Banco Mundial. Na segunda sessão, objetivamos evidenciar como historicamente as medidas de ofensiva contra ao trabalho no setor público implementadas pelos governos do período da redemocratização possuem profunda sinergia com as orientações expressas em diversos documentos do Banco Mundial e, por fim, nos dedicamos a análise das proposições inscritas nos documentos recentes e a Proposta de Emenda a Constituição (PEC 32/2020). A análise dos documentos direcionados ao Brasil explicitam o processo histórico de desmontes que culmina na atual contrarreforma administrativa que tem objetivado integrar o Brasil na ordem capitalista mundializada e efetivar o “ajuste” fiscal.

BREVES NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BANCO MUNDIAL

No Fim da Segunda Guerra Mundial, as potências imperialistas do Norte se viram incapacitadas de manter, da forma como até então mantinham, seus territórios coloniais. Foi nessa conjuntura também que os Estados Unidos emergiram como país hegemônico e teve início uma nova forma de colonialismo, pautada principalmente no espraiamento de seu potencial bélico legitimado pela Guerra Fria, pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e outros tratados regionais. Ressalta-se ainda que os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra como a maior economia mundial e convictos de que era fundamental a recuperação das economias europeias, tanto para a sua própria consolidação enquanto império econômico como para evitar o avanço do comunismo.

Os países europeus, com seus territórios devastados pelas guerras, demandavam recursos para sua reestruturação e, nesse sentido, os EUA se colocaram como uma fonte de empréstimos na busca de uma cooperação mútua. Foi nessa conjuntura, a partir dos esforços empreendidos pelos países vencedores, que

foi estabelecido um arcabouço institucional multilateral, que objetivava assegurar a estabilidade social e econômico-financeira no pós-guerra e garantir um comércio internacional sem fronteiras.

As propostas e negociações em torno do desenho de uma nova ordem econômica mundial, visando reconstruir o capitalismo ocorreram entre 1941 e 1944, em um processo de articulação entre os Estados Unidos e a Inglaterra, mas que também envolveu a União Soviética e outros países, que negociavam individualmente com Washington. O desenho dessa nova ordem culminou nos acordos da Conferência de Bretton Woods em 1944.

Tais acordos determinaram a adoção de um sistema de taxas de câmbio atrelada ao ouro físico, “o padrão ouro” em um sistema administrado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O dólar americano foi estabelecido implicitamente como moeda reserva diante das reservas de ouro detidas pelos EUA. Tratava-se do novo regime de taxa cambial que ficou conhecido como “sistema de Bretton Woods” – um sistema de taxas de câmbio fixas, com o dólar no centro (VAROUFAKIS, 2016, p.92-93).

O novo desenho monetário, baseado no dólar deu aos EUA um papel chave na gestão macroeconômica e na criação de liquidez internacional ao mesmo tempo que estabeleceu as bases da futura internacionalização de sua economia, deixando aberta a possibilidade de preservar a margem dos compromissos multilaterais.

Em relação ao BIRD, de acordo com Pereira (2010), foi estabelecido que o Banco não competiria com os bancos comerciais e que seu papel seria subsidiário em relação ao capital privado, orientando-se para projetos em que os bancos comerciais não estivessem interessados (PEREIRA, 2010, p.101).

Pereira (2010) explicita que a ênfase no “capital produtivo”, inscrita nos estatutos do Banco, respondia a uma dupla injunção. A primeira referia-se à própria dinâmica da acumulação capitalista, que naquele momento e no quarto de século que se seguiu se centrava na esfera produtiva; e a segunda relacionada ao pensamento convencional da época, segundo o qual o crescimento econômico demandaria a eliminação de obstáculos e/ou a constituição de condições para o aumento da

produtividade média, sob a forma de grandes inversões em capital físico (PEREIRA, 2010, p.106).

Outro aspecto importante da fundação do Banco refere-se à forma como o poder decisório foi concentrado. A forma de repartição dos votos, baseada no poder econômico, expressa essa desigualdade: em 1947, os EUA e a Inglaterra totalizavam 50% dos votos (34,23% e 14,17% respectivamente) e a somatória dos 13 países aliados mais industrializados (sem contar a URSS) somavam 70% dos votos. A América Latina, território estratégico para expansão de mercado, totalizava 8,38%, e o Brasil 1,39%. A URSS, que deveria ser a terceira detentora de votos, não ratificou os acordos finais sobre essas instituições, denunciando que as mesmas seriam filiais de Wall Street convertidas em instrumento dos EUA (TOUSSAINT, 2006).

No que diz respeito às decisões do Banco, sua mais alta instância seria o Bureau dos Governadores, em que cada país é representado por um governador, que geralmente é o ministro das Finanças ou o presidente do Banco Central das suas nações. Teoricamente, os governadores deveriam escolher o presidente no Banco, mas na prática essa tem sido uma escolha do Tesouro e do presidente norte americano.

Nas décadas posteriores a fundação do BIRD outras instituições ligadas às suas atividades foram criadas: Instituto de Desenvolvimento Econômico em 1955 (renomeado de Instituto Banco Mundial em 2000); a Corporação Financeira Internacional em 1956; a Associação Internacional de Desenvolvimento em 1960; o Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos em 1966; e a Agência Multilateral de Garantia em Investimento em 1988. Esse conjunto de instituições forma o Grupo Banco Mundial, cuja sede está em Washington, DC (EUA) e o chamado “Banco Mundial” corresponde ao BIRD e à Associação Internacional de Desenvolvimento (AID).

Atualmente, de acordo com Pereira (2021) o Banco Mundial realiza fundamentalmente quatro tipos de atividade: a) empréstimos e créditos para projetos e políticas; b) aconselhamento, assistência técnica e advocacia em favor de determinada agenda de políticas; c) pesquisa econômica especializada em todas as áreas do desenvolvimento; d) mobilização e articulação de agentes públicos e privados para iniciativas multilaterais globais.

Ainda que os empréstimos e créditos para projetos constituam uma importante atividade desenvolvida pelo Banco, é reconhecido o empenho ao longo de sua história em se forjar como um “Banco do Conhecimento” que, através dos dados e pesquisas que mobiliza, apresenta uma agenda política e econômica sob uma aparente neutralidade (Pereira, 2021) utilizada para justificar e subsidiar as contrarreformas implementadas por diversos governos. A seguir buscaremos discutir a histórica relação do Banco e a ofensiva contra os trabalhadores do setor público brasileiro através da análise dos documentos direcionados ao Brasil.

O BANCO MUNDIAL E A OFENSIVA SOBRE O TRABALHO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DO PERCURSO BRASILEIRO

Em 1991 o Banco lançou o documento “Brasil Uma agenda para Estabilização”, que, de acordo com o organismo, era semelhante ao conjunto de propostas do programa lançado por Collor logo no início de sua gestão e intitulado “Plano Brasil Novo” (WORLD BANK, 1991, p. 2). O documento indicava que diante de uma gestão pública “fraca” havia espaço para aceitação da privatização no Brasil. O relatório cita a introdução da estrutura legal para privatização em 1985 e modificada em 1988, mas ressalta que houve pouca privatização efetiva desde então.

Á partir do Plano Collor foram estabelecidas as bases para a privatização através do Programa Nacional de Desestatização (Lei n.º 8.031, de 1990). As privatizações, inclusive, se concentraram nas áreas indicadas pelo Banco, ou seja, siderurgia, petroquímica e fertilizantes. Ainda que o início da década de 1990 tenha sido marcado pelo processo de impedimento de Collor, primeiro presidente eleito pelo voto direto, houve espaço para o avanço da agenda neoliberal iniciado neste governo e ampliado no governo de seu sucessor Itamar Franco com a implementação do Plano Real.

Em 1995 assumiu o governo federal Fernando Henrique Cardoso caracterizado pelo Banco como mais “reformista”. O período FHC foi marcado pela grande aproximação entre os planos de governo e medidas adotadas com as formulações do Banco. Em 1995 o Banco lançou o primeiro documento de estratégia de assistência

ao país²² direcionado ao Brasil. A análise desenvolvida pelo Banco sobre o país indicava o que ele chamava de pontos fundamentais para a Reforma estrutural da Constituição Federal de 1988. Além da indicação de “reformatar” a política previdenciária, o documento também indicava como “alvos” a estabilidade dos funcionários públicos e a garantia de que o salário mínimo seria preservado da erosão da inflação.

Também em 1995 o Banco lançou o relatório do Desenvolvimento Mundial intitulado “Trabalhadores em um mundo integrado” que apresentava sua perspectiva totalmente alinhada ao ataque ao trabalho que ganhava fôlego desde 1970. O Banco, através do relatório, tecia críticas aos servidores públicos que teriam grande possibilidade de se inclinar à corrupção para manter ganhos salariais (pag. 92), defendia a desregulamentação do trabalho (pag. 90), atacava a organização sindical considerada monopolista (pag.104) e propunha seu tradicional pacote de “reformas” com uma ampla revisão da legislação trabalhista.

De acordo com o Banco severos choques na economia poderiam criar oportunidades para alguns trabalhadores e ter efeitos dolorosos em outros. As transformações propostas seguiriam padrões diversos em diferentes países, mas sempre envolvendo uma aceleração acentuada na destruição de empregos inviáveis e na criação de novos. O documento ressalta ainda que esse processo é quase sempre acompanhado de declínio macroeconômico, exigindo redução da demanda por trabalho e queda dos salários reais. Movimentar a economia o mais rápido possível para o novo caminho de crescimento seria a chave para limitar as perdas de bem-estar, enquanto desistir no meio do caminho atingiria mais duramente os trabalhadores pobres (WORLD BANK, 1995, p.108).

O documento explicitava as consequências negativas para os trabalhadores principalmente os mais pobres, ainda assim, o governo FHC na década de 1990 seguiu firmemente suas indicações implementando ao longo de seus dois mandatos o maior programa de privatizações do mundo, as “reformas” administrativa e da

²² As formulações de Estratégia de Assistência a um País (EAP) constituem o documento nacional mais importante do Banco Mundial. Atualmente, a formulação das EAP's é precedido da elaboração do chamado Diagnóstico Sistemático.

previdência e a Lei de Responsabilidade Fiscal que representaram os maiores ataques ao trabalho no setor público.

Sobre o processo de privatização no primeiro mandato de FHC que envolveu grandes empresas nacionais, como a Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, a Telebrás, dentre outras, a despeito do anunciado pelo governo, essas privatizações acabaram por representar um prejuízo aos cofres públicos. Enquanto o governo FHC indicava que a União e os estados arrecadaram 68,7 bilhões de reais com a venda das estatais, até dezembro de 1998, e que a esse valor é preciso, ainda, somar outros 16,5 bilhões de reais representados pelas dívidas “transferidas” para os compradores, totalizando 85,2 bilhões de reais, Biondi (2003,) afirmava se tratar, na verdade, de um “blefe”.

De acordo com Biondi (2003), é importante resgatar que o governo aceitou moedas podres na compra dessas empresas, ou seja, títulos antigos emitidos pelo governo e que podiam ser comprados por até 50% do seu valor (BIONDI, 2003, p.18). . A própria Companhia Siderúrgica Nacional foi “vendida” no leilão por 1,05 bilhão de reais, mas esse valor foi pago em sua quase totalidade, ou 1,01 bilhão de reais, com “moedas podres”, com apenas 38 milhões de reais pagos em dinheiro. Em outras palavras, foi nula a entrada de dinheiro nos cofres do governo, já que usaram títulos comprados pela metade do preço, para “pagar” o governo, isto é, na verdade compraram as estatais pela metade do preço anunciado (BIONDI, 2003, p.18).

Em um curto espaço de tempo antes das privatizações, o governo realizou investimentos nas empresas, criando as condições para um aumento de lucros falsamente atribuídos a uma eficiência da gestão privada. Além dos investimentos prévios, o governo assumiu os encargos trabalhistas de demissões realizadas às vésperas dos leilões, custo esse que deveria ser assumido pelas compradoras; além de elevar as tarifas em porcentagens que atingiam até 500% e inserir cláusulas que permitiam uma redução mínima no valor tarifário dos serviços a serem prestados, o que contrariava inclusive o discurso midiático em prol das privatizações. O governo assumiu ainda os custos relacionados aos fundos de aposentadoria dos trabalhadores ligados às empresas vendidas (BIONDI, 2003).

Sobre os fundos de pensão e a privatização tucana, Biondi afirma que o governo – estados ou União – “transferiu” os aposentados para sua folha de

pagamentos ou se responsabilizou, no caso dos fundos de pensão, pelo pagamento dos benefícios aos funcionários existentes. Ao assumir os custos trabalhistas, o governo utilizou o fundo público no custeio das privatizações, oferecendo vantagens aos compradores e prejuízos à população brasileira. Além disso, as privatizações eliminaram centenas de postos de trabalho no setor público o que tem por consequência direta a conformação de um mercado de trabalho mais fragilizado e deterioração da qualidade dos serviços prestados a população em geral.

A “reforma” administrativa de FHC foi elaborada por Bresser Pereira e inscrita no Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE). Os principais desmontes que incidiram sobre o trabalho no setor público decorrentes do PDRE residiam na criação da propriedade pública não estatal a ser implementada nas chamadas áreas não exclusivas do Estado; na criação de agências autônomas atribuindo ao Estado a função de regulador e não executor de serviços; e na instituição do mecanismo de demissão por excesso de pessoal. Cabe ressaltar que essas medidas estão indicadas em vários documentos do Banco

Na campanha para seu segundo mandato presidencial a proximidade com as diretrizes do BM de ofensiva contra o trabalho no setor público foram explicitadas quando, além de reafirmar a direção dada pelo PDRE, o plano de governo de FHC incluiu o “*accountability*”, termo difundido pelo organismo como uma ampliação da responsabilização de servidores e que reforça a lógica produtivista que vem sendo imposta.

Em 1999, diante do cenário de déficit fiscal, juros altos e câmbio irrealista, o governo se viu obrigado a abrir mão do câmbio sobrevalorizado que constituía o fetiche da eficiência do Plano Real. A intensificação do ajuste fiscal a partir do acordo com o FMI teve como um de seus pilares a Lei Complementar 101/2000 ou Lei da Responsabilidade Fiscal, que tinha por finalidade real garantir o superávit primário, uma das exigências do acordo, e a transformação do Fundo de Estabilização Fiscal de 1996 na Desvinculação de Receitas da União (DRU).

De acordo com Salvador (2010), a LRF objetivava limitar as despesas não financeiras do orçamento e priorizar o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, e, para tanto, introduziu mudanças nas peças orçamentárias da União, estados, Distrito Federal e municípios. A Lei de Diretrizes Orçamentárias passou a ter

um Anexo de Metas Fiscais, no qual são estabelecidas as metas anuais relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida, definidos para os dois anos seguintes. O anexo também passou a incluir a avaliação financeira e atuarial do Regime Geral de Previdência e do Regime Próprio dos servidores públicos e a previsão da avaliação bimestral do cumprimento das metas estabelecidas. Caso as metas não fossem alcançadas nas avaliações, era determinado o ajuste nas despesas.

Outra importante mudança prevista pela LRF foi o enquadramento dos estados e municípios para atender a todos os objetivos postos pelo FMI. A privatização dos bancos estaduais, consolidada pelo governo FHC através do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), limitou as possibilidades de financiamento dos governos estaduais e a expansão dos gastos sociais locais. Diante da limitação para obter recursos junto aos bancos públicos e a partir da promulgação da LRF, que impôs punições aos gestores que descumprissem as determinações legais orçamentárias, os governos estaduais se viram obrigados a aderir ao ajuste fiscal federal, o que foi determinante para o cumprimento das metas de superávits acordados com o FMI (SALVADOR, 2010).

FHC também foi o responsável pela primeira contrarreforma da previdência social em 1998, efetivada através da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 20, que instituiu a exigência de uma idade mínima para a aposentadoria de 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens (até então a aposentadoria valia para quem contribuísse por 25 a 30 anos, no caso das mulheres; e 30 a 35 anos, no caso dos homens, mas sem limite mínimo de idade). A contrarreforma também criou o Fator Previdenciário na Emenda Constitucional, além de uma regra de transição para aqueles já contribuintes do sistema antes da aprovação da PEC. FHC também instituiu a Lei Complementar nº 109, em 2001, que no Capítulo III define o que são as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Em 1999, o BM lançou o documento *“Brasil - Projeto de Assistência Técnica Previdenciária”* (WORLD BANK, 1999), que aprofundou as discussões sobre a contrarreforma desse setor. De acordo com o documento, que só foi publicizado em 2010, o programa de “reforma” previdenciária que estava sendo implementado pelo governo se dividia em duas fases. A primeira fase envolvia a aprovação de emenda constitucional, que introduziu o princípio de equilíbrio fiscal para os sistemas públicos

e privados, substituiu as pensões com base na antiguidade pelas baseadas em anos de contribuição, impôs a idade mínima para aposentadoria e a criação dos fundos de pensão para estados e municípios. Essa primeira fase também envolveu o início da reestruturação do INSS. A segunda fase envolveria a aprovação de leis complementares e ordinárias para definir os parâmetros dos novos sistemas de pensões. Além disso, é nessa segunda fase que estariam as reformas institucionais das agências governamentais que supervisionam o sistema de pensões. Essas agências são: o INSS e a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que regulamenta e supervisiona o sistema de previdência complementar privado. Ambas as agências estão sob gerência do Ministério da Previdência Social (MPAS) (WORLD BANK, 1999, p.2).

Ainda que FHC tivesse o objetivo de contrarreformar a previdência dos servidores públicos, diante de sua evidente falta de apoio político para uma aprovação, esse ponto da agenda neoliberal ficou para o próximo governo federal.

Ao longo de seu governo FHC elegeu os servidores públicos como alvo de várias medidas que visavam desmontar os direitos conquistados²³. Se, no primeiro mandato, a resistência dos trabalhadores teve um caráter defensivo, o segundo mandato foi marcado pelo aprofundamento da crise econômica que reacendeu as mobilizações. Em um cenário adverso de agravamento da crise econômica, com entrega do patrimônio público aos interesses do capital, os trabalhadores passaram ao enfrentamento coletivo com deflagração de sucessivas greves, que contaram com as maiores centrais sindicais e setores importantes, como os petroleiros, os trabalhadores das universidades federais e os previdenciários. Esse cenário muda com a eleição de Lula.

Concordamos com as análises de Iasi (2012) sobre o transformismo vivido pelo Partido dos Trabalhadores ao longo de sua história. De acordo com Iasi, a análise dos documentos resultantes dos Encontros e Congressos do PT evidenciam como paulatinamente o partido flexibilizou seus princípios, substituindo o discurso anticapitalista pelo antineoliberal, propondo um novo projeto de sociedade, não mais norteado pelo socialismo, mas por um novo projeto nacional de desenvolvimento, que

²³ De acordo com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram suprimidos 50 direitos dos servidores públicos. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/fhc-suprimiu-50-direitos-dos-servidores-publicos-69f5#>> consultado em 12 de jun. de 2021.

possibilitasse disputar a hegemonia da sociedade. Nesse novo projeto, explicitado nos documentos do partido, propõe-se uma aliança tão ampla que inclusive a burguesia “produtiva” e partidos de “centro” cabiam.

Paulani (2003), realiza uma análise crítica dos argumentos explicativos da virada do partido pautados pela “TINA” ou “*There is No Alternative*” e no apelo à “credibilidade”. Segundo o argumento da inexistência de alternativa (TINA), só existe uma macroeconomia possível, ou seja, “o argumento reza que não há política econômica de direita, de esquerda ou de centro. Existe a política certa, tecnicamente fundamentada, neutra; e a política errada, irresponsável, utópica, ingênua, populista” (PAULANI, 2003, p.20). Segundo esse argumento, os ajustes possíveis se dão na esfera da microeconomia, enquanto o ajuste fiscal, os juros altos, câmbio flutuante e a livre movimentação de capitais são intocáveis.

Em 2003, o governo Lula aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº41 que, na prática, retirou os direitos dos trabalhadores do setor público correspondentes aos que FHC retirou do setor privado: aposentadoria integral, isonomia para ativos e aposentados; e em seu lugar inseriu a contribuição previdenciária para os já aposentados, aumento do tempo de trabalho e idade mínima para acesso ao direito de aposentadoria. A contrarreforma da previdência implementada por Lula completou o ciclo de indicações recorrentes nos documentos do Banco Mundial como um dos pontos prioritários.

Cabe ressaltar também que o governo Lula seguindo a tendência das “reformas” sugeridas nos documentos do Banco expandiu as novas formas de privatização propostas no PDRE com a ampliação da entrega da gestão de serviços públicos às organizações sociais.

Granemann (2008) elenca os principais malefícios que as organizações sociais produzem para os trabalhadores, evidenciando a precarização da forma de contratação; a inexistência de um regime jurídico único de contratação, permitindo formas diversas de organizar a força de trabalho, diminuindo sua capacidade de mobilização e, ainda, a inexistência de contribuição por parte das OS's para a constituição do fundo público, apesar de ter seu financiamento viabilizado por este. Segundo a autora, essa não contribuição só é possível pelo caráter jurídico destas

organizações, as quais, ao prestarem serviços de cunho social, gozam de imunidade tributária.

Em 2011 o partido dos trabalhadores chegou ao seu terceiro mandato e coube ao governo Dilma sacramentar a contrarreforma da previdência dos servidores públicos com a implementação do fundo de previdência complementar, a Funpresp. De acordo com Lavinias e Gentil (2018), este será o maior fundo de pensão da América Latina. Os fundos de previdência privada favorecidos com a destinação de poupança dos trabalhadores com remuneração acima do baixo teto instituído, os torna os maiores proprietários de títulos da dívida pública, saltando de 17,7% do total de ativos, em 2007, para 24,5%, em 2016, o que significa um ganho anual de cerca de R\$ 99,7 bilhões em juros da dívida pública, se for tomado como referência o ano de 2016 (Lavinias e Gentil, 2018).

Os governos petistas chegaram ao fim com o golpe jurídico parlamentar materializado no impedimento de Dilma em 2016 que levou Michel Temer a presidência e inaugurou um período de intensificação das medidas contrarreformistas que visavam reestabelecer os ganhos do capital.

Ao assumir a presidência, a primeira medida contrarreformista do governo ilegítimo de Temer foi a proposição da chamada “PEC do Fim do Mundo” (PEC 241-55/2016, de 15/12/2016), que limitou por 20 anos os gastos públicos primários e instituiu um nefasto mecanismo de controle de gastos federais, cujo aumento foi condicionado à inflação acumulada, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A partir dessa medida, os serviços públicos, já sucateados pela implementação de sucessivos programas de “ajuste” fiscal se tornam ainda mais comprometidos com falta de recursos para investimento na expansão e manutenção de serviços, contratação de trabalhadores etc.

A proposta do teto de gastos pode ser identificada em diversos documentos elaborados pelo Banco Mundial nesse período. Em 2016, o Banco lançou o primeiro documento de Diagnóstico Sistemático para o País (DSP) intitulado “Retomando o Caminho para a Inclusão, o Crescimento e a Sustentabilidade”. No geral a receita do Banco não muda e parte da “reforma” do que ele chama de generoso sistema de previdência social e do que ele considera como ponto central: a rigidez dos gastos obrigatórios previstos pela Constituição.

As análises do Banco em relação aos trabalhadores do setor público nesse documento se concentram na crítica ao que ele considera como generosos salários e sistema previdenciário. Cabe ressaltar que a proposta de contrarreforma da previdência de Temer, contida na PEC nº 287/16, apresentada em dezembro de 2016 (poucos meses após o documento ter sido elaborado), previa vários pontos indicados pelo documento como a ampliação do tempo mínimo de contribuição. Ainda que a contrarreforma de Temer não tenha sido aprovada pela inviabilidade de tramitação, suas proposições foram resgatadas e aprovadas através da PEC 06/ 2019 do governo Bolsonaro.

De acordo com o Banco, o DSP não tinha por objetivo apresentar propostas e os pontos indicados deveriam ser aprofundados em documentos posteriores. Em relação ao trabalho no setor público, dois documentos lançados posteriormente cumprem a função de aprofundar as discussões e apresentar propostas. O primeiro documento foi o “Um Ajuste Justo” encomendado pelo governo Temer e lançado em 2017.

O documento retomou a centralidade na redução de investimentos públicos e apontou pelo menos 7% do PIB em potenciais economias fiscais em nível federal, até 2026, distribuídas em 1,8% do PIB na contrarreforma da previdência; 0,9% do PIB em reduções na massa salarial dos servidores públicos; 0,2% do PIB em ganhos de eficiência em aquisições públicas; 1,3% do PIB resultantes da racionalização dos programas de assistência social e de apoio ao mercado do trabalho; 2% do PIB em reduções nos créditos subsidiados e nos gastos tributários de apoio às empresas; 0,3% do PIB por meio da eliminação de créditos tributários para a saúde; 0,5% do PIB em reformas no financiamento do ensino superior; além de 1,3% do PIB resultante de reformas para melhorar a eficiência nos setores de saúde e educação (BANCO MUNDIAL, 2017, p.14).

O documento de 2017 também dedicou parte de suas análises ao que chamou de “Peso da Folha do Funcionalismo Público” (BANCO MUNDIAL, 2017,p.39). De acordo com as análises empreendidas pelo Banco, ainda que as despesas primárias do governo federal com a massa salarial representam somente 12% esses seriam um padrão muito alta para padrões internacionais. Os altos níveis de gastos seriam impulsionados pelos altos salários dos servidores públicos, e não pelo número

excessivo de servidores principalmente na esfera federal. Os altos salários recebidos colocam os servidores federais no topo da pirâmide de renda nacional, o que contribui para aumentar a desigualdade no Brasil. Portanto, para o Banco havia espaço para realizar economias significativas por meio da redução dos prêmios salariais pagos aos servidores públicos federais em comparação ao setor privado e ainda para a introdução de um sistema mais meritocrático de aumentos salariais que reduziriam os custos e aumentariam a produtividade no setor público.

O empenho do Banco em direcionar as medidas de “ajuste” para o funcionalismo público fica evidente no lançamento de um segundo documento em 2019 intitulado “ GESTÃO DE PESSOAS E FOLHA DE PAGAMENTOS NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO. Os que os dados dizem. Esse documento assim como o anterior “Um ajuste justo” são citados como base para a elaboração da PEC 32 que discutiremos a seguir.

A MÃO VISÍVEL DO BANCO MUNDIAL NA PROPOSTA DE CONTRARREFORMA ADMINISTRATIVA

No documento lançado em 2019 o Banco Mundial afirma que o Brasil vivenciava um momento propício para realizar uma “reforma” administrativa tendo em vista a previsão de um elevado número de servidores que se tornariam aptos a se aposentar num curto espaço de tempo e o número de servidores que estavam em abono permanência. Esse cenário permitiria, na concepção do Banco, implementar mudanças que incidiriam no sistema de remuneração do serviço público federal brasileiro que promoveriam a racionalização do número de rubricas de pagamento, aproximação dos salários iniciais aos praticados pelo setor privado e aumento da transparência na definição de aumentos salariais (Banco Mundial, 2019,p.32).

O citado documento se baseou em microdados do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) fornecidos pelo governo brasileiro. Os dados continham informações de aproximadamente um milhão de servidores civis ativos e inativos do período de 2008 a 2017 e incluíam todos os servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo, menos os da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e do Banco Central (BACEN) (Banco Mundial, 2019, p.25).

A Proposta de Emenda à Constituição N 32 apresentada em 3 de setembro de 2020 tem por objetivo avançar no processo de ofensiva contra os trabalhadores do setor público que já vinha se desenvolvendo desde a década de 1990 como analisamos na sessão dois deste artigo. A PEC evidencia profunda sintonia com os documentos elaborados pelo Banco Conforme discutiremos.

É importante ressaltar que o governo de ultradireita de Jair Bolsonaro decretou sigilo²⁴ aos chamados documentos preparatórios utilizados na fundamentação da proposta enquanto ela estiver tramitando e também indicou que os documentos que “tenham restrição de acesso prevista em legislação específica” poderiam nem ser divulgados. (Mões, 2020)

Na fundamentação da proposta PEC32 o governo indicou que a mesma foi balizada em três grandes orientações: (a) modernizar o Estado, conferindo maior dinamicidade, racionalidade e eficiência à sua atuação; (b) aproximar o serviço público brasileiro da realidade do país; e (c) garantir condições orçamentárias e financeiras para a existência do Estado e para a prestação de serviços públicos de qualidade.

Em relação ao primeiro eixo, a modernização do Estado dita como conectada com as melhores práticas internacionais e cujo objetivo seria viabilizar a dinâmica de relacionamento entre órgãos e entidades públicas com a iniciativa privada, se concentra a proposição de alterações no Regime Jurídico Único estabelecido pela CF88. A PEC indica a criação de novos vínculos caracterizados como “mais bem alinhadas às necessidades atuais e futuras da Administração”. Os cinco tipos de vínculos propostos são: (i) vínculo de experiência com período de experiência efetivo como etapa do concurso para ingresso em cargo por prazo indeterminado ou em cargo típico de Estado; (ii) vínculo por prazo determinado para admissão de pessoal para necessidades específicas e com prazo certo; (iii) cargo com vínculo por prazo indeterminado, para o desempenho de atividades contínuas, que não sejam típicas de Estado, abrangendo atividades técnicas, administrativas ou especializadas e que envolvem maior contingente de pessoas; (iv) cargo típico de Estado, com garantias, prerrogativas e deveres diferenciados, será restrito aos servidores que tenham como atribuição o desempenho de atividades que são próprias do Estado; e (v) cargo de liderança e assessoramento, corresponderá não apenas aos atuais cargos em

²⁴ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/guedes-coloca-sob-sigilo-todos-os-documentos-da-reforma-administrativa/>

comissão e funções de confiança, mas também a outras posições que justifiquem a criação de um posto específico com atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas.

O Regime Jurídico Único já era um dos pontos que o primeiro documento de estratégia de assistência ao país do Banco Mundial de 1995 indicava como fundamentais para a contrarreforma do Estado. Ao instituir vinculações variadas para os trabalhadores do setor público a PEC contribui para a desorganização dos mesmos que historicamente tem resistido a diversas medidas contra o trabalho e as políticas sociais. As novas vinculações propostas tem o mesmo sentido da “Reforma” Trabalhista que ampliou no setor privado relações precarizadas e a terceirização com o agravante no setor público de ampliar a ocupação de cargos por indicação o que pode abrir espaço para práticas que desrespeitam os princípios constitucionais da administração pública.

Nesse eixo a PEC propõe ainda dotar o presidente de plenos poderes para extinguir cargos de Ministro de Estado, cargos comissionados, cargos de liderança e assessoramento e funções, ocupados ou vagos; criar, fundir, transformar ou extinguir Ministérios e órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República; extinguir, transformar e fundir entidades da administração pública autárquica e fundacional; transformar cargos efetivos vagos e cargos de Ministro de Estado, comissionados e de liderança e assessoramento, funções de confiança e gratificações de caráter não permanente vagos ou ocupados, desde que não acarrete aumento de despesas e seja mantida a mesma natureza do vínculo; e alterar e reorganizar cargos públicos efetivos do Poder Executivo federal e suas atribuições, desde que não implique alteração ou supressão da estrutura da carreira, alteração da remuneração, modificação dos requisitos de ingresso no cargo ou da natureza do vínculo, restrita, para os cargos típicos de Estado, transformação de cargos vagos apenas no âmbito da mesma carreira. Sob o argumento de atingir uma administração ágil e moderna, a PEC propõe modificar a Constituição para que o presidente possa realizar os atos descritos através de decretos. Essa medida, temerária pelo conjunto da sociedade, na prática pode representar uma intensificação do desmonte dos serviços públicos como universidades, equipamentos de saúde que historicamente são alvos das medidas de redução de gastos e também abre espaço para requisições não condizentes com as atribuições éticas e técnicas das profissões além da extinção através de decreto de órgãos e Ministérios concentrando poder nas mãos do presidente e se distanciando dos preceitos democráticos.

O documento do Banco apresentou como uma de suas conclusões que a folha de pagamento está organizada em centenas de cargos e carreiras, com um número alto de servidores concentrados nos últimos níveis e próximos à aposentadoria, e teceu inúmeras críticas a remuneração dos servidores, ao valor do vencimento inicial e ressaltou as recentes reformas que ocorreram em Portugal, França e Reino Unido como exemplos a serem seguidos. À partir das análises desenvolvidas, o Banco apresentou três conjuntos de políticas para reduzir gastos com pessoal na administração pública federal a serem adotadas a partir de 2020. São elas: racionalização de salários iniciais, redução na taxa de contratação de servidores e redução nos aumentos salariais não relacionados a progressões de carreira (Banco Mundial 2019, p.46). A PEC 32 se baseia nessas indicações para formular seus outros dois eixos basilares.

O segundo eixo basilar da PEC parte da afirmação da necessidade de aproximação do serviço público brasileiro à realidade do país. À partir dos dados e proposições dos documentos citados, a PEC 32 indica a suspensão de benefícios como o pagamento de remuneração de cargos em comissão ou de liderança e assessoramento, gratificação de exercício, bônus, honorários, parcelas indenizatórias ou qualquer parcela que não tenha caráter permanente, exceto nos casos de afastamentos e licenças previstos na Constituição, afastamento por incapacidade temporária para o trabalho, cessão e requisição e afastamento de pessoal a serviço do Governo brasileiro no exterior sujeito a situações adversas no país onde desenvolva as suas atividades; e prevê um conjunto de vedações como férias em período superior a trinta dias ao ano; aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos; aposentadoria compulsória como modalidade de punição; entre outras.

De acordo com as indicações do Banco, a reposição de trabalhadores no setor público durante o período compreendido entre 2008 e 2017 foi de 1,29 servidor para cada aposentado. Assim, o Banco estima que reduzindo tal taxa a um novo contratado para cada aposentado, geraria uma economia de R\$ 44,91 bilhões e taxas de crescimento de 0,82%. (Banco Mundial, 2019, p.46). Essa proposição escamoteia um ponto crucial para a população brasileira que é o quantitativo de trabalhadores necessário para prestar atendimento nos diversos serviços públicos que já é insuficiente e que será agravado ao se distanciar ainda mais do crescimento populacional.

O terceiro eixo proposto pela PEC 32 refere-se à necessidade de garantir condições orçamentárias e financeiras para a existência do Estado e para a prestação de serviços públicos de qualidade. O “ajuste fiscal” vem sendo imposto ao Brasil ao longo das últimas décadas e tem tido consequências nefastas no aumento do desemprego e na precarização da vida da população e sua intensificação após 2016 levou o país a regredir à níveis de pobreza registrados no início dos anos 2000. O mais nefasto aqui é a forma como os dados são apresentados a população culpabilizando os gastos com o funcionalismo e invisibilizando o mecanismo da dívida pública, esse sim um dos maiores gastos do orçamento público brasileiro.

A PEC 32 tratada como prioridade pelo governo federal para criar “espaço” no orçamento federal encontrou forte resistência dos trabalhadores através de suas organizações coletivas. A resistência dos trabalhadores somada a proximidade ao processo eleitoral adiou a tramitação da PEC no parlamento.

CONCLUSÃO

A análise histórica da relação entre as indicações do Banco Mundial e as contrarreformas implementadas por sucessivos governos brasileiros evidencia como o país tem imposto aos trabalhadores do setor público um duro processo de desmonte que atinge a população brasileira como um todo. A PEC 32 aprofunda esse processo e exige que a população brasileira se organize de maneira contrária a mais essa tentativa de subordinar o país aos interesses da acumulação capitalista em nome de uma suposta integração a dinâmica capitalista mundial.

REFERENCIAS

Banco Mundial, **Um ajuste Justo: Análise da Eficiência e equidade do gasto público no Brasil** Washington, DC, 2017

Banco Mundial, **Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem.** Washington, DC, 2019

BIONDI, A., 1936-2000. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado.** Editora Fundação Perseu Abramo, – São Paulo, 2003 . – (Coleção Brasil Urgente.

IASI, MAURO. L. **As Metamorfoses da Consciência de Classe. O PT entre a negação e o consentimento.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

LAVINAS, LENA. GENTIL, DENISE, **Brasil anos 2000 a política social sob regência da financeirização**. Novos estud. CeBraP / São Paulo, v37n02, 191-211 mai.–ago. 2018.

MOES, MALU. Guedes coloca sob sigilo todos os documentos da reforma administrativa. **PODER 360**. São Paulo, 29.set.2020 Disponível em <https://www.poder360.com.br/governo/guedes-coloca-sob-sigilo-todos-os-documentos-da-reforma-administrativa/>. . Acesso em: 01 fev. 2021

PAULANI, L.; **Brasil Delivery.: Servidão Financeira e Estado de Emergência Econômico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, J.M.M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944- 2008)**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, J.M.M. **A agenda educacional do Banco Mundial em tempos de ajuste e pandemia**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, e242157, 2021

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Alessandra R. **A Agenda de (Contra) Reformas do Banco Mundial para Saúde Brasileira: Fundo Público e Ajuste Estrutural**. 2021. 203f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA, Alessandra R. **O BANCO MUNDIAL E A (CONTRA) REFORMA ADMINISTRATIVA**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLITICAS PUBLICAS, 2021, São Luis, Maranhão: UFMA

TOUSSAINT, Eric. **Banco Mundial El golpe de Estado permanente. La agenda oculta del Consenso de Washington**. Madri: El Viejo Topo, 2006.

WORLD BANK, **Brazil Economic Stabilization with Structural Reforms** Washington, D.C. : World Bank Group 1991 . Acesso em: 01 fev. 2021

WORLD BANK, 1995 b Brazil - **Country assistance strategy** (English). Washington, D.C. : World Bank Group.<http://documents.worldbank.org/curated/en/986231468230082173/Brazil-Countryassistance-strategy>

WORLD BANK. 1995. **World Development Report 1995 : Workers in an Integrating World**. New York: Oxford University Press, World Bank.
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5978> Acesso em: 01 fev. 2021

WORLD BANK. **Brasil - Projeto de Assistência Técnica Previdenciária** Washington, DC: Grupo do Banco Mundial, 1999. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/207921468770140742/Brazil-Social-Security-Technical-Assistance-Project> Acesso em 13 mar. 2021. Acesso em: 01 fev. 2021

VAROUKAKIS, YANIS. **O Minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global** / Yanis Varoukakis; tradução Marcela Werneck; prefácio Leda Paulani.- São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2016.

Capítulo 5

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE
EXPANSÃO DO IFCE JUNTO AOS
POVOS DO MAR DE CAMOCIM/CE**

**Aniely Silva Brilhante
Alcides Fernando Gussi**

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO IFCE JUNTO AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM/CE

Aniely Silva Brilhante

*Assistente Social no IFCE Camocim, mestre em Avaliação de Políticas Públicas na
Universidade Federal do Ceará (UFC), aniely.brilhante@ifce.edu.br.*

Alcides Fernando Gussi

*Professor Adjunto na Universidade Federal do Ceará (UFC), pós-doutor em Análise
e Avaliação de Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ,
alcidesfernandogussi@gmail.com.*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo avaliar a política pública de expansão da educação profissional e tecnológica no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e sua relação com o desenvolvimento dos povos do mar, localizados no município de Camocim/CE. Trata-se de uma avaliação de caráter qualitativo, a ser realizada por meio de um estudo de caso no IFCE *campus* Camocim junto aos povos do mar do bairro Praia de Camocim. Para tanto, apresenta-se como questão central: em que medida a política de expansão do IFCE vem contribuindo para o desenvolvimento dos povos do mar de Camocim/CE? Esta questão fundamenta-se a partir da discussão teórica sobre o conceito de desenvolvimento em Celso Furtado (1980) e a discussão do conceito de educação profissional em Saviani (2007), dentre outros. A perspectiva teórico-metodológica da avaliação adotada apresenta como parâmetros a análise experiencial de Lejano (2012), que busca embasar a pesquisa avaliativa na relação texto e contexto da política. O percurso metodológico consistiu em três etapas: a pesquisa bibliográfica, documental e estatística; pesquisa de campo com observação no Bairro Praia e entrevistas individuais e, por fim, a organização e análise de dados. Os sujeitos centrais da pesquisa foram os pescadores, estudantes do IFCE, pertencentes aos povos do mar, docentes, técnicos administrativos, colaboradores e gestor do *campus* Camocim. Por fim, a avaliação centrou a experiência da política de expansão do IFCE em sua relação com os povos do mar de Camocim, estabelecendo parâmetros para a relação entre o texto da política e o contexto local de sua implementação (LEJANO, 2012). Como resultados, os indicadores apontam que a expansão dos IF vem oportunizando o acesso à educação pública, presencial e federal, e que o IFCE *campus* Camocim contribui para a mudança de vida dos familiares dos pescadores. Contudo, o diálogo com os povos do mar está institucionalmente embrionário, ainda que com potencial para avançar diante da possibilidade do IFCE em rever os seus métodos pedagógicos nos termos de uma educação profissional de caráter emancipatório, e ser coerente com o contexto da comunidade local para alcançar o desenvolvimento no sentido de

Furtado (1980). Nesse sentido, sugere-se a incorporação de metodologias mais inclusivas e flexíveis por meio de um projeto institucional articulado com ensino, pesquisa e extensão, respeitando a autonomia dos sujeitos e da comunidade dos povos do mar.

Palavras-chave: Avaliação. Política de Educação Profissional e Tecnológica. Desenvolvimento. Povos do Mar. IFCE.

Abstract

This work aims to evaluate the public policy of expanding professional and technological education, within the scope of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE), and its relationship with the development of the “peoples of the sea”, located in the municipality of Camocim/CE. This is a qualitative assessment, to be carried out through a case study at the IFCE campus Camocim with the “people of the sea” in the Praia de Camocim neighborhood. To this end, it presents itself as a central question: to what extent the IFCE's expansion policy has been contributing to the development of the “peoples of the sea” of Camocim / CE? This question is based on the theoretical discussion on the concept of development in Celso Furtado (1980) and the discussion of the concept of professional education in Saviani (2007), among others. The theoretical-methodological perspective of the adopted evaluation presents Lejano's (2012) experiential analysis as parameters, which seeks to base the evaluative research on the relationship between text and policy context. The methodological path consisted of three stages: bibliographic, documentary and statistical research; field research with observation in Bairro Praia and individual interviews and, finally, the organization and analysis of data. The central subjects of the research were the fishermen, students of IFCE, belonging to the peoples of the sea, teachers, administrative technicians, collaborators and manager of the Camocim campus. Finally, the assessment centered the experience of IFCE's expansion policy on its relationship with the “people of the sea” in Camocim, establishing parameters for the relationship between the policy text and the local context of its implementation (LEJANO, 2012). As a result, it is evaluated that the expansion of the IF provides access to public, face to-face and federal education and that the IFCE campus Camocim contributes to the change of life of the family of the fishermen. However, the dialogue with the peoples of the sea is institutionally embryonic, although with the potential to advance in the face of the possibility of IFCE in revising its pedagogical methods in terms of an emancipatory professional education, and being consistent with the context of the local community. to achieve development in the sense of Furtado (1980). In this sense, it is suggested to incorporate more inclusive and flexible methodologies through an institutional project articulated with teaching, research and extension, respecting the autonomy of the subjects and the community of the “peoples of the sea”.

Keywords: Evaluation. Professional and Technological Education. Development. Peoples of the Sea. IFCE.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT)²⁵ pública federal no Brasil possui

²⁵ Por educação profissional e tecnológica (EPT) entende-se uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e que tem como finalidade preparar

uma trajetória de 110 anos, passando por diferentes orientações de governos, propostas curriculares e de financiamento. Mas as transformações que essa política passou nos últimos anos foram significativas. O fortalecimento da EPT ocorreu mediante o "Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica" de 2005, seguido dos demais planos de expansão, a chamada pública MEC/SETEC n. 01 (BRASIL, 2007b), a chamada pública MEC/SETEC n. 2 (BRASIL, 2007c). Estes estabeleceram os objetivos e critérios da expansão dos IFs.

Na lei de criação dos IFs (nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), observa-se a proposta de nova territorialidade, ao levar em consideração a dimensão geográfica, e as características históricas, culturais, sociais e econômicas (Art. 01, § 3º) das cidades para a implementação dos *campi*. Nesse sentido, a política de expansão da EPT caracterizou-se basicamente por introduzir na sua organização estrutural e espacial uma outra institucionalidade, preocupando-se com o desenvolvimento local e regional com inclusão social, e uma nova territorialidade (interiorização).

O documento "Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003 - 2010" define o desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas (BRASIL, 2010, p. 14). Para Pacheco (2011), o desenvolvimento local significa o diálogo vivo e próximo dos IFs com a realidade local e regional, o que requer uma atenção mais criteriosa em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao acesso ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. Assim, cada IF, formalmente, deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária quanto à definição de suas políticas, para que seja uma instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda.

Diante disso, este trabalho fundamenta-se em uma pesquisa que busca integrar o contexto da política de Expansão da EPT de 2003 a 2016 ao desenvolvimento local de uma comunidade tradicional, a dos povos do mar²⁶ de Camocim, cidade litorânea

"para o exercício de profissões", contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

²⁶ Os povos do mar são compreendidos, neste estudo, como uma comunidade tradicional que possui atividades de subsistência no mar, com tradições próprias e conhecimento aprofundado sobre a natureza passado por gerações (DIEGUES et. al., 2000, p. 18).

do Estado do Ceará. A pesquisa versa sobre o IFCE²⁷ *campus* Camocim, inaugurado em 27 de Dezembro de 2010, em Brasília, como parte da 2ª fase da Política de Expansão da EPT, na transição entre CEFET/CE e IFCE. Na sua implantação em Camocim havia a expectativa da instituição atuar no arranjo produtivo da pesca, tendo em vista que a cidade é considerada a cidade da pesca no Estado do Ceará.

Por diferentes mediações, o IFCE esteve presente junto aos povos do mar em Camocim, sobretudo na oferta ampla de 2 cursos técnicos e 3 superiores²⁸; na oferta de Cursos FICs Ostreicultura, de Merendeiras Escolares, de Aquicultura, e de Agentes de desenvolvimento socioambiental; oferta de Minicurso de aproveitamento de pescados na perspectiva de culinária local com familiares dos pescadores; presença de pescador em projeto de extensão de Letramento Avançar; projeto de limpeza das praias. Contudo, como se verá, ao longo deste trabalho, a inexistência de cursos adaptados às características específicas dessa comunidade tradicional, que gerem desenvolvimento direto no arranjo produtivo da pesca.

Porém, considera-se, como pressuposto orientador da avaliação, que a referida expansão reconfigurou o perfil estudantil das instituições públicas federais de ensino. Um público como os povos do mar, quando chega ao IFCE, tem muito a aprender, mas também muito a ensinar. A chegada dos IFs em muitas localidades do interior do Estado representa a experiência de ter as primeiras gerações das famílias com acesso à formação superior, pesquisa, extensão e organização política. Soma-se a isso, a chegada de alunos com outras demandas, como a baixa proficiência, com tempo escasso para participar de qualquer outra atividade acadêmica além do ensino (PEREIRA e ALBUQUERQUE, 2016, p. 49). Observa-se histórias de superação, as sabedorias acerca da natureza, a participação ativa nos cursos, a evasão escolar por limitações financeiras, os obstáculos de quem mora em zona rural, a dificuldade de entregar documentação porque o pai ou esposo estava no mar, etc. Os alunos dos povos do mar têm um diferencial, pois são herdeiros de uma sabedoria popular

²⁷ O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) representa uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, e é equiparado às universidades federais (BRASIL, 2008).

²⁸ Em 2013, foram criados os Cursos Técnicos Subsequente em Restaurante e Bar, Manutenção e Suporte em Informática, e os superiores de Tecnólogo em Processos Ambientais, Licenciatura em Letras Português e Inglês e Licenciatura em Química, escolhidos por assembleia local e o *campus* permaneceu tendo a presença das famílias dos pescadores.

diferente dos demais, e são aguerridos, no sentido de serem participativos, de valorizarem a experiência na instituição, ou então, de não desistirem tão fácil dos estudos.

Diante do que foi apresentado, chega-se aqui ao objetivo deste trabalho: avaliar a política pública de expansão da educação profissional e tecnológica, no âmbito do IFCE e sua relação com o desenvolvimento dos povos do mar, localizados no município de Camocim/CE. Trata-se de responder a seguinte pergunta de partida: em que medida a política de expansão do IFCE vem contribuindo para o desenvolvimento dos povos do mar de Camocim/CE? E de qual desenvolvimento se trata, diante do contexto local em que vivem os povos do mar?

Este trabalho organiza-se inicialmente com esta introdução, abordando acerca das questões iniciais, dos objetivos e da perspectiva avaliativa. Em seguida, a seção 2 “A perspectiva teórico-metodológica” apresenta as bases da pesquisa avaliativa realizada. A seção 3 “Uma discussão acerca da política de expansão dos Ifs, desenvolvimento e educação profissional” tem-se a discussão teórica e análise das categorias desenvolvimento e conceitos de educação profissional. Na seção 4 “O contexto dos povos do mar do bairro Praia de Camocim” descreve-se o contexto local para onde se deslocou institucionalmente o IFCE. Na seção 4 “Síntese avaliativa” apresenta-se os resultados da integração dos dados acerca da política de expansão do IFCE Camocim e sua relação com o desenvolvimento dos povos do mar realizada neste trabalho, encerrando-se com as “Considerações Finais”.

2. A perspectiva teórico-metodológica da pesquisa

A perspectiva teórico-metodológica avaliativa adotada fundamenta-se nos parâmetros de análise experiencial de Lejano (2012) e sua proposta interpretativa, próxima à abordagem etnográfica. Em linhas gerais, trata-se de uma proposta inovadora da área de avaliação de políticas públicas, que insere os conhecimentos das Ciências Sociais e da Ciência Política na pesquisa avaliativa, e se contrapõe aos modelos clássicos positivistas que vêm orientando os estudos em políticas públicas.

Lejano (2012) compreende a análise e a avaliação das políticas públicas partindo da experiência dos participantes, apreendendo a complexidade do cotidiano onde a política é implementada e efetivada, com o intuito de ir além dos aspectos meramente normativos. Segundo o autor, a partir desta dimensão prática, o avaliador deve

integrar múltiplos conhecimentos, observando a relação entre suas normativas (texto) e o contexto onde são executadas no cotidiano, e assim elaborar uma descrição densa, ou seja, uma fusão de diferentes linhas de informação para uma percepção mais completa do todo que envolve a política.

Coadunada à perspectiva de Lejano, neste trabalho, a pesquisa de avaliação realizada tem caráter qualitativo, realizada por meio da ampla compreensão da experiência de campo da pesquisadora com os pescadores e seus familiares no bairro Praia, zona urbana de Camocim, entre 2018, 2019, e a experiência institucional no IFCE *campus* Camocim.

A estratégia metodológica implementada utilizou os seguintes métodos e técnicas: a pesquisa bibliográfica e documental, observação de campo e entrevistas semiestruturadas com 6 alunos, 4 docentes, 2 técnico-administrativos, 1 gestor e 2 colaboradores. A pesquisa de campo consistiu em diálogos informais com os povos do mar, pessoas que moram e trabalham na beira mar, com observação do cotidiano da pesca em terra e no mar, bem como visita a duas casas de alunos. As ferramentas de registro utilizadas nessa etapa foram o diário de campo, entendido como um caderno de notas sobre impressões pessoais, observação de falas, comportamentos, relações (GIL, 2014, p. 295), como também foi realizado registro fotográfico.

3. Uma discussão acerca da política de expansão dos Ifs, desenvolvimento e educação profissional

Ao estudar os aspectos que favoreceram a chegada do *campus* do IFCE em Camocim, em um contexto nacional, depreende-se que esta unidade foi resultado de uma conjuntura histórica política, o da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), promovida durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e que teve continuidade no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014). Representou, outrossim, uma transformação na história dos IF's, hoje reconhecidos como instituições de grande porte, que não permitem comparação internacional em país algum do mundo, como aponta Arcary (2015).

Desse modo, comparando com o período de 1909 a 2002, o Brasil teve 24 presidentes e construiu um total de 140 escolas técnicas federais. No período de 2003 a 2016, apenas durante a gestão de dois presidentes, foram construídas e

inauguradas 504 novas unidades federais. Consequentemente, foi possível o aumento das matrículas, contratação via concurso público de professores e técnicos administrativos (MEC/SETEC, 2009). Todavia, as mudanças foram tanto quantitativas, com o aumento do número de *campi*, mas, sobretudo, quanto às estratégias políticas, econômicas e sociais, que se fundam a partir das bases do modelo de desenvolvimento que norteou as ações do governo do Partido dos Trabalhadores, inaugurando uma outra institucionalidade e uma nova territorialidade (SANTOS, 2018, p. 113).

Assim, gerenciada pelo Ministério da Educação (MEC), a expansão e interiorização da EPT tiveram como objetivos descentralizar a oferta da educação pelo território nacional, ampliando o acesso à educação, bem como formar mão de obra qualificada para a então crescente economia do País e diminuir as desigualdades sociais (BRASIL, 2012). Os marcos regulatórios desta época dão ênfase ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (artigo 6º da Lei nº. 11.892/2008), e dentre seus objetivos, encontra-se apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão (artigo 7º da Lei nº 11.892/2008).

A relação entre educação e desenvolvimento entrou na agenda política brasileira pelas condições favoráveis à retomada do crescimento econômico do país nos anos 2000. Gerou, portanto, a exigência de trabalho qualificado e elevou a importância da formação profissional em todos os níveis. Nesse sentido, Rezende (2013) apresenta as principais razões para alavancar a EPT: o fato de que a ciência e tecnologia são fatores determinantes do desenvolvimento econômico e do bem estar social das nações; que o desenvolvimento científico e tecnológico não é privilégio de países centrais, que já possuem tradição; e que o desenvolvimento científico e tecnológico de cada país depende diretamente de investimento em políticas, atitudes e ações de seus governos. Se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia os governos da década de 1990 e o fazer pedagógico, o foco a partir desse momento desloca-se para a qualidade social. Essa marca de um projeto de nação fundamentado pelo desenvolvimento com inclusão social, na perspectiva de enfrentamento da pobreza e da desigualdade, distribuição de renda, como se verá adiante, é o tom dos documentos oficiais, textos e normatizações dos IFs do governo Lula.

Os institutos são vistos como espaços estratégicos de qualificação da mão de

obra, uma frente estratégica visando o desenvolvimento socioeconômico de diversas regiões do país. A relação da educação com as necessidades do desenvolvimento econômico e social é, portanto, a bandeira de modernização do país levantada pelo governo da época

A discussão teórica sobre desenvolvimento constitui a chave analítica para a compreensão do processo avaliativo aqui proposto sobre a expansão da EPT, no período de 2003 a 2016, em suas interfaces com o contexto desta pesquisa, os povos do mar em Camocim. Isso porque determina que tipo de educação profissional é ofertada para as cidades na expansão da EPT, mais emancipadora ou mais atrelada aos ditames do mercado. Para tanto, será norteadas pelas reflexões do economista Celso Furtado (1980) junto à categoria desenvolvimento como mudança de estrutura, e as ideias de Bresser-Pereira (2010) acerca do Neodesenvolvimentismo.

Ao longo de sua obra, Furtado conclui que, dentro desse cenário do sistema econômico mundial, o subdesenvolvimento não é uma etapa para o desenvolvimento, mas uma forma específica deste último, na coexistência entre setores modernos e atrasados. Portanto, o autor defende que as causas do subdesenvolvimento estão interligadas ao processo de modernização periférica e a tendência à concentração de riqueza, sonegação de direitos sociais, precarização do mundo do trabalho, submissão à divisão do trabalho e a inserção internacional subalterna (FURTADO apud PAULA, 2013, p. 16).

Em resumo, Celso Furtado concebe o desenvolvimento como uma mudança de estrutura do modelo econômico, priorizando as necessidades humanas e levando em consideração a cultura. O subdesenvolvimento, para o autor, ocorre não por acaso, mas intencional, pois acompanha o projeto de sociedade das lideranças econômicas mundiais, que se desenvolveram e “jogaram a escada fora”.

Já Bresser-Pereira analisa o desenvolvimento das últimas décadas como “novo desenvolvimentismo”. Representa o “terceiro discurso” entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional, fundamentando-se na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. Consiste em um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alavancar o desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 17) através de: uma política macroeconômica consistente, baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas; concebe os mercados como o mecanismo principal,

com um mercado interno forte; os programas sociais universais, em especial os programas de transferência de renda. Dessa forma, não há mercado forte sem Estado forte, ampliam o papel do Estado como regulador e estimulador dos investimentos privados e da inovação (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 36).

Bresser-Pereira indica que esse modelo é semelhante ao que ocorreu nos anos 2000, ou seja, a busca por uma alternativa ao modelo neoliberal, por meio de um Estado forte dentro dos moldes capitalistas. Assim, não se compromete com a mudança de estrutura, o que, na prática, gerou contradições e um modelo de crescimento limitado.

E estas reflexões estão relacionadas diretamente à noção de educação profissional. São de maior importância para compreender a influência internacional para a concepção do tipo de EPT que foi idealizada nos anos 2000, uma vez que a proposta de capital humano, às noções de empreendedorismo, Arranjos Produtivos Locais, desenvolvimento local estão ligadas ao neodesenvolvimentismo, e, pode-se assim dizer, a proposta de politecnia²⁹ para a emancipação humana e transformação social de Savianni (2007) mais coerente com as ideias de Celso Furtado.

A limitação da política de expansão da EPT ocorreu na materialização de um modelo da EPT mais progressista da formação de cidadãos críticos, de acordo com a politecnia e educação integrada, atravessado pelas tendências das disputas políticas internas, que limitou o projeto de desenvolvimento local para reduzir as desigualdades sociais. Isso porque a redução das desigualdades sociais não ocorre exclusivamente em âmbito micro, requer um projeto maior de nação, como se pensa na superação das desigualdades estruturais de desenvolvimento proposta por Furtado (1980).

4. A experiência do IFCE junto aos povos do mar de Camocim: síntese avaliativa

Camocim é uma cidade litorânea do extremo oeste do Estado do Ceará, com 141 anos de emancipação política. Vizinha à praia de Jericoacoara, possui uma distância da capital de 379,3km, conta com mais de 63 mil habitantes e 1.158 km² (IBGE,

²⁹ A politécnica é compreendida como uma especialização com domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas que caracterizam o processo de trabalho moderno. Não significa a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos (SAVIANI, 2007, p. 161). Busca, a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, superar a proposta burguesa de educação que potencialize a transformação estrutural da realidade.

2010). É constituída por 2 distritos, Amarelas e Guriú, e a sede Camocim. De área equivalente a 1.123.937 km², possui 64 km de praias, o que representa cerca de 10% do litoral cearense.

A cidade guarda as heranças da pesca e da mariscagem como importante fonte de subsistência das famílias de Camocim. A atividade é considerada parte significativa para a economia local, e registra os maiores rendimentos da pesca no Ceará, com grande abundância de desembarque de peixes.

Cerca de 2.000 famílias vivem da pesca como principal fonte de renda atualmente, compreendidas neste estudo como povos do mar. Os trabalhadores da pesca são, antes de uma profissão, uma comunidade tradicional, semelhante aos quilombos e tribos indígenas. Dessa forma, o conceito de povos do mar se estende aos familiares, filhos, esposas, netos, dentre outros. E, enquanto comunidade tradicional, domina historicamente os saberes da pesca desde as primeiras povoações da cidade, com raízes na cultura indígena dos Tremembés. Já a presença do famoso porto e da estação de trem fortaleceram o desenvolvimento da cidade. A pequena vila de pescadores (atualmente bairro praia) se transformou.

Assim, Camocim aos poucos recebeu o título de cidade da pesca, sendo um ofício passado de pai para filho, tendo como maior professor o mar. As tradições culturais da procissão de São Pedro, as regatas, a dança do coco e as idas à praia como lazer fizeram parte da história de vida dos entrevistados. Os pescadores são chamados de guerreiros e heróis, e isso não é por acaso, mas por atravessarem adversidades, como a dificuldade financeira, as parcerias desvantajosas, os naufrágios e acidentes, a falta de acesso ao aprimoramento e tecnologias que possam dar mais segurança e conforto e aumentar a produtividade, elevando a renda do pescador artesanal. Na dimensão educacional, observou-se o baixo nível de escolaridade e a falta de aprimoramento profissional.

Nota-se que a única preparação profissional para os pescadores atualmente ocorre no início com o Curso de Habilitação de Pescador Profissional (POP) da Marinha, obrigatório para o registro como aquaviário. Não há, contudo, a continuidade desses estudos, sendo um desafio para a política de educação profissional.

Tais observações de campo indicam demandas dos povos do mar, que foram apresentadas no intuito de fundamentar a avaliação sobre quais respostas, de fato, o IFCE realiza para essa comunidade.

A seguir, apresenta-se aqui uma síntese avaliativa dos resultados da integração

dos dados coletados na pesquisa sobre o objeto da avaliação, IFCE e desenvolvimento dos povos do mar em Camocim. De forma detalhada, o Quadro 1 estabelece a relação entre o texto da política e os indicadores de resultados da avaliação, encontrados no contexto local, qual seja, o da vida dos povos do mar de Camocim, de acordo com as múltiplas dimensões observadas.

Quadro 1 - Resumo Avaliação IFCE e desenvolvimento dos povos do mar

POVOS DO MAR/DIMENSÃO	TEXTO DA POLÍTICA	O QUE MUDOU COM A EXPANSÃO DO IFCE EM CAMOCIM
DIMENSÃO HISTÓRICA A presença de indígenas Tremembés e Tabajaras (primeiros povos do mar); fama do excelente porto; A cidade se ergue à beira-mar (bairro Praia); Porto e estação ferroviária desenvolveram Camocim;	Os IFs, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento. (MEC/SETEC, 2008, p.34)	Projeto de extensão “Trilhas Urbanas: Camocim, um pote de histórias” (suspensão) Não há projetos específicos do IFCE para os povos do mar.
DIMENSÃO ECONÔMICA Camocim enquanto maior produtora de pescado, mas com a produção em declínio; Parcerias não vantajosas; desigualdade nas relações da pesca;	(Lei 11.892) Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008); (Plano de Expansão) (...) olhar fixo na realidade local, nas potencialidades estratégicas traduzidas pelos Arranjos Produtivos Locais e no compromisso com a inclusão social dos contingentes menos favorecidos (BRASIL, 2005)	- Para os estudantes do IFCE pertencentes aos povos do mar, a instituição proporcionou a perspectiva de inserção no mercado de trabalho (fora do setor pesca) da maioria dos entrevistados; -Elevação de renda das mulheres participantes do “Minicurso de aproveitamento de pescados: uma perspectiva de culinária local” para as famílias dos pescadores, para complementar a renda da família; -O <i>campus</i> contribuiu com o desenvolvimento econômico da atividade da pesca de forma incipiente.

DIMENSÃO LABORAL Maior e mais antiga colônia de pescadores (1.000 pescadores); Pesca artesanal sem inovação; profissão de alto risco com histórico de acidentes e naufrágio; embarcações tradicionais; não sucessão da profissão de pai para filhos	Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais (BRASIL, 2008);	-Pesquisas sobre o trabalho dos pescadores artesanais; -Não há projetos específicos do IFCE para o aprimoramento da pesca, sobretudo a pesca artesanal; -Diálogo embrionário com os atores sociais da pesca;
DIMENSÃO EDUCACIONAL Baixo nível de escolaridade; abandono escolar; possui apenas um curso preparatório;	(Plano de Expansão) Ampliar a área de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que formarão e educação cidadãos críticos e profissionais competentes, com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica; -(Plano de Expansão) Implantar EPT nos estados ainda desprovidos destas instituições, além de preferencialmente em periferias de grandes centros urbanos e municípios interioranos, distantes de centros urbanos, cujo cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho (BRASIL,2005);	-Implantação do IFCE <i>campus</i> Camocim em 2010; -Os pescadores desconhecem a atuação do IFCE; -Os familiares dos pescadores são os que mais procuram o IFCE; -Oferta de 2 cursos técnicos e 3 superiores público, gratuito e presencial; -Oferta de Cursos FICs Ostricultura e Aquicultura; -Oferta de Minicurso de aproveitamento de pescados: uma perspectiva de culinária local" com familiares dos pescadores; -Não há cursos para os pescadores; -Presença de pescador em projeto de extensão de Letramento Avançar; -Não há estratégias de adaptação do ensino do IFCE aos pescadores; -O <i>campus</i> não conta com o eixo tecnológico Recursos Naturais
DIMENSÃO CULTURAL Tradições culturais, processões, regata, Salão de Artes, Aniversário da Cidade; dança do coco, reisado, dominó, bingo, conversas nas calçadas, praias, capoeira; Patrimônio imaterial (paisagem do	Na compreensão de seu trabalho coletivo, os Institutos Federais reúnem, da diversidade sociocultural, princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação profissional e tecnológica em sintonia com os valores	-Incentivo ao grupo de dança de coco de praia; -Projeto Capoeira e Letramentos de Resistência; -Novas metodologias pedagógicas que articulam ciência, tecnologia e cultura;

porto das canoas) barcos artesanais que já não existem mais em outros lugares do mundo.	universais do homem, daí a importância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura (BRASIL, 2010)	-Não há projetos do IFCE específicos para os povos do mar.
DIMENSÃO SOCIAL Pescadores “heróis”; Relação social “desconfiada”, atividade majoritariamente masculina; filhos detentores de sabedoria popular e perfil participativo dentro do IFCE; condição social de renda;	Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador (...) a política pública estabelece-se no compromisso de pensar o todo como aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras). (BRASIL, 2010)	-Estudantes filhos de pescadores com acesso à Assistência Estudantil do IFCE; -Estudantes filhos de pescadores bolsistas do IFCE em pesquisa extensão; -Não há projetos do IFCE específicos para os povos do mar nas temáticas dos direitos humanos e sociais (gênero, raça etnia, diversidade sexual, etc)
DIMENSÃO SAÚDE Alcoolismo, acidentes de trabalho,	A educação profissional e tecnológica, enquanto política pública estratégica de Estado, estará articulada com um conjunto de outras políticas públicas que estão em curso, tais como: (...) política de saúde (BRASIL, 2005)	-Estudantes filhos de pescadores com acesso à Assistência Estudantil do IFCE (setor saúde)
DIMENSÃO POLÍTICA Relação com colônia de pescadores, Relação com a prefeitura	A comunicação entre os Institutos Federais e seu território torna-se imprescindível na definição de rumos a ser construído a partir de uma concepção endógena, sob o ponto de vista de projetos locais (BRASIL, 2010)	-Diálogo embrionário com os atores sociais da pesca; -Fortalecimento da parceria com a Prefeitura.
DIMENSÃO AMBIENTAL Poluição da praia	promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008)	- Projeto de Limpeza das praias e mangues -FIC Agentes de desenvolvimento socioambiental -Projeto Bhoia – monitoramento da qualidade da água

Fonte: Elaborado pela autora

Este quadro contém de um lado as dimensões as condições de vida dos povos

do mar de Camocim, advindas com a pesquisa de campo, e de outro lado, a análise do texto acerca dos conceitos, objetivos, critérios da Política de expansão dos IFs, utilizando o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (2005), a Lei de criação dos IFs (2008) e o documento “Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003 - 2010” (2010).

Dessa aproximação entre os povos do mar e o texto da política, depreende-se indicadores relacionados à expansão no que se refere à ampliação do acesso à educação pública federal, da infraestrutura e de recursos humanos, a mudança de vida dos estudantes, o aumento do número de atividades de pesquisa e extensão junto aos povos do mar.

No entanto, no decorrer da pesquisa, surgiram novos indicadores, de acordo com a perspectiva de Gonçalves (2008) que orienta a formulação de novos indicadores socioculturais, construídos durante o trabalho de campo. Os indicadores socioculturais, que construímos, referem-se às múltiplas dimensões apontadas no Quadro 1: o pouco conhecimento dos povos do mar acerca do IFCE, mesmo após 10 anos de inauguração do *campus*; a retirada do eixo tecnológico de Recursos Naturais e o desvio da finalidade inicial de trabalhar o setor da pesca; as relações de gênero, de saúde e ambientais; o perfil discente não focado exclusivamente nas dificuldades financeiras, mas, sobretudo, uma ênfase na sabedoria popular e na participação ativa; como o IFCE se articula com as demais instituições. Disso, identifica-se ainda a oportunidade para a Assistência Estudantil do instituto em atuar junto aos povos do mar, nas dimensões sociais e de saúde e não se limitar apenas a atender docentes e estudantes.

No geral, não se pode negar que a expansão territorial dos IF oportunizou o acesso à educação de qualidade, pública, presencial e federal, com professores qualificados para a população antes desassistida. Esse objetivo geral da política de expansão da EPT foi, em boa parte, coerente no contexto de Camocim, tendo em vista que o *campus* está em processo de estruturação.

No entanto, sobre a dimensão socioeconômica e laboral, com a finalidade de desenvolvimento dos APLs, propostos pela política, a atuação do IFCE para o desenvolvimento dos povos do mar teve alcance limitado frente ao potencial da instituição. Ainda que a instituição não esteja inerte diante dessa missão, pois, desde 2012, realiza tentativas de atuar junto aos povos do mar, mas os avanços foram distantes do esperado.

Assim, analisando o deslocamento institucional da política para o contexto do IFCE *campus* Camocim, do IFCE e desenvolvimento dos povos do mar do bairro Praia, a pesquisa identifica indicadores de resultados positivos, que foram: ampliação do acesso à educação profissional; a mudança do perfil discente, com a entrada da primeira geração dos povos do mar com acesso ao nível superior; maior participação dos discentes, com saberes populares do meio ambiente; mudança de vida dos estudantes dos povos do mar; concepção de EPT, que considera a formação teórica relacionada à prática; atividades de extensão com oferta de cursos FICs e limpeza das praias; e maior compromisso de alguns servidores com os discentes e seu contexto.

Os pontos críticos da avaliação foram: expansão precarizada; ausência do eixo tecnológico da pesca e desvio da proposta de trabalho inicial, poucos projetos de pesquisa e extensão para os povos do mar; os pescadores mantêm a sua prática profissional da mesma forma quando o IFCE chegou à cidade; não há atividades educativas para os pescadores e aprimoramento da pesca; dificuldades de dialogar com os atores sociais da pesca; poucos profissionais comprometidos com o trabalho nas comunidades; proposta pedagógica não flexível para oportunizar o acesso do pescador a um curso regular no IF; o IFCE é pouco conhecido perante os pescadores. Isso leva a considerar alguns pontos para a mudança da implementação da política a nível local, que são: maiores investimentos; o maior diálogo com a comunidade da pesca; oferta de cursos para os povos do mar e para pescadores; organização institucional para garantir o acesso desses sujeitos ao ensino formal; e garantia de uma mudança coletiva da pesca, além da mudança de vida pessoal.

Considerações Finais

O IF chega no cenário singular de Camocim, com um litoral privilegiado de 62 km de praia e reconhecido como cidade da pesca, e que possui uma herança cultural dos povos do mar. Tanto a instituição quanto a atividade da pesca, e os pescadores, podem ter muito a ganhar com o *campus*. No entanto, como foi demonstrado, o diálogo entre eles está embrionário, ainda que, institucionalmente, apresenta potencial para avanços, na esperança de que o IF venha a aprender com os povos do mar.

Com esse resultado há que ser considerado qual o teor da atuação do IF como elemento fomentador do desenvolvimento na localidade, no caso de Camocim e os

povos do mar. Desde este ponto de vista, essa atuação sofre interferências institucionais na sua condução, apresentando limites, por exemplo, como foi visto, ao negar a implantação do eixo tecnológico da pesca no *campus*, o IFCE gera um descompasso de ações que poderiam, potencialmente, estar voltadas para a comunidade.

Mas, como indica Carvalho (2011), apesar da garantia do bem-estar só ser viável em outra forma de sociabilidade, as políticas públicas podem contribuir para fomentar processos de ampliação do Estado na direção de serem permeáveis aos interesses coletivos, incorporando demandas da maioria da população, como base na afirmação da justiça social e da equidade.

Esta avaliação, considerando as condições de vida dos povos do mar, reconhece a necessidade do IFCE *campus* Camocim de fortalecer sua organização interna e apoio mútuo a fim de elaborar um projeto institucional amplo, que tenha a perspectiva de desenvolvimento para os povos do mar, no sentido de Furtado, elevando as potencialidades culturais, sociais, laborais e ambientais, não se limitando quanto à formação e mudança individual dos sujeitos. Orientar-se para os povos do mar, portanto, significa ao IF atentar para afirmar uma atuação que articule ensino, pesquisa e extensão, adaptando-se e respeitando a cultura local e os saberes populares, por meio de projetos mais articulados e com mais parcerias, com respeito à sua autonomia (BRASIL, 2010).

REFERÊNCIAS

- ARCARY, V. **Uma nota sobre os Institutos Federais em perspectiva histórica**. [S.l:s.n], 2015. Disponível em: . Acesso em: 07 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007**. Chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. Brasília, 2007b. Disponível em:. Acesso em: 1 abr. 2020.
- _____. Ministério da Educação. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007**. Chamada Pública de Propostas para constituição dos Institutos Federais De Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Brasília, 2007c. Disponível em: . Acesso em: 1 abr. 2020.
- _____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 dez. 2008. Disponível em: . Acesso em: 07 ago.2018.
- _____. Ministério da Educação. **Concepções e Diretrizes da Educação**

- Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010.** Brasília: SETEC/MEC, 2010. Disponível em: . Acesso em: 11 ago.2018.
- _____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** TC 026.062/2011-9. Relator: Ministro José Jorge. Modalidade: Auditoria Operacional – Fiscalização de Orientação Centralizada. Brasília,: TCU, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina: texto para discussão** n. 274. São Paulo: FGV, 2010.
- CARVALHO, A. M. P. **Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI.** In: SOUSA, F. J. P. Poder e políticas públicas na América Latina. Fortaleza: EdUFC, 2010.
- FURTADO, C. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** São Paulo: Nacional, 1980.
- GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- GONÇALVES, A. F. **Políticas Públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais.** Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, n.1, p. 17-28, 2008.
- GUSSI, A. F. **Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica.** Desenvolvimento em Debate, v. 4, p. 83-101, 2016.
- LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto.** Campinas: Arte Escrita, 2012.
- PACHECO, E. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília: MEC, 2010. Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf . Acesso em: 01 mar. 2019.
- PEREIRA, E. M. ; ALBUQUERQUE, C. S. . **Transformações contemporâneas e política educacional no Brasil: formação profissional em Serviço Social na experiência do IFCE.** Revista Labor , v. 1, p. 80-94, 2015.
- RAMOS DE SOUZA, J. E; CORREA JUNIOR, D. S. **Os Institutos Federais em Três Dimensões de Análise.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 10, p. 2-11, jun. 2016. Disponível em: [OS INSTITUTOS FEDERAIS EM TRÊS DIMENSÕES DE ANÁLISE | Ramos de Souza | Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica \(ifrn.edu.br\)](http://osinstitutosfederaisembrêsdimensõesdeanálise|ramosdesouza|revistabrasileiradaeducaçãoprofissionaletecnológica(ifrn.edu.br)). Acesso em: 10 abr. 2020.
- REZENDE, S. M. **Uma década de avanço em ciência, tecnologia e inovação no Brasil.** In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.
- SANTOS, J. A. Política de expansão da RFEPT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? In: FRIGOTTO, G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento** . Rio de Janeiro: EdUERJ, LPP, 2018.
- SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, p.33-38, jan. abr. 2007.

Capítulo 6

**O ESTADO NEOLIBERAL E AS
IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA
DE SAÚDE MENTAL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO GOLPE DE
2016**

**Alda Venusia Alves de Oliveira
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do
Nascimento**

**Celyane Souza dos Santos
Maria de Fátima Leite Gomes**

O ESTADO NEOLIBERAL E AS IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GOLPE DE 2016

Alda Venusia Alves de Oliveira

Assistente Social do Município de Crato-CE, Assistente Social. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB); aldavenusiaoliveira@gmail.com.

Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento

Assistente Social. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB); eryennelorryne@hotmail.com.

Celyane Souza dos Santos

Assessora de Gabinete da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC-PB), Assistente Social. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB); celyanesouza1@hotmail.com.

Maria de Fátima Leite Gomes

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS-UFPB), Assistente Social. Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB); fatima.l.gomes2016@gmail.com.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma leitura do Estado neoliberal a partir de uma fundamentação pautada no materialismo histórico e dialético de Marx. É uma discussão que problematiza o Estado no contexto do sistema capitalista destacando o fenômeno das políticas sociais e, especificamente, da Política de Saúde Mental, no período de 2016 a 2021. Dentre os principais aspectos a serem abordados, sinaliza-se a proposta da nova Política Nacional de Saúde Mental do atual governo federal e suas implicações para a referida política, bem como, a elaboração de um pensamento crítico à influência do neoconservadorismo e do neoliberalismo à nova legislação da

Saúde Mental. Assim, quanto aos procedimentos metodológicos do estudo em tela, buscou-se utilizar um referencial bibliográfico de natureza crítica, cujos objetivos são o de apontar as contradições entre a Reforma Psiquiátrica e o retrocesso desta a partir do golpe de 2016. Deste modo, a atual conjuntura brasileira está contextualizada dentro de um projeto de governo neoliberal de retirada de direitos da classe trabalhadora, e de privilégios ao capital financeiro nacional e internacional, que a partir de 2016 vem assistindo a evolução do capitalismo sob o predomínio da política econômica em detrimento da política social. Este projeto político de retirada de direitos e políticas públicas, necessita de embate pela conquista da manutenção dos direitos Constitucionais de 1988, através do movimento em defesa da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Palavras-chave: Estado. Neoliberalismo. Saúde Mental.

ABSTRACT

Este trabalho apresenta uma leitura do Estado neoliberal a partir de uma fundamentação pautada no materialismo histórico e dialético de Marx. É uma questão que problematiza o Estado no sistema capitalista e o fenômeno do contexto das políticas e, especificamente, da Política de Saúde Mental, no período de destaque de 2016 a 2021. Política Nacional de Saúde Mental do atual governo federal e suas implicações para a política, bem como, a elaboração de um pensamento crítico à influência do neoconservadorismo e do neoliberalismo à nova legislação da Saúde Mental. Assim, o método de procedimentos de estudo em tela, buscou-se usar uma referência bibliográfica de natureza, crítica quanto a objetivos propostos ou de referência como a revisão teórica² quanto aos objetivos da revisão entre o modo atual. está contextualizada de um projeto de governo neoliberal de retirada de direitos da classe do trabalhador financeiro nacional e internacional, que a partir de 2016 vem observando a evolução do capitalismo sob o domínio da política predomínio da evolução do capitalismo econômico em detrimento da sociedade brasileira . Este projeto político de retirada de direitos e políticas públicas, necessita de debate pela conquista da manutenção dos direitos constitucionais de 1988, através do movimento em defesa da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Keywords: State. Neoliberalism. Mental Health.

INTRODUÇÃO

Pensar o Estado e refletir sobre suas complexidades corresponde ao principal objetivo deste trabalho. Entendendo a diversidade de interesses face as diferentes conjunturas, é possível concordar com a seguinte abordagem:

[...] estudar o Estado é estudar uma arena tensa e contraditória, na qual interesses e objetivos diversos e postos se confrontam. No contexto capitalista, coexistem, nessa mesma arena, interesses tanto dos representantes do capital, em se reproduzir e se ampliar à custa do trabalho, quanto dos trabalhadores, em partilhar da riqueza acumulada e influir no bloco do poder [...] Para Marx o Estado é parte de dimensão superestrutura (política, cultura, ideias e condições subjetivas) que se ergue dessa estrutura, na qual prevalecem as relações de dominação. (PEREIRA, 2009, p.11/15).

Dentro dessa perspectiva, procuraremos analisar o Estado no contexto do sistema capitalista destacando o fenômeno das políticas sociais e, especificamente, da Política de Saúde Mental no período de 2016 (golpe) a 2020. Desde logo, vislumbramos como o Estado Brasileiro neoliberal, em tempos de crise, avança em contrarreformas através da redução de investimentos. Como diz Bravo, Peláez e Pinheiro (2018):

[...] o documento Travessia Social 2016, denota a configuração de uma política focalista e restrita às populações mais vulneráveis ou agravos mais comuns, limitando-se à oferta do mínimo do mínimo”. O referido documento ousa propor atingir a meta de 40% entre os mais pobres dos já pobres. Isto significa que uma grande parcela, cerca de 60% dos pobres serão excluídos e os setores médios, e os trabalhadores de diferentes extratos, deverão recorrer aos planos privados. Esta realidade reafirma o caminho do desmonte do que já estava precário, não se tratando, pois, de um ajuste/revisão, de um futuro incerto, mas a certeza de que o mecanismo montado para alterar a configuração do que foi construído é reafirmar a primazia do privado sobre o público.” (BRAVO; PELÁEZ; PINHEIRO, 2018, p. 16).

Consideramos pertinente o tema ora apresentado, evidenciando a importância e a necessidade do aprofundamento sobre o Estado e a Política Nacional de Saúde Mental neoliberal em tempos de crise e, então, podemos questionar como o atual retrocesso na estrutura da Política Nacional de Saúde Mental e o consequente desmonte estão relacionados ao modelo capitalista e sua organização econômica. Para a fundamentação deste trabalho, foi realizada uma investigação bibliográfica dos autores da área de saúde mental orientados pelo materialismo histórico e dialético.

Conforme Minayo (2006), o materialismo dialético é a abordagem metodológica para a compreensão deste real, para tanta busca captar os vetores do real – dinamismo, historicidade, provisoriedade, transformação; e, nesta captação, apreender os processos da prática social empírica dos indivíduos em sociedade e suas lutas de classes produtivas.

O objetivo do artigo é analisar o Estado e a proposta da nova Política Nacional de Saúde Mental do atual governo federal e suas implicações para a saúde mental e para o conjunto da sociedade. Como resultado, construímos uma crítica à influência do neoconservadorismo e do neoliberalismo sobre a nova legislação da saúde mental e de suas implicações para a continuidade de um serviço substitutivo. Assim, esperamos que o trabalho contribua para a compreensão do cenário contemporâneo.

“[...] a vida é assim: esquentando e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. [...]” (ROSA, 2001, p. 334)

BREVE HISTÓRICO: Do surgimento do liberalismo ao neoliberalismo no Brasil

A partir do declínio do sistema feudal e da orientação divina que fundamentava as estruturas políticas, entre os séculos XVI e XVII, iniciou-se uma discussão acerca do Estado (BEHRING, 2007, p. 3) como instância emergente na formação social burguesa.

Nesse período histórico, houve clara distinção entre governo e Estado e, concomitantemente, também se diferenciaram da sociedade, consolidando o domínio sobre esta através de aparelhos burocráticos, legais, policiais e ideológicos, configurando o Estado absolutista monárquico.

Na esteira dessas distinções, e como conquista de movimentos democráticos (também emergentes), surgiu uma primeira categoria de direitos de cidadania - direito civil – cujo principal objetivo consistia em impor limites ao domínio do Estado absolutista. Foi contra esse tipo de Estado, detentor de privilégios e repressor das liberdades individuais que igualmente se posicionaram os líderes do liberalismo clássico burguês. (PEREIRA, 2009, p. 1) como diz Esping-Andersen, a insurgência liberal – burguesa se mostrou revolucionária. Afinal, os velhos sistemas de governos hereditários, protecionista e corrupto passaram a ser desmontado com a sua firme participação. (ANDERSEN, 1991 apud PEREIRA, 2009, p. 1-2).

No século XVIII a liberdade individual surgiu como forma de mudar a economia e a sociedade absolutista. O liberalismo passou a negar qualquer interferência do Estado ou dos governos nos assuntos privados, especialmente no mercado quando autores como Adam Smith defendiam a não intervenção do Estado na economia:

A procura do interesse próprio pelos indivíduos, portanto seu desejo natural de melhorar as condições de existência, tende a maximizar o bem-estar coletivo. Uma mão invisível – o mercado – leva os indivíduos a promover um fim que não fazia parte de sua intenção inicial. [...] o Estado deve apenas fornecer a base legal, para que o mercado livre possa maximizar os “benefícios dos homens”. Trata-se portanto de um estado mínimo, sob forte controle dos indivíduos que compõe a sociedade civil, na qual se localiza a virtude [...] (BOBBIO apud BEHRING, 2011, p. 59).

O desenvolvimento do capitalismo trouxe consigo as crises mundiais como a que ocorreu em 1929 que, na concepção marxiana, são manifestações das contradições capitalistas na busca incessante por lucro e superacumulação. Em contrapartida e em resposta ao avanço do liberalismo, ampliou-se a participação na

vida política através do embate das relações de força e dos movimentos sociais, organização de sindicatos, partidos políticos de massa, ampliando essa mesma participação na vida política e o reconhecimento de direitos políticos. (BEHRING, BOSCETTI, 2011)

Outra crise mundial marcante foi a dos anos 1980/1990 como nos mostra Hobsbawm:

O mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época dos entreguerras que a Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado. Os países socialistas, agora com suas economias desabando, vulneráveis, foram impelidos a realizar rupturas igualmente — ou até mais — radicais com seu passado e, como sabemos, rumaram para o colapso. (HOBSEBWM, 2013, p. 19).

A sociedade brasileira passou por vários governos neoliberais, Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Estes governos apresentaram problemas na economia como grandes inflações, privatizações, desemprego, subemprego, nas políticas sociais investimentos mínimos com um grande número da população vivendo abaixo da linha da pobreza,

Ademais, a partir nos anos 1990 ocorreram significativas mudanças na economia global tanto do lado produtivo como do lado financeiro. Intensifica-se a financeirização nessa fase do capitalismo, quando a riqueza financeira cresce mais rapidamente do que a riqueza real, em decorrência da abertura dos mercados financeiros, impulsionando um forte movimento de concentração de riquezas. Multiplicaram-se os aplicativos financeiros que atravessam rapidamente as fronteiras geográficas, sem quaisquer regras ou controles, produzindo crises periódicas, como foi a de 2008, cujos efeitos ainda não se esgotaram (Chesnais, 2004 apud CARLEIAL, 2015, p. 203).

O primeiro ano de governo do presidente Lula foi marcado pelo neodesenvolvimentismo, podendo ser reconhecido no investimento da economia brasileira incluída a economia globalizada quando se atraía investimento externo no que se refere a alta tecnologia. Naquele período o Estado se votou para a regulação do fluxo do capital, assim como para a adoção de políticas industriais ativas, protegendo setores estratégico e, ocorreu, em relação ao social, o investimento em políticas públicas como saúde, educação, saneamento, habitação, transporte público, emprego e salário. (CARNEIRO 2005, apud NOVELLI, 2014) Assim, podemos deduzir que o investimento no desenvolvimento perpassou pelo crescimento econômico, mas também pelo investimento em políticas sociais, como também no setor produtivo

estatal, incluindo os fundos de pensão, apoiado por empresas estatais, em conjunto com o gasto público orçamentário. (COSTA, 2012 apud NOVELLI, 2014)

Por sua vez, no segundo mandato, o governo Lula

[...] adotou políticas inspiradas no social desenvolvimentismo – Interrompeu as privatizações, substituiu pelos investimentos no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, pela mudança no papel do BNDS - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, no financiamento de longo prazo da economia brasileira, bem como na internacionalização das empresas brasileiras; pela volta do planejamento e pela reconstrução da administração pública federal; pela expansão das políticas sociais; do crédito bancário e de expansão ensino superior público ou de acesso à educação universitária. (NOVELLI, 2014, p. 9).

Ao término destes mandatos foi eleita, em 2010, Dilma Rousseff primeira mulher presidente da república no Brasil – conforme Novelli (2012):

O governo Lula teria se iniciado a transição de um regime de política macroeconômica voltado para a estabilização para um regime voltado para o crescimento e que no governo Rousseff estaria ocorrendo a consolidação deste novo regime: [...] temos um Banco Central com dois instrumentos: a taxa de juros e a taxa de câmbio; e dois objetivos: a inflação e o crescimento/emprego. Em vez de se ater à elevação da taxa de juros, como no regime anterior, recorre-se, hoje, além dos dois instrumentos clássicos, a medidas macro prudenciais e a outros instrumentos, como o controle de capitais e tributação do mercado futuro de taxa de câmbio, para evitar a apreciação cambial (NAKANI, 2012, p. 49, apud NOVELLI, 2012, p. 21).

O governo da ex-presidenta Dilma Rousseff apresentou uma linha de continuidade ao governo do seu antecessor e aliado político que consolidou uma nova forma de administração. Porém durante o seu governo ela enfrentou uma sociedade misógina, machista e preconceituosa em um momento em que a mudança adversa no cenário internacional em 2011 (governo Dilma) faz com que haja um desgaste – redução do crescimento dos países emergentes, crise do euro, desaceleração do consumo, reduziu a desoneração da folha de pagamento da classe patronal, objetivando estimular a criação de emprego e melhora da competitividade.

Esse cenário contribuiu com o surgimento de críticas a esse governo, principalmente da elite capitalista do país – insatisfeita com a perda do governo por quatro eleições consecutivas e que tem, enquanto projeto de classe, a tomada do poder, aliada a grande mídia que contribuiu enormemente para que ocorresse a deposição da Presidenta. Os neoliberais com a elite – “donos do poder”, se aliaram, forjaram uma situação, o fato, e numa investida contra a democracia brasileira, a Presidenta Dilma Rousseff eleita pela maioria da população foi *impeachmada* num

processo sem legitimidade sob a alegação de pedaladas fiscais, quando presumivelmente as pedaladas são utilizadas por todos os governadores. Tanto está evidente como uma a alegação inverídica que, dois dias após o impeachment, foi sancionada a lei que autorizava as tais pedaladas fiscais.

Não menos injustiçado foi o ex-presidente Lula – investigado em processos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro na ação penal envolvendo um triplex no Guarujá. O juiz Sérgio Moro condenou Lula a nove anos e seis meses de prisão, tendo permanecido durante 580 dias preso. Atualmente encontra-se em liberdade. Vale salientar que não houve comprovação efetiva das acusações.

Certamente os governos petistas poderiam ter abdicado do reformismo, avançado no fortalecimento da cidadania e na transformação social, porém nada justifica a tomada do poder como se concretizou em benefício dos banqueiros, grandes empresários – a elite.

Assim assumiu interinamente Michel Temer e se iniciou a era do retrocesso em todas as áreas no Brasil durante dois anos preparando um ambiente propício para que o seu sucessor mantivesse o acordo com a alta sociedade se mantivesse no poder. Com a eleição, assume o poder em 2019, Jair Messias Bolsonaro, um conservador fundamentalista como aponta Barroco:

Em sua função ideológica o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes – no caso brasileiro -, um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo. [...] ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos. (BARROCO, 2015, p. 624-626).

O Brasil segue, como diz a canção de Moraes Moreira “lá vem o Brasil descendo a ladeira” [...] Descendo a ladeira dos direitos dos trabalhadores, avanço das privatizações, das desigualdades.

Atualmente alguns países do mundo e mais especificamente o Brasil passam por mais uma de suas grandes crises advindas de um Estado ultraneoliberal que podemos sintetizar e suas ideias como: o predomínio do individualismo, o predomínio da liberdade e competitividade, a naturalização da miséria, a manutenção de um estado mínimo, as políticas sociais não devem ser estimuladas porque, segundo essa concepção, estimulam o ócio e o desperdício e a política social deveria ser um

paliativo – que deve ser minimizada através da iniciativa privada, assim não tem caráter de direitos sociais.

Seguindo essa lógica, os salários dos trabalhadores não deverão sofrer regulação, para que não haja interferência sobre o preço natural da força de trabalho, definido nos movimentos entre oferta e demanda no mercado. A destruição e o retrocesso têm nome – O Neoliberalismo e suas mazelas.

O ESTADO NEOLIBERAL E O GOLPE: a política de saúde mental e a crise

Na atualidade, diversos autores buscam relacionar o avanço das políticas consideradas neoliberais, como a privatização, desmantelamento das políticas sociais e financeirização com o processo de conservadorismo político e de extrema direita presente não só no Brasil, mas que avança em diversos países. Em resumo, há uma pergunta quase unânime sobre o Estado Brasileiro: como foi possível a (re)união do pensamento neoliberal do atual ministro da economia, Paulo Guedes, com o conservadorismo moral do Presidente Jair Bolsonaro³⁰?

Se a pergunta é quase unânime, há um debate também próximo do consensual na resposta: as políticas de austeridade econômica e de enfraquecimento das políticas sociais combinam com a ascensão do pensamento conservador moral e de extrema direita no Brasil. A junção de temas como golpe de 2016 com a retirada do poder da presidenta Dilma, enfraquecimento da democracia, e ascensão de conservadores ao poder acentuando a crise econômica e política no país, cedeu espaço para que o processo de privatização e o acentuamento da desigual relação entre capital e trabalho no país fosse promovida, uma vez que após a saída da presidente Dilma, a Reforma Trabalhista foi a primeira a ser votada durante o governo do seu sucessor, Michel Temer.

Desta vez tratava-se de implantar um Estado de exceção ao estilo de uma “ditadura romana”. Ou seja, a ditadura de um governo de prazo limitado (dois anos), encomendado a fazer o trabalho sujo – construir para o capital a nova institucionalidade autoritária do “paraíso burguês” –, entregando o poder, em 2018, a um presidente eleito do bloco golpista no poder – de preferência do PSDB. As eleições de 2018 funcionaram como uma espécie de detergente do golpe [...] começa a prevalecer a nossa narrativa de que o golpe foi feito para retirar direito dos trabalhadores. (MENESES, 2018, p. 138).

³⁰ Sobre a ascensão das forças de extrema direita e o projeto neoliberal pós segunda guerra mundial consultar BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.

O Golpe, embora não tenha sido militar, como bem lembra Meneses (2018), cria um novo “paraíso burguês” no Brasil. Sem políticas sociais, sem uma promoção de um Estado de bem-estar social, ganhava ascensão a construção de novas expectativas para a extrema direita que sonhava em aumentar novamente o distanciamento social entre as classes, escondendo sob uma ideologia agora também moral e conservadora, a acumulação capitalista em detrimento da exploração da classe trabalhadora.

A política neoliberal, além de ser uma corrente econômica, é também uma maneira de ver o mundo. A lógica do individualismo, do cidadão como seu próprio empresário, a uberização das relações de trabalho, fazem com que seja dificultada a organização política, criando distanciamento da ideia de coletividade e de classe social. Esses aspectos também trazem consigo a xenofobia, o subemprego, o desemprego, a flexibilização do trabalho, a precarização das políticas públicas provocando um retrocesso político, social e econômico no Brasil.

Desse modo, é importante lembrar o papel da política social como criadora de um caminho inverso ao que o golpe de 2016 objetivou interromper:

Entende-se a política social como resultado de relações antagônicas entre capital e trabalho, que são determinadas pela luta de classes, pelo papel do Estado e pelo desenvolvimento das forças produtivas. As políticas sociais não são capazes de superar a desigualdade social do modo de produção capitalista, mas geram alterações nesse padrão de desigualdade entre classes e, dessa maneira, provocam uma redução nas distâncias entre rendimento e acesso a bens e serviços (MACEDO, SANTOS, 2019, p.113 Apud BOSCHETTI, 2016, p. 25).

No âmbito da Política de Saúde Mental, o desmonte continuou a partir da proposta de uma “**nova Política Saúde Mental**” que voltou a incluir os hospitais psiquiátricos, aumentando o seu financiamento; incluiu também as comunidades terapêuticas na rede de atenção psicossocial, contudo, congelou o financiamento dos Centros de atenção psicossocial – CAPS. A chamada “nova Política de Saúde Mental”, prevê a compra de aparelhagem para eletrochoque, num visível retrocesso ao modelo hospitalocêntrico, segregador e excludente, perpetuando o enclausuramento e rompendo os laços sociais.

Importante destacar a revisão feita na Política Nacional de Saúde Mental, a qual vinha em um processo gradativo de avanços e conquistas. A Portaria 3.588/2017 representa a interrupção dele, no contraponto do favorecimento à lógica da internação hospitalar e certamente com verba pública (a parceria público-privada). O questionamento se amplia e se soma à forma como o Ministério da

Saúde trata: sem consulta ao CNS e ao Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, cuja posição é explicitamente contrária às alterações impostas pelo órgão público. Esta postura antidemocrática aparece como um Estado hoje apartado da sociedade civil, sem diálogo, sem troca e decidindo a partir de seus pares, próprio do que se denomina como a ideologia neoliberal. (TEIXEIRA, 2018, p. 42).

Sabemos das dificuldades que nos esperam diante de um governo ultraneoliberal comprometido com o grande capital e que tem por objetivo o desmonte de todas as políticas públicas. Nos inspiremos nas palavras de Pedro Gabriel Delgado (2019) em seu artigo “Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte”:

O neoliberalismo autoritário que tomou o poder do Estado tem sustentações sólidas nas forças armadas, nas corporações de mídia, em parte da opinião pública, em parte das organizações religiosas, no judiciário. Privatização do Estado, desmonte do projeto de bem-estar social, pauperização, concentração de renda, punitivismo, cerceamento de liberdades individuais, acirramento do ódio e da desigualdade, são componentes do contexto trágico que estamos vivendo. A resistência deve partir de uma consciência aguda do momento político. Depois da defesa da democracia, combater a fragilização do SUS (o "SUS mínimo" proclamado pelo Ministro da Saúde) é tarefa da resistência. subfinanciamento do SUS e a privatização de setores propositadamente sub-regulados. Não tenhamos a ilusão de que os que defendem esta proposta são guiados por instintos de cuidado e proteção, palavras tão comumente utilizadas para defender as práticas manicomiais. O que de fato está por trás das novas propostas no campo da Saúde Mental é a visão mercadológica da saúde (DELGADO, 2019, p. 3).

Dentro dessa conjuntura tão bem definida por Paulo Delgado (2019), não poderíamos esperar outra medida partindo do atual governo e sua equipe, que recoloca em pauta modelos de tratamento ultrapassados e na contramão de diretrizes mundiais. Nise da Silveira, grande médica e precursora da terapia ocupacional, em 1944 já abominava as formas de tratamentos da época, dentre as quais o eletrochoque, negando-se a tratar seus pacientes de forma desumana e desrespeitosa, pautava seu tratamento no respeito, na liberdade e na habilidade de cada indivíduo como único (MELLO, 2014).

O Brasil não poderia retroceder tanto, depois dos grandes avanços e de tantos outros serem realizados. Construímos o processo de desinstitucionalização com programas específicos como o “De volta pra casa”, as residências terapêuticas, onde ambos não estão pautados apenas na desospitalização dos indivíduos, mas sim, na construção de práticas e saberes que produzam determinadas formas de perceber,

entender e de se relacionar com os fenômenos sociais e históricos dentro do contexto da saúde mental. Para tanto, também é preciso problematizar as bases do saber psiquiátrico e das funções sociais e políticas desempenhadas pela ciência, pelos técnicos e pelos hospitais psiquiátricos (SARACENO, 2001).

Diante do exposto, é possível observar que a crise gerada pelo neoliberalismo impulsiona contrarreformas que nas últimas décadas vem consolidando o Estado brasileiro ligado ao ultraconservadorismo e ao irracionalismo.

É inegável que temos um conflito no qual a resistência em enxergar que o país mudou e que os incluídos nos últimos doze anos não recuarão de suas posições facilmente, em nada contribui para uma solução. Ao mesmo tempo a crise da democracia representativa, que é mundial, e que entre nós se revela no Congresso mais conservador dos últimos tempos, reforça o entendimento de que as alternativas para o encaminhamento dessa crise precisam ser negociadas. (CARLEIAL, 2015, p.15).

Assim nos parece ficar evidente que este Estado está cada vez mais voltado para o fortalecimento do mercado financeiro que consolida o “novo paraíso burguês” constituído com o golpe de 2016 e confirmado pelo Estado de exceção ao qual o Brasil sobrevive a cada dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual conjuntura brasileira está contextualizada dentro de um projeto de governo neoliberal de retirada de direitos da classe trabalhadora, e de privilégios ao capital financeiro nacional e internacional, que a partir de 2016 vem-se “[...] assistido na evolução do capitalismo o predomínio da política econômica sobre a política social [...]” (VIEIRA, 2007, p. 144).

Este projeto político de retirada de direitos e políticas públicas, permite o embate pela conquista da manutenção de direitos, hoje ameaçados diante de um governo que visa um Estado mínimo, pautado na diminuição tributária, o que beneficia a elite, os grandes empresários, com a liberação do mercado, as privatizações das atividades econômicas.

Dentro dessa perspectiva, as contrarreformas perpassam por todas as políticas sociais, mas especificamente a saúde mental tem-se destacado a partir da retomada da lógica hospitalocêntrica, com métodos de tratamentos ultrapassados como a eletroconvulsoterapia, o investimento em comunidades terapêuticas de cunho religioso, o retorno do hospital psiquiátrico como parte integrante da Rede de

Atenção Psicossocial (RAPS) além de financiamento para abertura de mais instituições totalizantes que historicamente tem violado os direitos dos usuários de saúde mental, e que em relação ao tratamento das drogas há um retorno ao Estado policaresco, em que o indivíduo é culpabilizado criminalmente, deixando de ser considerado como uma questão de saúde pública.

Assim, a luta da reforma psiquiátrica e da desinstitucionalização, que traz consigo tanto a crítica conjuntural, quanto e principalmente a crítica estrutural ao saber e às instituições psiquiátricas clássicas a partir das diversas denúncias de fraudes no sistema financeiro dos serviços, assim como de abandono, violência e maus tratos nos quais eram submetidos os usuários internados em hospitais psiquiátricos. Dessa forma, a mais de trinta anos conquistada, está sendo desmantelada, os retrocessos trazem de volta a mercantilização da saúde e da loucura e toda a perspectiva capitalista de interesses econômicos.

Portanto, essas reflexões aqui expostas, nos revelam a imprescindibilidade de um olhar crítico para o momento atual que o Brasil está vivenciando e traçar alternativas viáveis ao enfrentamento do neoliberalismo com o enfraquecimento do Sistema Único de saúde (SUS), e suas consequências na vida da população brasileira de maneira geral, e em particular os desafios da saúde mental diante do desmonte de sua política, e o que ela representa na vida de uma parcela da população invisível aos olhos do sistema capitalista, do mercado financeiro, que não podendo ser explorado com a sua força de trabalho, torna-se um ônus.

Nessa perspectiva, o que podemos fazer é resistir, lutar, não desvanecer diante das dificuldades impostas pela atual conjuntura neoliberal com todo significado de perdas diante do desemprego, uberização do trabalho, violência, o que potencializa o uso de drogas e um maior adoecimento psíquico e consequentemente o sofrimento de milhares de familiares e usuários de saúde mental. Sigamos sempre na luta!

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo (Ed.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Scielo-Editora Fiocruz, 1998.

AMARANTE, Paulo (Ed.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 1994.

AMARANTE, Paulo. Archivos de saúde mental e atenção psicossocial, 2.
In: **Archivos de saúde mental e atenção psicossocial**, 2. 2005. p. 222-222.

BAHIA, Ligia. Trinta anos de Sistema Único de Saúde (SUS): uma transição necessária, mas insuficiente. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00067218, 2018.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 623-636, 2015.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez editora, 2011.

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; DE MENEZES, Juliana Souza Bravo. **A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: Lutas e resistências**. **Educação**, v. 153, p. 170.

BRAVO, María Inés Souza; PELAEZ, Elaine Junger; PINHEIRO, Wladimir Nunes. As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. **Argumentum**, v. 10, n. 1, p. 6-23, 2018.

COHN, A. **Estado e política social no neoliberalismo**/Asa Cristina Laurell (org.) 3°. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

DELGADO, Pedro Gabriel. Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 17, n. 2, 2019.

HOBBSAWM, Eric J. – **A era dos extremos**: O breve século XX (1914 -1991) - São Paulo, Companhia das letras, 1995, 2ª edição, 49ª reimpressão. Tradução Marcos santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 13-38, 2017.

LAURELL, Asa Cristina. Estado e políticas sociais no neoliberalismo. In: **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 1995. p. 244-244.

MELLO, L.; DA SILVEIRA, Nise. **Caminhos de uma psiquiatra rebelde**. **Automática, Ed.**). Brasil, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: metodologia de pesquisa social (qualitativa) em saúde. 1989.

MOREIRA, Moraes. **Lá vem o Brasil descendo ladeira**. Som Livre, 1979.

NOVELLI, J. M. N. **O neodesenvolvimentismo no Brasil: ideias econômicas sem poder político** [online]. Portal das Ciencias Sociais Brasileiras. 2014.

PAULA, Renato Francisco dos Santos et al. **Serviço social, estado e desenvolvimento capitalista:(im) possibilidades neodesenvolvimentistas e projeto profissional**. 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL–CFESS e ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL–ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SARACENO, Benedetto. **Libertando identidades da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. Rio de Janeiro: Instituto Franco Baságlio, 2001.

TEIXEIRA, Mary Jane Oliveira. A urgência do debate: as contrarreformas na política de saúde no governo Temer. **Argumentum**, v. 10, n. 1, p. 33-50, 2018.

TOMAZ, Marcilea. Saúde Mental, Álcool e outras: Política Proibicionista e Questão Social. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. In: **Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. 2000. p. 328-328.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2007. Cap. 5 e 6, p. 136-152.

Capítulo 7

O SERVIÇO SOCIAL E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Samuel de Almeida Mendes

Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino

O SERVIÇO SOCIAL E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Samuel de Almeida Mendes³¹

Assistente Social no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica – NAIA da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa; Chefe do Departamento de Inclusão Acadêmica do NAIA; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Direitos Sociais e Políticas Públicas Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas (GEPP).

Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino³²

Professora do Departamento de Serviço Social da UERN; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas (GEPP); Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Terceira Idade; atualmente é Professora adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Curso Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais.

Resumo: Este trabalho analisa o processo de inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior, a atuação do Assistente Social no NAIA/Unifesspa na busca pela garantia de direitos inerentes ao referido processo e aos sujeitos em questão. Nesse sentido, apresentam-se as principais ações afirmativas que fazem parte da Política de Inclusão, os desafios e as possibilidades na implementação da referida Política na IFES em estudo. Para tanto, adotou-se as pesquisas bibliográfica e documental sob uma abordagem qualitativa. Os resultados mostram que, mesmo em frente aos inúmeros desafios, ainda mais agravados no contexto atual, a Unifesspa oferece, por meio de sua Política de Inclusão, ações afirmativas que possibilitam a inclusão das pessoas com deficiência e a atuação do assistente social é fundamental nesse processo.

³¹ Especialista em psicologia organizacional de do trabalho; e-mail: samuel.jm@hotmail.com

³² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017); e-mail: socorroseverino@uern.br

Palavras-chave: Política de Inclusão; Pessoa com Deficiência. Serviço Social.

Abstract: This work analyzes the inclusion process of people with disabilities in higher education, the role of the social worker at NAIA/Unifesspa in the search for the assurance of rights inherent to inclusion process and to the individuals. In this respect, the main affirmative actions that are part of the Inclusion Policy are presented, as well as the challenges and possibilities in implementing that Policy at IFES under study. For this purpose, bibliographic and documental research was adopted under a qualitative approach. The results show that despite the multiple challenges, aggravated in the current context even more, Unifesspa offers, through its Inclusion Policy, affirmative actions that enable the inclusion of people with disabilities and the role of the social worker is crucial in this process.

Keywords: Inclusion Policy. Person with Disabilities. Social service.

1 INTRODUÇÃO

Para se entender o trabalho do assistente social no contexto das relações capitalistas exige-se a compreensão histórica de tais relações, principalmente quanto às respostas profissionais às demandas que lhe são dirigidas no âmbito das relações antagônicas entre o Estado e capital. Nesse contexto, “a questão social se põe como alvo da intervenção do Estado, por meio das políticas sociais públicas” (RAICHELIS, 2009, p. 3).

Os assistentes sociais trabalham cotidianamente com as expressões da questão social que os indivíduos vivenciam no trabalho, na família, na saúde, na habitação, na educação, etc. “A questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 1999, p. 28 apud HEIDRICH, 2006, p. 3).

Com isso, no conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo Assistente Social nos variados espaços ocupacionais onde trabalha, cabe destacar a sua atuação no Ensino Superior em Núcleos de Acessibilidade e Inclusão, para garantir os direitos dos alunos com deficiência, garantindo assim não somente o acesso, mas sua inclusão.

Entre as competências do Assistente Social, inscreve-se a promoção do acesso a serviços sociais com a finalidade de atender necessidades sociais de indivíduos, grupos e classe trabalhadora, bem como os direitos sociais operacionalizados por meio de políticas sociais, programas, serviços e benefícios. Nesse trabalho, destaca-se a atuação do Assistente Social no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica

da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

O problema que orientou a pesquisa foi: Como atua o Assistente Social no processo de inclusão dos discentes com deficiência no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa? Para tanto, serão apresentadas as ações afirmativas que fazem parte da Política de Inclusão da Unifesspa, os desafios e as possibilidades na implementação dessa política.

Nesse estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, análise quanti-qualitativa tendo em vista que a pesquisa utilizou dados quantitativos, porém, com o objetivo de interpretação qualitativa. Os dados foram obtidos em documentos do NAIA, articulando-os a fundamentação teórica acerca das categorias analíticas que permearam a pesquisa, quais sejam: política de Inclusão, pessoa com deficiência e Serviço Social, tendo como objetivo compreender quais políticas de inclusão fundamentam a prática do Assistente Social no processo de inclusão dos discentes com deficiência no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Políticas de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior

A luta pelo direito à inclusão das pessoas com deficiência à educação, resultou na criação de algumas legislações destinadas a essa população, e/ou inseriu em outras legislações capítulos, artigos, parágrafos específicos sobre a educação especial, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – Lei Nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) que em seus artigos 58 e 59 faz referência à Educação Especial, porém restrita à educação infantil. Para a educação superior, a primeira iniciativa estatal acontece em 1996, quando o MEC organizou o Aviso Curricular Nº 277/1996 (BRASIL, 1996), dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida às pessoas com necessidades especiais.

O conjunto de direitos assegurados à população com deficiência no Brasil, tem uma notória evolução discursiva nos textos legais. O Decreto 3.298/99 que Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989), dispõe sobre

a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, como se vê no seu Artigo 1º:

[...] a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 1999, p. 1).

Há um vasto acervo de diretrizes e legislações voltadas para a política de educação inclusiva. Contudo, no que concerne a diretrizes para a Educação Superior, em especial sobre a atuação do Assistente Social nesse contexto, ainda é um processo em construção. O certo é que, as políticas precisam ser pensadas, considerando os diferentes perfis e as reais necessidades desta população, tendo em vista a eliminação de todas as barreiras ao processo de inclusão bem como a sua permanência com qualidade no Ensino Superior. Nesse sentido, o Brasil, a partir da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006, cria o Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos. Este documento expressa em um de seus objetivos centrais:

[...] desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativa nas IES que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e aquelas alvo de discriminação por motivo de gênero, de orientação sexual e religiosa, entre outros e seguimentos geracionais e étnico-raciais (BRASIL, 2008, p. 41).

O MEC através do Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007 (BRASIL, 2007), prorrogada pela Portaria nº 948/2007, cria a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva/PNEEEI, (BRASIL, 2008, p. 14) que visa:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e

articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

O sentido de a Educação Especial ser transversal, dentro da PNEEEI (BRASIL, 2008a) abrange a ideia de acessibilidade na perspectiva inclusiva, de modo a complementar a escolarização no ensino comum dos alunos com deficiência e transtorno do espectro autista:

[...] modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tem como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL/MEC, 2013, p. 8).

Analisando o teor das legislações que fundamentam a política de educação inclusiva, é possível observar na PNEEEI (BRASIL, 2008) um melhor direcionamento, mesmo que ainda bem geral, para a transversalidade da educação especial no ensino superior. Nesse sentido, é importante compreender como deverá ocorrer a efetivação da educação especial neste nível educacional, para podermos projetar e implementar institucionalmente essa política:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p.11).

Como tem sido pensada essa transversalidade? Como se tem garantido o acesso ao ensino superior? Que perfis apresentam este público? Que demandas apresentam? Como a universidade tem se estruturado e se planejado para promover práticas pedagógicas inclusivas e garantir o direito do aluno à educação?

A criação dos Núcleos de Acessibilidade, tem sido incentivada e exigida como condição fundamental para a inclusão dos alunos público-alvo da educação especial no contexto universitário. Esses Núcleos são definidos como “espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos da instituição para a implementação da política de acessibilidade e efetivação

das relações de ensino, pesquisa e extensão na área” (BRASIL/MEC, 2010, p. 52).

Visando a oferta de Atendimento Educacional Especializado nas IFES, os Núcleos de Acessibilidade são condição primordial para a efetivação do AEE, pois “[...] visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (BRASIL, 2013, p.3).

2.2 O trabalho do assistente social no contexto da garantia dos direitos da pessoa com deficiência no NAIA da UNIFESSPA

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e que tem como objeto de estudo a questão social. Os Assistentes Sociais

Atuam nas manifestações da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas (IAMAMOTO, 2009, p. 5).

É uma profissão presente nos mais variados espaços ocupacionais, inclusive nas Universidades. Com o advento da Lei Nº 10.048/2000 e a criação dos Núcleos de Acessibilidade, surge a necessidade do protagonismo de um profissional capaz de contribuir de forma crítica, compromissada com a luta pela garantia dos direitos dos usuários, de seus serviços e para a emancipação desses sujeitos, dentre estes, as pessoas com deficiência.

No tocante aos espaços ocupacionais Iamamoto (2009, p. 5) destaca que “esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais”. Nesse cenário, segundo a autora, a atuação efetiva do profissional não se dá de modo isolado, mas é fruto “do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza”.

A autora em estudo destaca ainda que “o Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores”, e ao firmar o compromisso com esses sujeitos o Assistente Social vai além, pois protagoniza a luta pela “afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história”

(IAMAMOTO, 2009, p. 4).

A autora ainda destaca que, para os assistentes sociais, o papel emancipador dos sujeitos de seus serviços se dá também a partir da realização de “estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas” que estimulam o protagonismo do público atendido “viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los”. No tocante à inclusão das pessoas com deficiência pode-se afirmar que o Assistente Social contribui “para que as necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos” (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

Ao analisar o processo de inclusão dos discentes com deficiência na Unifesspa a partir da documentação existente no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica – NAIA analisou-se como se dá a inclusão dos discentes com deficiência, os desafios e as possibilidades presentes nesse contexto, bem como a importância do trabalho do Assistente Social.

Com base nos dados contidos nos arquivos do NAIA, os status dos 280 discentes com deficiência registrados de 1992 a 2020 (quando ainda era UFPA) pode ser visualizado na tabela 01:

Tabela 01 – Discentes com deficiência por status de 1992 a 2020

Status	Discentes com deficiência	Status	Discentes com deficiência
Ativos	105	Concluídos	23
Cadastrados	21	Excluído	1
Cancelados	84	Trancados	46

Fonte: Documentos do NAIA.

Em 2021, 24 discentes com deficiência ingressaram nos cursos de graduação da Unifesspa.

A partir dos arquivos do NAIA pode-se criar uma linha cronológica que possibilita uma análise quanto ao ingresso dos discentes com deficiência na Unifesspa e destacar a importância do trabalho desenvolvido pelo NAIA, em particular pelo Serviço Social:

Tabela 02 – Alunos com deficiência: ingresso por ano

Ano	Discentes com deficiência	Ano	Discentes com deficiência
1992	1	2013	5
1999	1	2014	8
2001	1	2015	9
2005	1	2016	43
2006	3	2017	29
2008	1	2018	31
2009	4	2019	31
2010	10	2020	67
2011	6	2021	24
2012	5		

Fonte: Documentos do NAIA.

Pode-se observar um efetivo crescimento no número de discentes com deficiência ingressando nos cursos de Graduação da Unifesspa a partir da criação do NAIA em 2013, sobretudo a partir de 2015. Outra importante observação a ser feita é que a realização da análise pelas Bancas de Verificação na Unifesspa só iniciou em 2018. As Bancas constituem-se de equipes multiprofissionais e Interdisciplinares para a realização de uma análise biopsicossocial da condição da deficiência, conforme Art. 2º, § 1º da Lei Nº 13.146/2015. A partir de então, iniciou-se o desafio de sistematizar os dados dos alunos e contato com os mesmos para averiguação da real condição desses. Identificou-se uma série de inconsistências nos dados, sejam dados repetidos, seja porque alguns alunos que entraram pelas cotas, antes da constituição das Bancas, não eram pessoas com deficiência. A partir de então são realizadas constantes atualizações para que se possa ter dados mais próximos possíveis da realidade.

A Política de Inclusão da Unifesspa é desenvolvida por meio de Ações Afirmativas que seguem orientações da legislação em vigor referente à inclusão das pessoas com deficiência como se discorrerá. Uma das exigências legais no processo de inclusão das pessoas com deficiência é a reserva de vagas prevista na Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.

A Unifesspa, além de atender à Política de Cotas, através da Resolução Nº 64 de 29 de outubro de 2015, modificou o artigo 1º da Resolução Nº 22 de 13 de novembro de 2014 que passou a estabelecer a reserva de duas vagas às pessoas com deficiência em cada curso da Unifesspa. Além de conceder aos discentes que residem nos municípios que integram as regiões de influência das cidades nas quais

estão implantados os campi da Unifesspa, um bônus de 20% sobre a nota do ENEM como critério de inclusão regional para estimular o acesso à Unifesspa conforme a Resolução Unifesspa Nº 541 de 29 de abril de 2021, Art. 6º. Mais uma possibilidade para o ingresso de discentes com deficiência que não se enquadrem nas exigências da lei de cotas.

Na Unifesspa, além dos discentes que ingressam por cotas reservadas às pessoas com deficiência, existem aquelas pessoas com deficiência que ingressaram por ampla concorrência. Dessas, algumas se assumem enquanto pessoas com deficiência, outras não. A inaceitação da deficiência impossibilita a garantia de direitos referente às Políticas de Ações Afirmativas na Unifesspa destinadas a esse público. Isso é outro desafio à atuação do assistente social.

É importante destacar, como já dito, que a atuação efetiva desse profissional não se dá de modo isolado, mas “do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza”.

A luta pela garantia do direito à inclusão dos sujeitos em estudo se inicia a partir do ingresso e do contato direto do setor de Serviço Social para prestar orientações e apoio no processo de habilitação aos Cursos da Unifesspa, coleta e organização dos dados necessários para a participação dos candidatos nas Bancas de Verificação da Condição de Deficiência. O Assistente Social desempenha importante papel nas referidas bancas.

A partir do ingresso das pessoas com deficiência nessa IFES, o trabalho do assistente social continua com o acolhimento, coleta de dados referentes às diferentes deficiências e às necessidades socioeconômicas que as mesmas demandam, fundamentando assim, o perfil socioeconômico e o processo de seleção dos discentes que atuarão como bolsistas no apoio pedagógico e na tutoria dos alunos com deficiência.

A situação de vulnerabilidade socioeconômica é analisada de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, com atenção especial para o seu Artigo 5º segundo o qual “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010).

O trabalho do assistente social ocorre também articulado com assistentes

sociais dos demais setores da Unifesspa, em especial da Diretoria de Assistência e Integração Estudantil, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e do Departamento de Atendimento Psicopedagógico e Social - DAPSI. Todas as ações visam a inclusão dos alunos com deficiência.

Destaque-se que desde maio de 2020 só foram ofertados Auxílios do Programa de Apoio à Permanência – PROAP, na modalidade Inclusão Digital, por meio do Programa Conecta, criado em função da pandemia pelo Covid-19. Contudo, o Planejamento Orçamentário do NAIA previa que os discentes ingressantes no primeiro semestre de 2021 participassem dos processos de seleção e, caso atendam aos critérios, seriam assistidos. Porém, com o corte no orçamento das IFES na ordem de 18,16%, segundo o Andifes e, no âmbito da Unifesspa, uma redução de 20,24% do orçamento geral em relação ao orçamento de 2020 atingindo os recursos do PNAES em praticamente 1 milhão de reais, emerge o desafio de selecionar um número mínimo de discentes, quando a maioria desses se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As ações refletem a face de um governo ultraneoliberal.

Esse contingenciamento é fruto da política neoliberal nutrida pela atual crise econômica que ela própria criou, causando a “restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais [...] em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise” (BEHRING, 2011, p. 156), operando um desmonte progressivo das políticas sociais, como se vê no nosso país.

Os discentes com deficiência podem receber os Auxílios PCD, o Auxílio Moradia, o Auxílio Transporte, Creche, Emergencial e os Auxílios do Programa Conecta (nas modalidades de compra ou empréstimo de equipamentos digitais) de acordo com as regras presentes no Decreto Nº 7.234/2010 e as regras do Programa de Apoio à Permanência – PROAP e editais de seleção.

Destaque-se que os dados antes apresentados não se propõem apenas a mostrar quais auxílios e quem os recebe ou não, mas a uma reflexão do trabalho do Assistente Social nessa instituição, e também quanto ao contato com os discentes com deficiência (entrevistas e/ou visitas domiciliares) o que possibilita melhor entendimento da realidade desses sujeitos e realização de ações de orientação e direcionamento quanto aos meios de garantia dos direitos que lhes são negados, ou mesmo não obtidos por falta de conhecimento.

A cada ano a demanda pelos serviços executados pelos assistentes sociais aumenta, tendo em vista o crescente número de discentes ingressantes, porém a quantidade de assistentes sociais se mantém inalterada, e, sem previsão de concursos, ou mesmo processo seletivo que vise suprir o déficit de profissionais dessa área. Tal situação se agravou no atual contexto pandêmico. No primeiro semestre de 2021, em função da pandemia pelo Covid-19, as visitas domiciliares foram suspensas e os dados obtidos referentes aos alunos que ingressaram na Unifesspa, nesse período, foram adquiridos por meio de contato telefônico e de reuniões remotas. Em situação normal, no momento da habilitação dos discentes são realizadas entrevistas e, posteriormente, a realização de visitas domiciliares. Porém, os processos de seleção para concessão de bolsas e auxílios ficaram comprometidos tendo em vista que as análises foram realizadas apenas com base na documentação apresentada pelos discentes.

O referido contexto revela outras situações atípicas como, por exemplo, as aulas remotas, que contribuíram para evasão, desistências, trancamentos, a suspensão dos processos para concessão de auxílios aos discentes, etc. Ressalve-se que no NAIA os processos de seleção para bolsas e auxílios continuaram.

O contexto pandêmico reforça os desafios da execução da Política de Inclusão da Unifesspa, mas simultaneamente revela a importância do trabalho do Assistente Social, principalmente na articulação entre os setores para que os discentes com deficiência tenham seus direitos garantidos, não desistam do curso por falta de assistência financeira (maior demanda), pedagógica, digital, social, de saúde, etc. Porém, a conjuntura em questão também possibilita o pensar novas possibilidades de atuação a partir de um trabalho colaborativo e propositivo dos profissionais do Serviço Social em articulação com a comunidade acadêmica, bem como reafirmação da luta contra a negação de direitos nos diferentes contextos.

Através da análise realizada nos processos de seleção dos programas realizados pelo NAIA pode-se perceber que, para muitos discentes com deficiência, o/os auxílio/os que recebe/em é/são a única fonte de renda da família. O que reforça a importância do trabalho do assistente social, nesse contexto.

A essa situação somam-se as suspensões do Benefício de Prestação Continuada – BPC decorrentes de operações do Governo Federal. Essas suspensões têm ocorrido com de grande parte dos alunos com deficiência da Unifesspa. Fruto das políticas de neoliberais que subtraem recursos do Estado, gerando descompasso

entre demandas e serviços, exploração mais intensa do trabalho profissional e focalização das políticas, com ênfase nos critérios de seletividade, dentre outros. Tais ações, embora sob a justificativa de irregularidades, e elas existem, acabam por prejudicar os beneficiários que realmente têm direito ao benefício.

Conforme apresentado acima, na Unifesspa existem auxílios/bolsas que visam contribuir para a inclusão e permanência dos discentes com deficiência. Todo o processo de seleção é realizado por assistentes sociais. Dos auxílios e bolsas exclusivos para discentes com deficiência, apenas o Auxílio PCD não é concedido diretamente pelo NAIA, nesse caso, o assistente social no Núcleo é quem presta o primeiro atendimento e, posteriormente, encaminha para a Diretoria de Integração e Assistência Estudantil da PROEX. Os demais processos são referentes ao Programa de Apoio a Discentes com Deficiência onde são selecionados discentes para atuarem no apoio pedagógico dos discentes com deficiência. Esses bolsistas atuam normalmente como letores, escribas, etc. O Programa de Tutoria Pedagógica Específica onde os bolsistas selecionados atuam junto ao discente com deficiência no contraturno das aulas ajudando nas demandas de componentes curriculares específicos. Existem também o Edital destinado à seleção de discentes com deficiência para a aquisição de equipamentos de Tecnologia Assistiva e materiais didáticos e pedagógicos. Além das Bolsas de Revisor Braille destinada a discentes com deficiência visual são publicizados editais na área da Surdez e os Editais Integrados PROEX/NAIA/NUADE, que visa a seleção de Projetos de Extensão Sobre Ações Afirmativas e Acessibilidade, Edital PROEG/NAIA parceria para fomentar o Programa de Apoiadores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, pode-se destacar a relevância da presente pesquisa, pois realiza uma breve análise sobre como se realiza o trabalho do assistente social no processo de inclusão do aluno com deficiência na Unifesspa, destacando-se a garantia dos direitos dos sujeitos em estudo.

Foi possível perceber que, mesmo em frente aos inúmeros desafios, ainda mais agravados no contexto atual, a Unifesspa oferece, por meio de sua Política de Inclusão, ações afirmativas que possibilitam a inclusão das pessoas com deficiência e que a atuação do assistente social é fundamental no referido processo.

Destaque-se ainda que, o tema que aqui se apresenta servirá de direcionamento para futuros estudos, o que possibilitará enriquecimento teórico sobre o assunto, tendo em vista o número reduzido de estudos sobre a temática no contexto exposto.

Portanto, analisar as expressões da questão social no contexto exposto é necessário para o Serviço Social, pois os assistentes sociais atuam em diferentes esferas de interesses sociais e precisam projetar suas objetivações na defesa de direitos daqueles que demandam seus serviços, principalmente em uma conjuntura onde as Universidades têm sido alvo constante das investidas do atual Governo, principalmente pelo desfinanciamento e negacionismo científico que afetam tanto o direito a condições dignas de trabalho quanto a dignidade profissional e dos sujeitos assistidos.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: Fundamentos e história**. Biblioteca Básica de Serviço Social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BONI, Valdete Boni. QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br>. Acesso em 21/08/2021.

BRASIL. DOCUMENTO ORIENTADOR PROGRAMA INCLUIR - ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR SECADI/SESu-2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20/08/2021.

BRASIL. DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em 20/08/2021.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 24/08/2021.

BRASIL. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 21/08/2021.

CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Unidade I e

III, Brasília: CFESS, 2009, v.1.

Cortes no orçamento de universidades federais poderão afetar mais de 70 mil pesquisas. **G1.globo.com**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/31/cortes-no-orcamento-de-universidades-federais-podera-impactar-em-mais-de-70-mil-pesquisas-relacionadas-a-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 26/08/2021.

COSTA, Patrícia Danielle Souza. **METODOLOGIAS DE PESQUISA UTILIZADAS NOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO IBICT E UNESP NOS ANOS DE 2014 A 2016**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Belém, 2018, 65f. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/552/1/TCC_MetodologiasPesquisaUtilizadas.pdf>. Acesso em 14/08/2021.

GUEDES, Douglas Souza. RANGEL, Tauã Lima Verdan. **Direitos sociais em tempo de crise: o mínimo existencial social e a (in)efetividade do estado**. Âmbito Jurídico. 2017. Disponível em: <[https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/direitos-sociais-em-tempo-de-crise-o-minimo-existencial-social-e-a-in-efetividade-do-estado/#:~:text=Segundo%20Barroso%20\(2006%2C%20apud%2C,de%20editar%20regra%20jur%C3%ADdica%20de](https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/direitos-sociais-em-tempo-de-crise-o-minimo-existencial-social-e-a-in-efetividade-do-estado/#:~:text=Segundo%20Barroso%20(2006%2C%20apud%2C,de%20editar%20regra%20jur%C3%ADdica%20de)>. Acesso em: 23/08/2021.

HEIDRICH, Andréa Valente. **Transformações no estado capitalista: refletindo e refratando transformações na questão social**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br>>. Acesso em: 21/08/2021.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed. – São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 111. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.

UNIFESSPA. RESOLUÇÃO Nº 541, DE 29 DE ABRIL DE 2021. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/images/documentos/Institucionais/RESOLUO_N._541_SOLICITAO_DE_AD_REFERENDUM_DOS_PARMETROS_DO_SISTEMA_DE_S_ELE.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2021

WALLACE, Pereira Sant Ana. GLEN, César Lemos. **METODOLOGIA CIENTÍFICA: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André**. Revista Eletrônica Ciência Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v. 4, n. 12, novembro/2018.

Capítulo 8

**PANDEMIA DA COVID-19 E A
INCLUSÃO DOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO**

Marcella Arraes Castelo Branco

Thelma Helena Costa Chahini

PANDEMIA DA COVID-19 E A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Marcella Arraes Castelo Branco

Professora da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na Universidade Federal do Maranhão, e-mail: marcellaarraes@hotmail.com

Thelma Helena Costa Chahini

Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Pós-doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), e-mail: thelmachahini@hotmail.com

RESUMO: O atual panorama mundial, criado pela pandemia do coronavírus, trouxe uma situação adversa para educação, na maior parte dos países. Essa excepcionalidade, conseqüentemente, também impôs aos discentes com deficiência novos desafios. Assim, o presente estudo buscou identificar as ações institucionais desenvolvidas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com o intuito de garantir a inclusão do público-alvo da Educação Especial no contexto do Ensino Remoto Emergencial (ERE) adotado durante a pandemia da Covid-19. Os dados foram coletados por meio de levantamento bibliográfico, análise documental e das ações institucionais publicadas nas notícias no Portal UFMA, no período de março de 2020 a julho de 2021. Os achados deste estudo sinalizam que, apesar de centenas de atos desenvolvidos em prol do ensino não-presencial, poucos continham ações voltadas à inclusão de discentes com deficiência.

Palavras-chave: Educação Superior. Discentes com deficiência. Ensino remoto emergencial. Inclusão.

ABSTRACT: The current world panorama, created by the coronavirus pandemic, has brought an adverse situation for education in most countries. This exceptionality, consequently, also imposed new challenges to the students with disabilities. Thus, this study sought to identify the institutional actions developed by the Federal University of Maranhão (UFMA) in order to ensure the inclusion of the target audience of Special Education in the context of Emergency Remote Education (ERE) adopted during the Covid-19 pandemic. Data were collected through a bibliographic survey, document analysis and institutional actions published in the news on the UFMA Portal, from March 2020 to July 2021. The findings of this study indicate that, despite hundreds of acts developed in favor of non-presential education, few contained actions aimed at the inclusion of students with disabilities.

Keywords: Higher Education. Disabled students. Emergency Remote Learning. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 instalou em todo planeta uma crise de saúde e um cenário nunca antes visto. Medidas de isolamento e quarentena foram necessárias em vários países, com o intuito de reduzir o número de pessoas contaminadas e de mortes. Como consequência de tais ações, as atividades de ensino foram, inicialmente, suspensas em todos os níveis da educação.

Nesse contexto, autoridades e profissionais da educação se viram diante da necessidade de encontrar uma solução para minimizar os danos ao ano letivo de 2020 utilizando-se do Ensino Remoto Emergencial que “surtiu como um termo alternativo comum usado por pesquisadores da educação à distância e profissionais para estabelecer um claro contraste em relação ao que muitos de nós conhecemos como educação à distância de alta qualidade” (HODGES et al., 2020, não paginado).

No Brasil, a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 do Ministério da Educação (MEC), irá “Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação [...]” (BRASIL, 2020a, não paginado). Com o aumento da quantidade de pessoas contaminadas e o agravamento da situação causada pelo coronavírus, a suspensão inicial dos 30 dias letivos, aprovada pelo diploma normativo anteriormente mencionado, foi estendida até o dia 31 de dezembro de 2020, conforme a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 (BRASIL, 2020b).

Ademais, aparente estabilidade no número de casos e mortes iniciou uma disputa entre as esferas do poder público sobre o retorno ou não das aulas de forma presencial no ano de 2021. Foi assim que, em dezembro de 2020, as Portarias nº 1.030 e nº 1.038 do MEC tentaram obrigar as Instituições de Educação Superior a retornarem as atividades presenciais, primeiramente revogando a Portaria nº 544, como retorno em 01 de janeiro de 2021 (BRASIL, 2020c).

Não obtendo êxito, a segunda portaria buscou alterar as anteriormente citadas, com o reinício das aulas em 01 de março de 2021 (BRASIL, 2020d). O impasse criado pelos documentos, acima mencionados, foi resolvido a partir do Parecer CNE/CP nº

19/2020 do MEC e da aprovação da Resolução CNE/CP nº2, de 10 de dezembro de 2020, que determinou a que:

Art. 31. No âmbito dos sistemas de ensino federal, estadual, distrital e municipal, bem como nas secretarias de educação e nas instituições escolares públicas, privadas, comunitárias e confessionais, **as atividades pedagógicas não presenciais de que trata esta Resolução poderão ser utilizadas em caráter excepcional**, para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, no cumprimento das medidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 estabelecidas em protocolos de biossegurança (BRASIL, 2020e, não paginado, grifo nosso).

Portanto, ficou estabelecido que seria o contexto vigente o principal ponto de análise do retorno ou não das aulas no formato presencial no ano letivo de 2021. Contudo, o ensino não presencial continuaria a ser entendido como de caráter excepcional.

Diante de todo esse panorama, desenvolver as aulas de forma remota apresentou-se, então, como o maior desafio para alunos e professores de todos os níveis. Na Educação Superior não tem sido diferente. Instituições têm construído estratégias e recursos voltados para a manutenção das atividades de ensino para todos os seus discentes.

Nesse sentido, esta pesquisa apresenta como questão central: quais ações foram desenvolvidas pela Universidade Federal do Maranhão visando assegurar a inclusão de discentes com deficiência durante o período de ensino remoto emergencial?

Com o intuito de responder ao problema da pesquisa, traçou-se como objetivo geral desta investigação: identificar as ações institucionais da UFMA que asseguram a inclusão de discentes com deficiência durante o período de ensino remoto emergencial.

Para desenvolvimento desta investigação, de abordagem qualitativa, desenvolveu-se uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental, pois essa “vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2010, p. 30). Após a delimitação do objetivo geral do trabalho, deu-se início ao levantamento bibliográfico e à coleta de dados na seção de notícias no Portal da UFMA, no período de 16 de março de 2020 a 20 de julho de 2021, com os descritores: Inclusão; Acessibilidade; Deficiência/Deficientes; Pandemia/Covid-19.

O objetivo dessa busca foi identificar as notícias sobre ações da universidade referentes à pandemia, organizando-as em categorias para identificar e destacar quais tratavam-se de ações diretamente relacionadas aos discentes com deficiência. Desse modo, estabeleceram-se as seguintes categorias de análise documental: documentos institucionais; cursos; webinários; vídeos e notícias de ações institucionais destinadas aos discentes com deficiência.

AÇÕES INSTITUCIONAIS INCLUSIVAS NA UFMA

A análise documental aqui apresentada é resultado do levantamento de dados, do período de 16 de março de 2020 a 20 de julho de 2021, no Portal da UFMA. Essa pesquisa permitiu listar diversas ações desenvolvidas pela instituição no contexto do ensino remoto emergencial.

A busca inicial se deu a partir do descritor “Pandemia”, encontrando um total de 729 matérias que apresentavam: documentos institucionais aprovados para organização da universidade no período da pandemia; ações para o ensino não presencial promovidas pelo site “Ead para você” e, notícias, em geral, sobre iniciativas voltadas para os discentes com deficiência.

Descobriu-se na seção de “Notícias” que, foram aprovados inúmeros documentos institucionais nesse período, como pode se verificar no quadro 1, organizado cronologicamente:

Quadro 1 - Documentos institucionais da UFMA referentes às ações para o período da Pandemia do Covid-19, divulgados na seção de “Notícias” entre os anos de 2020 e 2021

Nº	Documento	Data de publicação	Contempla
1	Portaria GR nº 189/2020-MR	16 de março de 2020	Não
2	Portaria GR nº 190/2020-MR	16 de março de 2020	Não
3	Resolução nº 1.978- CONSEPE	18 de março de 2020	Não
4	Resolução nº 1.980-CONSEPE	02 de abril de 2020	Não
5	Resolução nº 1.981-CONSEPE	09 de abril de 2020	Não
6	Resolução nº 1.982-CONSEPE	09 de abril de 2020	Não
7	Portaria nº 241-MR	09 de abril de 2020.	Não
8	Resolução nº 1.983-CONSEPE	15 de abril de 2020	Não
9	Resolução nº 1.984-CONSEPE	15 de abril de 2020	Não
10	Resolução nº 1.998-CONSEPE	15 de maio de 2020	Não
11	Resolução nº 1.999-CONSEPE	18 de maio de 2020	Art. 1º, VI

12	Resolução nº 2.078-CONSEPE	17 de julho de 2020	Art. 7º, §1º e 2º
13	Instrução normativa nº 04-PROEN	04 de agosto de 2020	Não
14	Resolução Nº 2.081-CONSEPE	10 de agosto de 2020	Não
15	Resolução nº 232-CONSAD	18 de agosto de 2020	Não
16	Instrução Normativa nº 05/2020 – PROEN	18 de agosto de 2020	Não
17	Portaria GR nº472/2020-MR	19 de agosto de 2020	Tópico 1, letra h.
18	Resolução nº 2.083-CONSEPE	24 de agosto de 2020	Não
19	Resolução nº 2.176-CONSEPE	22 de março de 2021	Não
20	Resolução nº 2.185-CONSEPE	22 de março de 2021	Art. 5º, §1º e 2º

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Dentre os documentos, relacionados, apenas quatro mencionavam, em algum trecho, discentes com deficiência. Contudo, esses tratam apenas do encaminhamento do atendimento desses alunos para a Diretoria de Acessibilidade (DACES) da UFMA. Somente partir da Resolução nº2.078-CONSEPE, de 17 de julho de 2020, especifica-se qual público com deficiência será atendido pela DACES, assim como descreve, de forma mais clara, quais seriam os suportes oferecidos para os referidos alunos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020).

Com a aprovação da Resolução nº2.185-CONSEPE, de 22 de março de 2021, repete-se a redação do documento anterior, ou seja, não são elaboradas mais especificações ou ações direcionadas para tal grupo, conforme constata-se no artigo 5º:

A coordenação do curso de graduação poderá solicitar, caso necessário, o apoio da Diretoria de Acessibilidade para o discente com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades que realizar matrícula em algum dos componentes curriculares ofertados no período letivo.

§ 1º Em caso de discente com **deficiência visual** matriculado no componente curricular, o docente deverá encaminhar, com antecedência de 10 (dez) dias, para o e-mail: braille@ufma.br, material para adequação pela Diretoria de Acessibilidade.

§ 2º Em caso de **discente surdo** matriculado no componente curricular, o docente deverá encaminhar, com antecedência de 15 (quinze) dias, para o e-mail: daces.proen@ufma.br, material para adequação pela Diretoria de Acessibilidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2021, grifos nossos).

O que se nota é a documentação de uma ação voltada apenas para a menção de quem é esse aluno e o responsável pelo seu atendimento. Porquanto, medidas,

estratégias e adequações voltadas para o atendimento desses alunos não são planejadas, ou sequer, apresentadas oficialmente pela UFMA. Nessa perspectiva é possível aferir que:

Embora vários avanços possam ser identificados no que diz respeito à participação das pessoas com deficiência nas diferentes esferas sociais, **ainda se pode dizer que essas pessoas continuam invisíveis no que tange a elaboração e execução de políticas públicas e demais deliberações e decisões sobre as vidas desses sujeitos. Isso também é uma constante nos espaços de produção de conhecimento, a exemplo das universidades** (BÖCK; GOMES; BECHE, 2020, p. 134, grifo nosso).

Como é possível notar, a quantidade de documentos aprovados pela UFMA não garante a visibilidade e inclusão de discentes com deficiência. Constata-se que, não houve tampouco a participação de alunos com deficiência nas discussões, elaboração e deliberações promovidas sobre o ensino *on-line* para esse público na referida instituição.

Outrossim, o site “EaD para Você” foi criado em abril de 2020, pela atual Diretoria de Tecnologias na Educação (DTE), com o intuito de apoiar as atividades de ensino à distância da universidade. De acordo com Cavalcante (2020, não paginado), “O objetivo do site é oferecer informações, na área de Tecnologia da Educação, ao corpo docente e aos técnicos da UFMA, por meio de notícias, cursos, treinamentos, webinários, entre outras iniciativas educacionais”. Dessa forma, ao longo dos últimos meses, a equipe responsável pelo site planejou, criou e disponibilizou uma série de ações destinadas para o desenvolvimento do ensino remoto na instituição.

As produções do DTE supracitadas estão descritas no quadro que segue. Os cursos ofertados pelo “EaD para Você” são realizados através do Site AVA em parceria com o convênio entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Sistema Único de Saúde (SUS) e a UFMA, com o “objetivo de ofertar cursos autoinstrucionais realizados sem a presença de um tutor, voltados para a utilização de ferramentas e tecnologias educacionais” (POTTER, 2020, não paginado).

Outro recurso desenvolvido pela DTE foram os vídeos de curta duração, referentes à temáticas variadas e produzidos por especialistas na área. Cada seção do “Drops do Conhecimento” possui três vídeos, disponibilizados no site e no *YouTube*, conforme relação apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 - Lista de Cursos, Treinamentos e vídeos desenvolvidos pela Diretoria de Tecnologias na Educação, publicados no site “EaD para Você” entre os anos de 2020 e 2021

Nº	CURSOS	Contempla
1	Criação de situações de aprendizagem para EaD	Não
2	Tutoria Online	Não
3	Fontes de informações de recursos educacionais	Não
4	Ferramentas e recursos didáticos para produção de vídeo aulas (módulo I)	Não
5	Ferramentas e recursos didáticos para produção de vídeo aulas (módulo II)	Não
6	Planejando aulas para EaD	Não
7	Seleção de mídias digitais para EaD	Não
8	Direitos autorais e recursos educacionais digitais	Não
9	Introdução à Educação a Distância	Não
10	Introdução à propriedade intelectual, direitos autorais, de software e da personalidade	Não
11	Impacto e visibilidade dos recursos educacionais	Não
12	Aplicação dos conceitos básicos de propriedade intelectual, direitos autorais, de software e da personalidade	Não
Nº	Treinamento	Contempla
1	Criação de disciplinas remotas: subsídios	Não
2	Preparando aulas remotas interativas	Não
3	Site <i>Booker</i>	Não
4	A sua voz nas aulas remotas: dicas e cuidados	Não
5	Google Gmail, Agenda e Drive	Não
6	Google Formulários	Não
7	Metodologias Ativas	Não
8	Sigaa	Não
9	<i>Google Meet</i> e <i>Google Classroom</i>	Não
10	Desenvolvimento de recursos educacionais	Não
Nº	Drops do Conhecimento	Contempla
1	Direitos autorais e de personalidade	Não
2	Presença pedagógica na Educação a Distância	Não
3	Noções de como gravar sua vídeoaula	Não
4	Como elaborar um plano de aula da EaD	Não
5	O que considerar no planejamento de aulas remotas	Não
6	<i>Desing</i> Instrucional	Não
7	Gamificação na educação	Não
8	Midiatização de conteúdo para o ensino remoto	Não
9	Pesquisa de materiais educacionais para sala de aula on-line	Não
10	Postura profissional e boas práticas em reuniões on-line	Não
11	Comportamento e boas práticas na sala de aula on-line	Não
12	Ensino remoto e Educação a Distância	Não
13	Situações de aprendizagem na EaD	Não
14	Preparação para o ensino remoto	Não
15	Como as tecnologias podem ser usadas para estudar e pesquisar?	Não

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Apesar de a variedade de cursos ofertados, esses são destinados apenas para o corpo docente e técnico administrativo da instituição, e possuem como foco oferecer conhecimentos introdutórios e básicos sobre temas, conteúdos, características e recursos referentes às tecnologias educacionais. Segundo os objetivos traçados para cada curso na matéria intitulada “*Inscrições abertas de cursos autoinstrucionais na plataforma SITE AVA*”, publicada no Portal da UFMA, em 15 de janeiro de 2021, não se encontra qualquer menção as necessidades de formação para garantir a inclusão e acessibilidade de discentes com deficiência da UFMA.

Já os treinamentos e vídeos produzidos encontram-se abertos ao público pelo site e pela plataforma de vídeo do *YouTube*, entretanto, do mesmo modo que os cursos, essas produções não são voltadas e/ou contemplam, em sua abordagem, a inclusão de aluno com deficiência durante o período de ensino remoto.

O que se percebe é que “[...] a educação em época de COVID-19 passa a entender a tecnologia como um espaço de luta, transformação, mas também de desigualdades” (BARRETO; ROCHA, 2020, p. 2), por isso que, na medida em que espaços e recursos de formação são pensados e criados para garantir a viabilidade do ensino *on-line*, mas não contemplam a diversidade, as necessidades e os direitos das pessoas com deficiência, o processo de exclusão torna-se mais evidente, ampliando, consequentemente, as desigualdades sociais e educacionais, a outros termos. “A quarentena torna mais visíveis as injustiças sociais, a exclusão, a fragilidade humana e o sofrimento dos setores mais vulneráveis da sociedade” (SILVA; BINS; ROZEK, 2020, p. 130).

A DTE ofereceu, também, entre os meses de maio de 2020 a julho de 2021, 57 webinários sobre temáticas diversas, voltadas ao uso de ferramentas e tecnologias educacionais no contexto do ensino não presencial. Como sabido, durante o período da pandemia, as videoconferências se tornaram comuns no espaço educacional, principalmente, por ser um recurso que reduz as distâncias geográficas, que pode ser utilizado em tempo real para todos os participantes, através de plataformas digitais diversas.

Nesse cenário, surgem então, os webinários – expressão derivada da palavra inglesa “*webinar*” – esses podem ser definidos como “um seminário online em vídeo, gravado ou ao vivo, que geralmente permite a interação da audiência via chat. [...] É a mesma coisa que uma Live, ou seja, transmissão ao vivo onde temos apenas um

apresentador [...]” (MANTILHA; BOFF; 2020, p. 03). O Quadro 3, a seguir, apresenta todos os webinários realizados até julho de 2021.

Quadro 3 - Lista de Webinários desenvolvidos pela Diretoria de Tecnologias na Educação, divulgados no “EaD para Você”, entre maio de 2020 a julho de 2021

Nº	WEBINÁRIOS	Cont.
1	Ecossistema Computacional da UFMA: avanços e conquistas recentes já disponíveis para a comunidade acadêmica	Não
2	Design da informação para EaD: contribuições e perspectivas	Não
3	Como elaborar situações de aprendizagem para EaD?	Não
4	Como elaborar um plano de aula na EaD?	Não
5	Noções de como gravar sua vídeoaula usando recursos disponíveis em casa	Não
6	Fontes de informação para construção de Recursos Educacionais para EAD	Não
7	Conceitos básicos de direitos autorais para produção de recursos educacionais para EAD	Não
8	Preparando conteúdos digitais utilizando a plataforma Google para Educação	Não
9	Aumento do impacto e visibilidade dos recursos educacionais produzidos	Não
10	<i>SaiteBooker</i> : ferramenta para construir <i>e-book</i> de maneira fácil, rápida, gratuita e de fácil acesso em formato <i>e-pub</i>	Não
11	Jogos Sérios e Gamificação: relato de experiência e ferramentas	Não
12	Criando aulas online através do <i>Microsoft Teams</i>	Não
13	Metodologias e estratégias de avaliação online para ensino presencial ou remoto	Não
14	Planejamento, Educação Superior e Cenários <i>on-line</i> : aprendizagem significativa em 2020	Não
15	<i>Moodle</i> x <i>Google Classroom</i> x <i>Microsoft Teams</i> e SIGAA: plataformas digitais de apoio ao ensino remoto na UFMA comparadas	Não
16	Presença Pedagógica na Educação a Distância	Não
17	Metodologias Ativas e Tecnologias Educacionais	Não
18	O papel do <i>Design</i> Instrucional na Educação a Distância	Não
19	SIGAA como ambiente virtual para aulas remotas na UFMA	Não
20	Tecnologias para acompanhamento remoto de projetos de pesquisa	Não
21	<i>IBM Academic Initiative</i>	Não
22	Estratégias e recursos para transformação digital da educação: desafios e oportunidades	Não
23	Transposição de disciplina presencial para o modelo remoto	Não
24	Gamificação na educação	Não
25	Ensino remoto e educação à distância: diferenças e limitações	Não
26	Postura profissional e boas práticas em reuniões online	Não
27	Construindo Aulas Remotas Interativas	Não
28	Potencialidades do Portal EaD para Você: aprenda a trabalhar remotamente de forma autônoma	Não

29	Potencialidades do <i>Google Forms</i> e <i>Google Drive</i> para o Ensino Remoto	Não
30	Midiatização de conteúdo para o ensino remoto: como comunicar melhor para ensinar melhor	Não
31	O que considerar no planejamento de aulas remotas?	Não
32	Aproximando as pessoas no ensino remoto: utilização de ferramentas e tecnologias orientadas à participação e engajamento	Não
33	A utilização do e-mail institucional por docentes, discentes, técnicos-administrativo e setores da UFMA: vantagens do uso, segurança legal e da informação	Não
34	Avaliação Formativa e Somativa no Modelo Remoto: quais ferramentas e estratégias adotar?	Não
35	Estudantes com Deficiência e o Ensino Remoto: sugestões de acessibilidade	Sim
36	Bibliotecas e serviços de informação para ensino on-line	Não
37	Diálogos sobre saúde mental em situação de pandemia	Não
38	Verificação Remota de Aprendizado: o App <i>Game Quiz</i>	Não
39	Aulas pelo Google Meet: recursos e potencialidades	Não
40	Planejamento e Gestão de Cursos Pós-graduação Lato Sensu	Não
41	Preparação para o Ensino Remoto: detalhes, ferramentas e metodologias para uma experiência exitosa	Não
42	O uso do SIGAA pelos discentes: uma ferramenta para o desenvolvimento acadêmico	Não
43	As perspectivas da utilização do <i>Google Classroom</i> e <i>Google Meet</i> pelo corpo discente	Não
44	Como as tecnologias podem ser usadas para estudar e pesquisar?	Não
45	Comportamento e boas práticas nasala de aula online	Não
46	Suicídio: Vamos falar abertamente sobre isso?	Não
47	Assistência Estudantil da UFMA: programas, avanços e conquistas recentes para os discentes	Não
48	Aprenda a assinar documentos digitalmente de forma gratuita e com validade jurídica	Não
49	LGPD: conceitos e processo de adequação	Não
50	<i>Microsoft Teams</i> para educadores e estudantes (Nível Básico)	Não
51	<i>Microsoft Teams</i> para educadores e estudantes (Nível Intermediário)	Não
52	AVA UFMA: o novo ambiente virtual para ensino a distância da UFMA	Não
53	<i>Microsoft Teams</i> para educadores e estudantes (Nível Avançado)	Não
54	COVID-19 e a Síndrome de <i>Burnout</i> em profissionais de saúde	Não
55	Desmistificando o registro de programas de computador no Instituto Nacional	Não
56	O processo de luto na infância em tempos de COVID-19	Não
57	Usando o Sistema Eletrônico de Informações na prática	Não

Fonte: Dados da Pesquisa (2021, grifo nosso).

Dentre os webinários produzidos, apenas um versou diretamente sobre as condições e necessidades especiais dos discentes com deficiência matriculados em cursos na Educação Superior, sob o título de “*Estudantes com Deficiência e o Ensino*

Remoto: sugestões de acessibilidade”, apresentado no dia 14 de agosto de 2020, pela professora Maria Nilza Oliveira Quixaba, diretora da DACES.

No bojo dessa discussão, acerca da invisibilidade desses alunos, autores como Silva; Bins; Rozek (2020, p. 132, grifo nosso) inferem que:

O público alvo da Educação Especial está, novamente, invisível nas políticas públicas, decretos e decisões criadas pela Pandemia [...]. Contudo, o discurso político-educacional considera que todos se encontram nas mesmas condições. **A realidade se impõe e nos mostra que ainda as pessoas com deficiência não se encontram em situação de equidade de acesso às diferentes possibilidades tecnológicas, sociais e culturais existentes.**

A validade da iniciativa deve ser exaltada, contudo, o perfil democrático e o potencial de exploração desse tipo de recurso/espço, poderia e deveriam ser utilizados para a ampla divulgação e promoção de mais formação, debates e esclarecimentos sobre as dificuldades, barreiras, vulnerabilidades e como promover a inclusão desse público durante o ensino remoto.

Sob essa ótica torna-se fundamental, então, destacar a importância e o papel das palestras e webconferências institucionais para garantir a informação e formação sobre o direito de inclusão do discente com deficiência e suas respectivas estratégias. Diante disso, destaca-se também, a função das notícias referentes ao público-alvo da Educação Especial desde o início da crise do coronavírus. Cardoso; Ferreira e Barbosa (2020, p. 39, grifo nosso) consideram que:

A pandemia de Covid-19 restringiu os canais de comunicação/informação aos meios virtuais, em praticamente todos os aspectos da vida do cidadão brasileiro. **Educação, comunicação e informação sempre foram inegavelmente interligados, contudo, a pandemia de coronavírus tornou a relação entre esses direitos uma relação de extrema dependência.**

No Portal da UFMA, centenas de notícias foram divulgadas desde o ano de 2020, porém, apenas as listadas no Quadro 4, referem-se ao discente com deficiência no contexto de pandemia da Covid-19.

Quadro 4 - Chamadas de notícias sobre ações institucionais direcionadas aos discentes com deficiência, no contexto de pandemia da Covid-19

Nº	Chamada da notícia	Data de publicação
1	DCom TV: UFMA no combate à Covid-19.	08 e 14 de abril de 2020 25 de maio de 2020
2	Lançamento do site “EaD para Você”.	28 de abril de 2020
3	Lançamento da pesquisa “ <i>Demandas Psicossociais com Vista a Acessibilidade Educativa de Estudantes com Deficiência no Contexto de Pandemia Covid-19 no Câmpus São Luís – MA</i> ”.	08 de junho de 2020
4	Divulgação do webinar “Estudantes com Deficiência e o ensino Remoto: sugestões de acessibilidade”.	11 de agosto de 2020
5	Divulgação da Acolhida Virtual do Curso de Pedagogia-Campus de Imperatriz “ <i>Experiências Formativas em Educação Inclusiva: Interlocuções e Práxis Pedagógicas</i> ”.	11 de setembro de 2020
6	Informativo sobre Editais de Auxílio Inclusão Digital específico para pessoas com deficiência.	15 de setembro de 2020
7	Entrevista sobre as atividades da Diretoria de Acessibilidade na pandemia.	05 de outubro de 2020
8	Pesquisa com pessoas com deficiência verifica a acessibilidade de tecnologias da UFMA.	27 de outubro de 2020
9	Ciclo de Debates Inclusivos terá foco na acessibilidade e na inclusão de alunos com de ciência no ensino remoto.	03 de março de 2021
10	Palestra "Tecnologia Assistiva para estudantes com deficiência visual" ocorrerá no dia 27 de abril, via <i>Google Meet</i> .	09 de abril de 2021
11	Pré-matrícula para os aprovados no Sisu no primeiro semestre de 2021 começam nesta segunda, 19, exclusivamente de forma on-line.	19 de abril de 2021
12	Inscrições abertas para a terceira edição do Ciclo de Debates Inclusivos promovido pela Diretoria de Acessibilidade da UFMA, que ocorrerá no dia 28 deste mês.	17 de junho de 2021
13	Diretoria de Acessibilidade promoveu, de forma on-line e com intérpretes de Libras, o III Ciclo de Debates Inclusivos com foco no Ensino Superior.	01 de julho de 2021

Fonte: As autoras (2021).

Como mencionado anteriormente, 729 matérias foram encontradas na seção “Notícias” do Portal da UFMA versando sobre a pandemia, das quais apenas as 13, anteriormente descritas, destinavam-se às atividades e ações voltadas ao atendimento de alunos com deficiência.

Portanto, a escassez de matérias denota, na realidade, a pequena quantidade de diligências promovidas pela UFMA, tendo em vista as necessidades educacionais específicas já existentes desses alunos e daquelas emergidas no último ano. E o que se almeja é a garantia e o respeito aos direitos desses discentes, pois como afirma Carvalho (2016, p. 37, grifo nosso):

O direito à igualdade de oportunidades e que defendemos enfaticamente, não significa um modo igual de educar a todos e, sim, **dar a cada um o que necessita em função de seus interesses e característica individuais. A palavra de ordem é equidade, o que significa educar de acordo com as diferenças individuais**, sem que qualquer manifestação de dificuldades se traduza em impedimento à aprendizagem.

Espera-se que a igualdade e a equidade sejam as bases dos movimentos em prol da Educação Especial Inclusiva em tempos de pandemia, já que incluir a pessoa com deficiência, seja na sociedade em si ou em determinadas esferas, como a educação, é um processo dinâmico e em constante construção, que se tornou mais complexo no cenário da Covid-19.

Profissionais da educação, cuidadores, família e pessoas com deficiência se encontram diante de uma situação excepcional em relação à inclusão em tempos de distanciamento físico e de interação e interatividade através do *on-line*. Porém, almeja-se que essa realidade, agora inquietante, seja usada para transformar situações discriminatórias, e não como, uma adição aos inúmeros mecanismos excludentes já existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia mundial da Covid-19 trouxe desafios inéditos para as autoridades de todo mundo. Na educação, promoveu um cenário excepcional, no qual a única solução foi tentar manter os anos letivos de 2020 e 2021 com o ensino remoto emergencial. E para as pessoas com deficiência o contexto do ensino não-presencial mostrou-se ainda mais desafiante.

Tendo em vista o alcance do objetivo, proposto, de identificar as ações institucionais da UFMA que asseguram a inclusão de discentes com deficiência durante o período de ensino remoto emergencial. Concluiu-se que, apesar de inúmeras e variadas ações desenvolvidas e dos documentos publicados, no contexto

de pandemia da Covid-19, a referida instituição pouco contemplou o alunado da Educação Especial.

Percebeu-se, a partir da análise de documentos, ausência de adequações curriculares e estratégias de ensino inclusivas; escassez de atividades formativas e de orientações sobre tecnologias assistivas e de procedimentos didático-pedagógicos específicos aos discentes com deficiência e aos professores desses, ou seja, poucas foram as ações institucionais favoráveis ao processo ensino-aprendizagem do público alvo da Educação Especial/Inclusiva, durante o período de ensino remoto emergencial.

Reforça-se a importância de combater a invisibilidade desse alunado, muitas vezes camuflada por discursos ideológicos, mas revelada por práticas excludentes, ações segregadora e pelo silenciamento das referidas pessoas nas discussões e deliberações sobre questões, aparentemente, gerais, mas com impactos nocivos aos grupos já marginalizados.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Andreia Cristina Freitas; ROCHA, Daniele Santos. COVID 19 e educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. **Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 01-11, jan./dez 2020. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8480> Acesso em: 20 jul. 2020.

BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; GOMES, Débora Marques; BECHE, Rose Clér Estivalet. A experiência da deficiência em tempos de pandemia: acessibilidade e ética do cuidado. **Revista Criar Educação**, v.9, n. 2, p. 122-142, Edição Especial, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/6049/5403> Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 53, p. 39, 23 out. 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 114, p. 62, 23 out. 2020b.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.030, de 01 de dezembro de 2020. Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus -Covid-19. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 230, p. 55, 02 dez. 2020c.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.038, de 07 de dezembro de 2020. Altera a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e a Portaria MEC nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. **Diário Oficial da União**: seção 1 – Extra A, Brasília, DF, n. 233-A, p. 1, 07 dez. 2020d.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº2, de 10 de dezembro de 2020. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, n. 237, p. 52, 11 dez. 2020e.

CARDOSO, Cristiane Alves; FERREIRA, Valdivina Alves; BARBOSA, Fabiana Carla Gomes. (Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 38-46, ago. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/929> Acesso em: 24 jul. 2021.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. – 11. ed. (revista e atualizada) – Porto Alegre: Mediação, 2016.

Cavalcante, Jäder. UFMA lança site "EaD para Você" de apoio ao ensino a distância à comunidade acadêmica. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Notícias**. São Luís, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=56127> Acesso em: 15 jul. 2021.

POTTER, Allan. Inscrições abertas de cursos autoinstrucionais na plataforma SAITE AVA. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Notícias**. São Luís, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/site/noticias/inscricoes-abertas-de-cursos-autoinstrucionais-na-plataforma-saite-ava> Acesso em: 15 jul. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HODGES, Charles *et al.* The difference between emergency remote teaching and online learning. **Educause Review**, Louisville, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MANTILHA, Samira; BOFF, Luciana. **Conceito e diferenças entre webconferências, videoconferência, webinar e lives**. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2020. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/recurso/17397>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SILVA, Karla Fernanda Wunder da; BINS Katiuscha Lara Genro; ROZEK, Marlene. A Educação Especial e a Covid-19: aprendizagens em tempo de isolamento social. **EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 124–136, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p124-136. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8914> . Acesso em: 24 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 2.078-CONSEPE, 17 de julho de 2020**. Regulamenta o Ensino Emergencial Remoto e/ou Híbrido na UFMA durante período de pandemia do novo Coronavírus (SARS-COV-2/COVID-19). São Luís: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2020. Disponível em: <http://www.ufma.br/portaUFMA/arquivo/0Y4SKln1B1KZXFS.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 2.185-CONSEPE, 22 de março de 2021**. Regulamenta o Ensino Emergencial Remoto e/ou Híbrido na UFMA durante o período de pandemia da doença COVID-19 e aprova o Calendário Acadêmico 2021. São Luís: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021. Disponível em: <http://www.ufma.br/portaUFMA/arquivo/CdlDk4n9gGAO5l9.pdf> Acesso em: 15 jul. 2021.

Capítulo 9

**AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS
RIBEIRINHAS, A POLÍTICA
SOCIAL E O CONSERVACIONISMO**

Gicele Brito Ferreira

AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS, A POLÍTICA SOCIAL E O CONSERVACIONISMO

Gicele Brito Ferreira

Assistente Social, Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social do Campus Marajó-Breves/UFPa. gicele21@yahoo.com.br

Resumo: A aproximação com o “Brasil profundo” e com as populações tradicionais é uma agenda urgente para o conservacionismo e todas as políticas sociais, com a perspectiva de atender ao esforço coletivo que a humanidade deve fazer para preservação do planeta e da vida na Terra. Neste artigo, apresentam-se, de forma introdutória, o entendimento conceitual e regulatório sobre os extrativistas, os ribeirinhos, os mateiros, os pescadores, os caboclos e os selváticos em relação às concepções teóricas sobre o que é o bem-estar e as possibilidades de sua construção e efetividade junto aos “Comuns”.

Palavras-chave: Ribeirinhos. Política social. Assistência social.

As populações tradicionais e o conservacionismo

As populações tradicionais, em suas múltiplas e heterogêneas nomeações, vivem no Brasil de Norte a Sul com suas práticas sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas.

Chamam-se “populações tradicionais” (“ribeirinhas”, “caboclas”) aquelas comunidades camponesas e extrativistas da Bacia Amazônica cuja consciência da relação com os povos indígenas que as precederam parece ter sido, em alguns casos, abolida. A cultura trazida pelos imigrantes “brancos” (de origem principalmente nordestina) que se fundiram com o ‘substrato’ autóctone recalcou toda memória nativa e se orientou mimeticamente para o Brasil oficial. Na maioria dos casos, a situação entrou apenas em estado de latência [...]. Essa aparente perda de consciência, assim, tem se mostrado cada vez mais frequentemente como sendo não tanto uma ruptura definitiva, mas antes um longo desmaio – uma espécie de coma étnico do qual a Amazônia ‘cabocla’ começa a despertar, como atesta o fato de que, hoje, apenas no Médio Solimões, cerca de duzentas comunidades tradicionais reivindicam sua “passagem para indígena”, isto é, sua condição de titulares dos direitos reconhecidos no artigo 231 da Constituição Federal (Debora Lima et al., 2015, citando dados de Rafael Barbi para os rios Coloca, Tefé, Uarini, Jutai, Caiabi e Minerva; as Reservas de Marauá e Amanhã

respondem por cinquenta comunidades desse total). O fenômeno é geral no “Brasil profundo”, e parece ainda mais paradoxal quando se constata que ele vai se tornando mais intenso à medida que esse Brasil profundo ‘vem à superfície’, isto é, se moderniza inserindo-se nas redes por onde circulam os fluxos semiótico-materiais que atravessam o planeta, do dinheiro à internet (CASTRO, p. 21 apud KOPENAWA, 2015).

Na obra *A ideologia alemã*, Marx e Engels, ao apresentarem a concepção de história, a “ciência da história”, afirmam que esta é considerada sob dois aspectos: “na história da natureza e na história dos homens. Mas não se deve separar ambos os aspectos, pois enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão mutuamente [...]” (MARX; ENGELS, 1989a, p. 184). Afirmam também que “O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. [...] O primeiro estado de coisas a se constatar é, portanto, a organização corporal desses indivíduos e a relação com a natureza restante que aquela lhes dá” (MARX; ENGELS, 1989a, p. 187). Nos *Manuscritos Econômicos de 1844*, Marx (1989b) afirma que: “Portanto, a sociedade é a unidade essencial acabada do homem com a natureza, a ressurreição verdadeira da natureza, o naturalismo do homem e o humanismo da natureza levados a cabo” (p. 171).

O humano deixou de ter a natureza como fundamento da ordem social. Para os modernos, a vida se constrói em torno das necessidades e benefícios da produção de bens diversos extraídos da natureza. É preciso refletir sobre a solidão dessa posição isolada no universo em que o homem é a fonte dos valores propalados pela modernidade. É preciso reconhecer que os valores da natureza não foram criados por humanos; foram impostos à humanidade, que pertence à natureza, como afirma Engels (1999 [1876]).

Pensar sobre os graves problemas ecológicos na relação humanidade e natureza por meio de cosmologias plurais (como a do povo Yanomami) deve ser o guia para entender que temos apenas um planeta para viver com os corpos presentes e as diferentes sensibilidades; umas sendo nocivas e outras que vivem ou tentam viver sem consumir, sem esgotar os recursos.

Leal (2010) demonstra a sanha por recursos durante o processo de colonização e imposição de formação social e econômica ibérica com foco na América Latina, como se lê neste trecho:

A Acumulação Mundial e a Amazônia. Assim, o início do século XVI, além de ser aquele em que a leva a inicial da ocupação, [...] também é o período em

que a colonização ibérica teve que conviver com a natural investida das outras emergentes potências mercantis que a Igreja havia resolvido ignorar na partilha do mundo. [...] Por isso, a única razão para que a Amazônia se mantivesse infensa à sanha predadora dos ibéricos – mas apenas durante um breve período, é bom dizê-lo – é que ela, pela sua localização e pelo seu caráter primitivo e selvagem, era, ainda, como território, um alvo remoto e isolado (LEAL, 2010, p. 46).

De acordo com o autor, para produção em larga escala, o sistema econômico organiza a acumulação primitiva, saindo da produção familiar artesanal para a acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias. Todos os esforços são feitos para aumentar a força produtiva social do trabalho, para consequente aumento da produção de mais-valor ou mais-produto que formam a orientação-mestra das naus que aportam nas Américas no século XVI. A busca era por concentração de riquezas, e os meios de produção social se acumularam em mãos individuais, com a manutenção das circunstâncias encontradas. O que há é a luta entre os indivíduos capitalistas que se digladiam como produtores independentes e concorrentes que querem concentração e comando da força de trabalho.

Constitui-se, nesse momento histórico, o que, na contemporaneidade, a liderança indígena do povo Satere Mawe afirma ser “A luta pela terra, que é a mãe de todas as lutas dos povos indígenas” (Marcivani Satere Mawe, durante *live* realizada em agosto de 2021 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Assim, “[...] encontraram uma população nativa intimamente ligada às características da terra, [...] e – devido ao caráter primitivo de suas forças produtivas – profundamente vulnerável à ação brutalizadora da dominação colonial” (LEAL, 2010, p. 52).

Há uma grande demanda pela força de trabalho neste momento do mundo que, com a acumulação do capital, requer “braços”; há necessidade de rápida ampliação do proletariado, que é reconhecido como aquele que produz e valoriza o capital (MARX, 1989b), sendo explorado no tempo em que é solicitado e constitui a base do sistema capitalista. O trabalhador, nesse entendimento, torna-se, com o tempo, massa de manobra que atende aos chamados e à repulsa do capital conforme sua necessidade.

Este ser chamado proletário é o trabalhador que passa pela metamorfose de ser criador, dono, dominador do capital para se transformar em seu escravo, mendigo crofuloso, homem honrado que é diferente da combinação incongruente de elementos diversos do enfermiço proletário da selva, nomeado pelo economista Wilhelm Roscher

(1817-1894), o qual Marx demarca como sendo o selvático, o proprietário da selva que a tem como sua naturalmente, não sendo explorado. Ele não é um proletário (MARX, 2017, p. 691).

As culturas e sociedades tradicionais dos povos originários, ribeirinhos, caboclos entre tantas designações se caracterizam pela: a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2000, p. 87-88).

É possível decodificar a referência ao selvagem como às populações originárias, às populações tradicionais, aos Comuns que se constituem sobre práticas e valores que buscam defender o interesse da comunidade que, segundo Edward Thompson (2015), em seu conceito de “economia moral da multidão” ou “economia moral dos pobres”, lutam para coibir a violência imperialista da classe dominante. Os Comuns alcançam a contemporaneidade lutando para continuar estabelecendo relações de respeito à natureza.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais instituída pelo Decreto 6040/2007 evidencia-os como:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

A vida humana com sua fragilidade, com as limitações objetivas e com o equilíbrio da biosfera é o fundamento do humanismo moderno com o princípio de que a humanidade é origem e fim, como assinala, em 1789, a Declaração de Direitos do Homem. A natureza como matéria destinada a ser apropriada pelo homem, conforme o pensamento econômico clássico que vê a natureza como fonte prodigiosa e ilimitada de recursos, é o pensamento que constitui a base do conservadorismo liberal decantado ainda na atualidade.

John Clark (o ambientalista pós-moderno), Herbert Marcuse e seu Eros de civilização, Justus Van Liebig (químico especializado em agricultura), Malthus, David Ricardo, George Perkins Marsh (criador do movimento de conservação da natureza) são intelectuais que se dividem entre o paradigma da humanidade no centro (como predadora, produtivista, *machine learning* que utiliza, para desenvolvimento, o mito de Prometeu consumista, desenvolvimentista) e o paradigma que entende a humanidade como fazendo parte da natureza em afinidade construída a partir das relações de produção e de seu desenvolvimento, numa crescente busca por respeito da humanidade em relação à Gaia. Há ainda o paradigma que não acredita ser esta relação possível, e a cosmologia dos povos originários que apregoam sermos apenas uma frágil parte do cosmo que vive sob a benevolência das forças que o governam.

Assim, Marx e Engels foram incomuns na ênfase que deram às condições naturais da produção e no reconhecimento do fato de que uma economia sustentável exigia uma relação sustentável com a natureza em base global. Nesse sentido, os limites naturais constituíram uma parte muito importante do argumento de ambos (FOSTER, 1999, p. 169).

A ideia de cuidado com a natureza aparece em Marx, Engels e George Perkins Marsh (criador do movimento de conservação da natureza) como alerta para o futuro das gerações, quando apresentam os grandes desastres já evidenciados em seu tempo como a desarborização das colinas pelo povo Maia para fins agrícolas, a pressão demográfica na Ilha de Páscoa (dez mil habitantes para ocupação de 165

quilômetros quadrados), que derrotou o ecossistema esgotando os recursos da ilha, e os projetos expansionistas de colonização além-mar.

No coadunar das publicações de Marx e Engels (*O Capital*, 1867) e Marsh (*Man and Nature*, 1864, que é considerado manual sobre extermínio da flora e da fauna), encontramos as ideias questionadoras da relação estabelecida entre humanos e natureza. E a razão desse fato é que, embora Marsh fosse o principal defensor do verde/ecologista de seu tempo, coube a Marx e Engels compreenderem mais profundamente as condições históricas subjacentes a tal destruição ecológica que alcança o século XXI. Realmente, as origens da crise ambiental global devem ser buscadas não na natureza, mas na sociedade. Marx e Engels podem ter muito mais a ensinar hoje sobre o que é necessário para resolver o problema ecológico (FOSTER, 1999, p. 172).

Nas ciências ecológicas contemporâneas, citando desde os aborígenes australianos até os defensores da dialética marxista, busca-se romper com o antropocentrismo conforme entendimento estabelecido entre humano e natureza, no qual o humano marcou seu lugar crendo que a natureza deve servir aos fins inerentes ao entendimento das intervenções que sofre.

[...] a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a pilhagem dos terrenos comunais, a transformação usurpadora e terrorista da propriedade [...] patriarcal em propriedade privada moderna, a guerra às cabanas, foram os processos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram a terra para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e entregaram à indústria das cidades os braços dóceis de um proletariado sem lar nem pão (MARX, 1985, p. 34-35).

As populações tradicionais que são expulsas de seus territórios para se tornarem estes que são serviçais dóceis nas cidades são tratadas como vulneráveis, necessitados que não conseguiram o sucesso individual apregoado pelo neoliberalismo e que, quando resistem à saída de seus territórios, onde estabelecem relações de comunidade e pouco impacto ao ambiente, são tidos como empecilho ao desenvolvimento, pois não são efetivados os marcos regulatórios de reconhecimento das suas necessidades e condição de primeiros habitantes do espaço geográfico.

A política social e os ribeirinhos

Estes homens, bruscamente arrancados de suas ocupações habituais, não se podiam adaptar prontamente à disciplina do novo sistema social, surgindo, por conseguinte, deles, uma porção de mendigos, ladrões e vagabundos [...].

A legislação os tratou como criminosos voluntários, supondo que dependia de seu livre arbítrio o continuar trabalhando como no passado e como se não tivesse sobrevivido nenhuma mudança em sua condição de existência (MARX, 1985, p. 57).

No final do período colonial português, esse sistema, apoiado numa sociedade e nobreza ainda com fortes e arcaicos traços feudais, fez com que, na região amazônica, a ocupação lusitana se sustentasse pelo extrativismo, pela escravização e pelo genocídio indígena, para o que contou com apoio direto dos jesuítas através do “amansamento desses povos”. A imposição forçada ou disfarçada de cristianismo se constituiu num importante fator de dominação e “domesticação” dos indígenas a favor dos interesses metropolitanos e da própria acumulação primitiva de capital que se processava na Europa (MARQUES, 2019, p. 49).

Nas referências bibliográficas de cinco séculos que tratam da Amazônia, é explicitado o desenvolvimento econômico desta região em ciclos de exploração extrativista (especiarias, pesca, borracha, ouro, bovinos, bubalino, bauxita, caulim, madeira, açaí, *commodities*, sequestro de carbono, entre outros) embasados na utilização da violência para extração do mais-valor (etnocídio, escravidão, genocídio de populações caboclas) e expropriação, planejados verticalmente por instituições governamentais sem a participação da população originária; é a “invisibilidade das populações” (SILVA, 2006) que atravessa o Brasil Colônia até os dias atuais.

A Amazônia é um bioma que ocupa uma área de cerca de 7 milhões de km² distribuídos por nove países: Brasil, França (Guiana Francesa), Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, tomando aproximadamente 60% do território brasileiro e acolhe cerca de 30% de todas as florestas tropicais remanescentes do mundo, abrigando aproximadamente 30% das espécies conhecidas da fauna e da flora do planeta. Detentora de um terço da biodiversidade global, a porção brasileira da Amazônia apresenta um amplo espectro de ecossistemas e as espécies neles inseridas constituem um imenso potencial genético (CASTRO, 2015; MARQUES, 2019; LIMA, 2019).

Toda a discussão feita sobre política social e o papel do Estado aponta para a idealização e a efetivação de ações que possibilitem o bem-estar humano, entendido como regulação social baseada em valores de solidariedade e cooperação, que é relacional, com distribuição do produzido socialmente, atendendo às demandas coletivas (MISHRA, 1975). Assim, “A Política de Assistência Social é concebida como Política Pública no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, compondo, com a

Política de Saúde e a Previdência Social, a Seguridade Social brasileira” (COUTO *et al.*, 2017, p. 32).

Nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 do Brasil, está determinado que o Estado proteja as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras e as de outros grupos participantes da construção sócio-histórica do país. A Constituição Federal outorga que deve ser promovido e protegido, pelo Poder Público, o patrimônio cultural brasileiro, considerando tanto os bens de natureza material quanto imaterial – o jeito de se expressar, ser e viver – dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. São chamados de povos indígenas as diferentes etnias com identidades próprias, e de comunidades quilombolas, um conjunto de comunidades negras, em sua maioria rurais, que se identificavam de maneiras distintas. Também era necessário um conceito amplo, onde os segmentos, as identidades distintas conseguissem se enxergar e para as quais o Estado direcionaria ações, programas e recursos financeiros.

O Brasil aderiu à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho em 2004. A referida convenção, reforçou os termos da Constituição Federal de 1988 na medida em que defende o respeito e a valorização da diversidade étnica e cultural dos povos e comunidades como norteadores das políticas públicas voltadas a esses segmentos. Sob essa perspectiva, apregoa, entre outros direitos, que os Estados membros deverão promover a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando suas identidades sociais e culturais; reconhecerá as terras tradicionalmente ocupadas por esses povos; garantirá serviços de saúde adequados, em cooperação com os interessados e baseados nas comunidades; e implementará programas e serviços educacionais diferenciados e interculturais, de acordo com suas especificidades e seus projetos de futuro (OIT, 2011).

A Convenção 169 traz três novos princípios que representam importantes avanços na relação entre o Estado Brasileiro e os povos indígenas e tribais: a autoidentificação, ou consciência de sua identidade, como critério subjetivo fundamental para o reconhecimento desses grupos; o direito à participação na formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam impactá-los; e o direito à consulta sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente (OIT, 2011).

O critério da autoidentificação serviu de base para o reconhecimento, pelo Governo Federal, dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), por meio do Decreto nº 6.040/2007. Esse ato instituiu a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e os reconheceu como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e bens da natureza como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

O direito de participação e a consulta são as grandes inovações e apontam para a necessidade de construção de novos modelos na relação entre os aparatos estatais e os povos e comunidades tradicionais. Isso porque, ao defender que os povos interessados se posicionem em relação às medidas que possam impactá-los e participem da construção das políticas e projetos voltados a eles, o texto rompe com a visão integracionista de que gradativamente esses grupos seriam incorporados às suas sociedades nacionais. A Convenção 169 ofereceu, assim, um novo paradigma para o reconhecimento à diferença por meio da autoidentificação e de direitos territoriais e à consulta prévia em processos que ameacem a continuidade dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais (OIT, 2011).

Para que o Estado brasileiro pudesse ressignificar a noção de povos tribais para o desenvolvimento de uma categoria apropriada à realidade do país, investiu-se na construção de um conceito único da sociodiversidade para nominar a quem se dirige à política. O termo Comunidade Tradicional foi constituído pela organização de diferentes grupos e encontros com a realização de consulta houve a nomeação, em sua primeira versão, pelo termo “comunidades”, em um encontro de especialistas promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), pois comunidade é “um grupo que interage diretamente – face a face – e que é capaz de agir coletivamente a partir dessas interações” (LITTLE, 2006, p. 9). Assim, foi criada, em 2004, a primeira versão da comissão nacional com o termo comunidades tradicionais.

Os membros de um povo ou comunidade tradicional têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se autorreconheçam como portadores de identidades e direitos particulares. De acordo com o Decreto nº 6.040, art. 3º § 10, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política

Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, povos e comunidades tradicionais podem, então, ser definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

São povos que ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionais, seja essa ocupação permanente ou temporária. As relações específicas que esses grupos estabelecem com as terras tradicionalmente ocupadas e seus bens naturais fazem com que esses lugares sejam mais do que terras, ou simples bens econômicos, e sim territórios tradicionais:

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007).

A humanidade sempre considerou o atendimento das necessidades mínimas de sobrevivência para a população urbana impossibilitada de gerar renda conforme as legislações históricas, possibilitando o destrinchamento da construção da proteção social desde a Lei dos Pobres, que se desenvolveu na Inglaterra a partir das Leis de Tudor na Idade Média (1587-1589). A Old Poor Law (1601) e a New Poor Law (1834), que vigorou até o surgimento do Estado de bem-estar social com suas raízes em 1880 na Alemanha com Otto V. Bismarck, que amplia a concepção nos Estados Unidos com o New Deal de Roosevelt, contendo medidas keynesianas, incluindo frações de classe da pequena burguesia, mitigando os efeitos do capitalismo monopolista no atendimento de sua satisfação de consumo com políticas públicas de saúde, educação, habitação, lazer entre outras, até o início de seu desmonte na Grã-Bretanha com Margareth Thatcher (1979-1990).

Mishra (1975), a partir de Marx (1844), questiona se é possível o bem-estar social no capitalismo. Ele aponta que, neste sistema, a proposição é reformista e o trabalhador usuário da proteção social é visto como fator de produção, não sendo reconhecido como humano. A necessidade básica é a da reprodução da mão de obra com energia e não com a distribuição equânime da riqueza gerada historicamente,

como deve ser entendido também o conceito de necessidade que sofre mudanças em seu conteúdo, quantidade e qualidade através dos tempos. O conceito de necessidade é também construído a partir da centralização do poder político nos perímetros urbanos, que no Brasil estão localizados nas regiões Central, Sul e Sudeste, estabelecendo padrões fragmentados e focalizados (NASCIMENTO et al, 2019), bem distantes das realidades vividas nos territórios tradicionais na Amazônia.

O que vemos, portanto, na Amazônia, é que as políticas sociais continuam revelando e conformando um “padrão”, onde as práticas de uma única cultura a cultura sul-sudeste impõem-se como referência no planejamento dos ministérios, engessando a autonomia de estados e municípios. É assim para a educação, é assim para a saúde, é assim para a previdência, é assim para a assistência social. No caso da Assistência Social, o “recorte” fragmenta os “excluídos” por categorias: idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência. Esse recorte não dá conta das questões enfrentadas pelos assistentes sociais dos estados e municípios da região, onde os ribeirinhos, os povos da floresta, os seringueiros, os garimpeiros, os mateiros e os índios enfrentam dramáticas situações, da expulsão da terra aos assassinatos. Os recursos, de um lado, além de serem escassos, continuam centralizados, e só são liberados na base dos critérios nacionais, que são padronizados, para a aprovação de projetos. Por outro lado, os novos paradigmas, em si, não se tornaram efetivos e não resolveram algumas visões da assistência social. Há ainda muitos governantes e gestores que continuam comungando com os valores medievais da ajuda, como ação episódica, como esforço voluntário, como tutela, como favor, como caridade, como clientelismo, como instrumento de poder e de formação de redutos eleitorais (TEIXEIRA, 2008, p. 150).

Na tese *Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes*, a professora Camila Potyara Pereira (2014) apresenta diferentes concepções, teorias e idealizações construídas historicamente sobre a proteção social no sistema capitalista. Direitos civis e direitos políticos são diferentes dos direitos sociais. Para a social-democracia, a liberdade só é possível sem a privação material do desemprego, da fome e da subjugação e exploração do trabalho. O fim é a liberdade humana, o meio é a equidade social. Rejeitam o determinismo evolutivo característico do funcionalismo e da teoria da convergência que prega o inevitável desenvolvimento independente da práxis humana.

A autora aponta que o Socialismo Democrático defende a proteção social pública administrativa e garantida por um Estado de bem-estar. A socialdemocracia acata as determinações do Banco Mundial e acredita na proteção social para ascensão social, atendimento do mercado e educação com potencial revolucionário. Apresenta a proteção social para defender ou eliminar sofrimento humano pobreza e desigualdade atenuadas por medidas protetivas; a proteção social como mecanismo

de aquecimento da economia, capaz de estimular investimentos e promover prosperidade; política de educação libertária, cooperativa e equânime com potencial transformador e revolucionário para crianças e jovens com qualificação para o trabalho; proteção social capaz de incentivar o altruísmo e promover a integração da sociedade; benefícios e programas públicos gratuitos e universais diminuiriam o surgimento de estigma e reduziram o preconceito contra os beneficiários; sensação de pertencimento social (PEREIRA, 2014).

A Crítica Marxista entende as reformas sociais como paliativas que solidificam a permanência do capitalismo de forma contra produtiva e irracional, indefensável e odioso, com resultados desumanos, ameaçando a vida humana (MANDEL, 1995 apud PEREIRA, 2014). A proteção social como compensação da classe operária pelo mal-estar na vida em sociedade, medidas protetivas de caráter conflitivo, pois o auxílio financeiro pode favorecer o endividamento da população-alvo que beneficia bancos e demais instituições financeiras.

De acordo com Pereira (2014), o socialismo democrático presta apoio radical à proteção social pública, universal qualificada que atribui durabilidade e qualifica a proteção social via Estado de bem-estar, apregoa a superação do sistema capitalista e compromisso com três valores tendo como base a equidade, a liberdade e a fraternidade. Proteção social universal e acessível com medidas protetivas seletivas em preterição das políticas focalizadas que deixam as pessoas fora da equidade, na pobreza que as estigmatiza como pedintes, suplicantes e não detentores de direitos e que suportam serviços precários e de péssimas qualidades. Os serviços sociais privados são malvistas pelos socialistas democráticos por acentuar as diferenças sociais. O serviço público seria para atender os sem trabalho, os grupos socialmente desfavorecidos (minorias étnicas, agregados familiares dirigidos por mulheres, idosos, deficientes).

Os marxistas ortodoxos criticam o socialismo de mercado com humanização e regulação deste modelo econômico capitalista – (*tertium non datur*) não há terceira via. Para Marx, o bem-estar será firmado sob dois valores: a cooperação e a solidariedade a partir das necessidades humanas e seu atendimento via distribuição justa do produto social, colhido de acordo com as capacidades individuais. O bem-estar só será alcançado quando a coerção e a competição forem abolidas e a exploração do trabalho e todos contribuirão de acordo com suas forças e receberem de acordo com o que necessitarem. Bem-estar totalizante e universal, as

necessidades humanas serão identificadas e atendidas, a posse dos meios de produção será coletiva sendo de cada um conforme a sua capacidade a cada qual conforme a sua necessidade (MARX, 2012).

Para Marx, o bem-estar social “só pode existir quando o controle público sobre as condições de trabalho e a vida das classes não possuidoras se estabeleça; até que o mercado, a propriedade privada e a produção para o lucro sejam abolidos e substituídos por um sistema social de produção e de distribuição coletiva” (MISHRA, 1975).

Considerações finais

As políticas sociais invisibilizam as populações tradicionais e seus territórios; não conhecemos suas demandas e ainda estamos distantes do entendimento de seu modo de vida e relação com o meio ambiente. Muito já foi construído, mas ainda não estamos ao lado dos Comuns na defesa de seus interesses. Olhamos para as periferias das grandes cidades sem identificar a procedência dos povos originários que são transformados em vulneráveis, excluídos e não acessam as políticas ao aumentar as filas dos postos de atendimentos sejam eles de assistência social, saúde, educação. A ideia de bem-estar é presa ao urbano e ao consumo. Em um exercício de construção de uma nova síntese, as políticas sociais devem dialogar com o ecossocialismo e, para isso, a formação acadêmica deve contribuir.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio-agosto, 2017.

ARAÚJO, A. J. *et al.* Exposição múltipla a agrotóxicos e efeitos à saúde: estudo transversal em 4º Fórum Internacional Ecolnovar Santa Maria/RS – 26 a 28 de agosto de 2015. 6ª amostra de 102 trabalhadores rurais, Nova Friburgo, RJ. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n.1, vol. 12, p. 115-130, jan-mar. 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.4.ed. São Paulo:Saraiva,1990

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, 08 de fev. 2007, seção 1, p. 316.

BRASIL. Lei n. 5.051, de 05 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF.

BOURG, Dominique. Modernidade e natureza. *In*: BOURG, Dominique. *Os sentimentos da Natureza*. Lisboa: Livraria Clássica, 1997.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. *In*: CASTRO, Edna Maria Ramos de. (org.). *Territórios em transformação na Amazônia*. Saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, Eduardo Viveiro de. O recado da mata (apresentação). *In*: KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. *A queda do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Trad. Beatriz P. Moises.

COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

DIEGUES, A. C. S. *Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, nº 1. São Paulo, 2000.

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Phoenix: Rocket Edition, 1999.

FERREIRA, Gicele Brito. *Entre o açaí e a madeira: Conflito socioambiental na implantação da reserva extrativista Terra Grande Pracuúba no Marajó-Pará*. Relatório de Projeto de Pesquisa. Departamento de Pesquisa da Universidade Federal do Pará. Breves, 2018.

FOSTER, John Bellamy. Marx e o meio ambiente. *In*: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. (org.). *Em defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LEAL, Aluísio Lins. Uma Sinopse histórica da Amazônia. *In*: TRINDADE, José R.; MARQUES, Gilberto. (orgs.). *Revista de Estudos Paraenses*. Edição Especial. Belém: IDESP, 2010.

LEF, Enrique. *Racionalidade ambiental: A reprodução social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEIS H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. *In*: CAVALCANTI, C. *et al.* *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Paris: Plon, 1955.

LIMA, Debora de Magalhães. A Construção Histórica do Termo Caboclo. *Novos Cadernos NAEA*, v. 2. Belém-Pará: NAEA/UFPA, 1999.

LIMA, Debora de Magalhães. Áreas Protegidas na Amazônia e o porvir por uma composição possível. In: *Museu Goeldi: 150 anos de ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019. 385 p.: il. color. ISBN: 978-65-5000-001-1.

LIMA, Debora de Magalhães. Programa de transferência de renda em duas Unidades de Conservação na Amazônia brasileira e Sustentabilidade. *Novos Cadernos NAEA UFPA*, Belém, n. 2, v. 19, p. 43-67, maio-agosto, 2016.

LITTLE, Paul E. Ecologia política como etnografia. Um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 25, ano 12, p. 85-103, jan-jun. 2006.

LOBATO, Crisomar. Palestra realizada na UFPA-Breves em setembro de 2012.

LOVELOCK, James. *Gaia: the practical science of planetary medicine*. Londres: Gaia Book Limited, 1991.

MANDEL, Ernest. O Neoliberalismo e a Alternativa Socialista na Atualidade. In.: VVAA. *Liberalismo e Socialismo: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: UNESP, 1995.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARQUES, Gilberto de Souza. *Amazônia riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. In: FERNANDES, Florestan. (org.). *Marx e Engels*. São Paulo: Ática, 1989a. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. Manuscritos Econômicos e Filosóficos 1844. In: FERNANDES, Florestan. (org.). *Marx e Engels: História*. São Paulo: Ática, 1989b. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

MARX, Karl. *A origem do capital: a acumulação primitiva*. 5. ed. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro 1. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf>.

MISHRA, Ramesh. Marx and welfare. *The Sociological Review*, New Serie, vol. 23 (2), p. 287-313. May, 1975. Tradução Potyara Pereira.

MUNIZ, L. M. Ecologia Política: O campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. *Revista Pós Ciência*, n. 12, v. 6, p. 181-196, 2009.

NASCIMENTO, Maria Cardoso *et al.* Desigualdade e diversidade: O fator amazônico no contexto da Política de Assistência Social no Pará. *Texto & Contexto*, n. 2, v. 18, p. 1-14. Porto Alegre, jul./dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. Escritório no Brasil. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT*. Brasília: OIT, 2011.

PEREIRA, Camila Potyara. *Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes*. Brasília, DF, 2014, 307 p. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade Federal de Brasília.

SILVA, Hilton P. Socioecologia da saúde e doença: Os efeitos da invisibilidade nas populações caboclas da Amazônia. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter A. (orgs.). *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP, 2006.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio ambiente, Amazônia e Serviço Social. *Revista em Pauta*, n. 21. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Capítulo 10

**(RE)CONFIGURAÇÕES DOS
MECANISMOS BRASILEIROS DE
PROTEÇÃO SOCIAL NA MEMÓRIA
COLETIVA DE MULHERES IDOSAS**

Angela Elizabeth Ferreira de Assis

Liduina Farias Almeida da Costa

(RE)CONFIGURAÇÕES DOS MECANISMOS BRASILEIROS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA MEMÓRIA COLETIVA DE MULHERES IDOSAS

Angela Elizabeth Ferreira de Assis

Socióloga, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (PPGPP/UECE), Pesquisadora Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). E-mail: angelaefassis@gmail.com.

Liduina Farias Almeida da Costa

Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Doutora em Sociologia, com Pós - Doutorado também em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC), E-mail: liduinafariasac@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir as (re)configurações dos mecanismos brasileiros de proteção social através da memória coletiva de mulheres idosas que vivem em instituições de longa permanência. Para isso, empregamos uma investigação qualitativa, destacando-se a observação flutuante e entrevistas abertas em profundidade como estratégias metodológicas. Ao invés da proteção social, identificamos uma lacuna, a qual revela a inexistência ou carência de recursos materiais e afetivos ao longo das trajetórias dessas mulheres. Concluímos que há modalidades distintas de proteção social que, a depender do contexto sócio-histórico, podem assumir formas mais abrangentes ou restritas. Por conseguinte, o acesso a esses mecanismos também ocorre de maneira diferenciada, mediante as condições sociais disponíveis e os contextos de inserção social dos sujeitos da pesquisa.

Palavras-chave: Proteção social; Velhice e sociedade; Memória coletiva.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the (re)configurations of Brazilian social protection mechanisms through the collective memory of elderly women who live in long-term institutions. For this, we employ a qualitative investigation, highlighting floating observation and in-depth open interviews as methodological strategies. Instead of social protection, we identified a gap, which reveals the inexistence or lack of material and emotional resources along these women's trajectories. We conclude that there are different types of social protection that, depending on the socio-historical context, can take on more comprehensive or restricted forms. Therefore, access to these

mechanisms also occurs in a different way, according to the social conditions available and the contexts of social insertion of the research subjects.

Keywords: Collective memory; Old age and society; Social protection.

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento considerável da expectativa de vida da população brasileira a partir de 1980, somado às baixas taxas de fecundidade, o crescimento da longevidade e a urbanização acelerada, dentre outros fatores, o envelhecimento da população brasileira acarreta profundas transformações, sendo o envelhecer um processo atravessado por “determinantes sociais que lhe imprimem características decisivas, peculiares a cada sociedade, a cada momento histórico da mesma sociedade, a cada classe, grupo étnico, de parentesco etc.”. (MAGALHÃES, 1989, p. 10-11).

Beauvoir (2018, p. 12) destaca a condição precária com que as pessoas se deparam para envelhecer em países ditos “desenvolvidos”, como a França e a Inglaterra, onde, “a sociedade impõe à imensa maioria dos velhos um nível de vida tão miserável que a expressão “velho e pobre” constitui quase um pleonismo”. Embora o contexto brasileiro seja diferenciado em muitos aspectos da realidade de países europeus, é possível notar que envelhecer também constitui um fenômeno desafiador no Brasil, mediante a ausência de recursos, ainda que haja especificidades próprias da nossa formação política, social e econômica.

Partindo de Esping-Andersen (1991; 1995); Di Giovanni, (1998); Pochmann (2004); Jaccoud (2009); Behring e Boschetti (2011); Pereira (2011;2013), a proteção social tem sido uma das maneiras utilizadas para amenizar a precarização das condições de vida. Um conceito abrangente e controverso, que não pode ser entendido como um processo unilateral, mas sim com várias dimensões e interesses envolvidos. Isso porque, a proteção social consiste em iniciativas que expressam valores de solidariedade decorrentes dos processos sociais e históricos da sociedade a qual se desenvolvem.

Com isso, voltamos nossa atenção para os que vivem a velhice em condições materiais e objetivas que, muitas vezes, não suprem suas necessidades e, desse modo, suas condições de vida passam a ser diretamente dependentes de formas de

proteção social que respondam às suas demandas por meio de mecanismos estatalmente regulados ou não.

O presente artigo resulta da nossa participação em ampla pesquisa sobre a relação entre política pública e instituições participativas realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará e, ao mesmo tempo, da elaboração de dissertação de mestrado em sociologia nesta universidade nos propiciaram o suporte necessário à elaboração deste artigo.

Com o objetivo discutir as (re)configurações dos mecanismos brasileiros de proteção social, mediante o resgate de memórias de mulheres idosas abrigadas em instituições de longa permanência, o acesso a mecanismos de proteção social durante suas trajetórias de vida, realizamos uma investigação empírica, de caráter eminentemente qualitativo, combinando alguns elementos quantitativos.

Inspiramo-nos na perspectiva teórica e metodológica de Halbwachs (2003) que, por meio da noção de memória coletiva, admite que indivíduos são capazes de memorizar acontecimentos a partir da experiência coletiva, fazendo com que diversas camadas do passado e da sociedade em que vivem e/ou viveram estejam inscritas em suas trajetórias e servindo como norteadoras para dar sentido aquilo que eles vivenciam no presente. Assim como ele, Bosi norteou nossa escolha por este segmento considerando que,

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (BOSI, 1994, p. 60).

O estudo foi desenvolvido no Lar Torres de Melo, uma das 18 Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) existentes na cidade de Fortaleza/CE. Foram realizadas visitas periódicas a referida instituição, onde empregamos a “observação flutuante”, tendo por base Pétonnet (2008), com a proposta de um olhar sistemático, mas flexível, capaz de flutuar diante daquilo que presenciávamos no campo. Conjuntamente, realizamos entrevistas abertas, sob a perspectiva empregada por Minayo (2008), utilizando um roteiro previamente estabelecido, contendo apenas

temas alinhados aos objetivos da pesquisa, os quais nos permitiram captar significativos fragmentos de memórias dos residentes, para os fins a que nos propomos.

Realizamos 10 entrevistas com mulheres, residentes no Lar Torres de Melo, que em suas trajetórias tiveram como principal ocupação e fonte de sustentação o trabalho doméstico. A pesquisa foi aprovada através do parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (UECE), nº 3.676.421, com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 20278819.1.0000.5534, recebendo fomento da Fundação Cearense de Apoio e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) durante toda a sua realização.

Através dos relatos coletados, identificamos que a proteção social aparece nas memórias como uma lacuna, caracterizada pela carência de recursos materiais e afetivos ao longo das trajetórias. Constatamos que, por meio dos quadros políticos e administrativos sobre os quais é possível verificar o papel da família, da sociedade e do Estado na provisão desses recursos, as (re)configurações que os mecanismos de proteção social assumem para promover o bem estar social são diversificadas de acordo com o contexto histórico e cultural em que o sistema se desenvolve.

Assim, o acesso aos mecanismos de proteção social se dá de maneira diferenciada conforme esses quadros e as condições disponíveis, ora se expandindo ora se restringindo, nem sempre tendo como prioridade atender às demandas e garantir os direitos sociais em sua totalidade, estes que são uma conquista recente que não esteve presente continuamente no contexto vivenciado pelos interlocutores da pesquisa.

2 (RE)CONFIGURAÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL DO BRASIL

A proteção social tem sua origem historicamente relacionada às instituições não-especializadas, como Di Giovanni (1998) esclarece, na medida em que uma nova ordem social se institui no decorrer do processo de industrialização, determinado suporte que antes era fornecido exclusivamente pelo núcleo familiar e comunitário,

mostra-se insuficiente para lidar com as expressões da questão social³³, exigindo das instituições modernas uma postura frente às demandas sociais que surgem e se expressam por meio de organizações de trabalhadores.

Segundo Jaccoud (2009), a partir do século XIX que de fato a proteção social se consolida como obrigações jurídicas que impõem ao Estado moderno a responsabilidade de prover também os recursos fundamentais para a sobrevivência de seus cidadãos. Assim, sua definição passa a ser fortemente vinculada às ações e programas institucionalizados e executados pelo aparato estatal, regendo diferentes instâncias da vida, a fim de garantir e promover o bem estar da sua população, desenvolvendo-se por meio de processos diferenciados dependentes das condições estruturais existentes.

Em conformidade com as análises de Pochmann (2004), a proteção social no Brasil se consolidou sob a ótica de interesses privados, ou seja, gestões estatais sintonizadas com interesses particulares, “nem sempre tendo como prioridade o atendimento das demandas e a garantia dos direitos sociais em sua totalidade”. Admite que em virtude de suas características específicas de país periférico, o Brasil avançou em “várias medidas de proteção social sem que houvesse ruptura com as causas da exclusão social e da miséria”, um país que não conseguiu “abandonar as principais características do subdesenvolvimento, tais como a disparidade na produtividade setorial e regional e permanência de grande parte da população prisioneira de condições precárias de vida e trabalho”. (POCHMANN, 2004, p. 7).

Nessa direção, Pereira (2011) buscou estabelecer um panorama acerca do desenvolvimento dos mecanismos de proteção social no Brasil, em que esses aspectos foram apresentados através da periodização dos principais marcos históricos que consolidaram aquilo que hoje chamamos de seguridade social. Para analisar o histórico das políticas de satisfação das necessidades básicas no contexto brasileiro, são destacados 5 períodos em que podemos agrupar e caracterizar as

³³ Conforme Iamamoto e Carvalho, (1983, p.77), definida como “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. Resumidamente, configura “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

principais formas de regulação política, sendo eles: “período anterior a 1930; de 1930 a 1964; de 1964 a 1985; de 1985 a 1990; a partir de 1990”. (PEREIRA, 2011, p. 127).

Caracterizado pela política social “laissez-faire”, com a ausência de planejamento social, o período anterior a 1930 é marcado por “respostas tópicas e informais aos reclamos da pobreza”, quando podemos notar que “o Estado quase não exercia o papel de agente regulador da área social e, portanto, não geria o processo de provisão social”. Assim, os mecanismos de proteção social eram fornecidos pelo mercado para atender demandas individuais e/ou a polícia que respondia à questão social de forma repressiva. Período em que a autora exemplifica com a frase de Washington Luís, então presidente da República (1926-1930), “A questão social é questão de polícia”. (PEREIRA, 2011, p. 128).

No entanto, neste mesmo período, temos a aprovação da Lei Elói Chaves, Decreto Legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, um marco jurídico para a atuação do sistema previdenciário, que na época era composto pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões, que a autora destaca como uma das principais medidas voltada para a provisão de contingências ligadas ao trabalho naquele momento, tais como acidentes, velhice, morte e até maternidade.

Seguindo pela época de 1930 a 1964, são destacados subperíodos através dos governos de Vargas (1930-1937/1937-1945), Dutra (1945-1950), governos provisórios entre (1954-1956), Kubitschek (1956-1961) e os governos Jânio Quadros e João Goulart entre (1961-1964). Momentos históricos caracterizados por Pereira (2011, p. 128) através da “passagem da economia agroexportadora para a urbano-industrial”, em que identificamos, de maneira geral, a ação estatal de forma indireta, constituindo um regime “predominantemente populista, com laivos desenvolvimentistas”, ainda com as marcas deixadas pelas décadas passadas. (PEREIRA, 2011, p. 128).

Dando prosseguimento, nos deparamos com o conturbado período tecnocrático-militar entre 1964 e 1985, assinalado mediante as práticas autoritárias e o regime de exceção. Aqui, Pereira (2011, p. 135) chama atenção para a postura assumida pelo Estado, deixando de ser “uma organização eminentemente populista para tornar-se tecnocrática e centralizada [...] privilegiando o planejamento direto, a racionalização burocrática e a supremacia do saber técnico sobre a participação popular”. Com a política social submetida fortemente ao critério de rentabilidade

econômica, “até 1974 os governos militares foram fundo na perseguição da eficiência econômica e na defesa do sistema capitalista, optando por usar a repressão cruenta aos direitos civis e políticos para alcançar essa meta”. (PEREIRA, 2011, p. 136).

Curiosamente, a partir desse período temos a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), algumas das medidas sociais significativas em que o Estado brasileiro estabelece as bases que delimitam as relações trabalhistas a fim de garantir certa estabilidade aos trabalhadores. Diretrizes que são fruto de reivindicações da classe trabalhadora e, apesar de parecer incomum que medidas como essas tenham sido tomadas durante um regime avesso à garantia dos direitos, Pereira (2011, p. 126) alerta que os governos autoritários “procuravam mostrar serviço para justificar sua ação interventora”, com isso, era necessário “encobrir a dureza do regime de exceção [...] distribuir bens e serviços para não ter que redistribuir poder”.

Durante os anos de regime militar, destacamos a implementação de um sistema de assistência social aos idosos e inválidos do setor rural - Lei Complementar Nº11/1971 e a instituição da Renda Mensal Vitalícia pela lei Nº 6.179/74, que “assistia os trabalhadores rurais, pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975), oferecendo benefícios precários de aposentadoria por idade aos 65 anos, limitados ao cabeça do casal e tendo meio salário mínimo como teto”. (DELGADO e CARDOSO, 1999, p. 1).

Por fim, seguimos com os anos de 1985 a 1990 e o período pós 1990, momento marcado pela fase de abertura política do processo de redemocratização e a consolidação de uma política social neoliberal. Como exemplo das medidas adotadas nesse decurso, podemos citar a Constituição Federal (1988), a Lei Orgânica de Assistência Social (1993), a Política Nacional do Idoso (1994) e, posteriormente, o Estatuto do Idoso (2003), como marcos significativos que determinam não só a atuação do Estado, como também da sociedade civil para lidar com as especificidades do processo de envelhecimento. Em 1990, temos a criação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio do Decreto nº 99.350, a partir da fusão de instituições anteriores que operacionaliza o reconhecimento dos direitos relacionados à previdência social.

Em síntese, no contexto brasileiro nitidamente marcado por desigualdades, a autora destaca que os dilemas da governabilidade seriam “manter a ordem jurídica e política baseada no princípio da igualdade básica entre cidadãos num contexto de ampliação dos direitos políticos”. No entanto, há um esgotamento do que seria o pacto corporativo que legitima o poder político do Estado, fazendo com que a proteção social no Brasil passe por um processo de reconversão para acompanhar as mudanças resultantes da reestruturação produtiva e da globalização, resultando no tratamento da questão social em termos de “medidas mitigadoras setorializadas e focalizadas da pobreza, dentro de um modelo excludente” (IVO, 2001, p.44).

3 MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA MEMÓRIA COLETIVA DE MULHERES IDOSAS

Na medida em que a noção de memória coletiva é empregada, identificamos um segmento social que vivenciou os processos, os quais definimos como marcos para pensarmos sobre o desenvolvimento da proteção social no Brasil e, sobretudo, o seu acesso (ou não) pelas pessoas idosas que hoje vivem em instituições de longa permanência.

Cada uma das interlocutoras experienciou de diversas formas e em diferentes contextos o que é a desigualdade social no Brasil, em especial no Ceará. Aquelas que compartilharam conosco suas narrativas são idosas que, durante a vida, tiveram como principal ocupação o exercício do trabalho doméstico, constituindo um segmento específico que vivenciou diversos quadros políticos da proteção social, mas ao mesmo tempo foram deixadas de lado pelas principais formas de regulamentação que ofereciam o mínimo de estabilidade aos trabalhadores.

Para compreender a realidade em que nossas interlocutoras viveram, entre o emaranhado de acontecimentos narrados, tendo por base Pereira (2011), utilizamos a periodização das “políticas de satisfação das necessidades básicas” no contexto brasileiro situada através das fases de vida, considerando: a infância, a juventude, a vida adulta e a senescência.

Nascidas entre as décadas de 1930 e 1950, suas trajetórias de vida possuem um campo de possibilidades limitado de forma semelhante, com os seguintes

aspectos: com idade entre 63 e 84 anos; admitidas na instituição há pelo menos 1 ano, quando tinham entre os 59 e 81 anos de idade; tempo máximo de permanência na instituição de 16 anos; naturais do Estado do Ceará; a maioria é de solteiras (apenas uma viúva); metade delas nunca teve filhos; todas são pretas e pardas; analfabetas, que nunca estudaram ou só tiveram acesso aos primeiros anos do ensino fundamental; a prevalência é de beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com apenas 2 que conseguiram se aposentar por intermédio do sistema contributivo; foram institucionalizadas por iniciativa própria ou de terceiros, devido ao abandono familiar, inexistência familiar e/ou impossibilidade de assistência.

No processo de reminiscência, em cada relato colhido, são perceptíveis os efeitos da precarização das condições de vida gravados na memória e, muitas vezes, no corpo. Essas mulheres, ao longo de muitos anos, exerceram a função do que hoje conhecemos formalmente como empregada doméstica, mas numa época em que essa expressão sequer era utilizada e não havia regulamentação para o exercício dessa ocupação. Com isso, o trabalho doméstico ganha centralidade neste trabalho, por “estar inserido de maneira tão crucial nos principais marcadores sociais do Brasil, especialmente os que tangem raça, gênero e classe”, mas além disso, por carregar consigo “as heranças escravocratas do período colonial que até hoje resistem, sendo apenas ressignificados ao longo dos anos”. (EZEQUIEL, 2019, p. 12).

A infância dessas mulheres não foi marcada apenas por brincadeiras, parte delas começou a trabalhar bem pequenas, relatos de que com 8, 9, 10 anos de idade, já realizavam tarefas domésticas que exigiam grande esforço físico. Pela falta de recursos, principalmente, dentre outros fatores mencionado, essas mulheres começaram cedo a trocar sua força de trabalho por condições materiais mínimas para sobreviver, ou seja, trabalhavam principalmente em troca de alimentação e moradia, e se houvesse alguma remuneração em dinheiro, ocorria de forma irregular e através de quantias consideradas pequenas pelas depoentes, mas não temos precisão quanto aos valores.

Através dos “tempos áureos” da juventude, assim como na vida adulta, as entrevistadas se referem a temas como: lazer, relacionamentos, casamento, filhos, a saída do interior onde morava, a ida para capital em busca de melhores condições de vida e a consolidação da experiência com o trabalho doméstico, num período marcado

pela passagem da economia agroexportadora para a urbano-industrial até os primeiros anos do regime de exceção estabelecido pela Ditadura Militar.

Minha vida inteira foi trabalhar em casa de família. [...] Eu não tô lhe dizendo que era só trabaia. Nunca andei em festa... Eu ia assim com eles sabe, com os menino que eu trabalhava, aí eu saía, mas pra me divertir eu nunca fui não, sei nem como é que faz dança. [...] Era tomar conta de casa, cozinhar, e lavar roupa, engomar, era essas coisa assim. [...] Achava ruim não, que era esse que eu podia fazer né, que eu não sei ler, não sei nada, aí só podia ser esse mermo. (Entrevistada 5).

Diante disso, notamos também as limitações de acesso aos mecanismos de proteção social que naquele contexto, pela ação estatal eram restritos aos trabalhadores formalmente reconhecidos de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que instituiu as normas que regulamentavam as relações individuais e coletivas de trabalho. Algo que é possível observar nas próprias narrativas, quando questionadas em que trabalhavam, nos surpreendemos quando a resposta era de que nunca haviam trabalhado, mas logo em seguida era narrado que a sua ocupação era o trabalho doméstico.

As formas de proteção que essas mulheres tinham não eram de natureza estatal nem pública, dependiam das formas de relações de trabalho e nas relações estabelecidas ao longo de suas trajetórias. Se, porventura, ficassem doentes e/ou incapacitadas para o trabalho, era a patroa que possibilitava algum acesso ao atendimento médico necessário, como também provia os recursos para a subsistência, como alimentação e moradia. Ao atingirem certa idade, são também os patrões que as levam para a instituição. Neste caso, a “proteção” oferecida era, de fato, uma garantia da manutenção da mão de obra da qual os patrões necessitavam. Não se tratava de uma promoção das garantias sociais, nem tampouco de estabilidade ao empregado. Em consequência dessa ausência de proteção social como direito, a figura dos patrões no imaginário das idosas entrevistadas era elevada quase a uma condição de divindade. Principalmente a figura da patroa, que aparece nas narrativas numa relação de dependência, como alguém que poderia ser comparada à figura materna, a que cuida e alimenta o filho, como observamos a seguir:

Foi minha patroa que foi mesmo que... Ave Maria... Quando eu... Não gosto nem de falar, porque quando ela morreu eu chorei tanto, quase me acabo de chorar de saudade dela. (olhos marejados/voz embargada) Chorei também

quando a minha mãe... (faleceu) Mas quando a gente é nova, quase não chora... Só pensa besteira, né? Não chorei tanto pela minha mãe como eu chorei por ela. Inda hoje em dia eu me lembro do passado dela, muitas vez, às vez tenho aquela saudade dela, que ela foi muito boa pra mim, mia fia. (voz embargada). (Entrevistada 2).

Conforme avançamos nos relatos, fica ainda mais evidente que os mecanismos de proteção social como conhecemos hoje são uma realidade distante daquela vivenciada por essas mulheres. Na medida em que o desgaste do corpo, o envelhecimento propriamente dito, dificulta a execução das tarefas que garantem o seu sustento, elas são descartadas e seguem numa comunhão de destinos que se encontra no Lar Torres de Melo.

Na velhice, essas mulheres se depararam com a somatização das condições de uma vida precária. Com baixo nível de instrução e poucas oportunidades para garantir os recursos para sua subsistência, tiveram que oferecer sua força de trabalho exercendo tarefas desgastantes, fisicamente, que contribuem no agravamento de outros aspectos relacionados à capacidade do corpo, como as marcas das violências sofridas, a carência de alimentação e hábitos saudáveis.

Destarte, as condições de trabalho, em parte, privaram essas mulheres de constituírem relações de afetividade e relacionamentos que permitissem compartilhar recursos. São mulheres que em sua maioria nunca foram casadas e/ou tiveram uma união estável. Apesar de algumas delas terem filhos, esse aspecto não garante totalmente uma configuração familiar que consiga prover os recursos necessários para o envelhecimento.

A proteção social aparece nas memórias dessas mulheres como uma lacuna: são inúmeras as ausências, por parte da família que também era destituída de meios suficientes para o suprimento das necessidades básicas, da sociedade e do Estado, as quais, dificilmente são preenchidas. Em alguns casos, as formas de solidariedade aparecem sob formas indefinidas e distantes, como a ajuda de um vizinho, um amigo que dá um alimento, a patroa que “aposenta” e leva para a instituição. São expressões que, efetivamente, não dão conta de responder às demandas por recursos, sejam eles materiais ou afetivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os recursos teóricos e metodológicos empregados, compreendemos que os mecanismos de proteção social constituem um sistema que abrange diversas instâncias legais e institucionais, as quais, mobilizam ações para prover recursos, bens e/ou serviços a determinados segmentos da população cujas condições de sobrevivência deles dependem.

Constatamos que a proteção social aparece nas lembranças dessas mulheres como uma lacuna, através de inúmeras situações marcadas pela carência de recursos materiais e afetivos referidos por elas. Em suas memórias, emergem quadros políticos sobre os quais é possível verificar o papel da família, da sociedade e do Estado na provisão desses recursos e ainda o contraste com a realidade entre os contextos destacados.

Enfatizamos que, por mais que haja momentos de expansão dos mecanismos de proteção social e avanços em torno da garantia dos direitos da população idosa, a realidade brasileira para quem envelhece ainda é bastante cruel em determinados contextos, principalmente para aqueles desprovidos de reservas financeiras e afetivas, como vimos ao longo da pesquisa.

Por fim, os relatos das entrevistadas são permeados por memórias de onde a proteção social como direito de cidadania não atuou. As trajetórias narradas consolidam uma geração que viu os direitos sociais serem instituídos pouco a pouco ao longo de muitos processos, mas só puderam vivenciar as garantias expressas em função dos direitos quando chegaram à velhice, quando as desigualdades sociais são maximizadas pela condição biológica e a menor facilidade de lidar com a ausência de recursos faz com que essas mulheres sejam institucionalizadas.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

DELGADO, Guilherme C. e CARDOSO, Júnior, José Celso. Idosos e Previdência Rural. **Documento de trabalho nº 688 do IPEA**. 1999.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.). **Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1998.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias-políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n.o 24, set. p. 85-116. 1991.

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Lua Nova**, n.o 35, p. 73-111. 1995.

EZEQUIEL, Lara Caroline. Agora a filha da empregada estuda na Federal: uma análise de trajetórias escolares de filhas de trabalhadoras domésticas na UFC. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Ciências Sociais, Fortaleza, 2019.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução: Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

IVO, Anete Brito Leal. **A destituição do 'social'**: Estado, governo e políticas sociais. Cadernos CRH, Salvador, n. 35, p. 41-84, jul./dez. 2001.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/UNESCO, p. 57-86. 2009.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. A invenção social da velhice. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1989.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11a ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Proteção social contemporânea: cui prodest? Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

PÉTONNET, Colette. A observação flutuante: exemplo de um cemitério parisiense. Tradução: Soraya Silveira Simões. Antropolítica, n. 25, p. 99-111, 2008.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

Capítulo 11

**TERRITÓRIOS VIVOS: A POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS
NO BAIXO PARNAÍBA/MA**

Aurora Amélia Brito de Miranda

Amanda de Oliveira Lisboa

Joyce Érica Amaral Sousa

Luana Appel dos Santos

TERRITÓRIOS VIVOS: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BAIXO PARNAÍBA/MA

Aurora Amélia Brito de Miranda

Minicurrículo do autor: Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2007) e Mestra em Políticas Públicas pelo mesmo programa (2003). Graduada em Serviço Social pela UFMA, atualmente é Professora Associado III da Universidade Federal do Maranhão, com experiência na área de Serviço Social, com ênfase na Questão Agrária, atuando nas seguintes temáticas: reforma agrária, economia solidária, política social e processos de trabalho e serviço social. Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas – GDÈS, vinculado ao Departamento de Serviço Social - DESES e ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. E-mail: aurora.abm@ufma.br

Amanda de Oliveira Lisboa

Minicurrículo do autor: Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Pesquisadora PIBIC-Voluntário no projeto “Cartografia e Vigilância Socioassistencial: uma pesquisa-ação no território do Baixo-Parnaíba-MA”. E-mail: amanda.lisboa@discente.ufma.br

Joyce Érica Amaral Sousa

Minicurrículo do autor: Assistente Social residente em Atenção à Saúde Renal do HUUFMA. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA em 2022. Pesquisadora integrante do Grupo de Estudos Sobre Trabalho Escravo e Comunicação (GETECOM) vinculado ao Departamento de Comunicação Social da UFMA. E-mail: joyce.amaral@discente.ufma.br

Luana Appel dos Santos

Minicurrículo do autor: Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Pesquisadora PIBIC no Projeto “Cartografia e Vigilância Socioassistencial: uma pesquisa-ação no território do Baixo-Parnaíba-MA”, membra

do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA)

vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da UFMA. E-mail:

luana.appel@discente.ufma.br

Resumo: Esse trabalho é resultado dos estudos realizados na pesquisa “Cartografia da Vigilância Socioassistencial: uma experiência de pesquisa-ação no território do Baixo-Parnaíba/MA”, realizada entre os anos de 2020 e 2021, período de intensificação nos conflitos socioambientais, que levaram o Maranhão ao primeiro entre os estados brasileiros neste quesito. A territorialização é uma das diretrizes estruturantes da gestão do Sistema Único de Assistência Social /SUAS, conforme a Resolução 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social, (CNAS), que aprova a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), em seu artigo quinto. O projeto de pesquisa teve como foco a Vigilância Socioassistencial, vista como uma das funções da Política de Assistência Social, a partir da atualização da Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS, pela Lei n. 12.435, de 06 de julho de 2011. É a partir do estudo sobre o território que a vigilância socioassistencial e consequentemente as políticas públicas se efetivam. Comungamos com a noção de “território vivo” apreendida por Milton Santos (2011), onde um mesmo território é multifacetado e heterogêneo, é nele que a vida se produz e reproduz, podendo, portanto, ser palco de cultura, identidade, conflitos, violações de direitos e também de resistência. As noções de território são abordadas a fim de buscar compreender essa categoria complexa e observar sua relação com os sujeitos que protagonizam tais conflitos. Nessa perspectiva, o objetivo é de analisar a categoria território e identificar os conflitos socioambientais que vêm ocorrendo na região do Baixo Parnaíba/MA, bem como abordar o espaço ocupado pela política de assistência social no enfrentamento dos riscos e vulnerabilidades sociais que são reflexos dos variados conflitos existentes nessa região, que envolvem principalmente, povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Território. Conflitos Socioambientais. Política de Assistência Social.

Abstract: This work is the result of studies carried out in the research “Cartography of Social Assistance Surveillance: an action research experience in the territory of Baixo-Parnaíba/MA”, carried out between 2020 and 2021, a period of intensification in socio-environmental conflicts, which led to the Maranhão ranks first among Brazilian states in this regard. Territorialization is one of the structuring guidelines for the management of the Unified Social Assistance System /SUAS, according to Resolution 33, of December 12, 2012, of the National Social Assistance Council (CNAS), which approves the Basic Operational Standard (NOB / SUAS), in its fifth article. The research project focused on Social Assistance Surveillance, seen as one of the functions of the Social Assistance Policy, from the update of the Organic Law of Social Assistance / LOAS, by Law n. 12,435, of July 6, 2011. It is from the study of the territory that social assistance surveillance and consequently public policies become effective. We share the notion of “living territory” apprehended by Milton Santos (2011), where the same territory is multifaceted and heterogeneous, it is where life is produced and reproduced, and can, therefore, be the stage of culture, identity, conflicts, violations rights as well as resistance. The notions of territory are approached in order to seek to understand this complex category and observe its relationship with the subjects who

are the protagonists of such conflicts. From this perspective, the objective is to analyze the territory category and identify the socio-environmental conflicts that have been occurring in the region of Baixo Parnaíba/MA, as well as to address the space occupied by the social assistance policy in facing the risks and social vulnerabilities that are reflections of the various conflicts in this region, which mainly involve traditional peoples and communities.

Keywords: Territory. Socio-Environmental Conflicts. Social Assistance Policy.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por objetivo analisar a categoria território, identificar os conflitos socioambientais que vêm ocorrendo na região do Baixo Parnaíba/MA, bem como abordar o espaço ocupado pela política de assistência social no enfrentamento dos riscos e vulnerabilidades sociais que são reflexos dos variados conflitos existentes nessa região, que envolvem principalmente, povos e comunidades tradicionais. Esse trabalho é resultado dos estudos realizados na pesquisa “Cartografia da Vigilância Socioassistencial: uma experiência de pesquisa-ação no território do Baixo-Parnaíba/MA”, nos 10 municípios de menor IDH dessa região. Inicialmente analisamos a categoria território na perspectiva abordada por Santos (2011) e Guattari (1992), a seguir discutimos os conflitos socioambientais na região e por último apresentamos o alcance da Política de Assistência na região.

O território que compreende a região do Baixo Parnaíba Maranhense, tem sido palco de disputas territoriais e conflitos socioambientais que tem como protagonistas o latifúndio, povos indígenas e as comunidades tradicionais, o qual tem resultado diversas tensões e necessidades da garantia e reafirmação de direitos. Esses conflitos se dão a partir das relações de poder sobre o território, nas quais expressam tanto a lógica da dominação e exploração capitalista em contra face ao uso da terra e construção das diferentes vivências por parte dos povos e comunidades tradicionais.

Tal processo possui raízes na colonização brasileira, que desenvolvia o latifúndio pré-capitalista e posteriormente se reinventou sob os marcos de uma “modernização conservadora”³⁴ desterritorializando as frações populares presentes no campo. E na região do Baixo Parnaíba, situada ao leste do estado do Maranhão,

³⁴ Segundo Iamamoto (2007) “[...] o ‘moderno’ se constrói por meio do ‘arcaico’, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e ao mesmo tempo transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira.”

não foi diferente, desde meados da década de 60, do século XX, se estabeleceu um projeto agro-hidro-mínero-negócio ambicioso (CPT, 2017). Estamos nos referindo aos impactos advindos pelo projeto MATOPIBA³⁵, o qual potencializa a expansão da grande lavoura de monocultura, pois o território de uso comum, que outrora alimentava diversas comunidades, reduz a área de trabalho, a produção de alimentos; em contraposição vem concentrando a terra e disseminando o uso de agrotóxicos, intensificando os conflitos socioambientais na região do Baixo Parnaíba/MA.

A territorialização é uma das diretrizes estruturantes do Sistema Único de Assistência Social- SUAS (BRASIL/NOB-SUAS, 2012) uma vez que é nele que são identificadas as incidências de riscos e vulnerabilidades e onde se instalam os equipamentos da rede dos serviços socioassistenciais. Essa forma de gerir do Sistema Único de Assistência Social - SUAS se tornou uma possibilidade de agir nas capilaridades dos territórios, possibilitando uma maior ampliação do alcance da política, particularizando a oferta e demanda de serviços de acordo com a classificação e necessidades territoriais, bem como de grande valia para a potencialização da prestação e qualidade dos serviços, programas e benefícios disponibilizados pela rede de proteção social.

Por conseguinte, faz-se necessário analisar o território como uma categoria fundante para a compreensão das vivências que existem no Baixo Parnaíba/MA e de como essa representação possibilita a análise das expressões da questão social e a possibilidade de uma intervenção qualificada através da Política de Assistência Social.

O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA VIVA E EXISTENCIAL

O território é uma categoria que possui inúmeras abordagens em relação ao seu significado, dentre elas a militar, a biológica, a antropológica, a jurídica e a econômica. Porém, é da geografia que encontramos a sua utilização com mais frequência, enfatizando-a até mesmo como uma categoria antecedente ao espaço.

Utilizamos o entendimento de SANTOS (2011), onde o território não pode ser meramente um conjunto dos sistemas naturais ou de coisas superpostas, nem fonte

³⁵MATOPIBA é uma região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, para onde a agricultura se expandiu a partir da segunda metade dos anos 1980. (EMBRAPA, [s.d]).

de bens para consumo, ou seja, o autor tem compreensão do território como aquele que é usado e vivido. Nesse sentido, o território é mais que chão, é identidade, é sentimento de pertença, fundamento de trabalho, espaço de residência e resistência, exercício material, espiritual e de vida. No território, a vida também se reproduz a partir do acesso aos bens naturais.

Com Guattari (1992), compreendemos que o território existencial não se refere a um território como ponto em um mapa, estático e delimitado em si. Um território existencial é uma localização espaço-temporal, que se define a partir de uma localização espacial que configura-se no tempo, em constante processo de construção. Ou seja, é um ambiente vivo, que está sempre sujeito a modificações, desvios e recriações de si mesmo, já que sempre se constitui na relação com outros territórios em movimentos.

Guattari (1992, p.44) afirma que o território existencial é “uma instância expressiva que se funda sobre uma relação matéria-forma, que extrai formas complexas a partir de uma matéria caótica”. Logo, o território existe efetivamente em um espaço relacional, que é uma dimensão não identitária, pois é a dimensão das relações, onde não existem identidades, mas dinâmicas relacionais, assim, não se podem definir um sujeito isolado do outro, um objeto isolado do outro.

Os sujeitos e populações são produzidos em um contexto, uma paisagem subjetiva, que é composta pelas condições sociais, econômicas, sanitárias, culturais que estão sempre numa relação processual, ou seja, em transformação e se relacionando.

Por isso, compreender a centralidade do território como categoria, perpassa seu significado como um todo dinâmico em intensa contradição entre as relações de poder externas e a pulsante resistência do povo que nele se encontra, denotando a trajetória das relações históricas, culturais, econômicas e sociais nele desenvolvidas, bem como revelando que o território não se trata de um mero pedaço de terra onde o ser humano usa, todavia é o campo do desenvolvimento das relações humanas, logo um território vivo (SPOSATI, 2013).

Os grandes capitalistas e latifundiários compreendem o território como espaço de fonte de recursos, no qual os bens naturais são apropriados para produção de mercadorias, visando o lucro. Tal concepção não considera os(as) sujeitos(as) nem suas necessidades e cosmovisões sobre o mesmo espaço, isto é, os exclui da existência territorial e coapta o Estado para ser um regulador dessa concepção.

Essa lógica do território para o capitalismo como lucro é o elemento fundante do sistema, a propriedade privada. A propriedade privada teve início com o declínio da Idade Média na Europa e promoção do cercamento dos campos, e de acordo com FEDERICI (2017, p. 133), o “cercamento era um termo técnico que indicava o conjunto de estratégias usadas pelos lordes ingleses e fazendeiros ricos, para eliminar a propriedade comum da terra e expandir suas riquezas”.

No Brasil não foi diferente, o cercamento foi se consolidando como prática desde a colonização, se manifestando em toda a América, espoliando os povos e comunidades tradicionais, e, convertendo muitos deles em assalariados, moradores das periferias das cidades, ou proletários rurais. Os colonizadores, por outro lado, foram se convertendo em latifundiários, capitalistas e grandes proprietários de terra, intensificando os conflitos e a exploração ao longo dos séculos.

Diante disso, a exploração do território é um fator desencadeador da lógica do capital, tencionando as disputas de interesses e poderes, no qual o capitalista, grande latifundiário detém os meios de produção e o domínio sobre a estrutura política e econômica. Assim, os conflitos socioambientais que atingem os territórios, significa para os trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas o seu desaparecimento enquanto sujeitos sociais, pois as comunidades rurais se veem encurraladas, tendo sua dinâmica e relação com o território afetada, desencadeando uma série de conflitos socioambientais que ameaçam não somente a existência humana, mas também a extinção do meio ambiente. Isto posto, uma verdadeira barbárie está sendo realizada na região do Baixo Parnaíba Maranhense, sob os moldes do Projeto MATOPIBA, com o respaldo do estado e do capital nacional e internacional.

Conflitos Socioambientais no Território do Baixo Parnaíba/MA

O projeto de pesquisa ao qual se refere esse trabalho, compreende dez dos dezesseis municípios da região do Baixo Parnaíba, que encontram-se com o menor Índice de Desenvolvimento Humano: Araisos, Água doce do Maranhão, Belágua, Buriti, Brejo, São Benedito do Rio Preto, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão e Santana do Maranhão e Tutóia

O território do Baixo Parnaíba/MA está situado na mesorregião Leste Maranhense, que, historicamente foi pertencente ao Povo Anapuru Muypurá, uma das etnias indígenas que dominou a região até a chegada dos colonizadores europeus, e

que, hoje encontra-se em processo de retomada, após séculos de perseguição e silenciamento, conforme destaca Oliveira (2020). Diferentemente desses e de outros povos originários³⁶, que transitavam por todo o território, alimentando-se através da caça, pesca e coleta, os colonizadores trouxeram consigo a lógica do cercamento, da terra vista como propriedade e meio de enriquecimento. Conforme Federici (2017), o cercamento não é somente uma prática que restringe e impõe a lógica de exploração e submissão ao território no campo econômico, mas impõe também aos indivíduos, o “cercamento do saber”, promotor de uma crescente perda do sentido histórico, do passado comum entre as novas gerações que vão sendo engolidas pela lógica do opressor, na busca pela própria sobrevivência.

Tal processo vem ocorrendo sistematicamente no território do Baixo Parnaíba/MA, se intensificando nas últimas décadas, devido a implantação do MATOPIBA, projeto esse que vem culminando uma nova ou a última fronteira agrícola na região e afetando o bioma predominante, o cerrado. Esse projeto abarca parte dos territórios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, onde a exploração para o agronegócio foi iniciada nos anos 1980 e elevada a cada ano, transformando esse bioma natural em uma grande lavoura de monocultura, nas quais destacam-se a soja e o eucalipto.

Dos 10 municípios que compõem nossa pesquisa, 04 deles pertencem aos municípios maranhenses que fazem parte do projeto MATOPIBA, são eles: Brejo, Buriti, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão (EMBRAPA, 2021).

LIMA (2021) define o MATOPIBA como um processo intenso e perverso de conversão das formas de produção e existência no território, que se caracterizam principalmente pela diversidade socioambiental e por estratégias de uso comum da terra, tendo como base a pequena agricultura e criação de animais, associadas ao extrativismo, os quais estão cada vez mais encurralados por um modelo de produção que privilegia o lucro advindo da exportação, e se tipifica pela monocultura, destruindo a natureza e expulsando as comunidades.

Igualmente, esse conflito de interesses e relação com o território, configura violentamente nos números de conflitos socioambientais. Segundo o último relatório da Comissão Pastoral da Terra – CPT (2021), em 2020 o Maranhão ocupou o primeiro lugar, em número de conflitos no país, com um total de 1.772 ocorrências registradas

³⁶ O termo se refere aos Povos Indígenas, moradores originários do território brasileiro, também aplicado ao território de todo o continente americano.

durante todo o ano. O relatório também aponta que 2020 foi o ano com maior número de conflitos registrados até então no Brasil, e, tais dados, têm intrínseca relação com o projeto político-econômico que ganhou força desde a eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018.

Em 2021 o cenário segue sendo acirrado. No município de Buriti, também situado na região do Baixo Parnaíba, grandes produtores de soja pulverizam agrotóxicos com avião, levando o veneno até as comunidades, deixando diversas pessoas e animais doentes, contaminando a água e os alimentos. A prática do *Correntão*³⁷, vem sendo denunciada em toda região pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por conta do extremo prejuízo causado à mata nativa e às populações que dela fazem uso para o seu bem viver.

A essa situação, acrescenta-se a diminuição da produção de alimentos em contraposição ao aumento da produção de *commodities* do agronegócio, como soja e eucalipto, devido à concentração das terras nas mãos de grandes latifundiários. Esse impacto não se restringe somente ao campo econômico, mas afeta a segurança alimentar devido à escassez de produtos da cesta básica, disseminação de produtos industrializados e o envenenamento dos alimentos e águas existentes na região.

Vale ressaltar, que essa “proteção” às grandes monoculturas, dispersando os agrotóxicos nos campos, envenenam também a flora, fauna, solo e pessoas, ameaçando o meio ambiente e a própria existência humana. Essa grave situação é acompanhada com extrema preocupação pelos conselhos de direitos humanos, os sindicatos dos trabalhadores rurais, a Comissão Pastoral da Terra-CPT, Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão-FETAEMA, denunciando e enfrentando nos âmbitos jurídicos e estatais, juntamente com indígenas e comunidades tradicionais esses conflitos no Baixo Parnaíba Maranhense. Sendo assim, a proteção social mais do que nunca se torna essencial para a luta e garantia de direitos, materializando a indissociação do território com a natureza e a existência humana, pois ele é o movimento vivo dessa relação.

³⁷ *Correntão* é uma técnica de desmatamento controversa que possibilita a rápida retirada da vegetação nativa por meio da utilização de grandes correntes presas a tratores, em geral um par de grandes tratores que tencionam a corrente arrastando-a na direção da vegetação para derrubar tudo e “limpar” a área para plantio.

A PROTEÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO BAIXO-PARNAÍBA/MA: o acesso aos Serviços Socioassistenciais às famílias e trabalhadores na região.

Integrando o tripé da Seguridade Social no Brasil desde 1988, a Política de Assistência Social se responsabiliza pela provisão de direitos socioassistenciais através de serviços, benefícios, programas e projetos para aqueles que dela necessitar. O disposto na LOAS (BRASIL,1993) indica que as políticas públicas de assistência social devem ser pensadas territorialmente, com o intuito de superação da fragmentação, o alcance da universalidade de cobertura, a possibilidade de planejamento e monitoramento da rede de serviços, ao passo que aproxima a política à realidade e dinâmica do território. O território do Baixo Parnaíba/MA abrange municípios que são dotados de singularidades, onde residem grupos de diversos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, tais como aqueles que são reconhecidos como Povos e Comunidades Tradicionais- PCTs. Os PCTs possuem diferentes formas de organizações e de ocupação do território, o que gera embates frente ao avanço do capital e industrialização no campo, uma vez que lutam pela sobrevivência e preservação de sua cultura e identidade.

Enviesando por essa multiplicidade de grupos sociais culturalmente diferenciados que o Plano Decenal (2016/2026) infere sobre o respeito à diversidade e a heterogeneidade dos indivíduos, famílias e territórios, para fins da universalização e acessibilidade no SUAS. Consubstanciado nas diretrizes do referido plano que o então Ministério do Desenvolvimento Social³⁸, cria um documento de orientações para o Atendimento a Povos e Comunidades Tradicionais na atenção básica, uma vez que a Política Nacional de Assistência Social-PNAS “reconhece que as discriminações étnicas e raciais são promotoras de vulnerabilidades que devem ser enfrentadas”, e que “a PNAS somente será universal se for equânime e só será equânime se reconhecer as diferenças e especificidades de seus usuários” (BRASIL/MDS, p. 6, 2019).

A população rural dos dez municípios estudados (Água Doce do Maranhão, Araiases, Belágua, Brejo, Buriti, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Tutóia) se sobrepõe a população

³⁸Em 2019 o Ministério do Desenvolvimento Social foi extinto e sua pasta passou a ser incorporada no Ministério da Cidadania, juntamente com o Ministério do Esporte e da Cultura. Ficava a cargo deste ministério as políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, da assistência social e de renda de cidadania no país.

urbana, apresentando uma grande parcela de indivíduos e famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, dentre elas indivíduos e famílias pertencentes a seis grupos distintos de Povos e Comunidades Tradicionais, dos quais destacam-se os Quilombolas, Extrativistas, Agricultores Familiares, Pescadores Artesanais, Ciganos, Ribeirinhos, Famílias pertencentes a Terreiros (ver tabela 01). Observa-se ainda que o número de pessoas inscritas no Cadastro Único é aproximado ao de habitantes de cada município. Nessa questão é importante dar destaque ao município de Belágua, onde o quantitativo de pessoas inscritas no Cadastro Único, até março de 2021, é superior à estimativa de habitantes para o município no ano de 2020 dada pelo IBGE.

Tabela 01: Proteção Social no Território do Baixo Parnaíba/MA.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO			IDH	INSCRITOS- CADÚNICO (mar/21)	EXTREMA POBREZA	GRUPOS PCTS	EQUIPAMENTOS	
	Total (2020)	Urbana %	Rural %					PSB	PSE
Água Doce Do MA	12.652	27%	73%	0,500	9.829	7.815	3	1	-
Araioses	46.771	28%	72%	0,521	28.390	23.560	6	2	1
Belágua	7.528	50%	50%	0,512	8.673	7.172	6	1	-
Brejo	36.651	37%	63%	0,562	25.747	21.054	6	2	1
Buriti	28.798	31%	69%	0,548	21.102	17.937	6	1	1
Milagres do MA	8.483	22%	78%	0,527	6.364	5.459	5	1	-
Santa Quitéria do MA	25.764	48%	52%	0,555	22.459	19.539	4	1	1
Santana Do MA	13.547	16%	84%	0,510	6.320	5.207	3	1	-
São Benedito do Rio Preto	18.717	38%	62%	0,541	16.568	14.238	5	1	1
Tutóia	59.398	35%	65%	0,561	41.154	31.670	05	2	3

Fonte: IBGE (2020); CENSO (2010); Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania/SAGI (2021).

Os níveis de baixa, média e alta complexidade da proteção social estão distribuídos em todos os municípios que compreendem o território Baixo Parnaíba/MA, conforme exposto na tabela 01. Os municípios de Água Doce do Maranhão, Belágua, Santana do Maranhão e São Benedito do Rio Preto são de pequeno porte I, possuindo ambos 01 Centro de Referência em Assistência Social-CRAS, destes apenas São Benedito do Rio Preto possui um Centro Especializado de Assistência Social-CREAS. Quatro são os municípios de pequeno porte II, são eles: Buriti e Santa Quitéria, que

possuem em seu território um CRAS e um CREAS, e Araíoses e Brejo, que possuem dois CRAS e um CREAS cada. Tutóia é o único dos dez municípios, que se enquadra em médio porte, possuindo um CREAS, dois CRAS e duas Unidades de Acolhimento de alta complexidade.

Com fins de viabilizar a proteção social em sua concretude que o SUAS adota a contratação de uma equipe volante para prestar atendimento às famílias domiciliadas nos territórios localizados nas áreas de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional na área rural, comunidades rurais e tradicionais, acampamentos, assentamentos. Caso semelhante acontece nos dez municípios estudados, onde em 2020 foram repassados pelo Fundo municipal de Assistência Social o valor de R\$31.150,52 para o custeio e manutenção das equipes volantes nesses municípios (Ministério da Cidadania/SAGI, 2021).

TABELA 2: Programas e benefícios da proteção socioassistencial no território do Baixo Parnaíba.

	Programa Bolsa Família	Benefício de prestação continuada	Programa de Aquisição de Alimentos (2019)	P. Fomento a Atividades Produtivas Rurais	Programa Cisternas
Água Doce	2.381	40	18	293	-
Araíoses	7.197	444	22	501	192
Belágua	1.640	124	52	261	-
Buriti	6.171	379	101	500	135
Brejo	6.539	739	1	515	46
Milagres Do Ma	1.556	102	4	280	26
Santa Quitéria	4.940	487	-	384	82
Santana Do Ma	1.594	37	34	394	92
São B. do Rio Preto	3.599	299	1	216	-
Tutóia	9.344	1.531	36	383	-
TOTAL:	44.096	4.182	296	3.655	573

Fonte: Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania/SAGI (2021).

Entre os serviços, programas e benefícios ofertados nesses municípios, destacamos o Programa Bolsa Família, com um total de 44.096 famílias beneficiárias, que contribui para a retirada de famílias e indivíduos da situação de indigência. Assim como os programas voltados para o incentivo às atividades e produção rural, como o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, com 296 famílias cadastradas, e o

Programa de Fomento a Atividades Produtivas Rurais, que abarca 3.655 famílias beneficiárias (Ministério da Cidadania/SAGI, 2021).

Destinado a idosos e pessoas com deficiência inscritas no Cadastro Único, o Benefício de Prestação Continuada-BPC também se soma a uma das principais ações de transferência de renda, ofertada pela Proteção Social Básica nesses municípios, atingindo 4.182 beneficiários no total (Ministério da Cidadania/SAGI, 2021).

O programa Cisternas - Água para Consumo, Produção e Escola, é uma ação que tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano, para a produção de alimentos por meio de tecnologias simples. É destinado a famílias rurais, povos e comunidades tradicionais de baixa renda que são atingidos pela falta de água. Dentre os municípios pesquisados só Água Doce do Maranhão, Belágua, São Benedito do Rio Preto e Tutóia não possuem o programa, enquanto que Araisos, Buriti, Brejo, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria dispõem de um total de 429 famílias beneficiárias de cisternas para o consumo e 47 cisternas escolares que foram construídas até o ano de 2020. Os municípios Santana do Maranhão e Milagres do Maranhão, apresentam o Programa de Cisternas voltado para a produção rural. Foram construídas um total 97 cisternas nos municípios supracitados (Ministério da Cidadania/SAGI, 2021).

O olhar para a agricultura familiar se torna fundamental no território do Baixo Parnaíba/MA, uma vez que os conflitos socioambientais estão ligados sobretudo às formas de apropriação e privatização do território. Já o agronegócio que sobrepõem a economia do tipo familiar, o cerceamento da terra, a degradação do solo, que ocasiona a baixa produtividade para aqueles que sobrevivem diretamente da terra, como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e outros. Fatos como estes que interferem na segurança alimentar e nutricional das comunidades pertencentes àquela região, no acesso aos recursos hídricos e até mesmo nas condições de se manterem, economicamente, em seu local de origem.

Bruzaca e Vieira (2019) ao estudarem os impactos ambientais e territoriais ocasionados pelas empresas Suzano e Peneiras no Baixo-Parnaíba, afirmam que a luta pela terra pelos camponeses está associada ao lugar e autonomia social dessas comunidades no território, pois empreendimento dessa natureza ocasionam a ameaça a economia do tipo familiar, além de resultarem danos ao ambiente e ao território, como a morte de animais e a perda da vegetação nativa.

O processo de exploração econômica nessa região é motor para intensos conflitos que ocasionam alterações no regime tradicional do uso e ocupação do território por grupos sociais distintos, enfrentando problemas como a poluição dos recursos hídricos e do solo, processos de expropriação, violência e deslocamentos para outras regiões em busca de trabalho, emprego e renda (VIANA, 2017). Tal situação coloca como alternativa única para homens e mulheres do campo uma inserção numa forma de trabalho degradante, ou análogo ao escravo, uma vez que dentre os grupos populacionais tradicionais específicos inseridos no Cadastro Único e que são beneficiários do Programa Bolsa Família, encontra-se o grupo de familiares de pessoas Resgatadas de Trabalho Escravo Contemporâneo.

CONCLUSÃO

O território do Baixo Parnaíba/MA é habitado de forma secular por povos originários, incluindo aqueles que dependem da terra para sua sobrevivência, como os povos tradicionais. A variedade e diversidade desses grupos populacionais se reflete na zona rural existente nesses municípios e na sobreposição da população rural frente à população urbana, que abriga uma grande parcela de indivíduos e famílias que se encontram em situação de riscos e vulnerabilidades sociais, ocasionados pela disputa de poder entre população e grandes projetos que advém da lógica acumulativa do capital, e do qual se destaca o Projeto MATOPIBA que impacta negativamente na vida econômica, social e cultural da população do Baixo Parnaíba/MA.

Visando garantir os direitos sociais desses trabalhadores que a Política de Assistência Social se defronta com as especificidades socioterritoriais, com fins a superar a fragmentação das suas ações e estruturar os serviços, programas e benefícios socioassistenciais de acordo com a dinâmica de cada território. Fatores como, extrema pobreza, insegurança alimentar, não acesso à água potável saneamento, expropriação de suas terras e coações de natureza física, sociais e psicológicas causados pelos conflitos agrários e socioambientais

A Política de Assistência Social é fundamental para o enfrentamento de tais riscos e vulnerabilidades. Por esta razão, há uma centralidade dos programas de transferência de renda, sobretudo do Programa Bolsa Família e àqueles que visam o incentivo à produção da agricultura do tipo familiar e a construção de cisternas com o

objetivo de assegurar água potável para o consumo e para a produção nos municípios da região em estudo.

Assim, entendemos ser necessário o fortalecimento de políticas públicas, sobretudo as de cunho socioassistencial, que levem em consideração que qualquer atuação territorial, tem que ser de promoção, proteção e valorização das potencialidades locais, buscando a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida desses povos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alex. **Comunidade é intoxicada por agrotóxico lançado de avião em Buriti no Maranhão**. Globo, TV Mirante, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/05/06/comunidade-e-intoxicada-por-agrotoxico-lancado-de-aviao-em-buriti-no-maranhao.ghtml>>. Acesso em: 02 ago.2021.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993-Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, DF: 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8742.htm. Acesso em: 10 jul.2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>>. Acesso em: 07 ago.2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Norma Operacional Básica (NOB-SUAS)**. Brasília, DF: MDS/SNAS/SUAS, dez. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Atendimento a Povos e Comunidades Tradicionais na Proteção Social Básica**. DF, 2019. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/orientacoes/Atendimento_PCT_.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BRUZACA, Ruan Didier; VIEIRA, Adriana Dias. **Impactos territoriais e ambientais nos conflitos possessórios com as empresas Suzano e Paineiras no Baixo Parnaíba Maranhense**. IN: Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.16, n.36, p.247-278, Setembro/Dezembro de 2019. Disponível em: <<http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/1501>>. Acesso em: 05 ago.2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2020**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia, CPT Nacional, 2021. _____. **Atlas de conflitos na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo: Entremares, 2017;

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Nota técnica. Proposta de delimitação territorial do MATOPIBA. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/publicações/NT1-DelimitaçãoMatopiba.pdf>. acesso em 23 de agosto de 2021.

FEDERICI, Silvia. **CALIBÃ E A BRUXA: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2010.

GUATTARI Felix. **CAOSMOSE**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed.34. 1992.

LIMA, Roberta Figueiredo. **Contextualizando o MATOPIBA**. IN: Seminário Projeto MATOPIBA no Baixo Parnaíba Maranhense. Diocese de Brejo, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ejCidGYT35c>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E PECUÁRIA. (Brasília, DF). EMBRAPA. Espaço Temático. **In: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E PECUÁRIA (Brasília, DF). Embrapa. MATOPIBA**. 3.110.0. Brasília: Embrapa, [s.d]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba>. Acesso em: 28 jul. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação-SAGI, 2021. Relatório gerado em: 24/05/2021. disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php#> . acesso em: 24 mai. 2021.

OLIVEIRA, Gleydson de Castro. **Cavacando Memórias: Narrativas de história de vida de Deuzuila Machado, anciã indígena do povo Anapuru Muypurá do Maranhão**. IN: Revista Abatirá, v. 1 n. 2 (2020): Educação Escolar Indígena no Século XXI: Desafios, especificidades e perspectivas.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: Milton Santos [et al.] (Orgs.) Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. **Território e gestão de políticas sociais**. V. 13, nº 1. São Paulo: Revista Serviço Social e Sociedade, jul/dez de 2013. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br> >Acesso em: 05 ago. 2021.

VIANA, Keliane da Silva. **Lutas por reconhecimento e conflitos socioambientais no Baixo Parnaíba Maranhense: um estudo sobre a comunidade quilombola de Saco das Almas**. In: ANAIS da JOINPP 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/lutasporreconhecimentoeconflitossocioambientaisnobaixoparnaibamaranhenseumestudosobre.pdf> >. Acesso em: 05 ago. 2021.

Capítulo 12
**JUDICIALIZAÇÃO DA
DISPENSAÇÃO DE
MEDICAMENTOS NO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

**Ancelma da Penha Bernardos
César Albenes de Mendonça Cruz
Lorrayne Coque Fonseca**

JUDICIALIZAÇÃO DA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ancelma da Penha Bernardos

¹Emescam; Acadêmicas do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, Espírito Santo, Brasil; Advogada. MBA em Direito Tributário pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional da Fundação Getúlio Vargas; Especialista em Saúde Pública pela faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - USP; Especialista em Regulação e Auditoria em Saúde pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, Espírito Santo, Brasil
ancelma.adv@gmail.com

César Albenes de Mendonça Cruz²

Emescam; Doutorado em Serviço Social. Mestre em Educação;
cesar.cruz@emescam.br

Lorrayne Coque Fonseca³

Emescam; Acadêmicas do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, Espírito Santo, Brasil; Odontóloga. Especialista em Odontopediatria pela faculdade São Leopoldo Mandic; Especialista em Saúde Pública pela faculdade Faveni e Bolsista do programa ICEPI- Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde lorrayne_cfonseca@hotmail.com

RESUMO

Duas autoridades de saúde do Estado do Espírito Santo tiveram prisão decretada em maio de 2007, em razão de descumprimento de ordem judicial que determinou a entrega de medicamento de alto custo, para tratamento de câncer em criança de cinco anos. A decisão judicial foi proferida com base em laudo médico que prescreveu a droga Bevacizumab. União e Estado integraram o polo passivo de demandas judiciais, cabendo a elas o dever de promover as diligências necessárias para dar cumprimento ao que a norma constitucional proclama: saúde é direito de todos e dever do estado. A ordem de prisão abriu caminho para a análise dos direitos fundamentais e outros

apontamentos críticos acerca da excessiva judicialização da saúde. A garantia do direito à saúde é implementada por políticas públicas o que impõe ao juízo que seu convencimento venha da realidade do sistema e não do senso comum abalável, afastado do conhecimento técnico-científico.

Palavras-chave: Judicial. Assistência farmacêutica. Política pública. Prisão.

ABSTRACT

Two health authorities in the state of Espírito Santo were imprisoned in May 2007, for non-compliance with a court order that determined the delivery of high-cost medication for the treatment of cancer in a five-year-old child. The court decision was based on a medical report that prescribes the drug Bevacizumab. Uniao and the State is a passive pole of lawsuits, and they are responsible for taking the necessary steps to comply with what the constitutional rule proclaims: health is the right to all and duty of the state. The arrest order opens the way for the analysis of fundamental rights and other critical points about the excessive legalization of health. The guarantee of the right to health is implemented by public policies, which imposes on the judgment that its conviction comes from the reality of the system and not from what is common, far from technical-scientific knowledge.

Keywords: Judicial. Pharmaceutical care. Public politcs. Prison.

1 INTRODUÇÃO

Em maio de 2007, a ordem de prisão de duas autoridades da área de Saúde do Estado do Espírito Santo, revelou importantes alterações nos debates acerca do modelo jurídico e sociopolítico da dispensação de medicamentos. O fato teve implicações essenciais para a política pública de saúde adotada até então, em especial quanto aos mecanismos garantidores da integralidade a partir de protocolos. O tema se revela, ainda hoje, polêmico e exige análise Intersetorial e multidisciplinar.

Os primeiros registros da judicialização da saúde no Brasil ocorreram a partir do impacto dos medicamentos antirretrovirais na primeira metade dos anos 1990, cuja origem teria desencadeado importantes alterações no modo de conceber as políticas nacionais de saúde, principalmente com a quebra de patentes patrocinada por ações do Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso (Romero. LC,2008).

Nesta ordem, a partir do relato deste caso judicial, pela imprensa, embora de modo superficial, pode-se observar que a judicialização da saúde também é realidade no Espírito Santo, assim como em todo o Brasil, há pelo menos trinta anos.

Há uma corrida permanente ao Judiciário para compelir o Estado a fornecer gratuitamente, desde filtro solar até complexas drogas sem eficácia científica

comprovada, outras sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e muitas ainda não disponíveis no mercado interno.

Esta nova forma de exercício da cidadania emerge de uma nova consciência da população, reúne o conceito de saúde como direito individual fundamental garantido pelo Estado, a qualquer custo, e adota por fundamento solitário o arrimo histórico pedagógico vinculado à literal interpretação do texto escrito na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, onde lemos a heroica conquista da saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

2 METODOLÓGIA

Trata-se de um estudo a partir de notícias veiculadas em jornais do ano de 2007, envolvendo decisão judicial inédita no Estado do Espírito Santo, a partir da qual se discute a ocorrência de eventos que, em conjunto, vêm se configurando como o que se convencionou denominar "judicialização da dispensação de medicamentos". A decisão judicial consta dos autos do processo nº 2007.50.54.000148-1, que tramitou na Vara Federal no Município de Colatina, ao qual não foi possível acesso durante a elaboração do estudo, por encontrar-se arquivado. Informações complementares sobre a ocorrência de episódios de judicialização da saúde foram identificadas por meio de pesquisa bibliográfica em bases eletrônicas de dados (*Scielo* e *BVS*), bancos de teses e dissertações da USP e da ENSP e arquivos eletrônicos de periódicos e da imprensa local e nacional, empregando descritores como "judicialização", "medicamento", "política", "assistência farmacêutica" e "prisão".

3 DEBATE ATUAL: O IMPACTO DA JUDICIALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS

A Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, durante a audiência pública realizada pela Comissão de Saúde, em agosto de 2019, informa que no ano de 2018 foram gastos pelo Estado e Municípios, 138 milhões, para atender a 12 mil demandas judiciais individuais, constando da publicação que essa situação causa

muitos transtornos às prefeituras, uma vez que faltam recursos para atender às ordens judiciais, conforme relata o Prefeito do Município de Aracruz (Araujo.W,2019).

Jones Cavaglieri chefe do Executivo de Aracruz em entrevista para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo afirmou que em 2018 a Prefeitura de reservou R\$ 500 mil no orçamento para atender judicializações na saúde, mas os gastos chegaram a R\$ 1,3 milhão (Araujo.W,2019).

Por sua vez a secretária de Saúde de Aracruz, Clenir Avanza, afirmou que “a municipalidade recebe uma média de 10 ordens judiciais por dia na área de atendimento médico-hospitalar e fornecimento de remédios”. (Araujo.W,2019)

O Ministério Público, declara que o maior problema da judicialização se refere aos medicamentos de alto custo, muitos não incluídos na lista do SUS. O promotor Marcelo Paiva Pedra cita:

O “drama” vivenciado pelas prefeituras ao lembrar que um único remédio de alto custo pode ser mais caro do que o orçamento na área de saúde de municípios pequenos... um medicamento importado de alto custo para câncer pode custar até R\$ 3 milhões, valor superior a todo o orçamento de Sooretama para a saúde, estimado em R\$ 2,8 milhões. (Araujo.W ,2019)

A Portaria 2.084/2005 estabelece normas, responsabilidades e recursos a serem aplicados no financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e define o elenco mínimo obrigatório de medicamentos a serem disponibilizados pelos municípios, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado (Brasil, 2005).

A apreciação simultânea do caso judicial que determinou a prisão das autoridades de saúde em 2007 e dos resultados acima apresentados durante a audiência pública em 2019 exige análise mais profunda de pelo menos três situações: o dever do Estado político de garantir a saúde para todos como direito fundamental; o dever do Estado-juiz de proteger a integridade física dos indivíduos; a aplicação do princípio da equidade como critério para garantir o acesso à dispensação de medicamentos.

Nota-se, que a decisão proferida, com base no dever genérico do Estado em promover a saúde, se estriba no mais puro senso comum e não encontra amparo em conhecimento técnico-científico. Em tese, tais decisões não precisariam ser submetidas aos procedimentos intelectivos de um magistrado.

O agir do Estado-juiz, na pessoa humana e cidadã devotada do magistrado que ordenou a prisão das autoridades de saúde, não porque se recusaram a entregar o medicamento em desacato a um direito fundamental posto pelo ordenamento jurídico, mas porque não detinham meios legais disponibilizados pelas políticas públicas, para ultrapassarem as barreiras burocráticas do sistema, que é maior do que o poder posto à disposição delas próprias no exercício do cargo que ocupam, para, ao fim, cumprirem a ordem judicial de entrega de um medicamento não disponível, no exíguo prazo de 48 horas.

Por outro lado, a análise da decretação da prisão por crime de desobediência, ainda que seja considerada pelos estudiosos do direito como desproporcional, atípica ou nula e sem lastro jurídico científico, tal qual o medicamento prescrito por médico, sem comprovação de eficácia científica e indisponível no mercado comum, revela que o único bálsamo e único instrumento de justiça disponível ao magistrado, compelido em dar uma resposta rápida à vítima que bradava pelo socorro do Estado para proteger um bem da vida que sofria grave ameaça de lesão, consubstanciado em sua própria existência.

Ao magistrado, portanto, que depende apenas dele mesmo para decidir, enquanto as autoridades de saúde dependem de transpor inúmeras malhas burocráticas, respeitadas as devidas proporções caricatas, não é dado o privilégio da indecisão dos mortais comuns ou aquele dado à besta citada por Victor Hugo (2012), no clássico “Os Miseráveis”, que se vendo entre dois pratos de feno, por não saber qual dos dois comer primeiro, morreu de fome, o Estado-juiz, sempre precisará correr o risco de errar acertando ou acertar errando.

É preciso admitir que nesse ponto, diante dos contornos do ato de decidir, muito mais do que a erudição jurídica ou o comprometimento político do magistrado, sobressai de seu íntimo o seu indivisível caráter, sua história e sua experiência de vida, seu espírito que o conduz a um olhar pontual e limitado ao alcance daquilo que seus próprios olhos podem, querem ou foram treinados para ver, segundo o senso comum.

Dallari (1988, p. 42), escreve que tinham razão os revolucionários franceses de 1789 ao colocarem no preâmbulo de sua Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão que “a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas das infelicidades públicas e da corrupção dos governos” e conclui o

debate afirmando que “a curiosidade constante e o respeito permanente a esses direitos são condições da democracia”.

O direito à saúde surge não como prisma filosófico, mas como realidade a ser implementada pelo Estado e vivida pelo povo segundo a ordem de prioridades construída por ambos, devidamente representados, segundo o seu melhor estado de direito, impondo-se a vivência regular de um protocolo e de um programa inserto em uma determinada política pública de saúde.

Esta é a forma segura posta à disposição do Estado-juiz para impedir a majoração do sofrimento daqueles que mais precisam e que pelas circunstâncias da exclusão social são sempre os mais explorados e enganados.

Se os poderes delegados pela sociedade às autoridades públicas de saúde não lhes permitem decidir sobre uma situação em particular, fora do senso comum dos magistrados, as razões podem ser encontradas na constituição histórica e cultural desta sociedade. O direito social fundamental à promoção, manutenção e recuperação da saúde é igual para todos, sem privilégios, e é a sociedade quem assim o exige por meio da positivação das regras que garantem a integralidade a partir do primeiro acesso ao serviço de saúde de modo geral, e de modo específico ao serviço de dispensação de medicamentos.

A Constituição de 1988 adota a dignidade da pessoa humana como um princípio fundamental e consagra o núcleo gerador do ordenamento jurídico brasileiro (Lei 8.080), estabelecendo, a partir daí, os critérios valorativos, interpretativos e de financiamento social do novo sistema de saúde instalado, inclusive estabelecendo e diferenciando as competências originárias e residuais, dos Municípios, Estados e União. (Brasil, 2016)

Um dos grandes desafios bem presentes entre os deveres de base do Estado para garantir a integralidade na saúde, que age e reage segundo a mais pura consciência dos direitos fundamentais e convicção plena do seu destino atrelado à garantia do exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, consiste exatamente em proteger o cidadão de si mesmo, quando induzido ao erro grave ou à prática de qualquer demanda que atenta contra sua própria subsistência.

Sob o mesmíssimo fundamento de que saúde é direito, direito fundamental, direito social de todos e dever do Estado, deve o Estado-juiz cuidar de conhecer bem

os motivos, as razões e as circunstâncias que motivam o pedido, o diagnóstico e o prognóstico, sob pena de ser ele próprio o patrocinador de métodos científicos de pesquisa em humanos que já foram abolidos formalmente pelos povos civilizados desde a ruptura histórica do nazismo, o que não se ampara em qualquer preceito ético.

3.1 SAÚDE: DIREITO FUNDAMENTAL

A consciência do direito à saúde como direito fundamental inspirado nos direitos humanos, sempre esteve presente nas sociedades, quer por instinto de preservação, quer por motivação política ou religiosa.

Historicamente, encontramos no século XVIII o berço de inúmeras Declarações de Direitos visando garantir as liberdades individuais de expressão e política. Como exemplares dessas ideias revolucionárias podemos citar a Declaração de Direitos da Virgínia, de 1776, decorrente da Revolução Americana, por causa da libertação da ex-colônia, FERREIRA Filho, Manoel G. et. Ali. (1978).

Modernamente encontramos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), construída sob os ânimos sensíveis e sob os flashes do pós-guerra e pós-bomba atômica, a musa inspiradora dos direitos fundamentais inseridos nas constituições democráticas, inclusive a brasileira, de tal modo que por meio dela a humanidade teve assegurados muitos direitos sociais, com destaque para a saúde coletiva reconhecida, em primeiro plano, como realidade reflexa de muitas causas e que exige muitos saberes.

Lemos no artigo XXV da Declaração de 1948 que “todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle”. (Unicef)

No Brasil, a defesa do direito à saúde como direito social desencadeou procedimentos hábeis para exigir do Estado uma prestação positiva, e não mais apenas que este se abstivesse de intervir nas liberdades individuais. Esta nova concepção de direito atingiu seu esplendor no final da década de setenta, a partir da

reação dos profissionais da área médica e segmentos da sociedade civil organizada, contra o estado de calamidade existente na área da saúde.

Aquela reação social resultou na elaboração do documento intitulado “pelo direito universal à saúde” o qual inspirou a redação do texto da Constituição de 1988, usada como fundamento legal tanto da causa de pedir quanto da decisão judicial no caso em estudo.

Da breve exposição acima, aferimos que os direitos fundamentais de primeira geração, como a vida e a liberdade, por sua natureza e excelência são universais, não têm fronteiras e até independem dos códigos escritos, enquanto os direitos fundamentais de segunda geração, ou direitos sociais, como o direito à saúde, ao contrário da força empregada pelos juízes ao deferirem o pedido liminar, são compilados segundo a ordem de prioridades estabelecidas por cada Estado soberano, sempre observando o império do princípio da igualdade. Nesta sequência Dallari (2002, p. 41), conclui que o direito fundamental “está relacionado essencialmente com a igualdade dos seres humanos. E ainda aqui se pode definir a ideia de direito fundamental que baseia tais reivindicações de direitos humanos”.

Existe então uma ideia de direito humano fundamental em todos os grupamentos sociais que supera a organização social em si, e cuja essência é a dignidade da pessoa humana integralmente considerada, sem qualquer distinção. Tanto é que essas garantias universais, fundamentais, não prescindem dos ícones legislativos qualificadores das distintas cidadanias.

A inclusão do direito à saúde entre os direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988 se dá pela inclusão da prevalência dos direitos humanos no título dos princípios fundamentais (art. 1º, II), e pela inclusão da inviolabilidade do direito à vida no título dos direitos e garantias fundamentais (art.5º), sendo que a saúde encontra-se alinhada no título dos direitos sociais (art.196 a 200), direitos estes fundamentais situados no mesmo plano hierárquico dos direitos coletivos, econômicos e culturais. (Brasil, 2016)

Ao contrário dos direitos fundamentais de primeira geração que têm eficácia imediata e incondicional, o exercício dos direitos fundamentais de segunda geração, exige do Estado prestações positivas impossíveis de serem concretizadas imediatamente, em um dado momento e, dessa forma, uma vez questionada a autonomia desses direitos sociais, são os mesmos ordenados como diretrizes, ou metas de programas a serem cumpridos, portanto, são dependentes ou mediatos.

Esta conclusão segue escrita no próprio texto do artigo 196 da Constituição da República Federativa (CF/88) de 1988 que garante o direito à saúde por meio de políticas sociais e econômicas: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 2016).

Por conseguinte, os caminhos apontados pelos conceitos históricos e pelo texto constitucional propõem que o dever do Estado não pode ser exigido de forma ilimitada pelo cidadão, uma vez que vincula a prestação positiva exigível às metas contempladas pelas políticas sociais.

É certo que as relações sociais hoje demandam níveis altíssimos de complexidade e exigem uma consciência das populações acercadas por uma nacionalidade que, em frequentes situações, deixa a desejar. Se o estado democrático de direito é fraco e não responde aos gritos do seu povo, é porque o povo que sustenta essa democracia é diuturnamente enfraquecido pelas ações do próprio estado. Portanto, apenas a integração da comunidade dentro das organizações estatais permitirá um novo começo.

3.1.1 DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS: ACESSO E EQUIDADE

O debate sobre as questões que envolvem a judicialização da dispensação de medicamentos é bastante polêmico, e nem de longe sinaliza para algum equilíbrio de vozes entre os que, a seu turno, defendem o império do direito coletivo sobre o direito individual, e vice versa. Se por um lado, alguns entendem que a participação do Judiciário pode ser considerada um fenômeno positivo, por outro lado, o excesso de demandas judiciais pode prejudicar o exercício da cidadania e favorecer o individualismo.

A discussão inserida dentro de um modelo conceitualista dos direitos individuais ou coletivos, termina de sobremaneira a empobrecer as matrizes propostas para lembrar que há uma política nacional de medicamentos regulamentada pelo Ministério da Saúde, e que esta política deve atender aos reclames sociais coletivos, de onde se sobressai um sujeito individual de direito, tudo isso dentro de um Sistema

Único de Saúde, que não pode ser maculado, sob pena de se criar privilégios para um pequeno nicho de demandantes judiciais.

Partindo dessa premissa, uma vez garantido o direito fundamental de acesso igualitário e universal a todas as pessoas, estas têm o dever cidadão de buscarem a satisfação de suas necessidades de saúde dentro do protocolo comum a todos, junto às unidades básicas de saúde, serviços de urgência e emergência ou pelos serviços conveniados ou contratados.

A intervenção judicial, portanto, destinar-se-ia a socorrer o cidadão em caso de ameaça de lesão a esse direito pré-ordenado e pré-organizado, sem impor ao Estado que forneça qualquer tratamento individual privilegiado, sob pena de, passo a passo, caracterizar o Sistema Único de Saúde como simples apêndice do sistema privado burguês.

Se as decisões judiciais não consideram as regras estabelecidas pelas políticas públicas da saúde, juridicamente elaboradas e destinadas à garantia dos direitos sociais, cria limite jurídico que se situa fora do alcance do próprio sistema e, portanto, desdobra-se em ordem não factível e disso resulta prejuízo para as manifestações democráticas.

Se ao estabelecer as políticas de saúde, o Estado, a União ou os Municípios, cada um a seu turno, não promovem a saúde, eliminando ou controlando as causas das doenças e agravos; não protegem a saúde, prevenindo riscos e exposições a doenças; não recuperam a saúde, atuando eficazmente sobre o dano já existente, aí estará delimitado o campo de atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário, dentro de suas atribuições e competências específicas.

Ao contrário disso, o que se observa nesse ambiente, na visão de Luiz Roberto Barroso é que "o Poder Judiciário, mediante determinações à Administração Pública para que forneça gratuitamente medicamentos em uma variedade de hipóteses, procura realizar a promessa constitucional de prestação universalizada do serviço de saúde" (Barroso.LR, 2007). O que a toda obviedade destoa enormemente da moral razoável, e fomenta decisões emocionadas ou especulativas que levam a administração pública a custear tratamentos ou a fornecer medicamentos muitas vezes supérfluos, estéticos ou destituídos de critérios científicos, por razões pessoais ou corporativas, mediante o patrocínio da indústria farmacêutica.

Diante disso, um dos propósitos deste estudo é apontar a fragilidade do sistema judiciário diante destas questões, em especial quando provocado para decidir sobre

situações que exigem a tutela ampla dos direitos fundamentais com absoluta aplicação do princípio da equidade que abriga um valor, um fim, isto é, dar mais para quem mais precisa e menos para quem menos precisa.

A preocupação de Dallari (2002, p. 38) é bem relevante: “é preciso ter muito claro, entretanto, que para a real proteção judicial dos direitos humanos não é suficiente e, pelo contrário, é perigoso só cumprir as formalidades judiciárias, ter uma aparência de proteção judicial, que adormece a vigilância e que não é, porém, mais do que uma ilusão de justiça”.

O princípio garantidor da igualdade de todos perante a lei tem aplicação vinculada a outros princípios igualmente relevantes, entre os quais se encontra o princípio da equidade que confere ao Estado-juiz o poder dever de sempre considerar em sua análise os graus de conveniência, oportunidade e necessidade do bem juridicamente tutelado e judicialmente perseguido, de modo a sinalizar com a maior segurança possível os níveis de diferença orgânica existente entre as pessoas, para, ao final, entregar a cada uma, o que realmente lhes pertencer. Dando mais para quem mais precisa e menos para quem menos precisa.

Esta consciência cidadã reflexa dos direitos fundamentais, pode ser manipulada pelo interesse econômico de laboratórios que, na agressiva finalidade de comprovar os níveis de eficácia e a extensão dos efeitos colaterais de certas drogas em humanos, tem estimulado milhares de pessoas em todo o Brasil, a recorrerem ao Poder Judiciário em busca de procedimentos de saúde ou medicamentos não disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde.

Já no preâmbulo popular da Carta Magna, os Constituintes, legítimos representantes do povo brasileiro, instituíram o Estado Democrático predestinado a “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” o que seguiu bem alinhado com as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais inscritas nos artigos 5º e 6º, Título I, da CF/88 (Brasil, 2016).

O artigo 6º, com redação dada pela Emenda Constitucional 26/2000, capitula o direito à saúde como direito social inserido no mesmo contexto das garantias fundamentais e o põe no mesmo nível jurídico do direito ao trabalho, à moradia, à educação, à segurança, à previdência social. (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2000)

O dever do Estado de garantir a saúde entra no mundo jurídico melhor explicado pelo parágrafo 1º, artigo 2º da Lei 8080/90, onde lemos que consiste “na reformulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.”

É certo ainda que a judicialização da saúde e suas políticas, consideradas as três esferas de competência, federal, estadual e municipal, não podem ser, integralmente, analisadas por uma face apenas dos tantos modos de ser que as codificam. Isto seria o mesmo que querer reduzir o todo a uma de suas partes mais simples.

O que dispara o processo judicial é a caneta do médico que muitas vezes prescreve por desencargo de consciência, para atender a interesses inconfessáveis ou por simples desinteresse pela pessoa humana envolvida. Em outras palavras, é o que denuncia a Folha de São Paulo, declarando que há indústrias farmacêuticas financiadoras de ONG'S, onde lemos que "pelo menos nove entidades brasileiras de defesa de doentes são financiadas por fabricantes de remédios", e segue o exemplo de uma entidade que representa pacientes com linfoma e leucemia (tipos de câncer) com sede em São Paulo, que recebeu R\$ 1,5 milhão de oito multinacionais no ano de 2007. (Westin,CCR .2008)

A matéria publicada é antiga, mas cita documento que afirma que a relação financeira pode fazer com que "estas entidades, aparentemente independentes deixem de lado os interesses dos pacientes e adotem uma agenda consoante as prioridades da indústria".

Os interesses são absolutamente conflitantes e o debate é polarizado diante da retórica do direito social fundamental. O Estado-juiz quer por timidez, despreparo ou ignorância, está essencialmente impedido de investigar se a origem do patrocínio das ações está vinculada em quem fábrica o medicamento, mas, de outro lado, deve agir com redobrada diligência e em conformidade com o protocolo existente para evitar que o SUS seja o patrocinador oficial da indústria farmacêutica experimental, que inclusive expõe o cidadão a drogas sem eficácia científica.

4 CONCLUSÃO

Com base nas matérias publicadas nos resultados descritos, percebe-se que o Poder Judiciário, de modo geral, não leva em consideração as políticas públicas que envolvem a questão dos medicamentos. As decisões judiciais têm por fundamento legal a norma constitucional geral e orgânica de que saúde é um direito de todos e dever do Estado, e, por fundamento filosófico as raízes da cultura humana sobre a dor e o sofrimento, sem considerar, portanto que o sistema jurídico deve garantir que os indivíduos tenham acesso ao serviço público de assistência farmacêutica, de modo integral e universal, sem os privilégios da antecipação de tutela desvinculada de critérios técnicos e científicos. Há seguramente uma distância entre o Estado político e o Estado-juiz que não consegue contextualizar as necessidades individuais dentro das políticas públicas de medicamentos.

Frente a esta realidade, os desafios estão postos essencialmente sobre a necessidade de se construir pontes entre a administração da saúde e o Poder Judiciário, de modo que este último possa mergulhar nas políticas públicas para julgar com equidade e não prestigiar pequenos grupos em detrimento da maioria, uma vez que os recursos desviados para facilitar o acesso dos litigantes, muitas vezes com necessidades simuladas, têm contribuído para que uma imensa parte da população permaneça no abandono, na fila de espera, nos corredores.

REFERÊNCIAS

- Araújo, W. **Judicialização na saúde custa R\$ 138 milhões.** Vitória; Agosto 2019. Disponível em < <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2019/08/37465/judicializacao-na-saude-custa-r-138-milhoes.html> >
- Artigo 2 da Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990 < <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11678464/artigo-2-da-lei-n-8080-de-19-de-setembro-de-1990> >
- Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil.** [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Brasília, 2016

Brasil. Portaria nº 2.084 de 28 de outubro de 2005. Brasília, 2005

Barroso, LR. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para atuação judicial.** Rio de Janeiro, 2007.

Collucci, C. e Westin, R. **Indústria Farmacêutica financia ONG'S.** Folha de São Paulo, São Paulo .2008.

Dallari, DA. **O poder dos Juízes, 2ª ed.,** São Paulo: Saraiva, 2002.

Dallari, SG. **Uma nova disciplina: o direito sanitário.** Rev. Saúde públ., S. Paulo, 22:327-34, 1988

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015.

Ensp-Fiocruz. **Judicialização da saúde: a balança entre acesso e equidade.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <
<https://agencia.fiocruz.br/judicializa%C3%A7%C3%A3o-da-sa%C3%BAde-a-balan%C3%A7a-entre-acesso-e-eq%C3%BCidade>>

FERREIRA Filho, Manoel G. et alli. **Liberdades Públicas** São Paulo, Ed. Saraiva, 1978.

G1, com informações do Jornal do Globo. Secretário é preso por não fornecer remédio. Maio, 2007. Disponível em
<<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL36648-5598,00-SECRETARIO+E+PRESO+POR+NAO+FORNECER+REMEDIO.html>>

Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Emenda Constitucional Nº 26 de 2000.** Rio de Janeiro, 2000 < <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/91336/emenda-constitucional-26-2000> >

Hugo, Víctor. **Os miseráveis.** São Paulo: FTD, [S.d.].2012

Lopes, EO. **Os direitos fundamentais sob ótica das influências ético-filosóficas, consoante o magistério de Hans Kelsen, Miguel Reale e Willis Santiago Guerra Filho.** Teresina, 2002. Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/2872/os-direitos-fundamentais-sob-otica-das-influencias-etico-filosoficas>>

Romero, LC. **Judialização das políticas de assistência farmacêutica: o caso do Distrito Federal.** Brasília ,2008.

Santos, SCM. **Diagnóstico da Assistência Farmacêutica e Política Farmacêutica do Estado do Espírito Santo; Gerência de Assistência Farmacêutica.** Vitória, 2007.

Santos, SCM. **Rememe: Relação Estadual de Medicamentos Essenciais e Medicamentos Excepcionais.** , Vitória; Secretaria de Estado da Saúde ES, 2007. 300 p. Livrotab.

Unicef. Declaração Universal dos Direitos Humanos: Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. **Disponível em** < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>

Westin,CCR . **Indústria farmacêutica financia ONGs.** Folha de São Paulo. São Paulo, 2008.

Capítulo 13

**A CONTRARREFORMA DO
ESTADO BRASILEIRO E DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR: IMPASSES
E TENSÕES À FORMAÇÃO
PROFISSIONAL**

Leidiane Torres Sales

Fábia Castro de Albuquerque Maranhão

A CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: IMPASSES E TENSÕES À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Leidiane Torres Sales

Assistente Social na Universidade Federal de Campina Grande. Mestre em Serviço Social (UEPB). leidetorress@gmail.com

Fábيا Castro de Albuquerque Maranhão

Assistente Social na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestre em Políticas Públicas (UFPE). fabiamaranhao@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho objetiva analisar a assídua ofensiva travada pelo capital para a recomposição de suas taxas de lucro, diante dos efeitos deletérios da atual crise estrutural do capital na busca pela restauração do equilíbrio sistêmico, e seus rebatimentos na educação superior como nicho mercadológico do capital. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem aporte na perspectiva histórico crítica dialética de apreensão da realidade que impoem desafios a formação profissional contemporânea no que tange a educação superior.

Palavras Chaves: crise do capital. educação superior. Nicho mercadológico.

ABSTRACT: The present work aims at the assiduous offensive waged by capital to recompose its profit rates, given the deleterious effects of the current structural crisis of capital in the search for the restoration of systemic balance, and its repercussions on higher education as a market niche for capital. This is a bibliographical research that has input in the dialectical critical historical perspective of apprehending the reality that poses challenges to contemporary professional training with regard to higher education.

Keywords: capital crisis. higher education. market niche.

1 INTRODUÇÃO

Para se pensar a formação contemporânea requer refletir as determinações sócio históricas que se configuram como o solo concreto que tem perpassado a condução da política de educação superior no Brasil.

Nessa direção, o presente trabalho tem como objetivo discutir a assídua

ofensiva travada pelo capital para a recomposição de suas taxas de lucro, diante dos efeitos deletérios da atual crise estrutural do capital na busca pela restauração do equilíbrio sistêmico, e seus rebatimentos no ensino superior. Neste movimento o capital aciona um pacote de medidas de ajuste estrutural na direção de reorganizar e reestruturar o papel do Estado no fomento a privatização do aparato público estatal e na desresponsabilização deste no âmbito da regulação social, no que se refere à prestação de serviços sociais e políticas públicas.

Essa ofensiva tem seus rebatimentos na particularidade brasileira, que encontrou solo fértil no processo de contrarreforma anti-estatal e regressiva de cunho neoliberal do Estado brasileiro, efetivada através de um forte ajuste fiscal e da contenção dos gastos públicos.

Nesse cenário, consideradas onerosas para o Estado, as políticas sociais tornam-se setores privilegiados de investimento enquanto nicho lucrativo para o capital, operando-se o empresariamento das políticas sociais, incluindo-se aí a educação superior, que, nas últimas três décadas vêm se configurando como um dos pilares da política contrarreformista brasileira na busca de valorização do capital, através do projeto de educação neoliberal que visa a expandir o ensino superior, sob fetiche de democratização do acesso, direcionado aos interesses do mercado em detrimento da formação de qualidade, via expansão das instituições privadas de ensino e do sucateamento e privatização interna das instituições públicas

Neste íterim, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem no método de Marx a perspectiva ontológica de análise do objeto de estudo como parte do real concreto.

2 CRISE CONTEMPORÂNEA E CONTRARREFORMA DO ESTADO

Nas análises e produções marxistas as crises são inerentes ao modo de produção do capital, expressam o seu modo natural de existência, em intensidades e durações variáveis, e configura-se para o capital como uma possibilidade de superação de suas barreiras imediatas e de estender sua esfera de dominação. Nesse sentido, a crise é também funcional ao capital (MÉSZÁROS, 2010).

As crises são fenômenos inerentes ao Modo de Produção Capitalista devido ao seu caráter contraditório, a sua incontrollabilidade sociometabólica (MÉSZÁROS,

2011) destacando-se dentre elas a sua contradição fundamental a produção socializada e apropriação privada.

Nessa direção, as crises demarcam o acirramento das contradições fundamentais do capitalismo, colocando a necessidade de o capital se reorganizar para restaurar as condições da acumulação, incidindo em redirecionar o papel do Estado na sua relação com o mercado e a sociedade, na redefinição de seus mecanismos institucionais de regulação da produção material e gestão e controle da força de trabalho, na proteção social, na legislação trabalhista, determinando medidas de reforma e contrarreformas (MOTA, 2009).

A crise estrutural do capital da década de 1970 afeta em totalidade a complexidade do sistema, pondo em xeque à reprodução sistêmica ativando os seus limites estruturais. Noutras Palavras —[...] uma crise estrutural não está relacionada aos limites *imediatos*, mas aos limites *últimos* de uma estrutura global (MÉSZÁROS, 2010, p. 72, grifos do autor).

De acordo com Castelo (2013) a crise dos anos 1970, que marca derrocada do bloco histórico fordista-keynesiano, teve como estopim a crise de hegemonia bem como as disputas geopolíticas dos países periféricos para romper com o imperialismo, a partir posicionamento político da classe trabalhadora que desafiou a ordem vigente, e abalou a hegemonia burguesa. Esta crise, caracterizada pelo seu cariz universalizante, que colocou em cheque o padrão de acumulação fordista-kenysiano

Netto e Braz (2006, p. 214, grifos dos autores) enfatizam que a resposta do Capital a sua crise em direção da restauração de suas taxas de lucro e recuperação de sua supremacia ideopolítica, podem ser sintetizadas no seguinte tripé: *“reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal*.

Dentre estes mecanismos, na esfera produtiva, busca-se o aumento da produtividade com base no modelo toyotista japonês. Como estratégia de extração de sobretrabalho incorpora-se novas formas de gestão da força de trabalho, sobretudo, a partir de novos regimes e contratação, com base no trabalho parcial, flexibilizado, precarizado, subcontratado, informalizado, terceirizado, e polivalente; e, também, através da incorporação de novas tecnologias de produção: a microeletrônica, a robótica, a automação, que elevam substancialmente a composição orgânica do capital e endossam o desemprego estrutural (CASTELO, 2013).

Na esfera financeira, dentre algumas estratégias de reversão da crise estrutural, promove-se: a mundialização do capital ancorado no tríplice livre comércio, privatização, e desregulamentação financeira do mercado; a expansão do investimento em capital fictício; e a mercadorização das políticas sociais com a retração do investimento público (CASTELO, 2013).

Na esfera ideopolítica, em consonância com a reestruturação produtiva, o neoliberalismo ascende como sustentáculo do novo modelo de regulação da economia, o qual defende a garantia das liberdades individuais, de mercado e produtivas, e desenvolve uma cultura política anti-Estado, —satanizando-, desqualificando-o e atribuindo a causa da crise a seus gastos —excessivo para com o social, questionando sua ação reguladora (NETTO, 1996) promovendo um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, formando uma cultura de mercado com liberdade política e econômica.

Assim, os nexos causais que desvelam as transformações econômicas sociais de ajustes estrutural do capital em curso em vários países expresso nas contrarreformas de Estado com orientação para o mercado, têm como determinação o exaurimento da onda longa expansiva e a crise estrutural do capital que impõem a necessidade de sua reorganização para resvalar à estabilidade e reprodução do capital (BEHRING, 2008).

Na particularidade brasileira a primeira onda do processo de contrarreforma do Estado foi conduzida a partir da década de 1990, - inicialmente no governo Collor de Mello e aprofundado com Fernando Henrique Cardoso - que sob orientação das agências multilaterais (Banco Mundial, FMI), concretizam, a partir do Plano Diretor e Reforma do Estado, as estratégias de enfrentar os efeitos da crise estrutural do capital no Brasil. Por essa via determina-se a condução de um ajuste fiscal, pautado na política de contenção de gastos, redução dos direitos sociais, flexibilização das relações trabalhistas, e na desresponsabilização do Estado no que se refere as políticas sociais, com vistas a geração de superávit primário (BERHING, 2008).

Para Berhing (2008), os argumentos que ancoram a elaboração do plano diretor revelam que a crise que se manifestava era do Estado que se mostrara rígido e ineficiente com excessivos gastos na área social, ocasionando a crise fiscal, expressa no déficit público, na poupança negativa, endividamento interno e externo e na ausência de crédito e de credibilidade do governo (BERHING, 2008).

Desse modo, encontra-se saída para a crise na redução dos encargos sociais, via flexibilização das relações contratuais trabalhista e da retração do Estado no âmbito das políticas sociais e para que tais medidas de retirada do Estado do âmbito da regulação social se efetivem, tem-se como condição a passivização da classe trabalhadora.

Neste interim, processa-se um ajuste direcionado para o mercado, no qual se promove a entrega de patrimônio público ao capital estrangeiro, com medidas que privilegiam a ciranda financeira do capital. Adota-se um modelo de política macroeconômica que onera os direitos da classe trabalhadora em favor do capital, em que são precarizado e flexibilizado os vínculos e contratos de trabalho a partir da transplantação do padrão de produção japonês flexível.

A ofensiva neoliberal contrarreformista do capital, que instaura também no Brasil o modelo flexível de gestão de força de trabalho, longe de configurar uma inovação organizacional, adensa, aprofunda e expande a flexibilidade e rotatividade do trabalho que é em si um traço estrutural da formação social brasileira (SANTOS, 2012). Opera-se o corte de gorduras em políticas que já eram raquíticas endossando o traço estrutural da desproteção social brasileira

No bojo da articulação de estratégias de enfretamento as determinações da crise estrutural e na busca pela recomposição da taxa de lucro, à medida que o Estado se desresponsabiliza no âmbito da prestação de serviços sociais, gera-se novos nichos lucrativos para o capital. Nessa direção, as políticas sociais (saúde, previdência e educação), passam a ser consideradas onerosa para o Estado, tornando-se setores privilegiados para o investimento, operando-se o empresariamento das políticas sociais.

Desse modo, inflexionada pelas determinantes contrarreformista a educação superior sob as recomendações dos organismos financeiros internacionais passa a configurar-se como uma —atividade pública não estatal, fazendo parte da agenda ideológica da formação de —capital humano propiciadora de —igualdade de oportunidades (LIMA. 2013) e, conseqüentemente, abrindo-se espaço no ensino superior, como ramo de investimentos para capital. É sob ótica deste projeto neoliberal contrarreformista que se opera a expansão do ensino superior no final da década de 1990 e nos anos 2000, conforme veremos no tópico seguinte.

30 DESMONTE DA FORMAÇÃO SUPERIOR E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO EXÉRCITO DE RESERVA PARA O CAPITAL

As reflexões apresentadas até aqui indicam que a flexibilização, privatização e precarização do ensino superior está diretamente vinculada ao processo de contrarreforma do Estado, expressando a contrarreforma do ensino superior, que tem como principais estratégias a expansão da educação privada e privatização interna das instituições públicas (MONTE *et al*, 2015).

As proposituras tecidas para a política educacional integram um quadro de medidas conduzidas pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, OMC, Unesco para os ajustes dos países periféricos no atendimento às necessidades de valorização do capital, que têm incidido diretamente na formação profissional, e nas condições postas ao exercício da docência (AMARAL, 2007), sob um discurso aparente de preocupação ao enfrentamento da pobreza (LIMA, 2011).

Diante desse projeto, tais organismos apresentam a educação como política inclusiva e ressalta a necessidade de uma reforma educacional para a inclusão dos segmentos pauperizados da população, sustentando que seria o acesso à educação, mais especificamente a formação técnica, por meio da capacitação tecnológica que promoveria a empregabilidade (LIMA, 2007).

Na análise de Lima (2007) a lógica imperante da contrarreforma da educação superior está pautada na lucratividade do capital, que se legitima, a partir da concepção de educação como serviço, da noção de público não-estatal a prestação e execução de política educacional pelo setor privado, com alocação de recursos do Estado para tal fim, diluindo as fronteiras do público-privado.

Dentro desse quadro, a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) funcionam como mecanismo potencializador da mercantilização da educação, com destaque para a modalidade de Educação à Distância (EAD), sob o discurso mistificado da –internacionalização e –democratização da educação superior (LIMA, 2007).

Desse modo, tais organismos apresentam concepção de educação superior como educação terciária, de terceiro grau, passando a fazer parte desta, cursos técnicos realizado após a conclusão do ensino médio, como estratégias de diversificação e ampliação do acesso ensino superior —[...] na medida em que qualquer curso "pós-médio" (público ou privado) era considerado de nível "terciário",

seja através da emissão de diplomas, certificados ou atestados de aproveitamento (LIMA, 2011, p. 04), inclusive cursos à distância, de curta duração.

A perspectiva sustentada é da diversificação das instituições de ensino superior sobre a mística de —democratização do acesso ao ensino superior subordinada à lógica de rentabilidade do capital, que foi conduzida, na particularidade brasileira, nos governos FHC, Lula e Rousseff, com o incentivo a privatização do ensino superior.

Segundo Lima (2011), o processo de privatização do ensino superior nos referidos governos se deu ancorado nas seguintes estratégias: na diversificação dos cursos e das Instituições de Ensino Superior (IES)- públicas e privadas, universitárias e não universitárias, a exemplo dos Institutos Federais, que tem oferecido cursos técnicos-profissionalizantes, e as EAD's, destinados a classe trabalhadora possibilitando o acesso a educação superior aos desfavorecidos socialmente.

Nesse contexto, a década de 1990 foi palco histórico de disputas de projetos antagônicos para a educação superior: a defesa de um projeto privatista com custeio e subvenções públicas para este setor, defendido por empresários do setor industrial, da indústria de ensino e pela Igreja Católica; e o projeto de educação pública, gratuita e de qualidade defendido pelos movimentos sindicais, estudantis, movimentos sociais, e setores do parlamento. Tais debates influenciaram a elaboração da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) - cujo papel consiste na regulamentação do ensino público e privado do país no que se refere a estrutura e funcionamento do sistema educacional brasileiro-; que após diversas modificações, foi aprovada e sancionada pelo Congresso Nacional no governo FHC, Lei nº 9.394/96, com vitória do projeto privatista, que visava atender as necessidades do mercado globalizado em detrimento da qualidade da formação (LIMA, 2007).

Nesta versão sancionada, apresentam-se medidas que determinam a execução política educacional que, com destaque para: a concepção do direito a educação pública enquanto dever do Estado restrito a educação escolar, pré-escola, ensino fundamental e médio; os níveis tidos como elevados de formação ficam a critério da capacidade individual de cada um, não configurando um dever do Estado; a normatização da livre iniciativa privada na educação; determina que apenas um terço do corpo docente necessita ter mestrado ou doutorado; e, um terço

do corpo docente contratado em regime integral, permanente, de dedicação exclusiva. (BRASIL, 1996). Tais proposições inferem no projeto de educação pública, gratuita e de qualidade, inflexionado também o ensino superior.

Como parte do mesmo processo contrarreformista que sanciona a LDB e extingue o CFN, Lima (2007) destaca as principais medidas para educação nesse contexto, dentre estas salientamos: o Decreto nº 2.207/1997 que estabelece a diversificação do sistema federal de ensino, passando a ser constituído por universidades, centros universitários, institutos, faculdades, e faculdades integradas; a medida provisória nº 1.827/99 que regula o Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES) que se utiliza das fontes de recursos do MEC, estimulando a alocação de verbas públicas para o setor privado; a aprovação do PNE, pela lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 que reitera a concepção de educação informatizada tecnicista e a desresponsabilização do poder público para com o ensino superior pautado na política de diversificação das IFES e das fontes de financiamento;

Diante de tais medidas contrarreformista na educação superior, no ano de 2002, final do governo de FHC, com base no Censo da educação superior de 2002 salientado por Lima (2011), já se sinalizava a expansão privatizada do acesso ao ensino superior, pois, o ingresso de discente em IES públicas somava 320.354, enquanto que nas IES privadas somava 1.090.854, indicando os efeitos da política de financiamento estudantil.

De acordo com Iamamoto (2012) a lógica mercantilista que se segue no governo FHC, e aprofundado nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) está pautada no discurso de deterioração das Instituições públicas expressa na ausência de infraestrutura, nos poucos recursos financeiros para o desenvolvimento de pesquisa e mal-empregados nos gastos considerados —não educacionais, as altas taxas de evasão, além da baixa relação aluno/professor; sustentando, desse modo, a defesa das instituições privadas como modelo de administração e gestão educacional: ágeis, flexíveis e eficientes, a partir da ótica de custo/benefício, eficácia/inoperância.

Como expressão dessa realidade, no âmago das demais estratégias do projeto de educação neoliberal, vigente nas últimas três décadas, o governo FHC formaliza a desarticulação do ensino-pesquisa-extensão, suprimindo o caráter de obrigatoriedade da pesquisa e extensão para aquelas instituições de ensino

superior que não se configuram como universidades, dada a diferenciação da natureza das instituições de ensino (faculdades, institutos, centros), argumentando que esse tripé é um requisito específico da universidade (LIMA, 2013).

No Governo Lula da Silva, por sua vez, dá-se continuidade a lógica de empresariamento do ensino superior, com a manutenção dos antigos e também a partir da criação de novos programas e projetos contrarreformistas através das parcerias público-privada (LIMA, 2013). O seu direcionamento já sinalizava a preocupação com a ociosidade das vagas no ensino público, e, sobretudo, no ensino privado, assim como com a —democratização do acesso para as diversas nacionalidades, com a utilização das TIC em que as EAD's configuraria estratégias de aumento das vagas nas universidades, e de formação dos professores para a educação básica e o ensino médio (LIMA, 2007).

O incentivo ao ensino privado teve fortalecimento e continuidade com o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), e a partir da criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), Lei 11.096/2005, que concede bolsa de estudo integral e/ou parcial para cursos de graduação e sequenciais em instituições privadas de ensino superior e regulariza a ampliação de isenção fiscal para as instituições de ensino superior privadas (LIMA, 2011). Esses programas representaram o aprofundamento do financiamento público indireto ao ensino privado, promovendo o empresariamento da política educacional e captação do fundo público para a ciranda financeira do capital, alicerçando em bases sólidas a expansão do ensino superior de modo a garantir que as vagas de acesso criadas não se tornassem ociosas, com retorno lucrativo para o capital (GUERRA, 2010).

Também ocorreu a regulamentação e expansão do funcionamento do Ensino à distância (EAD) e a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), adensando a diversificação das IES no governo Lula da Silva. Essas iniciativas endossam o quadro de desmonte da educação pública, fomentando a precarização da formação profissional e a mercantilização do direito a educação, expressando a contrarreforma do ensino superior no contexto dos anos 2000.

Nessa direção, faz-se necessário desvelar a falácia da —democratização do ensino superior. O FIES na verdade, consiste em estratégias de favorecimento do capital financeiro e da fábrica de ensinar, no combate a ociosidade das vagas no ensino privado, pois, ele onera a classe que vive trabalho, e expressa a frenética busca do capital de novos nichos lucrativos e de exploração e extração de mais-

valia.

Dados trazidos por Hostin (2015) revelam que, no ano de 2013, foram realizados 505 mil novos contratos do FIES, representando um desembolso por parte do governo federal de 5,9 bilhões, garantindo assim a ocupação das vagas ociosas no ensino superior privado.

Ainda, como rol de medidas contrarreformista, o Ensino à Distância, tem se expandido significativamente. Do ano de 2009 à 2014, (SEMESP, 2016), as matrículas no EaD obtiveram um crescimento de 60%, com 80% de crescimento nas matrículas em instituições privadas. No tocante a realidade do Serviço Social, no ano de 2014, as matrículas para o curso nesta modalidade de ensino cresceram significativamente, chegando a representar o terceiro curso mais procurado, com 97.728 matrículas, ficando atrás apenas do curso de Pedagogia, líder do ranking, e do curso Administração. Tal investimento na área de humanas e ciências sociais aplicadas, , dar-se pela rentabilidade e lucratividade devido os baixos custos de investimento propiciando, tanto a expansão do capital, como também, formando profissionais/intelectuais conformadores de consensos, mantenedores do “*status quo*” (LIMA, 2010), endossando assim, o quadro de formação aligeirada, tecnicista, sucateada, pautada na quebra do tripé ensino-pesquisa-extensão.

E, ainda compondo o pacote de contrarreformas na educação superior é o REUNI (Programa de Planos e Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) regulamento pelo Decreto n. 6.096/2007, que opera a mudança do papel das universidades federais, centrado no aumento quantitativo de vagas para ingresso no ensino superior, através do aumento das vagas e da criação de novos cursos (PINTO, 2013), contudo, sem a disponibilização e/ou ampliação dos recursos necessários (tecnológicos, financeiros e humanos), para garantir uma formação de qualidade.

Esta expansão desenfreada do ensino superior sem os investimentos dos recursos necessários, vem operando a massificação do ensino superior, passível de identificação no reduzido quadro docente e na consequente sobrecarga de trabalho destes.

Rebatimentos para a qualidade da formação profissional, no que se refere: à qualidade das orientações de artigos e monografias, da supervisão acadêmica, e desenvolvimento da pesquisa e extensão, nas horas disponíveis para o preparo da aula a ser ministrada e a formação continuada do docente, deixando lacunas na

formação profissional, sobretudo, num contexto em que o contrato de trabalho temporário para docentes —substitutos tem sido apresentado como estratégia importantíssima de redução de gastos para os cofres públicos, impactando a qualidade da formação profissional.

Nesse contexto, os desdobramentos da expansão desenfreada do ensino superior, não se restringe ao Ensino à Distância, pois, também o ensino presencial público e privado sofre inflexões. A expansão do ensino superior é evidenciada a partir da criação de 18 Universidades e 126 novos campi, ampliando-se em 2014 para 152 campi (2014). Uma expansão que se deu de modo massificado na direção de deterioração das universidades públicas sem a realização de novos concursos, cursos em instalações físicas inadequadas para receber os novos alunos ingressantes (SAKURADA, 2017). Não houve, portanto, o direcionamento de recursos que operasse, efetivamente, a democratização do ensino superior com qualidade e, por outro lado, no período de 2003 a 2013, as instituições de ensino superior privadas passaram de 1.652 para o número de 2.130, um acréscimo de 478 novas instituições de caráter privado (SAKURADA, 2017)

A proposta de democratização do ensino superior no âmbito das universidades públicas através do Reuni tem impactado as condições de funcionamento das IFES públicas, corroborado com a precarização do processo didático-pedagógico nas Universidades: são problemas de infraestrutura; salas superlotadas; professores sobrecarregados com ausência de tempo para dedicação ao preparo das aulas, e dedicação efetiva necessidades teóricas conceituais de cada aluno em sala de aula, e nas orientações de TCC's e Supervisão de Estágio (PEREIRA e LIMA, 2009).

4 CONCLUSÃO

A partir da lógica mercadológica que tem transformado a educação superior nicho de investimento do capital a universidade tem se reduzido a condição de -fabrica de diploma (GUERRA, 2010), os estudantes tem se tornado exercito industrial de reserve tecnificado apto a atender as necessidades do capital de acordo os seus ciclos de expansão e retração. O objetivo é certificar/diplomar graduados, mestres, e doutores quantitativamente, porém, não qualitativamente.

Cabe considerar, após o golpe jurídico parlamentar do governo Dilma (2015-2016), verifica-se uma tendência ainda mais regressiva no que se refere a políticas

sociais brasileiras. Pautada num discurso de controle dos gastos públicos, vem se realizando medidas e propostas que se aproximam da ideologia convencional neoliberal sanguinária, de aprofundamento do empresariamento da educação superior, orientado para o mercado, através da retração de investimentos e incentivo a privatização interna das universidades públicas.

Neste período, apesar do fetiche do enfrentamento as desigualdades sociais, manteve-se a sangria de recursos da união para o pagamento e amortização da dívida pública em detrimento das políticas públicas, incluindo a política educacional. Até dezembro de 2015, a dívida pública consumiu 962 bilhões de reais, representando um gasto de 42% das receitas federais, enquanto que para a educação foram gastos 3,91% desta receita total (ANFIP, 2015). Estes dados reiteram o desvelamento da farsa da democratização do ensino superior, pois, com a destinação de recursos tão parcos para a educação, como poderia promover uma expansão do acesso a ensino superior com qualidade? Obviamente oferecendo uma educação de pouca qualidade com baixos custos.

Em suma, a expansão quantitativa não implica em expansão qualificada, pois tem se dado ancorado na quebra do tripé ensino-pesquisa-extensão, produzindo uma expansão massificada, sucateada, instrumental destinada ao atendimento às necessidades do mercado, transformando o direito a educação em uma mercadoria de baixa qualidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. S. . **IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES EM CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL**: os rumos e desafios da formação profissional. Temporalis (Brasília), v. 14, p. 13-29, 2007.

ANFIP. **Auditoria da dívida pública**. Disponível em:<
<http://www.auditoriadada.org.br/>> Acesso em 04. AGOS. 2016, as 22:00:34.

BRASIL. **Lei que Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei N.9.394/96)** . Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm> acesso em: 12, MAR. 2017, as 05:00:00.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos/ Elaine Rossetti Behring. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

CASTELO, R.. **O Social-Liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GUERRA, Y.. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino publico, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**, v. 104, p. 715-736, 2010.

HOSTIN, Adércia. Financiamento da Educação Superior no Brasil. In: **IV REUNIÓN SINDICATOS DE EDUCACIÓN SUPERIOR DE LATINOAMERICA.** Disponível em: <<http://contee.org.br/contee/documentos/apresentacao%20financiamento%20publico%20congresso%20contee.ppt>> acesso em 15, Jan. 2015, as 22:00:05.

IAMAMOTO, M.V.. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social/** Marilda Vilela Iamamoto. -7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: **Serviço Social e Educação/** Larissa Dahmer Pereira, Ney Luiz Texeira de Almeida organizadores; coordenadores da série Valeira Forti, Yolanda Guerra. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. 176 p. ; 23 cm. – (Coletânea Nova de Serviço Social). P. 11- 34.

_____. **Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula/** Kátia Lima. – São Paulo: Xamã, 2007.206 p. ; 23 cm.

_____. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: **katálisis** vol.14 no.1 Florianópolis Jan./June 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3645046.pdf>> acesso em 12, JUN. 2017, as 20:23

MÉSZÁROS, I. 1930- **Atualidade histórica da ofensiva socialista: Uma alternativa radical ao sistema parlamentar/**Istaván Mészáros:[tradução Paulo Cezar Castanheira: revisão técnica Maria Orlanda Pinassi].- São Paulo: Boitempo, 2010

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição/** Istaván Mészáros ; tradução Paulo Cezar Castanheira/ Sérgio Lessa.- 1 ed. Revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, A.E. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista.** Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9ryMrwSMWeSJ:xa.yimg.com/kq/groups/15556754/252106433/name/2_Crise_contemporanea_e_as_transfor_macoes_na_producao_capitalista.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 12, AGO. 2016 as 22:30:00.

NETTO, J. P. Economia Política: Uma introdução Crítica. José Paulo Netto e Marcelo Braz –São Paulo. Cortez,2006).

SANTOS, J.S.. **Questão Social:** particularidades no Brasil/ Joseane Soares Santos.– São Paulo: Cortez, 2012. – (coleção biblioteca básica do Serviço Social; v. 6) .

SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil 2016.** Disponível em:<http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf> acesso em 13. JUN. 2017, as 12:00:00.

MONTE, A. M. F., AMORIM, K. L. S., COSTA M. D. S. TRINDADE, R. L.. **Ensino superior no Brasil e a expansão dos cursos de Serviço Social nos anos 2010 a 2013.** Disponível em:< http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_11_Monte_Amorim_Costa_Trindade.pdf.> Acesso em 12, AGO. 2016, as 22:32:00.

PINTO, Marina Barbosa. Precarização do trabalho docente: competitividade e fim do trabalho coletivo.In: **Serviço Social e Educação/** Larissa Dahmer Pereira, Ney Luiz Texeira de Almeida organizadores; coordenadores da série Valeira Forti, Yolanda Guerra. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. 176 p. ; 23 cm. – (Coletânea Nova de Serviço Social). P. 35- 54.

SAKURADA, P. K. C O sucateamento da Universidade Pública: a realidade dos cursos de Serviço Social da UFES e UFF. In: **UNIVERSIDADE E SOCIEDADE.** Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1079279714.pdf> acesso em 22, JUL. 2017, as 13:00:02.

Capítulo 14

**RACISMO E MICROPOLITICA: UM
DIÁLOGO COM A QUESTÃO
SOCIAL E A DIVERSIDADE
HUMANA**

**Adriana de Oliveira Santos
Dijane da Silva Santos**

RACISMO E MICROPOLITICA: UM DIÁLOGO COM A QUESTÃO SOCIAL E A DIVERSIDADE HUMANA

Adriana de Oliveira Santos

Assistente Social, mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: asocialadrianaoli@gmail.com

Dijane da Silva Santos

Assistente Social, mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: jadkip@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem o intuito analisar de forma reflexiva o processo de formação histórica no retrato das expressões da questão social no cenário brasileiro, frente ao contexto que envolve a diversidade humana, incluindo o enfrentamento ao racismo como componente estrutural na defesa da construção de uma nova ordem social que supere a exploração capitalista. Consequente, versamos sobre as ações micropolíticas ainda que, de forma preliminar, como alternativa de intervenção, para produção coletiva e conexão efetiva entre saberes, práticas, experiências e distintas estratégias de enfrentamento em torno da diversidade nas lutas de classe, em direção a emancipação humana. Finalmente reputamos algumas reflexões construídas no ensaio, que abre sentido para novas/velhas interrogações na análise dessa conjuntura atual.

Palavras-chave: Diversidades; Racismo; Lutas de Classes.

ABSTRACT

This work aims to reflectively analyze the process of historical formation in the portrayal of the expressions of the social issue in the Brazilian scenario, in the context that involves human diversity, including the confrontation of racism as a structural component in the defense of the construction of a new order that overcomes capitalist exploitation. Therefore, we talk about micropolitical actions, even if, in a preliminary way, as an alternative of intervention, for collective production and effective connection between knowledge, practices, experiences and different coping strategies around diversity in class struggles, towards human emancipation. Finally, we consider some reflections built in the essay, which make sense of new/old questions in the analysis of this current situation.

Keywords: Diversities; Racism; Class Struggles.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio versa sobre os impactos das expressões da questão social, considerando a historicidade e complexidade das desigualdades sociais na sociedade brasileira, frente à análise da estrutura sócio-política e, sobretudo, de como as desigualdades sociais podem apresentar-se em maior amplitude sobre a dinâmica da diversidade humana durante crises econômicas no sistema capitalista.

Nessas condições, foram analisadas ainda que de forma preliminar e reiterada, a gênese da questão social e o movimento de acumulação e reprodução do capital, tendo como principal propósito dialogar as “diferentes expressões da diversidade, que aglutina, dentre outras, a questão do feminismo, das relações sociais de sexo/gênero, de raça, étnicas e de identidade de gênero” (SANTOS, 2019, p.69), mais especificamente, a concepção de diversidade humana como lutas por igualdade, principalmente no combate ao racismo estrutural, um dos nossos objetos de estudo, entendido como elemento central desta discussão.

Sugeriu-se ainda uma problematização teórico-conceitual de características gerais intrínsecas às políticas em níveis micropolíticos, por compreendê-las “como uma forma de renovação política por excelência, à medida que, pelo exercício da cidadania e prática política, esta, desvincula-se da política tradicional, atribuindo aos indivíduos, reivindicação de direitos”. (CANELLO, 2005)

Enquanto objetivo, este estudo pretende provocar uma breve reflexão de como se conforma o processo de formação sócio-histórica, no retrato das expressões da questão social, frente à conjuntura ofensiva neoliberal no cenário brasileiro, na tratativa que envolve a diversidade humana, sobretudo, o racismo estrutural, enquanto mecanismo de reprodução e acumulação do capital.

2 FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E QUESTÃO SOCIAL NA DIVERSIDADE HUMANA

A formação da sociedade brasileira é marcada por inúmeros conflitos que emergem a partir do processo de escravização de Africanos e Indígenas no período colonial entre os séculos XVI e XVII. Período que perdurou mais de trezentos anos e caracterizou o surgimento de uma sociedade pautada por exploração e violências para interesses econômicos de grupos europeus que buscavam expandir-se comercialmente e territorialmente na nova América.

Após três séculos de regime escravista, a passagem histórica entre trabalho escravo e trabalho “livre” no século XIX, compreende um princípio característico da fase de acumulação primitiva e mercantil do capital (EURICO, 2017) que permitiu as condições políticas, sociais, econômicas, culturais e ideológicas para desenvolvimento do modo econômico capitalista e que, resguarda importantes aspectos, essencialmente, como a raça é um elemento fundamental para configuração da questão social na particularidade da sociedade brasileira.

Assim, a expansão do capital industrial e seus inúmeros conflitos tornou-se ambiente propício para a construção da identidade de classe do proletariado, “consolidando-se não só a sua posição de classe social, mas de classe política”, característica indispensável da configuração da questão social na América-Latina (MARTINELLI, 2011, p.72).

Segundo Silva (2009) a nova realidade social pós-abolição, no que se refere a configuração das relações de poder entre meios de produção e força de trabalho, no âmbito do trabalho assalariado, gerou grandes mobilizações da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho tanto no campo quanto na cidade.

Esse fenômeno de manifestações e protestos trouxe a público os inúmeros conflitos resultantes das relações de produção, capital-trabalho, sendo “reconhecida enquanto realidade concreta por setores dominantes e governos [...], passando a ser considerada não mais um problema de polícia, mas como um problema político” denominado de questão social (SILVA, 2009, p.193).

Entende-se por “questão social” nesta análise:

[...] Não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (CARVALHO e IAMAMOTO, 2014, p.77).

A gênese da questão social no capitalismo industrial do século XVIII, representada pela consciência da classe trabalhadora e os múltiplos conflitos resultantes frente aos desdobramentos do capital, se apresenta legitimada ao longo da história da sociedade brasileira, contudo, há de enfatizar-se a esta configuração sócio-histórica, a importância do processo de colonização escravista brasileiro que envolve o tráfico e exploração de Africanos e a retirada de territórios indígenas, como

imprescindíveis elementos que dão origem, ainda que primitivamente, para o desenvolvimento das expressões da questão social na formação da sociedade brasileira. Conforme, Iamamoto:

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos. (CARMALHO e IAMAMOTTO, 2014, p. 133)

Neste sentido, dialogou-se com Souza (2019, p.51) ao apontar as categorias terra e trabalho enquanto centralidade na análise da formação capitalista na América-Latina. “A separação entre ambos é o princípio de toda a exploração do trabalho alheio: da escravidão, da servidão, bem como do moderno trabalho “livre””, ou seja, a expropriação do trabalhador dos seus meios de produção tornou-se uma decisiva etapa da instauração do capitalismo na sociedade brasileira, conformando um cenário de dominação onde serão definidos os que trabalham e os que se apropriam dos frutos do trabalho.

Do ponto de vista conceitual, a gênese da questão social é caracterizada pelo pauperismo resultante do capitalismo industrial no século XVIII na Europa. Esta se manifesta como um fenômeno inédito na história no que tange aos anteriores modelos econômicos de produção. “A pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2017, p. 58).

Desse modo, o surgimento da questão social se configura como uma nova pragmática capitalista, visto que, em outros contextos sociais que antecederam o capitalismo industrial, a escassez fora concebível a um “nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais” próprias das relações do capital a exemplo do capitalismo mercantil. (NETTO, 2001, p. 45).

Logo, Iamamoto (2013, p. 330) vai afirmar que “A gênese da questão social se encontra no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização”. O concretiza a sua existência na modernidade são as suas manifestações, que podem ser representadas por “acentuada desigualdade econômico-social, desemprego, fome, doenças, penúria, desproteção na velhice, desamparo frente a conjunturas econômicas diversas, etc.[...]”. (NETTO, 2017, p. 59)

A partir do século XX, com a conjuntura do capitalismo financeiro caracterizado pela globalização, expansão de empresas transnacionais e multinacionais, economia de mercado e aceleração da urbanização, ideólogos democratas retomam a discussão a respeito da questão social considerando esse fenômeno como uma “nova questão social” justificando que a “velha questão social” do século XVIII haveria sido superada pela sua naturalização (NETTO, 2017).

É justamente sobre o palco desta naturalização da questão social no século XVIII que a questão racial apresenta uma fundamental importância no contexto sociopolítico e econômico na formação da sociedade brasileira, sobretudo, de como as relações raciais se encontram no cerne dos mecanismos capitalistas que dão origem a questão social na particularidade brasileira.

A legitimada afirmação sobre o surgimento da questão social, sua associação aos moldes do sistema capitalista e a classe burguesa na relação de produção capital-trabalho, também aponta um desafio teórico-analítico para apreensão da questão social, considerando que elementos sociais como gênero e etnia tencionam a efetividade social e, que, “particularidades histórico-culturais e nacionais” devem ser consideradas (NETTO, 2017, p. 65).

Diante desta conjuntura, Santos (2019) vai corroborar na discussão afirmando que na atualidade:

Um conjunto de sujeitos coletivos anunciou a necessidade histórica quanto ao reconhecimento da diversidade, levantaram suas bandeiras e questões, deixando vir à tona processos de auto-organização, principalmente, por meio de movimentos sociais e diferentes grupos, dentre outros, da juventude, das mulheres, dos indígenas, de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT), da população negra nas lutas antirraciais e de grupos em defesa da questão socioambiental. (SANTOS, 2019, p.70).

Por conseguinte, a diversidade é uma característica do indivíduo, que deve ser entendido como ser histórico em suas relações concretas de existência. Aí reside o caráter social da individualidade e a razão da diversidade ser apreendida na relação singular/humano-genérico. (SANTOS, 2019, p.77). Invisibilizados na vida social e submetidos às práticas de humilhação, violência e violação de direitos, os indivíduos, por apresentarem um jeito de ser e viver de forma diversa aos padrões e sistemas hegemônicos, se tornou alvo preferencial da discriminação e do preconceito. (SANTOS, 2019, p.70).

Esta série de preconceitos e discriminações nos processos de identificação que envolve os indivíduos nos grupos sociais serão características determinantes nas relações de produção e reprodução do capital e, a subjetividade destes indivíduos na sociedade estará relacionada à que classe ou grupo pertence (ALMEIDA, 2019, p. 168). “Jovens negros, pobres moradores de periferia e minorias sexuais serão vitimados por fome, epidemias ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente pelo Estado [...]” e, tornam-se reféns dos conflitos resultantes da acumulação capitalista como pobreza e violência. Na lógica liberal, o “mercado” é a “sociedade civil”, quem não pertence ao mercado, será invisibilizado por este. (ALMEIDA, 2019, p. 207)

Com efeito, ainda que sejam apresentados certos resultados da reforma estatal nas políticas sociais, percebe-se que na prática, o poder público não consegue formular e implementar programas que atinjam majoritariamente as minorias, tampouco assegura a proteção social dessa população. (SANTOS, 2019, p.76). A autora ainda enfatiza que é necessário considerar, ainda, os limites que esta crise estrutural gera sobre os ganhos da emancipação política. Ou seja, a tendência contemporânea no mundo do capital é a regressão dos direitos. (SANTOS, 2019, p.76)

Dessa maneira, Santos (2019, p.82) segue sustentando que o entendimento crítico da particularidade da questão social no Brasil exige que façamos articulação entre três divisões que assumem dimensões estruturais mediadas por inúmeras determinações que estabelecem organicidade entre si: a divisão social, fundada nas relações entre classes sociais e projetos distintos de sociedade; a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça e a divisão sexual, fundada nas relações sociais e patriarcais de gênero/sexo.

3 CRISES ECONÔMICAS, NECROPOLITICA E RACISMO NO BRASIL

As crises econômicas cíclicas e próprias da estrutura capitalista, resultantes do esgotamento da exploração da força de trabalho, produção, consumo excessivo e acumulação demasiada, são ambientes propícios para efetivação de políticas de morte amparadas pelo racismo no Brasil. Visto que, esses contextos de crise “encontram limites históricos que se chocam com as características conflituosas da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 199).

Segundo Almeida, (2019) o colapso da engrenagem das instituições estatais e a instabilidade política que configura uma crise econômica, possibilita uma percepção da classe trabalhadora no que tange a modificação do papel do Estado na sociedade. Essa insegurança do modelo neoliberal resulta em uma série de estratégias que o sistema capitalista promove a fim de assegurar a reprodução e acumulação capitalista, dentre elas, utiliza a violência como forma de controle social para determinados grupos em determinados territórios.

Neste sentido, a crise sanitária da Covid-19 que tem se somado a uma crise econômica desde o ano de 2020, tem configurado um cenário ideal para instalação de políticas de morte no Brasil, uma vez que o Estado no seu caráter neoliberal necessita afastar-se da sua condição de mínimo e assume a responsabilidade máxima, no sentido de proteção social. Este contexto de desalinhamento, onde o mercado perde a autonomia da regulação econômica, frente à necessidade da intervenção do Estado no investimento de recursos públicos, resulta em uma série de conflitos nas sociedades de classes. Dessa forma:

O fundo público é fortemente disputado em período de crise do capitalismo, o que provoca processos de contrarreforma do estado social na direção da desregulamentação e derruição dos direitos sociais, sobretudo aqueles vinculados ao trabalho, com consequente ampliação de prestações sociais de natureza assistencial, como estratégia de manutenção do consumo e reprodução ampliada do capital (BOSCHETTI, 2016, p. 18).

Destarte, a reação da regulação do capital, além de prover forças contra o investimento de recursos públicos por parte do Estado, também promove uma série de medidas, em detrimento da acumulação capitalista como: a precarização do trabalho e o desemprego como formas de controle social de determinados grupos, que tem como consequência o pauperismo e a violência. Em contrapartida, solicita que o Estado produza mecanismos de controle operacionalizados por repressões e violências, como forma de enfrentamento da questão social.

Consequentemente esse modelo político de controle social de determinados grupos, efetivado pelo Estado através de violências, como forma de superação dos conflitos resultantes da estrutura capitalista, é efetivado através do controle dos corpos e dos espaços territoriais, conforme nos aponta Moura (2021) ao analisar a construção sócio-histórica da marginalização do negro no Brasil.

A violência é quase cotidianamente usada contra eles, através de razias noturnas do aparelho policial. Há falta de elementos de defesa dos membros dessas comunidades marginalizadas quase total. Muitas vezes, registram-se “batidas” coletivas feitas pela polícia violentamente, invadindo domicílios. Comumente verifica-se o desaparecimento puro e simples dos seus membros, muitos deles delinquentes, que são sumariamente eliminados pelos órgãos repressivos, os esquadrões da morte, sem que tenham a mínima possibilidade de invocar, muito menos aplicar, os seus direitos de cidadãos (MOURA, 2021, p. 32).

Esse fenômeno social que dispersa violências para determinados grupos nas sociedades, foi denominado pelo filósofo francês Michel Foucault com o biopoder, ou seja, a execução do poder através da vida. Mais tarde, sob esta perspectiva, o também filósofo camaronês Achille Mbembe (2018), trouxe uma nova conceitualidade compreendendo a dimensão temporal da política liberal na sociedade contemporânea, denominando esse mecanismo de violência de Necropolítica. Sendo assim,

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (MBEMBE, 2016, p.128).

Sendo assim, o conceito de racismo se torna amplo e polêmico ao constataremos que não se trata apenas de suposições e estudos científicos, mas sim de “uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar” (MOURA, 1994, p.28).

Já na reflexão de Almeida o racismo é,

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p.32).

Sendo assim, há de observar-se que a modificação das estratégias da efetivação do racismo no sistema capitalista, se apresenta na estrutura da modernização conservadora através do neocolonialismo no século XX e XXI, nos moldes do trabalho assalariado necessário ao consumo e ao desenvolvimento do capital. Dessa forma:

O racismo não é um resto da escravidão, até mesmo porque não há oposição entre modernidade/capitalismo e escravidão. A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro (ALMEIDA, 2019, p. 183).

Por conseguinte, em situações de crise com o aumento do desemprego e a precarização do trabalho, o racismo desempenhará um papel fundamental sobre controle dos corpos e, é significativamente importante relacionar este contexto com a historicidade, pois na contemporaneidade, o ambiente pós-abolicionista se incumbirá de implementar o neocolonialismo nas favelas, nas periferias e nas comunidades à exemplo do Brasil. Conforme, assegurava Moura (2021) em seu livro *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*, que:

O radical e o marginal, grosso modo, poderão, pois, ser apresentados como os modelos de mau cidadão negro, aos quais se contraporá o do bom escravo do passado. O estabelecimento desses idealtipos reflete a essência contraditória dos valores da sociedade capitalista brasileira em relação aos seus estratos inferiorizados e marginalizados e desemboca uma série de medidas práticas de controle social e atos repressivos que servirão para manter inalterados os padrões e valores tradicionais. (MOURA, 1977, p.28)

Neste sentido, tendo como subsídio concreto a violência em determinados territórios brasileiros, o Supremo Tribunal Federal (STF) referendou tutela provisória deferida pelo Ministro Edson Fachin para suspender a realização de incursões policiais em comunidades do Rio de Janeiro, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da crise sanitária ocasionada pela pandemia da COVID-19 no Brasil.

Essa medida reafirma uma realidade vivenciada pela população negra que reside em áreas periféricas de comunidades brasileiras. Contudo, tal medida, não foi capaz de evitar as inúmeras mortes, resultado de operações policiais truculentas nas comunidades brasileiras durante a vulnerável condicionalidade da pandemia da COVID-19.

Sobre este dado, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, acaba por corroborar ao apresentar um panorama sobre a violência no Brasil, demonstrando um aumento significativo de Mortes Violentas Intencionais (MVI), o que “corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e

mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora” [...] representado pela maioria com intencionalidade. (Anuário, 2020, p.19)

Ainda conforme o Anuário (2020), os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) representados por Homicídios dolosos (inclui as mortes decorrentes de intervenções policiais) revelam um aumento de 7,1% entre o primeiro semestre dos anos 2019 e 2020 no Brasil. Em números absolutos foram registrados no primeiro semestre de 2019, 24.012 mil mortes violentas intencionais e no mesmo período de 2020, foram registradas 25.712 mil mortes pela mesma motivação.

Neste sentido, o caráter estrutural que envolve o surgimento do Estado, enquanto contrato social e instituição que pode operar o “poder”, “é por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos são realizadas” (ALMEIDA, 2019, p.87), uma vez que, o Estado assume a representação política na contemporaneidade e as instituições estatais acabam produzindo e reproduzindo o racismo.

Nesta perspectiva neoliberal capitalista, ao Estado está à função de preservar a liberdade, esta, por sua vez, incumbe-se de invisibilizar o peso da raça sob a alegação de Estado democrático. Desse modo:

A existência da sociedade capitalista depende que os indivíduos que nela vivem relacionem-se entre si, predominantemente como livres e iguais. Só é garantida esta condição aos indivíduos quando a troca mercantil pode se generalizar e se tornar a lógica constitutiva da sociedade. Por isso caberá ao Estado, assegurar ao indivíduo a liberdade individual, a igualdade formal (apenas perante a lei) e principalmente a propriedade privada. Sem liberdade individual, igualdade formal e propriedade não poderia haver contratos, mercado e, portanto, o capitalismo (ALMEIDA, 2019, p. 92).

Como resultado, a liberdade e a igualdade fundantes do sistema capitalista, perdem a sua legitimidade porque a própria sistemática não delibera autonomia a determinados sujeitos, porque não permitem que estes façam escolhas da venda da sua força de trabalho no modo produtivo (ALMEIDA, 2019). Ou seja, os próprios elementos fundantes do sistema capitalista antagonicamente denunciam as suas fragilidades, e afirmam que a sua efetividade não dialoga com a estrutura democrática.

Neste cenário de desregulamentações das relações de trabalho, apontamos as mulheres negras empregadas domésticas que representam 18,6 % (IPEA, 2019) refletem a composição do neocolonialismo na contemporaneidade, materializado pela subjetividade do laço familiar que substitui direitos trabalhistas justificados por

afetividades que perdem as suas legitimidades nos elevadores de serviços, nas horas excessivas de trabalho sem fiscalização e pelo desinteresse da tratativa de regulamentação da atividade doméstica.

Portanto, novas perspectivas de enfrentamento a dinâmica e as estratégias do racismo são solicitadas, buscando alternativas que minimizem os impactos do desenvolvimento do capital, sobretudo, que possibilitem e promovam formas outras de garantir a humanização de grupos historicamente discriminados na sociedade brasileira.

4 MICROPOLITICA E A QUESTÃO SOCIAL

Em meio às diversas expressões da questão social, aqui primordialmente discutida, que implicam em situação de pobreza e risco ao indivíduo, pode-se afirmar que a desigualdade social e a vulnerabilidade são demonstrações da violenta forma de como a humanidade se organiza socialmente, corroborando para que a população seja potencialmente sujeita aos riscos inerentes a um padrão de sociabilidade. (CARNEIRO, 2012, p.99).

Nessa direção as micropolíticas sobressaltam como um caminho possível, que embora não substitua a política tradicional, parece ocupar os espaços abandonados ou esquecidos pelo Governo, buscando solucionar, não raro de formas inovadoras, as questões, problemas e demandas que o Estado e a política tradicional não são mais capazes de atender. (CANELLO, 2005, p.09).

Para Santos (2019, p.75) as lutas por igualdade de oportunidade são importantes, mas precisam ser bem articuladas e trabalhadas para não criar ilusões de que há condições reais de superar sexismo, LGBTIfobia, racismo, exclusivamente por meio da legalidade, sem transformar o sistema capitalista, hetero-patriarcal-racista.

Isto posto a falta de eficiência nas políticas públicas repercute na precariedade das condições socioeconômicas da população, o que coloca a sociedade em condições de risco social, a partir da negação das suas necessidades básicas, tais como alimentação, moradia adequada, ensino de qualidade, acesso aos serviços de saúde, lazer, entre outras. (MELLO, 2009, p.08).

Neste sentido, acaba por abranger as expressões das relações sociais de sexo/gênero, étnico raciais, de identidade de gênero, mas vai além. Trata-se da concepção de que todos os indivíduos são sociais, históricos e diversos. Com isto

afirma-se a existência da diversidade humana, aqui entendida como característica que se apresenta no processo de individuação, frente às exigências postas na divisão social do trabalho e no desenvolvimento do gênero humano (SANTOS, 2008, p.77).

Logo, as ações micropolíticas na intersectorialidade se evidenciam pela produção coletiva de estratégias de intervenção, com a conexão efetiva entre saberes, práticas e experiências distintas, fazendo frente às demandas complexas, tais como violência doméstica, abuso de álcool e drogas, negligência, ameaças de morte pelo tráfico, dentre outras. (FERRAÇO, *et. al.*, 2017, p.08).

Mais sobre isso, Deleuze e Guattari, (1996, p.90) vão afirmar que “toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica”, dimensões que coexistem e são indissociáveis, além de processuais. A diferença dar-se-á pelo modo de funcionamento, uma vez que a macropolítica atua por classificação e exclusão, estratificando e segmentando o movimento da vida, e a micropolítica funciona por deslocamentos, e insiste no que escapa desses segmentos. (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 90).

A concepção de diversidade humana possibilita que suas diferentes dimensões e expressões não sejam caracterizadas como recortes, marcadores sociais, estilos de vida e atributos no modo de se vestir, falar e se expressar. Em uma perspectiva de totalidade, assume um caráter bem mais complexo. (SANTOS, 2019)

Por isso, por mais politicamente engajado que se esteja, toda vez que se propõe a determinar linhas gerais de atuação, princípios normatizadores, objetivos orientadores ou, ainda, projetos coletivos certamente estaremos invisibilizando problemáticas em nível das micropolíticas (FERRAÇO, *et. al.*, 2017, p.08).

5 CONCLUSÃO

Os impactos da crise política, econômica e social, os avanços do conservadorismo em aspectos na sociedade brasileira, que vivenciamos são resultados de intensas violações de direitos humanos da classe trabalhadora.

Sobre isso a questão social se apresenta como realidade concreta e resultado dos conflitos do esgotamento, da superexploração e da superacumulação nas relações de produção de trabalho no sistema capitalista que produzem as desigualdades sociais.

Entretanto, a própria condição humana frente a esta conjuntura, tem provocado os indivíduos a questionar suas necessidades e particularidades, sobretudo, de que forma o sistema capitalista tem apresentado a sua face aos diferentes grupos sociais. A diversidade, nessa perspectiva, define os indivíduos enquanto diversos na relação da objetividade com a subjetividade.

Sabemos hoje que a diversidade humana é um componente imprescindível de qualquer projeto emancipatório e requer enfrentamento nas diversas formas de preconceito que necessariamente incluem o racismo como componente estrutural da exploração capitalista. Em paralelo a isso, temos a micropolítica como uma alternativa em um conjunto de multiplicidades singulares.

Ademais, este estudo possibilitou uma aproximação ainda que preliminar, sobre a importância de refletir a questão social na agenda político-profissional na luta para construção de uma sociabilidade verdadeiramente libertária, com igualdade e emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CANELLO, Roberta. **As micropolíticas e a política tradicional: um diálogo possível**. 2005.

CARNEIRO E SILVA, Silmara. Socioeducação e juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. **Serviço Social em Revista**, Londrina. v.14, n.2, p. 96-118, jan/jul 2012.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista 1977.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. (1996). Micropolítica e segmentaridade. In **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Vol. 3, pp. 83-115). Rio de Janeiro: Editora 34.

EURICO, Marcia Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. *Serviço Social e Sociedade*. 2013, n.114, pp.290 -310.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. AMORIM, Antônio Carlos. **Micropolítica, Democracia e Educação**. Revista Teias, v. 18, n. 51, p. 5-13, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** – Edição Especial 2020: Ano 14. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Edição 41, São Paulo, Editora Cortez, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 16ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, nº 32. 2016. Disponível em: ><https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>< Acesso em: 25 Jul. 2021.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica**. Revista Princípios nº 34, ago-out 1994, pág. 28-38.

_____. **O negro de bom escravo a mal cidadão**. 2ª edição. São Paulo, Editora Dandara, 2021.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

_____. **Ensaio de um marxista sem repouso**. Seleção, organização e apresentação: Marcelo Braz. São Paulo, Cortez, 2017.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. In: **Revista Trabalho Necessário**, v.17, n.32. Rio de Janeiro: UFF, 2019.

SILVA, Nívia Cristiane Pereira da. **Questão Social e Questão Racial no Brasil**: a visão de Octávio Ianni. In: Revista Em Pauta. v. 6; n. 23: Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro -UERJ, Jul., 2009.

Capítulo 15
RESIDÊNCIA
MULTIPROFISSIONAL,
FORMAÇÃO PARA O SUS E
SERVIÇO SOCIAL: SENTIDO,
DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES
Adelaine da Silva Santos de Jesus
Tereza Cristina Pires Favaro

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL, FORMAÇÃO PARA O SUS E SERVIÇO SOCIAL: SENTIDO, DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

Adelaine da Silva Santos de Jesus

Assistente Social na Secretaria Municipal de Saúde de Inhumas(GO) Especialista em Urgência e Emergência pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do HC/UFG. Graduada em Serviço Social UFG
adelainedejesussantos26@hotmail.com

Tereza Cristina Pires Favaro

Assistente Social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás-Campus Goiás. Professora no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do HC/UFG favaro@ufg.br

RESUMO: Este estudo busca apreender a importância da Residência Multiprofissional em Saúde como estratégia de fortalecimento do SUS e do Serviço Social a partir do olhar dos assistentes sociais de um hospital universitário referência na região centro-oeste. Intenciona contribuir no aprofundamento do debate sobre a RMS e a sistematização crítica da atuação do Serviço Social a partir das atribuições e competências do assistente social na saúde em seus aspectos interventivos, éticos e políticos. A pesquisa envolveu a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e de campo e destacou a importância da Residência Multiprofissional em Saúde na formação de recursos humanos para o SUS, no fortalecimento de suas diretrizes e na efetivação do cuidado em saúde em consonância com as necessidades locais e regionais da população usuária, com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e com o Projeto da Reforma Sanitária.

Palavras-chave: SUS; Residência Multiprofissional em Saúde; e Serviço Social.

ABSTRACT: This study seeks to apprehend the importance of the Multiprofessional Residency in Health as a strategy to strengthen the SUS, the Social Service from the perspective of social workers at a university hospital that is a reference in the Midwest region. Its intention is to contribute to the deepening of the debate on the RMS and the critical systematization of Social Work activities based on the attributions and competences of the social worker in health in its interventional, ethical and political aspects. The research involved a literature review, documental and field research and highlighted the importance of the Multiprofessional Residency in Health in the training of human resources for the SUS, in the strengthening of its guidelines, in the effectiveness of health care in line with the local and regional needs of the user population, with the Project Political Ethics of Social Work and the Sanitary Reform Project.

Keywords: SUS; Multiprofessional Residency in Health; and Social Service.

1.INTRODUÇÃO

No Brasil, com o advento do Sistema Único de Saúde (SUS), os serviços públicos de saúde assumiram papel importante para a formação de profissionais na perspectiva da articulação docente-assistência. Assim, foram incorporadas práticas de ensino e pesquisa em saúde no esforço de fortalecer o modelo assistencial com base nos princípios e diretrizes expostos no conjunto das legislações que organizam o sistema (MIOTO et al., 2012).

Por assim compreender, o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde é uma estratégia vinculada ao Ministério da Saúde (MS) e ao Ministério da Educação (MEC) para a formação de profissionais no ambiente de trabalho capazes de alterar o modelo centrado na doença e na fragmentação de tarefas, em que cada categoria profissional desempenha suas atribuições desarticuladamente, comprometendo a integralidade, princípio doutrinário do SUS.

A Residência na Área Profissional da Saúde foi instituída em 2005 pela Lei nº 11.129, voltada à educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área de saúde, excetuada a área médica. Foi concebida como um programa de cooperação intersetorial sob a responsabilidade conjunta das áreas de educação e saúde. Sua finalidade é o ensino e a formação em serviço coerente com as diretrizes e os princípios do SUS para a inserção qualificada de jovens profissionais da saúde no mercado de trabalho, particularmente em áreas prioritárias do próprio SUS (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde (PRMS) constituem modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu*, sob a forma de curso de especialização caracterizado por ensino em serviço, com carga horária de 60 (sessenta) horas semanais e duração mínima de 2 (dois) anos, em regime de dedicação exclusiva, com bolsa mensal.

Consoante a Resolução nº 287/1998 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), os Programas de Residência Multiprofissional são compostos por profissionais das áreas de Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia,

Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Evidencia-se, portanto, por meio dessa resolução, o reconhecimento da importância das ações interdisciplinares e a necessidade de articulação entre as profissões da saúde, tendo como fundamento o conceito ampliado de saúde, que considera, para além das patologias, um conjunto de fatores que incidem e determinam o processo saúde-doença, como as condições de vida e trabalho, o acesso a bens e serviços em todos níveis de atenção e práticas de promoção de saúde.

Na realidade do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás (HU/UFG), referência no estado de Goiás, a experiência pioneira da residência multiprofissional deu-se em 2010. E, nela, o Serviço Social inseriu-se também como uma das profissões pioneiras. No âmbito institucional, o Serviço Social está/esteve presente desde a fundação do HU, em 1962, numa conjuntura em que os hospitais universitários atendiam, prioritariamente, aos indigentes, à população sem vínculo empregatício ou sem carteira assinada e aos trabalhadores vinculados ao sistema previdenciário. Inicialmente, o assistente social atendia às demandas do ambulatório e das clínicas cirúrgica e médica. A expansão dos serviços requisitou a sua presença em outros locais do próprio HC. Anote-se que a atuação do assistente social, a essa época, era pautada no Serviço Social tradicional – com ênfase no Serviço Social de Casos –, e nas diretrizes da política de saúde daquela conjuntura.

Ou seja, o critério da seleção socioeconômica colocado ao profissional retratava uma estratégia conservadora de controle do acesso dos usuários aos serviços prestados. Para além disso, ocorriam a agilização de altas e o encaminhamento de consultas e exames para outras instituições de apoio. (MENDONÇA, 2017).

Ademais, desde a sua emergência, em 1936, o tradicionalismo e o conservadorismo vêm percorrendo a história do Serviço Social brasileiro diante da sua vinculação à Doutrina Social da Igreja Católica, impulsionada pela articulação do Estado, da burguesia industrial e da mesma Igreja para conter a ofensiva operária e responder à questão social¹ com medidas e políticas sociais (IAMAMOTO, 2005). Esse tradicionalismo da profissão só foi questionado e superado dentro do processo de renovação do Serviço Social que o aproximou da tradição marxista e de que resultaram a maturidade intelectual e a construção do Projeto Ético Político (PEP), que legou à profissão competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-

operativa como dimensões indissociáveis entre si e necessárias ao assistente social para construir uma leitura crítica da realidade em sua totalidade, estabelecendo proposições de intervenção na realidade social .

Nesse lastro, a formação para a saúde no âmbito da residência é uma estratégia importante para o Serviço Social, se articulada aos valores expressos no PEP e na agenda da Reforma Sanitária, porque possibilita assegurar a atuação profissional nos determinantes sociais do processo saúde-doença, de forma comprometida com os usuários do SUS e suas necessidades, assim como com a política de saúde de acesso universal e de responsabilidade do Estado (ABEPSS, 2018).

Assim, é com o intuito de contribuir na reflexão e debate sobre a residência multiprofissional, na particularidade do Serviço Social, que se propõe o presente estudo, consubstanciado em estudos teóricos respaldados por autores que se apropriam da concepção histórico-dialética. Nessa direção, é plausível afirmar que o PRMS HU tem contribuído para qualificar o trabalho nos serviços de saúde a partir do diálogo estabelecido entre as profissões envolvidas, com problematização, troca de experiências, diferentes olhares sobre a realidade social, fortalecendo o trabalho em equipe com ações que efetivam o direito social à saúde.

Em vista disso, a perspectiva crítica foi o caminho de compreensão do tema, com abordagem qualitativa, caráter exploratório, envolvendo revisão bibliográfica, documental e pesquisa de campo com as assistentes sociais do quadro efetivo do HU que aceitaram participar do estudo, assinaram o termo de consentimento livre esclarecido, para a utilização, na coleta de dados, da entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética vinculado à Universidade Federal de Goiás sob o Parecer nº 3.726.396, de 26/11/2019.

2. SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE: CHÃO HISTÓRICO DE LUTA E RESISTÊNCIA

A Constituição de 1988 (Art. 196) definiu a saúde pública como um direito universal de cidadania e de responsabilidade do Estado, que deve prestar serviços que atendam às necessidades de saúde da população, orientado pelos princípios basilares do SUS: a universalidade, a equidade e a integralidade (BRASIL, 1988).

O SUS é resultado da luta do Movimento da Reforma Sanitária (MRS) deflagrado

em meados da década de 1970 na luta pela redemocratização do Brasil. O MRS reuniu uma frente ampla de diferentes segmentos da sociedade civil, como profissionais de saúde, movimentos sociais, movimento popular de saúde, Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), professores universitários, partidos políticos, movimento estudantil, conselhos profissionais, donas de casa, sindicalistas, dentre outros.

Diante dessas mudanças ocorridas no âmbito da saúde, tanto na sua definição quanto na sua organização, depreende-se a intrínseca relação entre a Reforma Sanitária e o PEP do Serviço Social: ambos compartilharam e compartilham a luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora, a busca por uma sociedade democrática e o acesso universal às políticas públicas.

Gradativamente, o SUS foi implementado por meio de leis, decretos e normativas, arcabouço legal que objetivou organizar, regulamentar e normatizar as ações e serviços de saúde, discorrendo sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde, sobre os objetivos e atribuições do SUS, elencando quais são as funções da União, estados e municípios bem como a participação social no que tange à sua gestão (SOUZA e COSTA, 2010).

De outro lado, no entanto, a agenda neoliberal vem reverberando o acirramento das desigualdades sociais e exponenciando a questão social - ambas antagônicas ao projeto da Reforma Sanitária – através de sua proposta de Estado mínimo, redução dos direitos sociais, transferência para a sociedade da responsabilidade pela proteção social, tercerização dos serviços de saúde por meio das organizações de saúde (OSs), contratos temporários e precarizados, flexibilização das relações de trabalho na lógica do mercado. A esses inúmeros desafios colocados à política de saúde ainda se acrescenta o sub-financiamento imposto pelo ajuste fiscal neoliberal permanente, comprometendo sua efetivação dentro dos princípios constitucionais (CFESS, 2009).

Anote-se, assim, quão desafiador é a efetivação do SUS de forma coerente com o seus princípios e diretrizes. O subfinanciamento coloca o sistema em permanente crise, resultando em estrutura física e equipamentos obsoletos, longas filas, falta de leitos, de insumos e de recursos humanos para atender às demandas dos serviços de saúde. Inseridos nesse processo de precarização e sucateamento encontram-se também os hospitais universitários, como o HU/UFG, encarregados da prestação de serviços de média e alta complexidade, cumprindo importante papel no

atendimento terciário do SUSbem como na formação e educação permanente dos profissionais da área da saúde, no qual se inserem os programas de residências.

Todavia, são inegáveis as conquistas do SUS, que já traz em seu percurso histórico ganhos que impactam na saúde de toda a população, rompendo com o caráter excludente da política de saúde garantida apenas à parcela da população inserida no mercado formal de trabalho e definindo, em seus princípios e diretrizes, uma política de saúde universal, igualitária, com acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os níveis de atenção.

Na emergência do Serviço Social brasileiro em 1936, quando a área da saúde constituiu-se no principal campo de trabalho para o assistente social, as intervenções profissionais eram voltadas para o disciplinamento da força de trabalho, com ênfase em práticas higienistas, orientações para o lar, medicina curativa, controlando a vida privada e inculcando regras de convivência, orientadas por posicionamentos de cunho conservador humanista, contrários ao ideário liberal e marxista (YAZBECK, 2009).

Na particularidade da política atual de saúde, surgiram novas requisições, que, embora coexistam com as tradicionais, revelam mudanças substantivas nas demandas voltadas à saúde da população e nos conteúdos das ações dos assistentes sociais.

O PEP político orienta a formação e o exercício profissional, demarcando a análise da realidade social em sua totalidade, em que as contradições e os determinantes estão vinculados à sociabilidade capitalista, que se sustenta na exploração da classe que vive do trabalho. Por essa via, tem-se a possibilidade de construir estratégias de intervenção que reconhecem os determinantes e condicionantes sociais no processo saúde/doença, articulados aos princípios e diretrizes do SUS e ao conceito ampliado de saúde. Nessa direção, o assistente social responde aos processos sociais em que se insere ao formular respostas profissionais às múltiplas expressões da questão social (KRÜGER, 2010), sem perder de vista os desafios impostos à categoria, quando se pretende contribuir para o fortalecimento dos princípios do Projeto Ético-Político-Profissional e do Projeto de Reforma Sanitária e para a defesa da saúde como direito.

Nunca é demais salientar que os fundamentos do projeto profissional do Serviço Social convergem com as lutas gerais da sociedade brasileira, com as pautas dos movimentos sociais responsáveis por expressivos avanços na direção dos direitos

sociais. Particularmente, o Movimento da Reforma Sanitária, com atuação decisiva na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), filia-se à defesa da universalização das políticas sociais, à garantia dos direitos sociais e à construção de um projeto socialista para a sociedade, livre de desigualdades sociais.

No tempo presente de avanço da agenda neoliberal e reestruturação produtiva, o SUS encontra-se na corda bamba, com serviços precarizados e dois projetos políticos em disputa: o projeto privatista e suas orientações individuais, fragmentadas e de desmonte do SUS, com acelerado processo de transferência de gestão para organizações sociais e outras formas de terceirização, com implicações diretas nas condições de trabalho, inclusive do assistente social, com contratos temporários e precarizados; e o projeto da reforma sanitária, que impõe enormes desafios e diferentes exigências para o Serviço Social. O primeiro vem requisitando ao assistente social demandas de cunho assistencialista e focalizadas, dentre elas:

[...] seleção socioeconômica dos usuários, atuação psico-social através de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo através da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais (BRAVO e MATOS, 2004, p.10).

Revela, assim, as contradições entre aquilo que consagra a Constituição, a saúde como direito de todos, e a realidade excludente posta pelo neoliberalismo. Em contrapartida, o Projeto da Reforma Sanitária apresenta ao assistente social demandas, como:

[...] busca de democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde, atendimento humanizado, estratégias de interação da instituição de saúde com a realidade, interdisciplinaridade, ênfase nas abordagens grupais, acesso democrático às informações e estímulo à participação cidadã (BRAVO e MATOS, 2004, p.10).

No hospital em estudo – o HU -, os assistentes sociais têm vivenciado o desmonte das políticas sociais. O quadro defasado de profissionais efetivos impacta o atendimento dos usuários, vez que provoca uma sobrecarga de trabalho que, muitas vezes, leva ao adoecimento; também a falta de tempo compromete a reflexão crítica sobre o trabalho e a natureza das demandas profissionais. Logo, por vezes, o trabalho profissional é sucumbido a respostas individuais às necessidades imediatas dos usuários.

Nessa direção, na tentativa de articular o Projeto Ético-Político e os

compromissos da agenda da reforma sanitária, é que transita a Residência Multiprofissional em Saúde, que tem como um dos seus princípios referenciais a integralidade do cuidado, buscando capacitar profissionais e assegurar uma atuação comprometida com os princípios e diretrizes do SUS.

2.1 De onde partimos

O estudo confirma a tendência histórica da profissão como predominantemente feminina. Para Cisne (2004), o Estado utiliza a figura da mulher, seus atributos e papéis sociais difundidos ideologicamente pela Igreja Católica, para lidar com a questão social e, conseqüentemente, com a assistência social. Vêm daí a vinculação histórica entre as mulheres e a responsabilidade pelos problemas sociais, a prática da ajuda, da caridade, a busca pela harmonia, a reprodução social no sentido de amenizar os conflitos e manter sob controle a classe trabalhadora - medidas necessárias aos interesses da ordem monopólica.

Dentro do universo das participantes do estudo, a faixa etária foi entre 26 a 56 anos, com vínculo empregatício regido pelo Regime Jurídico Único e CLT. A existência de diferentes vínculos tem a ver com a mudança operada pela adesão do HU à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), assim como pelos vínculos não-estáveis, isto é, contratos temporários vinculados à Fundação, prestando serviço no HU Covid por meio de pactuação com a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS).

A EBSERH foi apresentada como solução à crise dos hospitais universitários em geral para evitar o seu fechamento dentro das medidas apontadas pela reforma do Estado brasileiro. Na prática, seus resultados têm sido tímidos em relação aos serviços ofertados à população: prevalecem as filas por exames, consultas, cirurgias, e sobram conflitos de ordens diversas, vez que diferentes profissionais “convivem num mesmo ambiente de trabalho com diferentes salários e desigualdades de direitos, vantagens e deveres” (ALVES et al, 2015, p. 3049), provocando tensionamento nas relações de trabalho.

O Serviço Social é uma profissão investigativa, interventiva nas diversas expressões da questão social, ou seja, no conjunto de desigualdades resultante da contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada dos produtos do

trabalho. Como profissão da saúde, é reconhecida por meio das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde, n. 218, de 06 de março de 1997, e do Conselho Federal de Serviço Social, n. 383, de 29 de março de 1999, que dispõe em seu Art. 1º - “Caracterizar o assistente social como profissional de saúde.” Tendo em vista sua capacidade de decifrar a realidade, o assistente social, em sua prática profissional, oportuniza o atendimento às demandas imediatas da população, além de facilitar o seu acesso às informações e ações educativas para que a “saúde possa ser percebida como produto das condições gerais da vida e da dinâmica das relações sociais, econômicas e políticas do país.” (CFESS, 1999).

Além disso, a Constituição de 1988 e a criação do SUS – este amparado por um conceito ampliado de saúde - trouxeram significativas mudanças para o Serviço Social, porque colocaram em evidência a importância do trabalho multiprofissional. Assim, novas requisições foram colocadas para o assistente social, exigindo conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para atuar nas expressões da questão social emergentes nas relações sociais que atravessam a saúde. Na esteira desse processo se encontra o Serviço Social do HU. De maneira que, em princípio, é fundamental conhecer a concepção de saúde que orienta a intervenção dos assistentes sociais que trabalham nesse hospital, colhida em entrevistas cujo relato se apresenta a seguir:

Saúde, pra mim...é... é um estado global da pessoa. Cê tem que ter saúdemental, saúde espiritual, saúde financeira, saúde intelectual (AS1).

A saúde... eu entendo que a saúde, ela é múltipla... tem múltiplas determinações. A saúde é todo um contexto de... de condições que te permite a ter ela. Por exemplo, alimentação, lazer, saúde mental, é, saneamento básico, tudo isso incide na saúde, que... que eu acredito ser uma concepção ampliada, diferente daquela concepção que a gente tem focado na doença, né, que aquela que a saúde tem uma questão clínica curativa (AS2).

É possível depreender que a concepção de saúde não parece estar bem definida para alguns profissionais. O conceito de saúde adotado pela OMS em 1948 envolve um conjunto de determinantes que passa por diferentes dimensões da vida dos sujeitos. Para Bravo e Matos (2009), tal conceito impulsionou a ampliação do espaço profissional do assistente social e de outras profissões da área da saúde.

De outro lado, no entanto, as assistentes sociais identificaram a articulação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o da Reforma Sanitária,

Total relação. Porque os princípios da reforma sanitária, eles... eles coadunam ou, por vezes, eles podem até confundir. Claro que são projetos diferentes. O projeto de reforma sanitária, pra além de um projeto pra saúde, ele é um projeto de sociedade. Ele tem uma perspectiva revolucionária, né?! [...] Então essa perspectiva revolucionária é a mesma perspectiva revolucionária do nosso projeto ético-político [...] Não tem como você pensar na atuação crítica e competente do assistente social na saúde sem mensurar a questão do projeto, é, sem mensurar a questão do projeto de reforma sanitária (AS2).

É necessário enfatizar que o Projeto da Reforma Sanitária articula-se ao Projeto Ético Político do Serviço Social na resistência e na luta pela construção de uma outra sociabilidade. Também demonstra a necessidade de o assistente social que atua na política de saúde apropriar-se do significado desses projetos e fincá-los no dia-a-dia da profissão, conhecer o SUS além da aparência, apreender seu alcance, sua articulação com a rede de proteção social, suas contradições no sentido de fortalecer esse patrimônio da sociedade brasileira tanto quanto fortalecer o PEP. São nas ações cotidianas que eles se materializam. Assim, é possível reafirmar o compromisso da profissão com a classe trabalhadora, a saúde como direito universal e a gestão democrática com participação popular (BRAVO e MATOS, 2009).

Nessa mesma perspectiva de busca pela efetivação do direito ao acesso à saúde, os profissionais ressaltaram a importância do conhecimento teórico que subsidia sua prática profissional, no sentido de identificar e intervir nas diferentes expressões da questão social que atravessam a realidade social dos usuários do hospital do estudo.

[...] Conhecimentos fundamentais... de políticas públicas - isso é essencial pra...pra realmente compreender essa dinâmica de trabalhar no setor saúde, é, é, direitos, direitos sociais, né? E aí eu passo pela toda legislação de saúde, do SUS [...] como também de legislações voltadas pra pessoa com deficiência, idoso, criança e adolescente, esses grupos, né, específicos [...] Então, conhecer sobre políticas públicas, conhecer os direitos, é, de grupos específicos, os direitos sociais, é, conhecer rede, rede de serviços, né, que funcionam, como funcionam, de que forma funcionam, os públicos que são atendidos... É essencial pra quem trabalha na saúde(AS8).

Nota-se uma convergência entre as participantes quando são perguntadas sobre a importância da RMS para o SUS e para o Serviço Social. Entendem a RMS como um espaço possível de produção de conhecimento e de articulação de diferentes saberes, contribuindo para um atendimento integral de saúde à

população usuária do SUS.

Primeiro, porque consegue trabalhar a questão de ensino e pesquisa dentro dos hospitais, né, e, segundo, porque eu acho que traz esses profissionais, que já são profissionais que tão pretendendo ter mais conhecimento sobre uma determinada área [...] e isso pro SUS é importante[...]. (AS8)

Com o contínuo desmonte das políticas sociais operado pela contrarreforma do Estado brasileiro segundo a orientação neoliberal, a saúde enfrenta o desfinanciamento conjugado à terceirização de serviços, o limite com gastos de pessoal e a não realização de concurso público, determinando a precarização do trabalho, as demandas reprimidas com filas para atendimento, falta de vagas em UTI, precariedade das instituições de saúde, com equipamentos obsoletos, falta de profissionais especializados e de insumos necessários às demandas apresentadas.

Também se destacam os desafios enfrentados pelos assistentes sociais na falta de condições físicas e de pessoal para dar conta das demandas, inclusive de preceptoria:

[...] estrutura física a gente tem dificuldade grande e eu acho que isso não é só no Serviço Social, a gente encontra isso nas outras categorias também, né, dessa dificuldade física, é, de equipamentos [...] Então, assim, de um modo geral, a questão da estrutura física afeta todo mundo e a humana também, porque a gente vê que não tem preceptor suficiente pra cada residente, né? Em relação ao Serviço Social, eu acho que a gente esbarra muito na questão da, da, é, deficiência de profissionais efetivos e isso dificulta muito, porque falta profissional efetivo pra ocupar os espaços que os residentes estão passando naquele momento [...]. (AS8).

Em relação ao cotidiano da residência, os residentes enfrentam vários desafios, como a sobrecarga das atividades, muitas vezes o não reconhecimento como profissional, a carga horária diária, a duração em si da residência, a complexidade das situações vivenciadas e a cultura do modelo biomédico ainda presente nos serviços de saúde, em que a autonomia quase sempre é do profissional da medicina, permanecendo os demais profissionais num trabalho hierarquizado.

Dentro desse espaço marcado por contradições, desafios e possibilidades de qualificação e mudanças no trabalho do SUS, é plausível afirmar que o Serviço Social não se isenta dessas argumentações. É possível identificar o esforço dos assistentes sociais em desenvolver um trabalho articulado aos princípios e diretrizes do SUS e em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão, tanto no que tange ao

estabelecimento de mediações entre saúde e totalidade social quanto no fortalecimento do SUS, na ampliação do acesso da população ao direito à saúde, materializado em ações de promoção e prevenção, bem como na qualidade da assistência prestada ao processo saúde-doença.

3. CONCLUSÃO

O estudo focalizou a RMS como um espaço de formação e de contribuição para a efetivação do SUS e o fortalecimento do Serviço Social. É reconhecido pelos sujeitos envolvidos que a RMS, especialização *latu sensu*, é uma conquista na formação em saúde, posto que seu alcance difere do viés fragmentado da residência médica. Por certo, há um longo caminho a trilhar para assegurar essa formação pautada na interdisciplinaridade e na integralidade das ações de saúde, vez que passa por diferentes dimensões - sócio-econômica, cultural, política. Também são evidentes os desafios enfrentados: o processo de efetivação do SUS e, conseqüentemente, de todos os programas que dele fazem parte, tem sido tensionado pela implementação das políticas neoliberais, com crescente privatização da saúde, corte de gastos, precarização, focalização no acesso aos serviços de saúde, sobrecarga dos trabalhadores, falta de equipamentos e insumos, bem como consequências imensuráveis à vida da classe trabalhadora – situação presente nos dias atuais, com a pandemia da Covid19 – seja na burocratização do acesso aos serviços mais básicos de saúde até a integralidade do cuidado.

De sorte que este trabalho buscou contribuir na reflexão e no debate sobre o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde e a presença do Serviço Social nessa formação em serviço, inclusive alargando a produção bibliográfica, que tem merecido estudos por parte da academia, seja em TCC, TCR, dissertação ou tese. Depreende-se, pois, que o estudo atingiu os objetivos. Como apontam os dados, é notório o impacto da formação para o trabalho proposto pelos PRMS nas ações e serviços de saúde. É plausível afirmar que profissionais/residentes inseridos no programa contribuem para a qualidade, a integralidade e também o fortalecimento do trabalho interdisciplinar e interprofissional, impactando, positivamente, as condições de vida e de saúde da população e contribuindo para a superação da prática fragmentada da atenção à saúde. Não é algo simples, há muito que avançar. Porém,

a RMS é uma estratégia viável.

Como profissional inserida nesse espaço e a partir da experiência como residente, reafirmo a relevância do programa na formação de profissionais capacitados para atuarem nos diferentes espaços do SUS. Diante de tantos desafios, constrangimentos e contradições, a Residência Multiprofissional em Saúde se configura como um importante espaço de luta e de contribuição na efetivação do Sistema Único de Saúde conforme os princípios constitucionais e em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS)/ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). **Relatório da pesquisa-mapeamento das residências em área profissional e Serviço Social**. Juiz de Fora, dezembro, 2018. Disponível em www.ABEPSS.gov.br . Acesso em 13 jul 2020.

ALVES, Sheila Maria Parreira et al. A flexibilização das relações de trabalho na saúde: a realidade de um Hospital Universitário Federal. In: **Revista de Ciência & Saúde Coletiva**, 20(10):3043-3050, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18 de nov. 2019.

_____. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2005/Lei/L11129.htm. Acesso em 17 de nov. 2019.

_____. **Resolução nº 218, de 06 de março de 1997** - Ministério da Saúde/ Conselho Nacional de Saúde. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0218_06_03_1997.html. Acesso em 17 nov. 2019.

BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elizabete et al. [Orgs]. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. p. 197-2017. São Paulo: Cortez; Brasília<DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

_____. **Resolução CFESS nº 383/99 de 29 de março de 1999**. Caracteriza o assistente social como profissional da saúde. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao38399.pdf>. Acesso em 12 nov. 2020.

CEFESS (Brasil). Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?** Uma análise crítica da categoria gênero na histórica feminização da profissão. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Serviço Social. UFPE, Recife, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18 ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-375.

KRUGER, Tânia Regina. **Serviço Social e Saúde**: espaços de atuação a partir do SUS. Texto para o CRESS 04, 2010. Disponível em <<http://www.cress-sc.org.br/img/noticias/Semin%C3%A1rio>>. Acesso em 09 jun. 2020.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. As residências multiprofissionais em saúde: a experiência da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, SP, v. 11, n. 2 (14), p.185-208. jul./ dez, 2012.

MENDONÇA, Tamara de Sousa. **A contribuição do assistente social do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás no acesso dos usuários aos serviços do sistema único de saúde**. (Dissertação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO. Escola de Ciências Sociais e da Saúde. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Serviço Social. Goiânia, 2017.

Residência Multiprofissional em Saúde – UFG, 2018. Disponível em: <https://residenciainmultiprofissional.hc.ufg.br/>. Acesso em 18 nov. 2019.

SOUZA, Georgia Costa de Araújo; COSTA, Iris do Céu Clara. O SUS nos seus 20 anos: reflexões num contexto de mudanças. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 19, n.3, p.509-517, set. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 jun. 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: 2009.

Capítulo 16

**UMA ANÁLISE DA REVISTA
SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE A
PARTIR DA APROPRIAÇÃO DE
MARX**

**Ednéia Alves de Oliveira
Victor Salomão Lacerda Brandão
Laura Maria Cabral Silva**

UMA ANÁLISE DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE A PARTIR DA APROPRIAÇÃO DE MARX

Ednéia Alves de Oliveira

*Professora do curso de Serviço Social da UFJF. Dr^a. em serviço Social pela UERJ
oliveiraedneia21@yahoo.com.br*

Victor Salomão Lacerda Brandão

Mestrando em Serviço Social/UFJF - maxsalomao@gmail.com

Laura Maria Cabral Silva

Graduanda em Serviço Social/UFJF - lauracabraljf@gmail.com

Resumo: Este artigo, fruto de um projeto de iniciação científica, objetiva discutir a relação entre serviço social e marxismo. A metodologia utilizada foi análise de conteúdo, com a leitura de artigos publicados por assistentes sociais na revista serviço social e sociedade nos anos de 2010 a 2020. Ao término da pesquisa foi possível constatar que o serviço social, ao contrário do preconizado por alguns autores, de que tem buscado uma apreensão das categorias diretamente da teoria social de Marx, continua utilizando de leituras secundárias de autores da tradição marxista, com pouco ou equivocadamente análises diretamente do próprio autor, o que possibilita compreensões ainda rasas e residuais da realidade social e suas formas de enfrentamento.

Palavras-chave: Serviço Social; teoria social de Marx; Serviço Social e Sociedade.

Abstract: This article, the result of an undergraduate research project, aims to discuss the relationship between social work and Marxism. The methodology used was content analysis, with the reading of articles published by social workers in the magazine social service and society in the years 2010 to 2020. At the end of the research, it was possible to verify that social work, contrary to what is recommended by some authors, that it has been seeking an apprehension of the categories directly from Marx's social theory, it continues to use secondary readings by authors from the Marxist tradition, with little or wrongly analyzes directly from the author himself, which enables even shallow and residual understandings of social reality and its forms of coping.

Keywords: Social service; Marx's social theory; Social service and Society.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre 2020 e 2021 com o objetivo de compreender a apreensão da teoria social de Marx nas produções teóricas do Serviço Social. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo por meio de artigos publicados por assistentes sociais na Revista Serviço Social e Sociedade nos anos de 2010 a 2020. A escolha da revista se justifica pelo pioneirismo na produção do conhecimento na área, somando um volume consistente de publicações de profissionais e intelectuais. Nosso intuito foi identificar como vem se dando a compreensão e interpretação das relações sociais de produção capitalista, em particular na realidade brasileira. Partimos do pressuposto que, com o movimento de renovação do serviço social nos anos de 1960 e, retomado com maior fôlego após o término da ditadura civil-militar no Brasil nos anos de 1980, houve uma maior aproximação do serviço social ao método marxiano e, conseqüentemente, uma apropriação direta sobre seu pensamento para análise das mediações necessárias para a construção do saber alicerçado sobre o pensamento crítico com vistas a superação da ordem vigente.

Salientamos que a vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo colocou em disputa a necessidade de não mais utilizar Marx pelas vias de autores secundários, o que empobrecia e tornava a leitura do autor numa espécie de cartilha ou manual a ser seguido pelos profissionais limitando a compreensão do que a teoria trazia em sua gênese. Este movimento possibilitou avanços na compreensão do modo de produção capitalista e suas reverberações no âmbito da profissão, mas também foi acometido de uma profunda crise que, originada no seio do debate sobre algumas categorias, contribuiu para um entendimento que tende ao ecletismo, reformismo ou ainda no espontaneísmo da vontade mesclando a teoria social de Marx com autores que pouco ou nada se vinculam a ele.

Destarte é importante ressaltar que o serviço social, pela sua própria dinâmica dentro do modo de produção capitalista, vive em um conflito constante, pois ao mesmo tempo que no Brasil, assume a perspectiva de lutar pela construção do comunismo, se vê obrigado a responder às necessidades imediatas da classe trabalhadora e também da sua subsistência, executando políticas públicas no seio do Estado burguês em tempos de ofensiva do capital. Ao não compreender as categorias fundamentais da teoria de Marx acaba por invocar soluções que são contrárias ao pensamento

crítico e acreditamos que isso se dá, devido ao fato de que as leituras de Marx continuam se efetivando por vias secundárias em que o referido autor é apresentado muitas vezes com graves distorções, ou ainda com citações ou frases que não traduzem seu pensamento. Nesse sentido, não ocorreu uma leitura direta das suas fontes, mas de autores que interpretam Marx, o que compromete as análises do serviço social e também da realidade em que se insere este profissional.

Outro aspecto a ser destacado é o movimento do capital que impõe uma luta pela sobrevivência de forma a afetar toda a classe trabalhadora e que impede que as respostas se deem por vias do Estado tendo em vista o recorrente apelo ao corte de gastos públicos, sobretudo nas políticas e serviços sociais e na crescente flexibilidade das leis e contratos trabalhistas, para atender imposições das agências internacionais, impactando no trabalho do assistente social e dos sujeitos com os quais trabalha cotidianamente.

RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E APROXIMAÇÃO DO MARXISMO

O processo de renovação do Serviço Social Brasileiro, durante a ditadura militar no país, marca a ambiência da pluralidade na profissão, pluralidade que extrapolaria formas e métodos de atuação e passaria a permear o âmbito de produção do conhecimento e orientação teórica profissional. Como particularidade de um processo latino-americano maior, conhecido como reconceituação, o serviço social brasileiro em sua renovação, depara-se como uma série de surgentes demandas, decorrentes mesmo das alterações do padrão capitalista brasileiro, voltado à modernização, cujo mote liga-se ao crescente processo migratório campo-cidade, à incursão do Estado como empreendedor de risco, e a tentativa de industrialização, que rebatem obviamente na alteração do padrão social urbano, acelerando exponencialmente as contradições entre classes, tendo em vista o crescimento considerável do proletariado e de suas franjas no cenário social, enquanto classe minimamente organizada, mesmo que de forma forçada e desinteressada pelo próprio espaço produtivo. Desta forma, a “questão social” torna-se elemento constituinte fundamental da cena autocrática, condensando naquele período não só um padrão de Estado específico, mas classes dominantes corporativizadas em torno de um projeto de desenvolvimento, que apesar de manter o padrão histórico de dependência, carrega

traços claros de modernização, tal qual ainda, o fortalecimento do proletariado na cena social.

Diante de tal modernização, Netto (2011), apontará mudanças consideráveis que afetam o serviço social de até então, mudanças que giram desde a ampliação do mercado de trabalho para assistentes sociais, tanto estatal como empresarial, visando o controle da força de trabalho in loco ao ambiente produtivo e ex situ a este ambiente, voltando as incursões na reprodução cotidiana dos sujeitos. Tais incursões alteram em alguma escala seu padrão, transcendendo da mera lógica caritativa genética e assumindo perspectiva técnica-burocrática, visando suprimir os abalos possivelmente causados pela multiplicação da “questão social”, o que marcará a refuncionalização profissional, exigindo assim novos padrões de conhecimento que sustentem tal alteração. Deste modo, combinar-se-ão estratégias de apaziguamento, que caberão a este serviço social modernizado, somadas as violações de força sistemática empreendidas pelo Estado da autocracia burguesa.

É neste caldo, de alterações macro societárias e particulares à profissão, que o processo de renovação se dá, visando, estabelecer formas de ação e de conhecimento embasatório, capazes de atender as demandas em voga. Obviamente, tal processo acompanha um marco, também fundamental da profissão, a sua inserção nos ambientes de formação universitária e o contato com as diversas formações destes espaços e suas respectivas matrizes teóricas, em que se abrem as portas expostas por Netto (2011), para a cientificização e laicização da profissão. É neste quadro, de mudança considerável do processo de formação profissional, agora ligado à organização acadêmica do conhecimento, que a profissão passará por mudanças consideráveis em sua lógica própria de conhecimento, diversificando-a de forma praticamente inédita até então, em sua história.

Ante esta diversificação do conhecimento, produzida por todo este movimento sociopolítico modernizador, que o processo de renovação se colocará em marcha a partir de três principais correntes identificadas por Netto (2011) como a perspectiva modernizadora, cuja matriz teórica fundamenta-se no positivismo e estruturalismo, com perspectiva pseudocientífica de neutralidade. A reatualização do conservadorismo, com a premissa de recusa do positivismo e das incursões marxistas, recuperando por sua vez tendências conservadoras da profissão,

inspirando-se em uma certa fenomenologia, rodeado pela recuperação religiosa velada, com ênfase caritativa psicossocial.

A terceira vertente, essencial deste processo, é conhecida como intenção de ruptura, vertente diretiva hegemônica da profissão, ainda mais se levado em conta especificamente os processos organizativos e formativos do serviço social. Desta forma, faz-se mais que necessário, ressaltar algumas contradições neste decurso. Uma primeira contradição emblemática, que é marcada obviamente pelas limitações conjunturais, históricas e políticas, está ligada à apropriação do marxismo por parte desta vertente. Tal apropriação mostra-se débil já na surgente experiência, questão que não é ignorada, e certamente reconhecida, pelas próprias idealizadoras da incursão de Belo Horizonte e por seus analistas posteriores. Netto (2011) perceberá traços de voluntarismo e ecletismo, marcando a apropriação como débil justamente por beber em fontes secundárias a Marx. Exemplo desta consideração Lessa (2016) indicará, apontando que existia incompatibilidade entre a análise de classes presente na experiência, uma vez que partia do pressuposto de existência de uma “classe oprimida”, questão que segundo o autor impossibilita a definição clara da classe potencialmente revolucionária, na medida em que simplifica a luta de classes entre opressores e oprimidos, de modo a velar a complexidade da contradição pertinente ao modo de produção capitalista, uma vez que mistifica o conflito entre classes abstratas, distanciando consideravelmente da formulação de luta de classes marxiana.

De todo modo, o que a hora dos acontecimentos era recheado de sentido, perde-se em contradição mesmo com a matriz teórica assumida pelo corpo dito hegemônico quando colocado em confronto com o marxismo genético de Marx e dos clássicos ortodoxos que o seguiram, de forma que, tanto Lessa (2016) como Oliveira (2020) concluem que o serviço social ao se aproximar do marxismo, afasta-se ao mesmo tempo de grande parte do marxismo de Marx, assim, o significado social da profissão e seu papel distanciam-se, e muito, da pretensão teórica proclamada pelo corpo autoafirmado hegemônico, estabelecendo uma contradição gritante entre o lugar e significado da profissão no modo de produção capitalista e suas pretensas tarefas transformadoras, descolando a análise da realidade social da análise do papel social da profissão, atribuindo orientações e tarefas profissionais não cabíveis aos limites profissionais, e por isso mesmo, completamente distantes da prática

profissional cotidiana. De modo que, o marxismo torna-se um adereço retórico justificador de assunção de um projeto societário, que na verdade não compete a uma categoria profissional, mas a uma classe com potenciais revolucionários. Em suma, a profissão, principalmente por meio de sua raiz hegemônica, encontra dificuldades em assumir que a desejada extinção do modo de produção capitalista (seja lá porque meios), é a extinção, justamente pela função social conformadora, do próprio Serviço Social.

Assim, o processo de renovação do Serviço Social, com o saldo pluralístico acumulado, e com uma não tão consolidada vitória hegemônica da intenção de ruptura, é hoje ainda, ambiente de consideráveis contradições internas, acompanhadas por um emaranhado de orientações teóricas, que mesmo segmentadas e pouco organizadas, fazem-se aparecer a cada dia, como apontado especificamente no capítulo dois de Oliveira (2020), ou ainda nas aparições das vertentes clínica, liberal, cristã, neopentecostal, além é claro das atualizações ecléticas da modernização, presentes em muito da pós-modernidade, ou mesmo das derivações híbridas que afirmam ainda beber do marxismo, mas que estão permeadas de sincretismo. Mas, ainda mais importante e reflexo das sérias contradições profissionais, incitadas pela dinamicidade do real, está a problematização mesmo da presença do marxismo no seio da profissão, uma vez que, apesar de autoafirmada hegemonia, a corrente marxista tem se mostrado reduzida ao âmbito acadêmico, distanciada da prática profissional e cada vez mais esvaziada em conteúdo, afirmações que não se baseiam na mera crença, mas em pesquisas como a de Oliveira (2020), Lessa (2020) e pelo compilado de dados coletados por nossa pesquisa até o momento.

Merece destaque ainda o contexto de apropriação do marxismo no Brasil marcado por um contexto internacional de crise dos partidos de esquerda, em face da crise do socialismo, de avanço da ofensiva do capital e as mudanças na organização do trabalho e reconfiguração do Estado com vistas à recuperação das taxas de lucro, de ascenso de movimentos sociais de caráter subjetivista e identitário nos países europeus e EUA e a recusa do marxismo como forma de compreensão da realidade, por entender que tal realidade é agora permeada por discursos fragmentados e residuais. Nesse sentido, o econômico se separa do político, colocando em xeque a

concepção de totalidade, numa clara recusa ao marxismo de Marx, ou marxismo ortodoxo (LUKÁCS, 2003)³⁹.

A recusa da totalidade, reverbera na incompreensão do processo sucessivo de abstração e síntese das determinações da realidade condensadas na formação de categorias que expressam o movimento dinâmico da própria realidade, excluindo a formulação de categorias desconexas, unilateralizadas ou caóticas. As determinações abstraídas cujo processo de conhecimento reproduz na forma de teoria são expressão de uma totalidade de determinações relacionadas, contraditórias e multifacetadas, ou seja, as determinações são determinações justamente porque em sua conexão e conflito conformam a realidade social em sua totalidade. Esta totalidade, permeada por determinações inter-relacionadas, expressas teoricamente na forma de categorias historicamente referenciadas, carrega em si, enquanto objeto, enquanto realidade histórica, uma dinamicidade própria, onde as determinações se fundem em complexos constituídos por complexos, cuja interação mútua expressa justamente o movimento do real. As categorias expressam em diferentes graus, a multi-interação destes complexos e suas determinações afinitivas ou contraditórias.

As instâncias constitutivas da totalidade variam em complexidade e determinação, assim, abstrações, ou categorias teorizadas em diferentes níveis de complexidade auxiliam no entendimento dinâmico, mas aproximado, do real. Marx afirma que, “[...] é mais fácil estudar o organismo, como um todo, do que suas células. Além disso, na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios” (MARX, 2017, p.16). Isto é, a forma mais complexa contém elementos adicionais, ou maior

³⁹ Para o entendimento do marxismo ortodoxo, que conforme aponta Lukács (2003) refere-se especialmente a questão do método em Marx, devemos ter em conta uma primeira consideração que compartilhamos com especialistas como Chasin (2009), Netto (2011) e Tonet (2013), cuja consideração vai em sentido de afirma que, em Marx não há a formulação de uma metodológica de aplicabilidade e repetição, cuja elaboração se dá a priori e independe do objeto a ser analisado, fruto do mero exercício subjetivo e intelectual de um pesquisador dotado de características especiais. Isto é, o “método” em Marx não reproduz a lógica metodológica das ciências duras ou naturais, muito menos segue a lógica harmônica naturalista do positivismo ou a formulação de tipos ideias Weberianos. Em Marx, há de forma primária, a inversão do idealismo que até então imperava no ramo de compreensão e estudo da realidade social[1], de forma que, o primeiro passo dado por Marx caracteriza-se justamente pela compreensão de que “A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida” (MARX; ENGELS. 2009, p.31), onde “[...] parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência.” (MARX; ENGELS. 2009, p.32).

número de determinações em relação a forma mais simples, de modo que, não é possível deduzir o complexo do simples, mas o simples do complexo, uma vez que a forma mais complexa está recheada de novos elementos antes não existentes ou pouco desenvolvidos na forma simples. Para a compreensão mais certa do elemento simples é necessário conhecer o elemento complexo, pois este contém parte dos elementos mais simples e ainda está adicionado de novas determinações. Dessa forma, por conta da maior extensão do elemento complexo, não é possível deduzi-lo em sua totalidade e realidade de elemento simples, mesmo que este complexo se manifeste como continuidade do simples. Assim, a priorização das abstrações totalizantes se justifica em Marx, justamente pela complexidade de determinações nelas contidas, de modo que a aproximação teórica com a realidade se mostra mais facilitada.

Exemplo histórico-econômico pode ser a compreensão do modo de produção capitalista enquanto uma universalidade, justamente por abarcar as determinações gerais, o modo de produção capitalista na realidade brasileira como singularidade, justamente por expressar determinações específicas, próprias, imediatas da realidade brasileira, mas por contar ao mesmo tempo com todas as determinações e contradições da universalidade, e o modo de produção capitalista de matriz dependente ou colonial como mediação, como particularidade, que liga as determinações “simples” da singularidade brasileira e as determinações complexas do capitalismo mundial.

“Assim, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas quanto às relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios” (MARX, 2007, p.101). Isto é, Marx expõe claramente que as categorias têm caráter transitório, levando em conta que expressam a realidade em movimento, logo, as categorias, são produtos determinados historicamente. Marx fundamentará os inéditos (em forma) imperativos da historicidade e ontologia, utilizando-os como elemento central para a compreensão e captação da totalidade social e da lógica econômica que a permeia e rege. Assim, compreende que, “As categorias econômicas são apenas as expressões teóricas, as abstrações das relações sociais da produção”(MARX, 2007, p.100). De modo que, sua análise e crítica destruidora do modo de produção capitalista, não é maquinação subjetivista, mas produto, derivado mesmo da captação da gênese e desenvolvimento das formas de produzir e reproduzir a vida social pelos homens, na compreensão dos

limites históricos, temporais, da datação das relações sociais de acordo com momentos específicos da própria realidade social e de sua mutabilidade, dado mesmo a imperativo histórico e o imperativo ontológico. Assim, e em conclusão, as categorias, expressam da formulação do conhecimento em Marx, manifestam, pronunciam na forma de conhecimento científico, as relações de produção vigentes, que se alteram, fenecem ou se reproduzem de acordo com as alterações do processo real de vida dos homens.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE: OLHANDO AS ÁRVORES SEM VER A FLORESTA

Nossa pesquisa primou por uma busca de textos publicados e disponibilizados on-line na Revista serviço social e sociedade. Faz-se necessário ressaltar que esta pesquisa foi realizada no período da pandemia do COVID-19, posto isso ocorreu uma impossibilidade de acesso a grande parte do material inicialmente planejado, tendo em vista as conhecidas restrições sanitárias. Assim, as revistas publicadas entre os anos de 1979 a 2009, que se encontram disponíveis na biblioteca da instituição de ensino onde a pesquisa está referenciada não puderam ser consultadas, pois a mesma está fechada por tempo indeterminado e não há acervo online disponível. Desse modo, consultamos o acervo online da revista com 329 artigos disponibilizados, publicados em revistas de 2010 a 2020. Nestes realizamos o primeiro corte, considerando apenas artigos escritos por assistentes sociais brasileiros, totalizando 220 artigos. Logo após, procuramos analisar apenas estes escritos de assistentes sociais, buscando os textos de assistentes sociais que continham algum escrito de Marx em seu referencial, conseqüentemente encontramos uma baixa para 37 artigos ao longo dos 10 anos disponibilizados pela revista online. Isto é, dos 220 artigos encontrados no primeiro corte, onde selecionamos apenas aqueles escritos por assistentes sociais brasileiros, apenas 37 deles continham algum texto de Marx na bibliografia.

Em outros termos ou enfatizando, os dados quantitativos nos oferecem o seguinte cenário: dos 329 artigos publicados pela revista entre 2010 a 2020, 66,86% eram de assistentes sociais brasileiros, ou seja, 220 artigos. Do total de artigos

publicados por assistentes sociais brasileiros na revista, os 220, apenas 16,81% contém algum texto de Marx em sua bibliografia, isto é, apenas 37 artigos. Deste modo podemos inferir que, do quantitativo de artigos presentes na revista, escritos por assistentes sociais brasileiros (220), pouquíssimos contém em sua bibliografia algum texto de Marx, isto é, o fundador da vertente teórica que parte hegemônica da profissão advoga como principal referência da profissão. Ou seja, aparece apenas em 37 artigos, resultando em 16,81% do total da produção da categoria.

Assim, podemos inferir algumas questões importantes, 1) nos últimos 10 anos de publicações da Revista Serviço Social e Sociedade, revista notoriamente voltada à categoria profissional e considerada como principal polo de publicações da profissão – por conta mesmo de sua avaliação Qualis A1[5] –, aproximadamente 1/3 das publicações são de autores cuja atuação ou formação não está diretamente vinculada ao Serviço Social, com origem nas mais diversas áreas como medicina, psicologia, economia, ciências sociais, filosofia e etc. Assim, podemos perceber que, por um lado, é possível apreender um ainda considerável intercâmbio entre a profissão e as diversas áreas do conhecimento, demonstrando certa expansão em relação a aquele contato inicial com as ciências sociais no período da renovação. Notória interlocução se dá com a abrangente área da saúde por conta da inserção do Serviço Social como uma profissão no rol de atuação na saúde e no desenvolvimento de trabalhos e atividades multidisciplinares. Há ainda contato com a economia e ciências sociais quando da análise da realidade social em sua estrutura econômica e na conformação do Estado, por exemplo. Demonstra ainda, o interesse por parte de pesquisadores destas diversas áreas nos espaços de publicação do Serviço Social, afirmando a conquista de um lugar de destaque da profissão no processo de construção de conhecimento no âmbito da universidade e em seus diversos projetos.

Analisando pela outra ponta, podemos considerar que; 2) a produção do conhecimento pelo Serviço Social mostra-se em considerável volume, isto é, 2/3 dos artigos publicados no período analisado são da categoria profissional para a categoria profissional, mostrando uma considerável diferença no perfil da profissão em termos formativos, uma vez que, durante a formação da profissão e até o processo renovação a produção de conhecimento fazia-se extremamente escassa, não havendo nenhum consenso ou preocupação quanto ao estabelecimento de orientação teórica definida, o que tornava o Serviço Social refém de construções de outras áreas (às vezes não

ligadas ao conhecimento científico, como o campo teológico-religioso), carente assim de um escopo de conhecimento próprio, derivado tanto de matrizes teóricas orientadoras, quanto de processos formativos próprios, ou ainda da prática profissional refletida e da análise da realidade social, das particularidades conjunturais e locais. Assim, estes 2/3 do total de publicações demonstram a tomada clara de independência profissional, mas não de isolamento, em termos de produção de conhecimento própria.

Porém, há uma questão séria que não pode deixar de ser notada e analisada, 3) do total das publicações - 329 artigos, 220 são de assistentes sociais brasileiros, e destes 220 apenas 37 carregam em seu referencial bibliográfico algum escrito de Marx. Deve-se levar em conta obviamente que, não é possível compreender definitivamente se um artigo tem por orientação teórica o marxismo apenas tomando se há ou não presença de Marx em seu referencial bibliográfico, consideramos as diversas ramificações do marxismo ao longo da história, e a importância de muitos dos continuadores e intérpretes que se colocam nesta tradição, porém, não há como ignorar, se tratarmos especificamente do Marxismo de Marx, ou do marxismo ortodoxo, que é vital a influência do próprio fundador da tradição e sua presença nas produções que assim se orientam. Há ainda de considerar que, por mais diversa e ampla que seja a tradição marxista, para ser considerada como tal, deve girar em torno das formulações do próprio Marx – mesmo que de seus imperativos do ‘método’⁴⁰ –, assim, se não há presença deste, a apropriação do marxismo se dá por via secundárias, por fontes não originais e por vezes consideravelmente distantes das formulações do fundador da tradição. Neste ponto então não há como negar, de acordo com a nossa coleta de dados, a produção de assistentes sociais brasileiros que têm Marx em seu escopo bibliográfico, presentes na Revista Serviço Social e Sociedade nos últimos 10 anos, é bastante residual, chegando a apenas 1/6 do total das publicações, o que coloca em cheque a afirmação da hegemonia de uma corrente

⁴⁰ Lembrando a argumentação de Marx acerca de seu ‘método’: “Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, senda a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (MARX, 2017, p.28). E ainda que, “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 2009, p.122).

profissional orientada pelo marxismo, tendo em vista, que a presença do fundador da corrente teórica é ínfima.

Tal presença residual nos leva a principal constatação, tendo em vista os dados coletados e analisados até então, a orientação teórica marxista ou não é hegemônica, levando em conta as publicações analisadas, ou o marxismo utilizado pela profissão é fonte de adaptações e secundarizações⁴¹ tais que não apresenta em sua grande maioria dos casos a presença do fundador da tradição marxista no escopo bibliográfico. Desta forma, a presença do marxismo de Marx, é consideravelmente pequena e mesmo assim contestável se fizermos a análise do conteúdo dos artigos que contém Marx (etapa posterior da pesquisa). Assim, há uma clara semelhança entre o padrão de apropriação do marxismo por parte da atualidade profissional com a apropriação praticada pela intenção de ruptura durante o processo de renovação, isto é, uma apropriação de produções secundárias, por vezes descoladas completamente das formulações de Marx e contaminadas por diversas outras correntes teóricas, configurando ecletismo, confusão metodológica e adaptação as teorias e demandas da moda, além de sucumbidas as exigências profissionais de controle da força de trabalho.

Há ainda a manutenção do padrão pluralístico, tendo em vista mesmo a não hegemonia numérica das formulações orientadas por Marx, a presença de 1/3 de artigos provenientes de outras áreas do conhecimento e o reduzido número de artigos com genuína presença de Marx, abrem espaço para a presença de outras vertentes teóricas orientadoras, de proposições a outras práticas profissionais, de adaptações diversas entre teorias, de proposições multidimensionadas, que mesmo não explícitas diretamente se manifestam nas relações bibliográficas, tais quais: o liberalismo, o reformismo, a pós-modernidade, o conservadorismo e etc.

⁴¹ Vale apontar que grande parte das bibliografias citadas e que se encaixam neste perfil de marxismo secundário, não por sua qualidade, mas justamente porque não são a bibliografia genética do Marx ou a clássica que o acompanhou, compõe-se por autores como: Netto, Iamamoto, Antunes, Coutinho, Bhering, etc. Isto é, marxistas brasileiros com forte vínculo com a categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário exposto, constata-se que, a presença de produções de assistentes sociais que bebem diretamente nas fontes originais de Marx é reduzidíssima. Numericamente a afirmada hegemonia da intenção de ruptura não se apresenta. Há clara presença de correntes teóricas diversas, tendo em vista todo o restante do material não referenciado por Marx. Possivelmente, grande parte do marxismo presente nos artigos é de fontes secundárias, reforçando o padrão de apropriação do marxismo da intenção de ruptura em seus primórdios e mantendo a lógica do pluralismo e de interlocução com outras áreas de conhecimento daquele período da renovação.

Para além da tendência numérica de não confirmação da afirmada hegemonia e confirmação do padrão de apropriação do marxismo derivado da renovação, há claros indícios da manutenção deste mesmo padrão na análise qualitativa empreendida nos artigos de assistente sociais que contém algum texto de Marx na bibliografia. Percebe-se a presença de um marxismo muito distante das formulações de Marx, por vezes simplificado, deturpado ou mesmo equivocado. Marx, em muitos dos textos, é mero adereço, uma tentativa de demarcação como demonstram os conteúdos dos artigos e nas análises empreendidas. Portanto, analisando os artigos de assistentes sociais brasileiros na revista Serviço Social e Sociedade entre 2010 a 2020, é possível afirmar que: a dita hegemonia marxista, ou da intenção de ruptura não se apresenta, além disso, grande parte do marxismo presente é secundário, eclético, enviesado e completamente distante das formulações de Marx. Assim, o padrão de apropriação do Marx da intenção de ruptura aparenta ser o mesmo, ou até mais precário nos últimos 10 anos, tendo em vista o material que analisamos. O padrão de disputa pluralística por hegemonia teórica, como na renovação se mantém.

Deste modo, consideramos essencial dar continuidade a esta pesquisa, tendo em vista mesmo, sua importância na constatação das reais bases teórico-metodológicas vigentes e dominantes na profissão, demonstrando ainda a urgente necessidade, por parte dos autoafirmados marxistas, em repensar consideravelmente os caminhos do marxismo no serviço social, tendo em vista sua

constatada presença residual, quando não, secundária, enviesada, eclética e deturpada.

REFERÊNCIAS

- CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LESSA, S. A crise da esquerda e do projeto ético-político do Serviço Social. Maceió: Coletivo Veredas, 2020.
- LESSA, S. Serviço Social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho. 3ª Ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, G. Introdução a uma Estética Marxista: Sobre a Categoria da Particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MARX, K. A Miséria da Filosofia. São Paulo: Editora Escala, 2007.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. NETTO, J. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ªed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, J. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, E. Redemocratização e serviço social: os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985. Curitiba: CRV, 2020.
- TONET, I. Método Científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- TONET, I. Pluralismo metodológico: falso caminho. In: Democracia e Liberdade?. Macéio, EDUFAL, 2007.

Capítulo 17

**CONCEBER E ESCREVER: POESIA
UTERINA DE RESISTÊNCIA
AFRICANA DE EXPRESSÃO
PORTUGUESA**

Edmilson Rodrigues

CONCEBER E ESCREVER: POESIA UTERINA DE RESISTÊNCIA AFRICANA DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

Edmilson Rodrigues

UFMA/Axolotl

Aqui reside o útero da vida e o umbigo do mundo

Paulina Chiziane

INTRODUÇÃO – “no prelúdio da consumação”

As representações literárias femininas tecidas na África de expressão portuguesa apresentam a terra e a nação associadas a elementos que, como o feminino, também carecem de libertação; e, na pele da escrita, sua *escrivivência*, artefato das lutas e do histórico-social, dão-nos a denúncia do canto, com adornos e cicatrizes, como espaço fulcral de memórias das atrocidades do colonialismo português.

A práxis poética de Conceição Lima se desvencilha dos limites da servidão oficial e ruma, na maturação da palavra política, ao insidioso jogo de ressignificação da África com o pendor documental do texto literário que, nas entranhas do social, com forte carga expressiva, explora os espaços de forma sensível à busca de outros saberes.

Poemas gestados com a aura e o arguto sentido dos demarcadores de lugares, da identidade, saberes e responsabilidades, duplamente articulados emanando de memórias e paisagens em íntima tensão avassaladora com a palavra resistência, eis o fruto-poesia de Lima – na dolorosa raiz do ósculo que envolve escrita e prazer como um entre-lugar (BABHA, 2007, p. 20) da memória, no qual o eu feminino prenhe de dois espaços, se inscreve no texto.

Sua polivalente insistência, na concepção do verbo-poesia, é similar à concepção do humano: uma poesia que perscruta o trânsito de culturas, que decalca a errância do saber africano nas linhas do texto, que ampara e edifica o ser no

memorial da palavra, fazendo da poesia um instrumento de metáforas inusitadas: “emergiremos do canto/ como do chão emerge o milho jovem” (LIMA, 1987) .

O humano, fecundando a imaginação, é lucidamente impresso na escrita: ser em estado de gestação de sonhos, elo que direciona – verbo e mulher – às outras margens, sempre ciente do centro africano, que, por isso, é bivalente porque se estrutura na escrita como forma de tradução de si e de outros, qual “obstinado peregrino” (LIMA, 1987)⁴².

As representações literárias femininas “servem”, sem dúvida, para dar a idéia, não apenas da extensão que tomaram as produções literárias femininas nas últimas décadas, mas revelar elementos que declaram o escombro social no qual estiveram inseridos, homens e mulheres, ao longo da “noite grávida de punhais”, (MARTINS in ANDRADE 1975, p.234), do colonialismo português.

Nesse complexo instrumento que se apresenta à inteligência humana, o literário, transfigurando-se em imagens amplas e diversas de um mesmo plano social: quem cede ao primor da denúncia engravida imagens da partilha e do aprendizado coletivo; o aliciado, ao horror da escravidão, é violentado com imagens que repetem personalidades antípodas ao seu imaginário de aprendizado coletivo; o que explora, em secretas volições, em obscuros instintos e enigmáticos recalques, cristaliza fetos, em abortos coletivos contrários à experiência vital.

Não estão, pois, os poetas, alheios a essas experiências sociais. Destarte, na grafo-emoção de Conceição, coadunam, como a imagem primeira da maternidade, a forma orgânica do tecido social, como forma do literário tecido; busca, Lima, a unidade do devir social que habita na variedade do dizer literário, com aprimorada conciliação dos opostos: “Ainda aqui e sempre aqui” (LIMA, 1987), porque a presença de referenciais coloniais de opressão é marca de contestação, idiossincrática, da escritora africana – “transitório é este tempo que te divide”, pois, “transitória a noite que à noite sucede/ sem te veres” (LIMA, 1987), melhor, concebida na dura travessia do ser mulher, ou do texto: “Após o ardor da reconquista/ não caíram manás sobre os nossos campos” (LIMA, 1987). Temos, assim, nesse panorama de oposição de ideias

⁴² Os textos de Conceição Lima, doravante apenas marcados pelo sobrenome e ano, são dos fragmentos poéticos de *Sonha Mamana África*, de Cremilda de Araújo Medina (1987, pp.227 e 228) todos eles há época, inéditos. Ainda que em forma de prosa, vale o destaque para esclarecer que uma barra divide o verso (/) e duas barras (//), as estrofes como apresentados no tópico: **Terceira concepção – iluminuras sedutivas**.

e imagens – mar, ilha, terra: útero da coletividade; palavra, poesia, criação: útero do individual.

O refinamento humano surge como obra esmerada na vivência social, na atuação cultural, na gestação de sonhos metafóricos e reais. Refinamento com características, vertentes e diversidades, aberturas e representatividades de quem “escreve uma história geral dos sentidos, mais que uma história dividida” (BURKE, 2008, p. 146) percuciente do drapejo das descobertas, consentidos do feminino-corpóreo que lateja em ressonância de querências – “No teu âmago, como a semente na fruta/ o verso no poema, existo” (LIMA, 2012, p. 54).

Sem delongas ou explicações profundas quanto às questões de saberes escolares, acadêmicos sobre as Ilhas de São Tomé e Príncipe⁴³, (pois, o objeto do trabalho é o mágma da ilha explodindo em versos, na poética uterina, de Conceição Lima), no período que vai das guerras de independência até às de libertação, a escrita era para poucos, logo, a palavra poética – instrumento da criação, do deleite e da denúncia– era objeto de criação particularizada, aproximando-se, assim, ao poder econômico, para poucos.

Naquela sociedade restava apenas aquilo que há de mais profundo, que se colhe com os olhos na alegria da festa, o que se colore com a tonalidade da natureza, emanando da vida em coletividade: os saberes ancestrais albergados nos espaços sociais do trânsito de culturas: a terra africana. Saberes que, na poética de Lima, abrangem e penetram o corpus literário dando- lhes significados mais amplos e profundos, à busca de extirpar “os sonhos concebidos na corte e gestados a bordo das frágeis naus portuguesas” (MACEDO in SECCO 2008, p.70).

Nessa mobilidade diaspórica, o texto traduz os monumentos, sentidos e sentimentos, com a cor e a alegria do aprendizado festivo feminino habitando corpo

⁴³ Desde o seu período formativo a literatura produzida no arquipélago de São Tomé e Príncipe tem demonstrado uma particular prodigalidade no que diz respeito à criação poética. A sigla STP, aliás, carinhosamente associada à ideia de que “somos todos primos” devido à pequena extensão territorial das ilhas, prestar-se-ia aqui à livre interpretação, igualmente lúdica e afetiva, de que tanto no passado como no presente, além de primos, os santomenses seriam todos poetas. Desde Sum Fâchiku Stockler, ou Francisco Stockler, autor que introduziu e dignificou no cenário nacional o forro ou santomé como língua de literatura – passando por Caetano da Costa Alegre, Marcelo da Veiga, Francisco José Tenreiro, Maria Manuela Margarido, Alda Espírito Santo ou Tomaz Medeiros, até chegar a Fernando de Macedo, Carlos do Espírito Santo, Frederico Gustavo dos Anjos, Maria Olinda Beja, Aíto Bonfim e Conceição Lima, para ficar com alguns dos nomes contemporâneos –, a grande maioria dos estudos críticos desenvolvidos em torno da experiência literária santomense confluiu para o registro de que a poesia se apresenta como o gênero por excelência da expressão literária nacional (QUEIROZ In SILVA, 2014, pp. 221 e 222).

e pátria da mulher-poeta em semente- mátria, com metáforas que ainda fecundam o ventre de ambas. A poesia emissária daquelas que dominam a arte da palavra, fecunda o verbo aliciando a palavra mulher ao domínio da maternidade literária: “Por isso percorri os becos/ as artérias do teu corpo/ onde não fenecem arquivos” (LIMA, 2012, p. 15).

A grafia do corpo feminino é similar à grafia do corpus poético. Ambas são conduzidas, no processo de sedução (conduzidas através: se-ducere – conduzir ao desvio, mudar a direção) à travessia da vida: quem escreve, decalca sonhos, quem engravida, torna visível sonhos decalcados na “feminilidade sempre ligada, na poesia nacionalista, à fecundidade, à prole e ao exercício (...) de uma coletividade” (MATA, 2007a, p. 433).

Nesse contexto, a poeta, na pele da mulher, particulariza o individual no discurso do social. Suas poéticas – humano e grafo – são instrumentos viscerais da liberdade corporal e grafológica. Aquele liberta desejos (ainda que abortados, como em alguns casos de África) de coletivização da escrita, do saber que hiberna na vida social, entre movências culturais e históricas; esses alojam homens e mulheres na práxis da leitura que liberta à vida social: o sonho diurno africano – como permanência do prazer dizer, para sentir e não esquecer, o feminino africano diverso. “porque a relação do corpo com as mulheres no contexto africano teria uma outra dinâmica; por isso, aplicar as teorias europeias neste contexto seria um facto incongruente” (SILVA, 2014, p.07).

As metáforas e alegorias uterinas, em Conceição Lima, albergam modulações do feminino que germinam como vestígios amargos – “E na dura travessia do deserto/ Aprendemos que a terra prometida era aqui” (LIMA, 1987), através do texto cerzido com linhas da “memória subterrânea” (POLLAK in SOARES 2015, p.32).

Objetivamos assim – desde a poesia feminina africana, grávida de textos que abortam a escravidão e a colonização, insulada no entre dois – demonstrar como a resistência feminina, albergada no útero do texto poético, expele, qual um novo rebento, novos itinerários em trânsitos diaspóricos ressignificados, pois declaram em primeiríssima pessoa – “Perdi-me na linearidade das fronteiras” (LIMA 2012, p.14).

“O poema de Conceição Lima diz dessa memória herdada, a qual eterniza vestígios de “memórias subterrâneas” que transitam pela face e corpo do rei imobilizado “no centro praça” (p.77) e ganham mais força quando os versos aludem a detalhes do monumento, que

remetem aos angolares e aos sentidos que essa associação permite construir: “Porém nos angolares vaga um coração em demanda de um povo e seu destino” (FONSECA, 2015, p.32).

Nesse sentido, pretendemos comentar alguns excertos poéticos dessa produção literária, em constante diálogo com autores e autoras que, também, já tangenciaram o assunto. Sem que tenhamos a pretensão de esvaziá-lo, mas, como nos diálogos intertextuais, contribuir dizendo o mesmo de forma diferente, com a força propiciadora de tensões que, a escrita-leitura poética e a investigação hermenêutica, permitem.

PRIMEIRA CONCEPÇÃO – NO ÚTERO DA TERRA

O pensador Ricciardi (RICCIARDI, 1971, p.80) nos orienta que “O escritor é, pois, um criador, mas ao mesmo tempo, a sua obra está, toda ela, mergulhada no momento histórico que a origina”. A citação nos permite um diálogo e a continuação dele em segurança ao que estamos defendendo: a escrita de Conceição nos permite estudá-la como um ser social, cuja obra se revela como fonte primeira dos caminhos da pesquisa, doando pistas linguísticas para desvendar os meandros da sociedade santomense e, indubitavelmente, a africana, no período que antecede à libertação e parte do pós-independência.

Sempre cientes que, a pesquisa revisita os símbolos da terra-casa, útero-criação, germinação-poesia, fecundação-liberdade criados pelo escritor, como metáforas de caminhos inventados, no único espaço seguro para ele: a poesia. Posto que, ela é “Nascente veia, profundo ventre” (LIMA, 2012, p.16).

Nessa incursão, deduzimos que, no corpo-poema, a imagem matricial de Conceição Lima, cicatriza as dores da invasão, do linguístico e do físico, daqueles que dominaram a geografia e a paisagem de suas ilhas. As incógnitas, do processo de dominação, se equacionam, inevitavelmente, no verbo-poesia como estuante jornada da fala que escreve e inscreve a mulher no escopo do literário, sem perder a ternura do maternal, pois “Moldar os dias dos frutos maduros/ este é teu projeto iniciado e longo” (LIMA, 1987), numa alegorizante fertilidade textual e feminina.

A poesia de Lima nos permite entendê-la como a celebração do amor que convida ao banquete da ancestralidade, no frêmito da corporalidade, na filiação da metáfora fecundando imagens como rebentos subvertidos, com o fulgor revolucionário

da redescoberta, o ardor da necessária mudança apreendida nas incursões da palavra terra: componente semântico da mulher humanizada que se reedifica ante os acontecimentos emocionais traduzidos nos poemas como acontecimentos da emoção primacial – a concepção.

Tudo isso, com o primor da maternalidade que permite recuperar traços, vozes, ruídos íntimos e privados, choros e soluços de dor e prazer. Marcas culturais vincadas há séculos, na dialógica experiência individual, mas que, no texto, desnudam o onírico à partilha coletiva: “Tu és a voz do próprio sonho” (LIMA, 1987). Daí afirmamos com Ferreira (1987) que,

“A multiplicidade de imagens e sentidos derivando entre o enigma e a meridiana intenção patriótica faz integrar duas constantes que, associadas às apresentações e representações da dinâmica social colonial que tudo destrói e reconstrói, criam a metáfora da esperança, não como mito ou utopia, mas como realidade sentida, física, vivida” (FERREIRA, 1987, p.94).

E a “metáfora da esperança”, em Conceição Lima, é como revelar os compromissos do corpo feminino associados aos das palavras que semeiam vidas, e, como todo fazer poético, colhem esperanças e semeiam frutos na lavoura da terra em multiplicidade de imagens, como aves de arribação, na imponência do vôo à busca da fertilização do ser mulher-poeta.

Na reiterante alegoria do corpo da mulher-poeta a palavra, instrumento de outras lavouras, se assemelha ao arado que sulca o solo, não para edificar, mas significar com fruto-discurso-transgressão albergando sementes de liberdade: “À força de viver/ na vida entraste” (LIMA, 1987).

Como uma antecipação do conteúdo humano afetivo de Conceição Lima, deduzimos que ela “Submersa na verticalidade do seu horizonte, traz à tona o poema do milagre da vida” (MEDINA, 1987, p.226). Poema que é vida e se manifesta em constante resistência, porque, através da escrita, ele, o poema: milagre da vida, afirma a transitoriedade do momento social de suas ilhas, prisioneira das águas, no trânsito do “espaço profanado pelo colonizador” (FERREIRA in LUANDINO, 2007, p.131).

Pelo exposto, inferimos: tudo que é supérfluo na poesia santomense, se dissolve na leitura; porém, o duradouro se reduplica nas imagens sugestionadas nela, e, porque liberta espaço e homem da condição de colono, perdura no imaginário do leitor em nacos de monumentos: “transitórias as pedras amargas desaguando/ sem

licença no litoral da aurora, transitória/ a angústia das palavras” (LIMA, 1987) porque o desaguar é marca de transgressão da poeta que rompe a tradição opressora que castrou a movência cultural, a sensibilidade feminina, cuja resistência e desenvolvimento identitário, é marca da memória imutável do sujeito que se reconstrói nas entranhas do poético.

Sua produção, instrumento sociológico que se estrutura no literário, reafirma teorias de que a obra é simulacro da vida, verossimilhança do vivido. E, com a autora de *A dolorosa raiz do Micondó*, o duradouro é colhido do social, das ruas e da história do seu lugar; a poesia fecunda memórias alimentadas no consciente do corpo social e da mulher, lugares de metáforas e imagens umedecidas pelo momento histórico que denuncia o social em consórcio com a natureza: “Emissário de rios esquecidos quem te ouve?/ Oh, surdas são as ondas deste mar/ suspenso/ entre os teus dedos e o teu sonho” (LIMA, 1987).

Na portabilidade semântica da voz poética, o lado mulher aflora no texto, o desenho do humano semelhante à natureza, é cômico de quem viveu os dramas e as fraturas; no magma do olhar de quem conta para não esquecer e não esquecer para contar as escarificações vividas pelo humano e terra africana. “Pássaro de penas rotas e cintilantes/ libertando na noite o tempo cativo/ revolve as horas os magros celeiros/ fustiga tremente o rosto dos meses/ a cólera é teu argumento/ o porvir teu fundamento” (LIMA, 1987). A autora transforma sentimentos íntimos em temática sinestésica com atenuada cor da carne, utilizando a erupção da linguagem como fonte de calor, quando metaforiza corpo, mulher e palavra, através de conotações sexuais: “Libertando na noite o tempo cativo”.

A liberdade subliminar está implantada nestes versos de resistência que decalam os traumas resultantes do projeto colonial português. Uma poética marcada pelo enigma do exílio. Assim, a poesia de Lima assume o mundo colonizado demarcando sua voz isolada em sua terra natal, tentando rasurar a imagem da África como local de memória resultante dos conflitos geopolíticos, para escrevê-lo como espaço de “solidariedade histórica”, (BARTHES, 1999, p.243), com mudança de olhar mais sutil, típico do fazer literário que prima por borrar os limites entre história e literatura. Para confirmar a condição do ser africano imantado a terra qual “o barro da razão que te forjou/ a substância pura que te ligou à vida” (LIMA, 1987).

Sua voz, anteriormente silenciada, se prolonga em polifonia, reconhecendo espaços, ocupando paisagens que se alimentam de deslocamentos, de fatos fictícios

que constroem imagens, na ágora do texto, domando o verbo para pô-lo à serviço da coletividade. Como quem concebe o filho para servir ao mundo, a poesia de Lima serve o mundo, ao filho, em constante diálogo entre terra e vida. Pois, do útero da terra, homem e palavra proporcionam a dimensão do cruzamento de sentidos: “como do chão emerge o milho jovem” (LIMA, 1987).

Sua obra exige o reinvento das coisas, o aprendizado em diálogo com o logos; a dialética que pulsa na vida da práxis se reinventa na linguagem da autora, para depois, se ajustar ao molde de criação dialético. As obras de Lima, só para citar um dos muitos títulos, *No útero da casa* (2004), são a de quem busca a ambiguidade do texto para torná-lo denotativo, pois, os signos demonstram sentidos dícticos, em consonância com sua experiência de vida, na maternal experiência da mulher que (como o poeta) fecunda e é fecundada pelo labor do texto. Pois,

“A fecundação do ventre e a germinação da semente são expressões de um mesmo destino de espera, de resignação, de desencontros entre a ternura que brota desses gestos e a determinação de leis e de costumes. É pela voz da mulher que a escrita poética se faz pele de um outro corpo, um corpo que pulsa e que emite seus próprios ruídos” (FONSECA, 2015, p.111).

Ruídos grávidos de palavras recheadas de imagens da terra, mas sobretudo, do processo de germinação que sustenta, que proporciona o alimento-palavra e a palavra- alimento colhida, na lavoura do texto matricial de subsistência corporal; escrita libertária e visceralmente engajada em apagar a “fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e o seu verdadeiro lar” (SAID, 2003, p.46), o exílio, como “Duas linhas indómitas a desbravar” (LIMA, 1987).

É uma obra que convida ao banquete do verbo, donde o leitor entra por duas linhas, uma que apresenta a exilada voluntária em Lisboa, refugiando-se no texto e, outra, refugiada involuntária na sua terra que faz do texto, seu único espaço seguro a albergar, com cicatrizes como testemunhas – “Toma o ventre da terra/ e planta no pedaço que te cabe/ esta raiz enxertada de epitáfios” (LIMA, 2012, p.52).

A escrita de Conceição Lima “diz dessa memória herdada, a qual eterniza vestígios de “memórias subterrâneas” que transitam pela face e corpo (da palavra) (...) e ganham mais força quando os versos aludem a detalhes” (FONSECA, 2015, p.32) do sempre retomado êxodo, errância, migração, deriva, categorias que tornam possíveis as condições híbridas e heterogênea impostas na vida cotidiana (BERNRD,

2010): “Após o ardor da reconquista/ não caíram manás sobre os nossos campos” (LIMA, 1987).

Nesse contexto socioemocional, a escrita literária de autoria feminina, na pele e corpo da mulher que escreve e se inscreve no texto, brota como metáfora inusitada que flagra a emergência da libertação corporal qual concepção da voz exalada na carne palavra. O poema surge, pois, como formulações de sentimentos internos, substâncias da memória que afloram no verbo-mulher.

Retomando sempre, corpo e memória, casa e útero, tradição e transgressão, o texto poético de Lima prima pelo esteticismo denunciador, mas, principalmente, pelo lirismo enunciador que recupera identidade nacional africana e saberes ancestrais, em pleno conúbio com a natureza-nação.

Como é possível perceber, as representações da fertilidade e da fecundação, em Lima, são constructos frásicos de compreensão do corpo feminino que, qual o ato inicial de contínuo humano, vivifica dor e prazer da mulher mãe, doméstica, mulher/poeta e, na pele da escritora: ser intelectual que fertiliza seu corpo na distopia da tradição patriarcal e literária masculina. São modulações férteis que se retroalimentam com palavras a cada ato fecundado no útero da poesia, como no corpo feminino metaforizado no corpo da mulher a cada conjuração carnal.

SEGUNDA CONCEPÇÃO – NO ÚTERO DA POESIA

Alguns textos dos livros – *No útero da casa* e *A dolorosa raiz do Micondó* e os fragmentos poéticos, tidos, há época, inéditos da obra *Mamana África* de Cremilda Medina (1987) nos servem de pórticos de entrada, às nossas incursões, no espaço dual sugestionado pela autora: casa e pátria, útero e nação, liberdade e consciência política no útero/texto literário.

Nessa dualidade metafórica, íntimo e privado, social e individual, local e internacional, a poética de Conceição Lima está vocacionada à fecundar o tema da liberdade e, conseqüentemente, o da identidade fragmentada ao longo de sua produção. No limiar do texto, o sujeito poético se situa como estrangeiro, homem bipartido pela atrocidade colonial (duplo paradigma do sujeito colonizado: ser ele mesmo imantado no seu eu desejado).

A poesia gesta o ser segmentado em dois – o eu real e o imaginário em conúbio com a liberdade que se esmera em tornar visível os invisibilizados; o real sempre em lide com os sujeitos de identidades reconstruídas no esbulho: “Quando eu não sabia

que era quem sou/ Quando eu ainda não sabia que já era eu” (LIMA, 2012, p.60). Desse modo, a escrita feminina articula a *poiesis* ante o jogo de forças conceptivas para anular a morte e a destruição, fomes e relações de poder que ainda postergam escarificações no corpo como morada da experiência colonial. A escrita, assim, transforma memórias vividas em substâncias escritas rasurando reminiscências grafo(ideológicas) do império português.

A poesia de Conceição Lima aborta o sentimento de apraxia do sujeito – herança colonial – e vivifica a reconstrução como patrimônio identitário visível e audível, a mobilidade flexível, o ofuscamento das fronteiras, o deslocamento cultural, a f(é)sta corporalmente sonora e palpável, mas, principalmente, a fala do sujeito africano, “Para que a palavra amanheça e o sonho não se perca” (LIMA, 1987), posto que, a fala-poesia “desafiou os regentes intuindo nação” (LIMA, 1987).

Da leitura da obra de Lima, confirmamos que “os maiores artistas são aqueles que conseguem recapturar e recriar a totalidade harmoniosa da vida humana” (EAGLETON, 2011, p. 56), no estilhaçado mundo africano, Lima busca a “totalidade” do social pela fala ofuscada das mulheres, em imagens e metáforas sensorialmente inusitadas, ao delatar o colonialismo enraizado no solo africano, na pele da mulher, na alma das muitas crianças, resultado de outro esbulho que personifica a fragilidade do feminino, fortalecendo a resistência, em imagens gestacionais de identidade, de saber e cultura, pois – “Brotam como atalhos os rios/ da minha fala” (LIMA, 2012, p.13).

A poesia feminina de resistência surge, assim, como um ato de transgressão, onde o exercício libertário é tão similar à escrita quanto os desejados na vida social. A imagens gestacionais, criadas entre períodos intervalares de criação e concepção, apagam as frustrações, violências e decepções, e erguem estruturas frásicas de aspirações e sonos, desejos e sensações planificadas de prazer textual e humano.

A transgressão literária herda os conceitos trazidos do político, no qual, a mulher-poetiza exerce um papel ativo e questionador. A obra de Lima inverte os lugares do sujeito passivo que sofre as transgressões, para o sujeito ativo que desvenda as interdições gestadas no colonial.

Desse modo, se a poética social de Conceição Lima, se pauta na subjetividade, por outro ângulo, a objetividade revela os problemas e desafios vividos pelo ser feminino africano, vítima de preconceitos de toda ordem, inclusive da manifestação da palavra oral ou escrita. A fertilidade literária de Lima, submersa na neblina feminina,

concebe o poema como filho. Ambos a serem alimentados, depois do preâmbulo da concepção, com vozes esse último; e com metáforas o primeiro. Isso porque estamos diante de signos que se irmanam na conjuração do verbo: “transitória/ a angústia das palavras ensanguentadas em tuas mãos” (LIMA 1987). O poema, ente telúrico e materno, se apresenta como elemento estruturante do feminino que, qual o fluxo menstrual, ressurge a cada época, como discurso entre a voz histórica e a literária, entre a semente do humano na memória do corpo como representação de vida *in natura*.

A poeta santomense se compromete com uma produção que concebe a literatura como obra de gestação e, que, por isso, apresenta-a como produto do ser socialmente comprometido na concepção do humano, redesenhando os limites entre o poeta e o historiador dos fatos sociais. A gestação e a fecundação que se dão na vida social do homem, também ocorre na vida do poeta em reminiscências corporais e linguagens identitárias: “Todavia devora-me a cicatriz da penúltima batalha/ e tenho por estigma/ a memória de um grande fratricídio” (LIMA, 2014, p.70).

Dessa forma, podemos nos arriscar a afirmar que a produção artística de Conceição Lima está amparada nos signos da geração de vidas, quer sejam elas “imaginadas” no amplo espectro do social, quer sejam “concebidas”, metaforicamente, no da arte. Duas possibilidades que colocam o artista da palavra na inserção das relações de poder e, dentre elas, a literatura. Lima elabora seus textos “projetando uma imagem rica e multifacetada da completude humana” (EAGLETON, 2011, p. 57), confirmando sua escolha ideológica ante o mundo transgressor e opressor do colono. Opressor que despoja corpo e sentimento femininos, tão nefastamente, quanto devasta o conjunto do corpo social.

A sedução pela poesia, símile de vida que emerge da escrita, faz das duas, da sedução e da poesia, a totalidade indivisível do humano. Eis, pois, uma literatura obcecada pela força do prazer e da memória “com metáforas que congelam a realidade mundana e projetam” (SCHLAFMAN, 1987, p.71) acontecimentos: “O padrão a ser erguido” (LIMA, 1987); e, edificam moradas no alicerce do texto – “Puros reabitaremos o poema e a claridade” Lima (1987).

As reflexões feitas permitem inferir, portanto, uma literatura que revela sujeitos vilipendiados, mutilados, incompletos e inimigos de si próprios, porque perderam sua antiga harmonia para o sistema colonial. Mas, que, cerzido pelo poder da palavra, estabelecerá contrastes com o ser que, acondicionado no útero do texto, se apresenta

umbilicalmente religado à consciência da vida. Ser ciente de sua condição, atravessa fronteiras outras “libertando na noite o tempo cativo”, (LIMA, 1987), prenhe de dois seres. Um – “lavrador teimoso de um tempo sem pomar” – alimenta-se do líquido revigorante, a leitura do social; o outro – “Na dura travessia do deserto” protege-se, com as linhas do texto, contra a fratura total.

Revela, pois, a matéria de palavras, seres mutilados pelo devir político, mas costurados ao labor do artístico-social: portador de significados diversos. Conceição esmera o rebento como palavra, e lava-o com a individualidade da consciência feminina que espalha sementes, fazendo brotar a antítese do político-social como síntese do social-político. Lima desarticula os ditames da servidão colonial e, com a poesia como semente do humano, esparge-a no solo sagrado da África em segurança de imagens – “inserindo os sujeitos históricos no conjunto das relações de poder” (SECCO, 2010, p.51).

Noutro contexto, tomando de empréstimo as palavras de (SILVIO RENATO in DELGADO, 2006, p.135), afirmamos que, “problematizando a palavra e seu uso, os textos de (Conceição Lima) parecem arrancar à pátria e à língua o seu caráter supostamente natural, fugindo à ortodoxia e apontando a escrita, a vulnerável escrita, como lar a partir do qual é possível surpreender novos sentidos”.

Puro exercício poético, a prática literária de Lima, que à força de escrever criou a escrita uterina grávida de sonhos que a põe à serviço do leitor. Uma escrita marcada pela existência viva do *modus operandi* da concepção: sedução, respeito, solidariedade. Depurando sua mundividência, gesta o fruto do desvio – desde o étimo de *se-ducere* –, operando uma mudança radical do conceber literário e humano. A solidariedade transmigra do desejado para o realizado, rompendo a geografia dos sentidos, marcada, a solidariedade, pelos traumas das guerras e promessas intervalares; assim, o seu texto-exercício compromete-se, como vetor de resposta à criação substancial, “rasurando os limites entre literatura e história”, (RENATO JORGE in DELGADO 2006, p.136), fecundando a vida.

A mulher-poeta, Conceição, em estado de puerpera criativa, assume o rebento-poesia, ocupando os espaços e os silêncios com gritos e açoites de quem divide, incontestemente, o filho que emerge do canto, como aprendizado do fazer festivo que recupera “a transparência do tempo inicial” (LIMA, 1987); são postulados estéticos que revigoram, ante a estética do parto, a serenidade vivificante qual a concepção

dolorosa, extasiada, ante a realidade suprema que simboliza a renovação constante da vida.

Numa dinâmica agressiva das imagens, a impetuosidade da palavra dá o dinamismo da ação verbal que se conjuga, na poesia de Conceição Lima, em estado sinestésico de engenhosidade dos saberes africanos, com sintagmas de proteção, mapeando significações metafóricas mínimas: “Tuas mãos tingem já de púrpura a noite/ o crepúsculo é o instante supremo da claridade” (LIMA, 1987).

Estamos diante de uma escrita marcada pela dura travessia das palavras; uma práxis que dialoga entre o ficcional e o real histórico sem pretensões de ensinar, mas vincando, no solo africano e no corpo da mulher, experiências como forças propiciadoras de transformação, destruindo os muros dos edifícios prisionais do projeto colonial português, porque ela afirma – “Puros reabitaremos o poema e a claridade” (LIMA, 1987); eis portanto, a delação do desvio: o poema – único lugar seguro à concepção poética e humana – se apresenta como *retorno* que é “assim definido porque sua predileção a uma ideia de “pátria mãe” preconiza uma volta não apenas a um território originário, geográfico, mas, sobretudo, a uma matriz cultural originária, constituída sobre um princípio de unidade e imutabilidade” (BERNRD, 20101, p.129).

Destarte, a palavra impressa no tecido social feminino é a mesma tatuada no tecido da escrita que a expõe como cicatriz, porque a poetiza “assume a criação do mundo que escolheu habitar” (ELIADE, 2001, p.49), o da poesia uterina de permanência.

TERCEIRA CONCEPÇÃO – ILUMINURAS SEDUTIVAS

Os *fragmentos poéticos* de Conceição Lima, da obra *Sonha Mamana África*, de Cremilda de Araújo Medina (1987, p.228 e 228)⁴⁴ – nos servem para demonstrar

⁴⁴ Fragmentos poéticos de Conceição Lima in Medina (1987, pp. 227 e 228): Após o ardor da reconquista/ não caíram manás sobre os nossos campos//E na dura travessia do deserto/ aprendemos que a terra prometida era aqui. // Ainda aqui e sempre aqui. / Duas linhas indômitas a desbravar./ O padrão a ser erguido/ pela nudez insepulta dos nossos punhos. // Emergiremos do canto/ como do chão emerge o milho jovem/ e nós, inteiros recuperaremos/ a transparência do tempo inicial/ Puros reabitaremos o poema e a claridade/ para que a palavra amanheça e o sonho não se perca. I Transitório é este tempo que te divide/ sem o saberes/ transitórias as águas, os tambores quebrados/ transitória a noite que à noite sucede/ sem te veres// Transitória a pálida bruma a/ ocultar-te de ti/ transitório o silêncio ocupando espaços/ além da tua boca/ transitórias as pedras amargas desaguando/ sem licença no litoral da aurora, transitória/ a angústia das palavras ensanguentadas em tuas mãos/ Obstinado peregrino quem te acompanha além de ti?/ Emissário de rios esquecidos quem te ouve?/ Oh, surdas são as ondas deste mar/ suspenso/ entre os teus dedos e o teu sonho. II Mas quem és sobre as horas

questões que foram elencadas e apontadas nos tópicos anteriores e neste subcapítulo.

Vale a ressalva para lembrarmos que, sem títulos, os poemas deixam muitas veredas abertas; a escolha de criação sem o nome que o enuncia, sem uma direção, sem um roteiro de bordo, ao elenco da série de criações, torna o poema mais plural, mais incrustado ao corpo da obra, isto porque, ela está, obsessivamente, concatenada ao todo do texto, desconectando o nome – título – ao sujeito: obra.

O título permite incursões que transitam no jogo entre imagens do suposto, pelo que é dado no conjunto da obra, seu consciente narratológico, num plano de ideias “como significado de unidade de sentido” (KAISER, 1963, p.11).

A poética de Lima, ao excluir o título dos fragmentos poéticos em estudo, proporciona uma ruptura do convencional, pois, como aduz (COELHO, 1986, p. 82) “A verdadeira poesia sempre resultou de uma quebra na maneira convencional de ver o mundo. Foi sempre a revelação de algo inesperado numa coisa, ser ou fenômeno já conhecido”. Desse modo, na negação do título o poeta “assume uma dimensão e significação não encontradas antes” (COELHO, 1986, p.83), mas, no entanto, o fazer literário proporciona, num diálogo metalinguístico entre o ser escritor africano e o africano que se inscreve no que produz, “pois na simetria das coisas enterram a luz das ideias” (LIMA, 2012, p. 48).

E despojados, sem nomeação, se entregam carentes de algo que possa funcionar como uma introdução... Isto para dizer que, sem a proteção do título, o poema se apresenta nu à cena da leitura, igualmente o sujeito africano que, sem algo que o identifique, supostamente, desprovido de um perfil, como o poema, o torna anônimo, pois foi desfigurado pela condição colonial que doou nomes católicos e antípodas, levando o poeta a criar outros, como marca de sua rejeição.

Alijado da identificação primeira, sem uma referência onomástica que o remeta ao seu clã, à sua forma de ser com exercícios e rasuras, sempre provisórios, mas em

caminhando?/ Quem és lançando fúrias no deserto?/ Que és sobre a morte morrendo?/ Sobre a morte erguendo quem és? III Pássaro de penas rotas e cintilantes/ libertando na noite o tempo cativo/ revolve as horas os magros celeiros/ fustigas tremente o rosto dos meses/ a cólera é teu argumento/ o porvir teu fundamento/ À força de viver/ na vida entraste/ à força de sonhar criaste o sonho/ tu és a voz do próprio sonho/ lavrador teimoso de um tempo sem pomar// (...) Moldar os dias dos frutos maduros/ este é teu projecto iniciado e longo/ o barro da razão que te forjou/ a substância pura que te ligou à vida/ quando aprendeste os segredos da noite/ e penetraste as trevas como espada fulgurante// Tuas mãos tingem já de púrpura a noite/ o crepúsculo é o instante supremo da claridade// Quem fará recuar o tempo anunciado/ por tambores e águas/ noite a noite sem cessar?

constantes ruminações da escrita – “e conheço em minha voz a tua fala/ No teu âmago, como a semente na fruta/ o verso no poema, existo” (LIMA, 2012, p.54).

A poesia de Lima é daquelas que iluminam e seduzem porque são “fruteiras em permanente parto de gordos frutos” (LIMA, 2012, p.57) e mais, certeiras afirmam e nomeiam em primeiríssima pessoa, o estigma da separação:

“Eu direi dos coágulos que mineram a fibra e a paisagem
dos jazigos nos pilares da Cidade
e das palavras mortas, assassinadas que sem cessar porém
renascem
na impura voz do meu povo.” (LIMA, 2012, p.56).

A palavra casa, como útero do lar, privado, serve, no poema de Conceição, como símbolo consciente que desperta tensões sociais ao que é da coletividade, a Cidade como espaço público apresentando-se como um grande cemitério que é, também, espaço da última morada, ou seja, útero da terra que recebe os retornados da grande diáspora vida.

Tais tensões são invocadas ao labirinto da linguagem com a força da ancestralidade que recupera, pela imagem do útero, o aconchego primeiro, o *lócus* seguro da gestação, que, por isso, se associa à casa maternal e umbilicalmente ligada à terra. “A casa crescia com pernas de pedra” (LIMA, 2012, p.64) e, mais ainda, a evocação é mais marcante porque exala o retorno – “Reabitaremos a casa, nossa intacta morada” Lima (2012, p.68): a pátria africana como *Outra paisagem*.

O útero, habitat circunferencialmente recuperado como matéria-prima de lembranças coletivas, vivifica os poemas como memórias. Porque, no componente semântico da poesia uterina de permanência, sua metáfora alegórica mais cara, perdura nas pevides dos poemas em contínuo aprendizado do corpo como elemento constituinte e fundantes da relação criativa.

A poeta incursiona o seu périplo nas profundezas do inconsciente, para, através do metafórico corpo da linguagem, recepcionar o homem ante as dores do parto, (que, no tangente às descobertas infantis, ressoam como “os murmúrios de um rio incerto” (LIMA, 2014, p.70)), antecipadas pelo esperpento colonial. Oriundo, o esperpento, do poder simbólico das metáforas inusitadas que alegorizam o útero, mas também, como poder simbólico que se imprime nos sentidos e significados da escrita feminina de expressão portuguesa em vias de libertação.

Alegorizando a metáfora uterina, casa e útero, consciente e inconsciente, fecundam as entranhas da poesia da autora, objetivando a recriação da pátria retalhada que se restaura nos signos da criação. Na concepção, maternal e literária, útero e casa possibilitam recompor a identidade social africana que, abortada pelo político, agora viceja no cultural em contiguidade com o histórico-literário.

A poeta grávida pela sedução primária do coletivo: terra e nação e pelo privado: útero e casa, transforma seu texto em lugar de afeto, recolhendo lembranças, vasculhando os espaços ao nível da palavra poética; onde ela, a mulher grávida de memórias ancestrais, desvela atrocidades deixadas pela história, para, finalmente, tornar monumento o instante cósmico vivido: “O padrão a ser erguido/ pela nudez insepulta dos nossos sonhos”, (LIMA, 1987), marco divisório entre memória literária e literatura histórica que demarcam o período primário da nudez: cultural, econômica e histórica.

As energias vitais – consciente e inconsciente – expostas à ideia fragmentada de nação, por intermédio de signos da habitabilidade, porque consciente, remetem à imagem da casa: espaço geográfico do individual e, porque uterino, restauram o inconsciente do instante anterior à conjuração carnal, onde o socializado se solidariza às simbólicas vontades do livre. Constroem assim, o deleite corpóreo e o prazer libertário, imagens do homem em sua autêntica liberdade coletiva. “e nós (SIC), inteiros recuperaremos/ a transparência do tempo inicial” (LIMA, 1987).

Os textos da autora africana, nos amparam tal qual a citação da pesquisadora brasileira que sustenta a definição do ser poeta – “No íntimo, o domínio da poesia, a forma de intuir a Vida” (MEDINA 1987, p.351). Intuir e constituir a vida que se solda às imagens do maternal que, como um ato de concepção, aloja em suas entranhas a dor do conceber e o ardor de exceder-se nas linhas do social, em equilíbrio da palavra, com imagens prenhes do signo feminino. Posto que: “As mulheres compõem/ por sobre a paisagem/ um estranho contorno/ de tonalidade” (SANT’ANNA in SAÚTE e SOPA 1992, p.28).

O texto poético de Conceição incursiona, lentamente, à busca das origens; essas emergem no longo caudal mnemônico, deixado pelos rastros das guerras⁴⁵ que

⁴⁵ De 1961 a 1975, ano da independência de Moçambique, a produção poética se teceu nessa chave revolucionária; a poesia se fez “necessária”, arma de politização do povo. Nos anos seguintes os poetas continuaram a cantar a vitória e a liberdade recém-conquistada. (Símile ideia pode, ressalvadas as proporções, ser estendida à São Tomé e Príncipe). Essa euforia, entretanto, durou pouco, pois o governo livre, composto pelos quadros da FRELIMO, logo após 25 de junho, começou a ser

a poética de Lima solicita como volta às harmônicas cosmovisões, ou seja, busca recuperar o instante da usurpação geográfica e humana e o do ultraje linguístico e cultural, para espargir verdades como imanência de “um processo histórico que urge problematizar para compreender” (SAÚTE, 1992, p. 09).

Dessa forma, a poesia alberga a imagem matricial do útero, a qual revela os tons do mosaico cultural que compõem a paisagem geográfico-social africana. Os textos, forjados neste caudal cultural, concedem ao leitor, uma dimensão ontológica do ser social no qual “aflora(r) um mundo obnubilado da vida quotidiana” (SAÚTE e SOPA, 1992, p.11).

CONCLUSÃO

Analizamos uma poética que ressoa vozes de resistências, denunciando a “cidadania dilacerada” (SANTOS, 2002) que decalca metáforas inusitadas em diálogo com a pátria atravessando a sensibilidade de quem viveu os momentos traumáticos das guerras africanas e parte do processo de colonização.

Escreve, Conceição Lima, como quem concebe a poesia como corpo da mulher e a concebe com o fito de se libertar das cicatrizes que ainda germinam no solo e pele do ser africano – “Eu, a nómada que regressará sempre a Juffure” (LIMA, 2012, p.19) – vincando a errância diaspórica, com ressonâncias, ainda, de repressão da fala, quando analisamos a zeugma do verso ser (Eu sou a nómada): metáfora uterina que internaliza o texto e o expele com pretextos de conceber e transferir o patrimônio poético como gênese da Criação.

A nação imaginária se assemelha à terra telúrica e maternalmente uterina; símile de liberdade que concede o poder de escolha como quem cria o filho, mas também, como lugar de retorno sempre provisório porque é “Aqui onde o inferno acontece/ neste lugar onde me derramo e permaneço” (LIMA, 2012, p.71): o texto-útero semeado de palavras.

Dito isso, a força gestacional dessa linguagem afetiva cria a escrita e concepção maternal, clamando por sociabilidade e trânsito de culturas femininas de caráter nacional e popular, na escrita de Conceição Lima, isso porque, o ato criativo é

desestabilizado pela RENAMO, partido de oposição, que, insuflado pela África do Sul, partiu para guerrilhas, ocasionando uma guerra civil que durou dezessete anos (1975 a1992) (SECCO in DOPCKE 1998, p.221).

transcrito das entranhas do corpo através da relação entre memória e corpo, escrita e concepção, prazer e frustrações reveladas em padrões deixados pela história colonial em São Tomé e Príncipe.

Nossa investigação revelou categorias do campo político, sociológico, histórico e literário que dão a dimensão da resistência da mulher africana sobrevivente das catástrofes do capital (guerras coloniais e internas, diásporas, mobilidade cultural, errância), no palimpsesto herdado de uma cultura colonial que vilipendiou sua condição social e a fez criar estratégias de confrontos e legitimações, através do literário.

Por conseguinte, os excertos em análises possibilitaram afirmar que Lima conclama saberes africanos, sob o signo do útero, da casa, da cidade, da pátria como espaços primeiros porque “criam a metáfora da esperança” (FERREIRA, 1987, p.94) como arquivos de memórias: “Eu que libertei como carta de alforria/ esse dúbio canto e sua turva essência” (LIMA, 2012, p.18).

Desse modo, ao agenciamento da poesia, a escritora elenca cenas do social ao concílio do verbo com aprimoradas falas daqueles que eram apenas coadjuvantes da história, pois, a poeta africana faz do texto, sua persistência humana que não se deixa estagnar: andrajo sempre à busca do centro. E, isso porque, concordando com, dizemos – “o poeta liberto dos mitos da inferioridade social, identifica-se com o destino do homem negro e o repõe no quadro que lhe cabe da sabedoria universal” (FERREIRA, 1987, p.91).

Concluindo, na poética de Lima, afirmamos que o metafórico, o inusitado, o imprevisto estão na sua arma de combate ressoando no tilintar das palavras que, nas travessias – sua e do verbo – albergam o conhecimento ancestral como parceiro de viagens. Indubitavelmente, em Lima “o universo que se vai desenhando a nossos olhos é marcado pela existência de uma disponibilidade real e intensa para a sobrevivência, torneando a barreira da humilhação”(FERREIRA in LUANDINO, 2008, p,121), através do único instrumento possível da escritora, sob a ótica de uma necessidade uterina, provocada por razões sociais, a poesia.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Mário de. **Antologia temática da poesia africana**. Na noite grávida de punhais. Lisboa: Sá da Costa, 1975.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- BERNRD, Zilá. **Dicionário das mobilidades culturais: percursos americanos**. Porto Alegre, Literalis, 2010.
- BURKE, Petter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro Zahar Editores, 2008
- CHIZIANE, Paulina. **Ventos do apocalipse**. Lisboa: Caminho, 1999.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura & Linguagem** – introdução aos estudos literários. Edições Quíron, 1986.
- DELGADO, Ignacio G. **Vozes (além) da África: tópicos sobre identidade negra, literatura e história africana**. Juiz de Fora: UFRJ, 2006.
- DOPCKE, Wolfgang. **Crises e reconstruções – estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos**. Brasília: Linha Gráfica, 1998.
- EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literaturas africanas de língua portuguesa – mobilidades e trânsitos diaspóricos**. Belo Horizonte: Nadyala, 2015
- KAYSER, Wolfgang. **Análise e interpretação da obra literária (introdução à ciência da literatura)**. Coimbra: Editor Arménio Amado, 1968.
- LIMA, Conceição. **A dolorosa raiz do Micondó**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Sonha mamana África**. São Paulo: Edições Epopeia, 1987.
- RICCIARDI, Giovanni. **Sociologia da Literatura**. Lisboa: Men Martin e Europa América, 1971.
- SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SANTOS, J. V. T. dos. **Microfísica da violência, uma questão mundial**. Ciência e Cultura: São Paulo, 2002.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos. São Paulo: EdUSP, 2008.
- SAÚTE, Nelson e SOPA, António. **A ilha de Moçambique pela voz dos poetas**. Lisboa: Edições 70, 1992.
- SCHLAFMAN, Léo. **A verdade e a mentira – novos caminhos para a literatura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.
- SECCO, Carmen Lúcia. **África escritas literárias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Angola UEA, 2010.
- SECCO, Carmen Lúcia. **Brasil e África como se o mar fosse mentira**. São Paulo, Unesp, Chá de Caxinde, Luanda Angola, 2006.
- SILVA, Fabio Mario da. **O Feminino nas Literaturas Africanas em Língua Portuguesa** Lisboa: CLEPUL, 2014.
- VIEIRA, José Luandino. **A cidade e a infância**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

Capítulo 18

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E PANDEMIA: DESAFIOS
EM TEMPOS PANDÊMICOS**

Bárbara Domingues Nunes

Tiago da Silva Andrade

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PANDEMIA: DESAFIOS EM TEMPOS PANDÊMICOS

Bárbara Domingues Nunes

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social-PPGSS/PUCRS.
Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade-
NETSI. Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar e Gestão
Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos. Email:
nunesbarbara1@gmail.com.*

Tiago da Silva Andrade

*Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PPGSS/PUCRS.
Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Redes, Identidades e Subjetividade –
REDIS. Especialista em Direitos Humanos e Serviço Social – Unipampa; E-mail:
tiago_libr@hotmail.com.*

RESUMO

O presente artigo é fruto das discussões realizadas na disciplina de Política de Assistência Social e SUAS do primeiro semestre no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social PUCRS, como breve revisão bibliográfica, e leitura de realidade a partir da experiência profissional, vivenciada no contexto pandêmico. Que suscitou a reflexão sobre a definição de governança e as políticas públicas intersetoriais, em especial o SUS e SUAS. As quais no contexto pandêmico foram consideradas como áreas essenciais, mas vistas sob condições desiguais. Onde a maioria das discussões teórico-práticas mencionam a Política de Saúde enquanto trabalho ininterrupto e com maior ênfase diante dos riscos de contaminação, ao passo que trabalhadores e trabalhadoras do SUAS também perderam suas vidas, não receberam vacinas e foram invisibilizados na pandemia com a Política de Assistência. A qual foi considerada como essencial somente para entrar na arena e enfrentar as diversas demandas colocadas sob sua responsabilidade.

Palavras-chave: Intersetorialidade. Pandemia. Assistência Social

ABSTRACT

The present article is fruit of the quarrels carried through in disciplines of Politics of Social Assistance and ITS of the first semester in the Program of After-Graduation in Social Service PUCRS, as soon bibliographical revision, and reading of reality from the professional experience, lived deeply in the pandemic context. That it excited the reflection on the intersectoriais definition of governança and public politics, in special the SUS and ITS. Which in the pandemic context had been considered as essential

areas, but seen under different conditions. Where the majority of the theoretician-practical quarrels ahead mentions the Politics of Health while uninterrupted work and with bigger emphasis of the contamination risks, to the step that diligent and diligent of ITS its lives had also lost, they had not received vaccines and they had been invisibilizados in the pandemic with the Politics of Assistance. Which was considered as essential to enter in the enclosure for bullfighting and only to face the diverse demands placed under its responsibility.

Keywords: Intersectorality. Pandemic. Social Assistance.

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social, reconhecida enquanto política pública a partir da Constituição Federal de 1988, integrante do tripé da Seguridade Social, tem sido pauta de discussões que envolvem a sua essencialidade no atendimento das demandas da população. Contudo, cabe o questionamento se é tão somente desta política a responsabilidade das diversas demandas apresentadas, em especial no contexto de pandemia, cuja disparidade entre Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) mostra-se mais acentuada.

No primeiro subitem, discute-se a Política de Assistência Social enquanto estruturadora, e não como mediadora de acesso a outras políticas e direitos. Também são consideradas algumas reflexões sobre a caracterização do trabalho intersectorial de acordo com as diferentes governanças, tendo em vista as demandas que deveriam ser de responsabilidade das demais políticas que compõem a rede intersectorial.

No segundo momento aborda-se a distinção entre governança e governabilidade nas tecituras do contexto intersectorial no cenário da pandemia de Covid-19. Essa abordagem instiga a leitura e o fazer profissional para o rompimento com o viés da setorização e compartimentalização das demandas, ao atribuir a responsabilidade unilateral para apenas uma política, desconsiderando a importância do trabalho intersectorial e a incompletude do trabalho fragmentado. Este desafio é histórico na assistência social, no sentido de instigar a corresponsabilização das demais políticas que, teoricamente, compõem a rede intersectorial.

2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: INTERSETORIALIDADE E GOVERNANÇA EM TEMPOS DE PANDEMIA

A Política de Assistência Social reconhecida a partir da Constituição Federal de 1988, enquanto direito social e dever do Estado, foi regulamentada pelo Governo

Federal, em Lei Orgânica e com anuência do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), buscou através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) a implantação de um modelo de gestão com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS 2005).

Desse modo, à Assistência Social não se pode atribuir a tarefa de realizar exclusivamente a proteção social. Esta compete, articuladamente, às políticas de emprego, saúde, Previdência, habitação, transporte e Assistência, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal. Se esta articulação não for estabelecida, corre-se dois riscos: o primeiro, de superdimensionar a Assistência Social e atribuir a ela funções e tarefas que competem ao conjunto das políticas públicas; e o segundo, de restringir o conceito de proteção social aos serviços socioassistenciais; neste caso, o conceito de proteção social passa a ser confundido com a Assistência Social e perde sua potencialidade de se constituir em amplo conjunto de direitos sociais (CFESS, 2013, p. 9).

Portanto, chama-se atenção aqui para não atribuir somente a Política de Assistência Social a responsabilidade pela proteção social, considerando que esta é atribuição também das demais políticas que compõe o tripé de seguridade social, como as políticas de educação, habitação e previdência que deveriam atender a população e suas diversas demandas sob uma lógica intersetorial.

A principal justificativa é de que as políticas que compõe a seguridade estão longe de formar um vasto mecanismo de proteção social, pois: avançam na mercantilização e privatização através das políticas de saúde e previdência e ampliam a assistência social a qual torna-se o mais novo fetiche para enfrentar a desigualdade enquanto principal mecanismo de proteção social, ou seja, uma solução para combater a pobreza (MOTA, 2010). Exemplo disto é o que se vivencia no atual contexto pandêmico. Com o aumento expressivo das demandas na Política Pública de Assistência Social a qual, juntamente com a Política Pública de Saúde, passou a ser considerada como área essencial⁴⁶ para enfrentamento da COVID-19.

Ao passo que os demais órgãos da rede de atendimento desde início da pandemia mantiveram-se fechados, alguns atuando por escalas, e outros de forma

⁴⁶ Decreto Nº 10.282, de 20 de Março de 2020 que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, define os serviços públicos e as atividades essenciais, sendo que uma das áreas principais no enfrentamento a pandemia é a Política de Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2020/decreto/D10282.htm#:~:text=Objeto-,Art.,p%C3%BAblicos%20e%20as%20atividades%20essenciais. Acesso em: 20 Set.2020.

remota, o público permaneceu em atendimento, presencial e de forma ininterrupta na Política de Assistência Social. Diante do exposto, considerando a transversalidade das demandas, em especial entre Saúde e Assistência Social, observa-se a necessidade de uma reflexão crítica sobre a intersectorialidade entre estas políticas que são consideradas áreas essenciais, mas não o são no que tange a sua equidade em relação às demandas e reconhecimento do papel intersectorial.

O SUAS prevê em seus princípios organizativos a articulação intersectorial entre suas competências e suas ações com os demais sistemas de defesa dos direitos humanos, como o Sistema Único de Saúde – SUS, Sistema Nacional de Previdência Social, Sistema Estadual e Nacional de Justiça e com o Sistema Educacional (BRASIL, 2005). Portanto, uma gama de setores que também devem manter estreita articulação em prol da garantia dos direitos da população que é atendida paralelamente pelos diversos serviços da rede de atendimento.

Nessa perspectiva, buscamos contribuir para o aprofundamento da discussão em torno da intersectorialidade entre as políticas, de modo a aprimorar sua efetividade no atendimento da população, por meio de uma melhor articulação entre os atores que elaboram, programam e executam as políticas públicas e na construção de novos mecanismos e experiências que valorizem o saber construído pelos sujeitos envolvidos (NASCIMENTO, 2010).

A intersectorialidade se integra como uma nova forma de trabalhar, de governar e de construir políticas públicas, visando à superação da fragmentação dos conhecimentos, e das estruturas institucionais para produzir efeitos significativos no atendimento da população, o que exige a articulação entre sujeitos de diferentes setores sociais e, portanto, de saberes, poderes e vontades diversas, para enfrentar problemas complexos (JUNQUEIRA, 2004, p. 8). Tais ações são desafiadoras, pois exigem a sistematização da prática profissional, construção de novas respostas e consequentemente geram novas demandas.

O princípio da intersectorialidade constitui pilar fundamental na reflexão sobre efetivação dos direitos sociais nas políticas públicas, visto que não se pode pensar na construção destas políticas sem mencionar a interação, integração dos órgãos, saberes e instituições objetivando atingir resultados integrados para as diversas situações que se apresentam no cotidiano (CUSTÓDIO; SILVA, 2015).

Tal eixo de atuação pressupõe a totalidade, rompendo com a desintegração e setorização das políticas públicas. Em uma perspectiva de intersectorialidade entre as

políticas sociais ou no interior da mesma política, com conhecimento e ações mais especializadas para problemas sociais complexos. Contudo, este processo poderá encontrar resistências dos diferentes grupos, visto que esta nova forma de atuar implica mudança nas práticas e na cultura da atuação (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013).

As resistências são consequências da problematização de práticas pautadas na monopolização do conhecimento, ausência de comunicação entre os setores e reflexão teórico-prática. Assim, na intersectorialidade as equipes técnicas e suas metodologias de trabalho são impelidas ao diálogo e construções coletivas, visando à inclusão social de forma a garantir o acesso igualitário aos desiguais. (NASCIMENTO, 2010). Tais ações são desafiadoras, pois exigem a sistematização da prática profissional, construção de novas respostas e consequentemente novas demandas para o âmbito de atuação profissional.

Sob a ótica do funcionamento não se vislumbra nenhuma iniciativa de mudança, permanecendo a estrutura atual com administrações e orçamentos distintos; do ponto de vista da cobertura universal, a despeito da nova política de assistência, e dos inúmeros avanços que ela contém, tememos pela inversão da equação que apontou Boschetti e sobre a qual nos referimos anteriormente, ou seja, se antes a centralidade da seguridade girava em torno da previdência, ela agora gira em torno da assistência, que assume a condição de uma política estruturadora e não como mediadora de acesso a outras políticas e a outros direitos, como é o caso do trabalho (MOTA, 2011, p. 138).

É de suma importância que os profissionais e gestores envolvidos na implementação do SUAS, tenham a compreensão sobre as atribuições das políticas que integram a seguridade social. Para não direcionar à assistência social a responsabilização pelas situações de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social. Situações estas que precisariam ser atendidas pelas diferentes políticas públicas, começando pela econômica, através do compromisso com acesso ao emprego, renda e distribuição da riqueza (CFESS, 2011). Compromisso este que vai se caracterizar de acordo com as diferentes governanças, conforme será tratado no próximo item, e suas respectivas percepções no trato da gestão da coisa pública que poderá ou não atribuir centralidade na assistência social para atendimento das diversas demandas que deveriam ser de responsabilidade dos demais setores da rede intersectorial.

2.1 Breve distinção entre Governabilidade e Governança e as tecituras no contexto intersetorial

A gênese da palavra governança provém de um vocábulo grego que significa direção. Portanto, logicamente, seu significado principal é dirigir o setor econômico e a sociedade visando objetivos coletivos, sendo de suma importância à mobilização e organização política dos movimentos sociais como os relacionados às mulheres, crianças e imigrantes, pois tal articulação exige serviços públicos transversais. Ponderando, que a melhor maneira de compreender a governança das políticas públicas e sua implementação é considerar os instrumentos que os governos têm à disposição nos diferentes contextos e cenários (PETERS, 2013).

A partir da década de 1980 e, em especial, durante os anos 1990, com a democratização do país e a promulgação da chamada “Constituição Cidadã” em 1988, intensificaram-se os processos de inovação nas políticas públicas, nas relações entre o Estado e Sociedade, com a emergência de experiências de gestão participativa e intersetorial em todos os cantos do país. Tais experiências expressam tanto a necessidade e o desejo de desenvolver ações intersetoriais como as dificuldades encontradas para criar formatos viáveis para a sua execução – em termos de políticas e desenhos organizacionais e gerenciais (OLIVEIRA, 2009, p. 312).

A execução da intersectorialidade denota não haver receitas e metodologias pré-estabelecidas. Há, alguns insipientes aprofundamentos teóricos, experiências e tentativas de qualificá-la e significá-la com maior clareza visando a superação das dificuldades relacionadas ao tema e sua implementação nos diversos contextos de governança que permeiam a realidade dos diferentes níveis de poder.

Retomando a definição da Governança sua definição é realizada para compreender as novas características institucionais direcionadas para dimensionamento da participação da sociedade na gestão das políticas públicas. Partindo de uma definição genérica acredita-se que governar é um processo de interação, visto que nenhum ator da rede de atendimento é autossuficiente em ter todas as respostas para todos os problemas. Desta definição de governança advém modernos mecanismos de gestão que têm como foco central a mobilização dos variados recursos do governo e atores da rede de atendimento para o sucesso das políticas públicas intersectoriais (PETERS, 2013).

Sendo assim, a capacidade governativa não seria dimensionada tão somente pelos resultados das políticas governamentais, mas pela maneira que o governo exerce seu poder na interlocução intersetorial. Conforme o Banco Mundial, em seu documento a governança é a execução da autoridade, controle e administração pelo governo, ou seja, mecanismo pelo qual o poder é realizado ao administrar os recursos sociais e econômicos em prol do desenvolvimento de um país. O que envolve o planejamento, formulação e implementação das políticas e suas funções (PETERS, 2013).

Algumas questões merecem ser destacadas, pois, compreende-se que uma “boa” governança é fundamental para um desenvolvimento que integre desenvolvimento econômico, igualdade social e direitos humanos (GONÇALVES, 2005). Os procedimentos e ações governamentais na execução de suas metas tornam-se pertinentes ao incluir questões como o aparato institucional nos espaços decisórios, a relação público-privado no planejamento de políticas e abertura para a participação dos diferentes setores e esferas do poder.

Em relação ao âmbito conceitual, um dos sérios problemas da análise científica é a falta de exatidão dos conceitos. A palavra governança parece estar recebendo um uso amplo da expressão sem o cuidado analítico necessário, pois o seu significado deve ser aplicado conforme o contexto apresentado, visto que tem aplicação em variados campos de atuação com diferentes sentidos.

Governar significa ter uma posição de força em que seja possível realizar uma função relacionada ao poder de decisão e sua implementação na gestão dos espaços institucionais. A governabilidade remete a extensão estatal do poder relacionada às condições para seu exercício. Nas quais se incluem suas características políticas, formas de governança, relações de poder e intermediação de interesses. A governabilidade precisa do engajamento dos diferentes protagonistas a exemplo do Estado, comunidade, sociedade civil e usuários da ação pública (CARVALHO, 2006).

A governança está ligada à capacidade dos atores políticos no exercício da sua autoridade com uma dimensão mais ampla que pode incluir questões presentes na governabilidade, mas que vão além. Por exemplo, governança refere-se ao *modus operandi* das políticas governamentais. Entende-se que a governança não se limita aos aspectos gerenciais do Estado e nem ao seu eficaz funcionamento, mas abrange também as relações sociais estabelecidas na gestão das políticas públicas (GONÇALVES, 2005).

Governança diz respeito às diferentes dimensões e maneiras de realizar a gestão das demandas, ao envolver Estado e setores privados. Governança relacionada ao cenário e participação ativa de setores e atores não-estatais, contribui para ampliação das contribuições que podem ser determinantes nos resultados das políticas públicas no que se refere ao campo da produção e correção das normativas legais.

A autora ressalta alguns dos princípios que estão implicados nesta nova governança pública e que precisam estar conexos com a lógica do SUAS:

Uma arquitetura de gestão pública fundamentada na lógica da cidadania viabiliza ações integradoras em torno do cidadão e do local como eixos de um desenvolvimento sustentável. Políticas e programas devem ser desenhados pelo prisma de multisetorialidade substituindo os tradicionais recortes setoriais e especializações estanques. Ações públicas fortemente conectadas como o conjunto de sujeitos, organizações e serviços da cidade. Não mais ações isoladas (CARVALHO, 2006, p. 128).

Diante do exposto, ressalta-se que no atendimento das diferentes demandas da conjuntura atual é necessário romper com o viés da setorização e repasse de responsabilidades, ou seja, cada setor, serviço e ator da rede de atendimento deve ser corresponsável e agir pelo objetivo comum que é o acesso da população através do trabalho intersetorial, o que pressupõe a contínua integração entre as diferentes políticas públicas, bem como a participação da sociedade na construção das mesmas.

Em um artigo sobre “a pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde” o autor refere que ao contrário do que é recomendado no contexto da pandemia no que tange ao isolamento e quarentena, os profissionais dos serviços de saúde tiveram suas férias canceladas e estão atuando presencialmente. Contudo, sabe-se que isto não aconteceu somente com os trabalhadores do SUS, mas também com os profissionais do SUAS. Sistema este que permaneceu invisibilizado no contexto pandêmico, mas que alcançou como nos diz Carvalho (2006) o “status de política fundamental”, sendo a principal porta de entrada que a população procurou atendimento.

Sposati salienta que a lógica neoliberal se utiliza de subterfúgios hierarquizados que colocam para baixo a assistência social, vista como inferior à promoção social e ao desenvolvimento social:

Essa compreensão discriminadora com a proteção social é tão forte que passou a nominar com as alcunhas de promoção social e/ou desenvolvimento social os órgãos de gestão da política de assistência social em todos os entes federativos e sob gestão de representantes de diferentes partidos políticos. Assistência social passa a ser nome de batismo só quando geminada a promoção e o desenvolvimento social. Caso contrário, seria tomada como expressão de tutela (SPOSATI, 2021, p. 2021).

Como podemos observar, a Assistência Social sempre foi concebida de forma discriminatória, e no contexto pandêmico não foi diferente. A autora ainda salienta que “esse frágil argumento deixa a largo o fato de que nenhuma política social estatal guarda em si a condição revolucionária de superar os interesses do capital” (SPOSATI, 2021, p. 2021). Tal reflexão contraditoriamente nos remete para a justificativa, injustificável, que dentre todas as políticas públicas, cabe centralizar a maioria das demandas relacionadas às desigualdades sociais sob a responsabilidade da Política de Assistência Social.

Tal reflexão supracitada é contraditória na medida em que a Assistência Social é taxada de forma discriminatória, não reconhecida e tão criticada historicamente e contemporaneamente. Talvez porque as suas proteções não são palpáveis? Contudo, acredita-se que não cabe a esta política tirar a população da situação de subalternização, assim como não cabe a nenhuma política de forma isolada. O que requer lutas coletivas e trabalho intersetorial entre as políticas públicas, cuja efetivação dos direitos deverá considerar até mesmo sua judicialização, como nos diz Sposati.

Carvalho ainda nos diz que estamos vivenciando uma grande transformação nos padrões de desenvolvimento de políticas públicas, “não apenas pressionados pelo receituário neoliberal, mas pressionados igualmente por novas demandas e pressões da sociedade civil” (CARVALHO, 2006, p.128). Ressalta-se que até mesmo a produção de conhecimento reforça esta lógica de que somente o SUS permaneceu trabalhando o que deslegitima o trabalho realizado por trabalhadores do SUAS, que perderam suas vidas na pandemia em virtude da ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), vacinação e demais atenções e recursos necessários para atuação profissional.

Destaca-se a importante reflexão a partir da realidade dos trabalhadores do SUAS, os quais relatam a dificuldade no trabalho intersetorial, visto que muitos usuários e demandas do SUS e dos seus respectivos serviços são direcionados,

centralizados e acolhidos no SUAS. Onde até mesmo os usuários acabam procurando os assistentes sociais no SUAS, seja porque talvez não identifiquem estes profissionais na saúde e/ou a disponibilidade do atendimento nesta política, ou até mesmo porque a demanda é realmente direcionada para a Assistência Social. Portanto, diante de tais considerações faz-se necessário aprofundarmos o conhecimento e reflexão crítica sobre a governança/governabilidade, intersetorialidade e suas implicações na vida dos usuários atendidos nas diversas políticas públicas, em especial no SUAS e no SUS.

3 CONCLUSÃO

As considerações aqui tecidas fazem-se necessárias para aprofundarmos a reflexão sobre a governança, intersetorialidade e suas implicações na vida dos usuários atendidos nas políticas públicas, em especial no SUAS e no SUS. Compreendendo que o status de política fundamental, atrelado a assistência social descaracteriza o trabalho intersetorial, além de lhe atribuir a noção de insuficiência. Visto que o atendimento das demandas da população de forma unilateral, nunca vai dar conta de superar as suas necessidades de atendimento.

A atenção para o viés intersetorial requer o comprometimento das governanças locais, estaduais e federal, cuja governabilidade exige o manejo na arena das discussões e compromisso através do *modus operandi* da coisa pública. Portanto, exige o engajamento de todos nas discussões e superação da perspectiva de que a Assistência Social é a principal política de atendimento e não uma das responsáveis e partícipes do tripé da seguridade social.

Ao avançar nas discussões, talvez possa-se superar o viés de política fundamental, tão bem justificada nas legislações e no trabalho intersetorial no contexto pandêmico. E assim, compreender o que são políticas fundamentais, quais as existentes, se existentes, e quais as implicações que o trabalho intersetorial exige com a soma de esforços de todos que nele atuam?

Sem dúvidas, as respostas poderão contribuir para dar visibilidade ao SUAS, fortalecer o trabalho intersetorial, subsidiar o comprometimento das governanças, e valorizar os trabalhadores dos diferentes níveis de escolaridade. Além de reconhecer aqueles que perderam suas vidas, sob a justificativa de área “essencial” que recebeu,

sofreu dois pesos e duas medidas ao não ganhar efetivamente apoio, reconhecimento e condições necessárias para o atendimento da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Política Nacional de Assistência Social. Brasília. 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. Revista Serviço Social e Sociedade n.º 87. São Paulo: 2006.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2013.

CUSTÓDIO, André Viana; SILVA, Cícero Ricardo Cavalcante. A Intersetorialidade nas Políticas Sociais Públicas. In: Seminário nacional demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea 11., 2015, Santa Cruz do Sul. Revista Seminário Nacional: Demandas Sociais e Políticas na Sociedade Contemporânea, Santa Cruz do Sul, p. 2-18, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14264/2708>. Acesso em: 10 mar. 2017.

GONÇALVES, Alcindo. O Conceito de Governança. Anais XIV CONPEDI. Manaus, 2005. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf> . Acesso em 20. Nov.2020.

JUNQUEIRA L.A. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. Saúde e Sociedade v.13, n.1, jan-abr. 2004, p.25-36. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sausoc/2004.v13n1/25-36/pt/> . Acesso em: 17.Nov. 2020.

MOTA, Ana Elizabete. O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

MATOS, Maurílio Castro. A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde. Disponível em: https://moodle.pucrs.br/pluginfile.php/3638084/mod_resource/content/1/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf . Acesso em: 28. Maio. 2021.

NASCIMENTO, Sueli. Reflexões Sobre a Intersetorialidade entre as Políticas Públicas. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 101, p. 95-120,

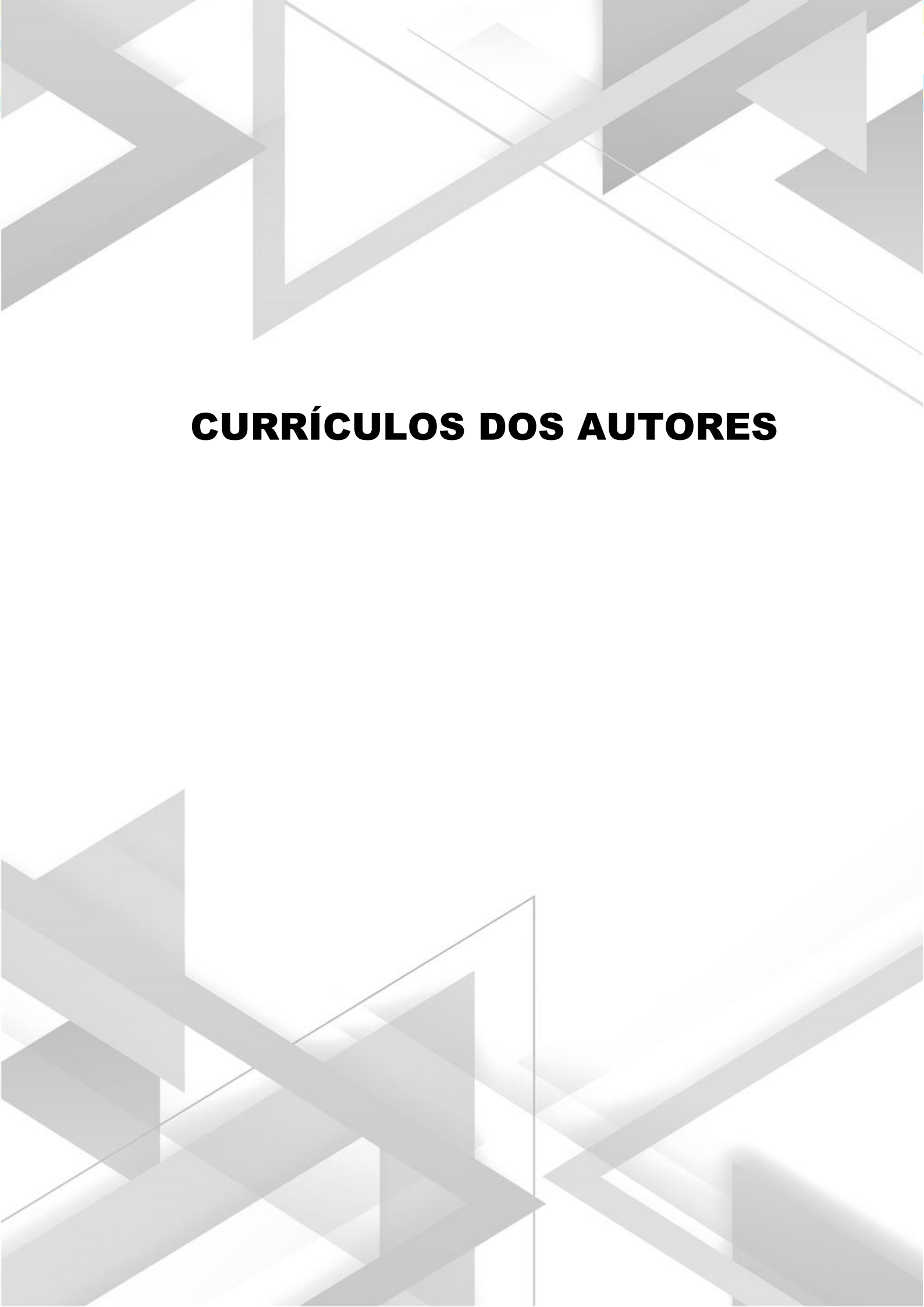
jan./mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/06.pdf> . Acesso em: 12 mar. 2017.

OLIVEIRA, Roberta Gondim. Qualificação de gestores do SUS./ Organizado por Roberta Gondim de Oliveira, Victor Graboys e Walter Vieira Mendes Júnior. – Rio de Janeiro, RJ: EAD/Ensp, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.univap.br/dados/00002d/00002dfd.pdf>. Acesso em: 28. Maio. 2021.

PATERS, Brainard Guy. O que é Governança? Revista Tribunal de Contas da União, ed. Nº 127. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/87> . Acesso em: 15. Março. 2021.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. Redes e Intersectorialidade nas Políticas Sociais: Reflexões Sobre sua Concepção na Política de Assistência Social. Revista Textos e Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114-127, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12990>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SPOSATI, Aldaiza. Suas e trabalho profissional: frágeis gritos e muitos sussurros. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/39301/26810> . Acesso em: 14 junho 2021.



CURRÍCULOS DOS AUTORES

Adelaine da Silva Santos de Jesus

Assistente Social na Secretaria Municipal de Saúde de Inhumas(GO) Especialista em Urgência e Emergência pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do HC/UFG. Graduada em Serviço Social UFG adelainedejesussantos26@hotmail.com

Adriana de Oliveira Santos

Assistente Social graduada pela Faculdade Visconde de Cairu (2019); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na Linha de Pesquisa 1: Questão Social e Diversidade Humana. Atualmente Integra o Observatório de Racialidade e Interseccionalidade (ORI) - Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Alcides Fernando Gussi

Professor Adjunto na Universidade Federal do Ceará (UFC), pós-doutor em Análise e Avaliação de Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Alda Venusia Alves de Oliveira

Mestranda do Programa de pós-Graduação em Serviço Social com área de concentração em Serviço Social e Política Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Especialista em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará -UECE; Bacharel em Serviço Social (UFPB); Assistente Social do centro de Atenção Psicossocial do Município Farias Brito- Ce; Assistente Social do Hemocentro Regional do Crato - CE.

Alessandra Ribeiro de Souza

Professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto, possui graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social. Desenvolve pesquisas sobre os organismos internacionais e sobre a política de saúde brasileira.

Amanda de Oliveira Lisboa

Graduada em Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Pesquisadora PIBIC-Voluntário no projeto “Cartografia e Vigilância Socioassistencial: uma pesquisa-ação no território do Baixo-Parnaíba-MA”. E-mail: manda.lisboa@discente.ufma.br

Ancelma da Penha Bernardos

Emescam; Acadêmicas do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, Espírito Santo, Brasil; Advogada. MBA em Direito Tributário pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional da Fundação Getúlio Vargas; Especialista em Saúde Pública pela faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - USP; Especialista em Regulação e Auditoria em Saúde pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

Andressa Cristina de Souza Nunes

Especialista em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional (Instituto de Ensino Superior Franciscano). Graduada em Turismo (Universidade Federal do Maranhão - UFMA). Graduanda no Curso de Licenciatura em História (UFMA). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC – PGCult/UFMA). Membro do Grupo de Pesquisa O Mundo Atlântico e as suas Diásporas (GMAD/UFMA).

Angela Elizabeth Ferreira de Assis

Socióloga, Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (PPGPP/UECE). Atuou na Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com ênfase na Vigilância Socioassistencial, no monitoramento e avaliação de políticas públicas socioassistenciais no município de Caucaia/CE. Como pesquisadora, bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), desenvolve sua tese acerca das modalidades de proteção social pública a partir da pesca artesanal como atividade socioeconômica e fonte de sustento no Brasil e na Espanha. Ademais, colabora com o Grupo de Estudos e Pesquisas Rastros Urbanos (UFC) e integra o Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Trabalho e Cidadania (UECE). Com experiência em pesquisas qualitativas, atua nos seguintes temas: Assistência Social, Neoliberalismo, Trabalho, Políticas Sociais e Proteção Social.

Aniely Silva Brilhante

Assistente Social no IFCE Camocim, mestre em Avaliação de Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Aurora Amélia Brito de Miranda

Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2007) e Mestra em Políticas Públicas pelo mesmo programa (2003). Graduada em Serviço Social pela UFMA, atualmente é Professora Associado III da Universidade Federal do Maranhão, com experiência na área de Serviço Social, com ênfase na Questão Agrária, atuando nas seguintes temáticas: reforma agrária, economia solidária, política social e processos de trabalho e serviço social. Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas – GDÈS, vinculado ao Departamento de Serviço Social - DESES e ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. E-mail: aurora.abm@ufma.br

Bárbara Domingues Nunes

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social-PPGSS/PUCRS. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade-NETSI .Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar e Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos. Email: nunesbarbara1@gmail.com.

Celyane Souza dos Santos

Mestranda do Programa de pós-Graduação em Serviço Social com área de concentração em Serviço Social e Política Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Pós-graduada em Política Pública e Projetos Sociais (CIEP); Bacharel em Serviço Social (UFPB).

César Albenes de Mendonça Cruz

Emescam; Doutorado em Serviço Social. Mestre em Educação.

Daline Maria de Souza

Assistente Social. Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Dijane da Silva Santos

Assistente Social pela Universidade Católica do Salvador (2012), Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia, atualmente bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb. Tem Especialização em Serviço Social e Políticas Públicas pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (2014) é Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (2015). Foi residente Multiprofissional em Saúde, em área de concentração: Saúde da Criança pela Universidade Federal da Bahia (2016). Possui experiência em área socioassistencial, atuando principalmente nos seguintes temas: Política Social, Política de Saúde, Seguridade Social, Trabalho Multiprofissional e Saúde da Criança com conhecimento sobre Estatuto da Criança e do Adolescente, Sistema de Garantia de Direitos (Defesa, Promoção e Proteção) e sua Proteção Absoluta.

Edmilson Rodrigues

Doutor em Estudos de literatura pela UFF; Mestre em Políticas Públicas UFMA; Professor da UFMA-Centro de Ciências de São Bernardo MA, no Curso de Linguagens e Códigos e colaborador no Curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiro da UFMA Campus São Luís (Dom Delgado).

Ednéia Alves de Oliveira

Professora do curso de Serviço Social da UFJF. Dra em Serviço Social pela UERJ. E-mail: oliveiraedneia21@yahoo.com.br

Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento

Mestranda do Programa de pós-Graduação em Serviço Social com área de concentração em Serviço Social e Política Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Bacharel em Serviço Social (UFPB).

Fábila Castro de Albuquerque Maranhão

Assistente Social UFRPE. Mestre em Políticas Públicas UFPE.

Gicele Brito Ferreira

Assistente Social, Mestre em Políticas Sociais.

Joyce Érica Amaral Sousa

Assistente Social residente em Atenção à Saúde Renal do HUUFMA. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA em 2022. Pesquisadora integrante do Grupo de Estudos Sobre Trabalho Escravo e Comunicação (GETECOM) vinculado ao Departamento de Comunicação Social da UFMA. E-mail: joyce.amaral@discente.ufma.br

Laura Maria Cabral Silva

Graduanda em Serviço Social/UFJF. E-mail: lauracabraljf@gmail.com

Leidiane Torres Sales

Assistente Social na UFCG. Mestre em Serviço Social UEPB.

Liduina Farias Almeida da Costa

Doutora em Sociologia, com Pós - Doutorado também em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora Associada O, da Universidade Estadual do Ceará, com inserção docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Tem experiência nas áreas de Sociologia e Ciência Política/Políticas Públicas, atuando nos seguintes temas: Análise de políticas públicas e sociais; sistemas de proteção social (saúde, assistência e previdência); desenvolvimento regional/territorial/rural. É membro participante do Núcleo de Pesquisas Sociais (NUPES), Grupo de pesquisa Políticas Sociais, Trabalho e Cidadania, e do Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social (LASSOSS).

Lorrayne Coque Fonseca

Emescam; Acadêmicas do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, Espírito Santo, Brasil; Odontóloga. Especialista em Odontopediatria pela faculdade São Leopoldo Mandic; Especialista em Saúde Pública pela faculdade Faveni e Bolsista do programa ICEPI - Instituto Capixaba de Ensino.

Luana Appel dos Santos

Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Pesquisadora PIBIC no Projeto “Cartografia e Vigilância Socioassistencial: uma pesquisa-ação no território do Baixo-Parnaíba-MA”, membra do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da UFMA. E-mail: luana.appel@discente.ufma.br

Marcella Arraes Castelo Branco

Professora do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras da UEMASUL. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMA). Aluna do Curso de Direito (UFMA). Graduação em Pedagogia (UFMA), Especialista em Educação Especial (Faculdade Santa Fé), Especialista em Gestão Educacional (Damásio Educacional) e Especialista em Didática do Ensino Superior (UEMASUL). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusão (UFMA) e do Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Inclusiva na Educação Básica e Superior (UFMA). Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Maria de Fátima Leite Gomes

Professora Doutora do Curso de graduação e Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Prof.^a Tutora da Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino

Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (1982), Especialização em Políticas Sociais (UnB - EaD, 2002), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007) e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017). No período de 2010-2013 chefiou o então Departamento de Apoio à Inclusão da UERN. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Terceira Idade. Atualmente é Professora adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Curso Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais. Tem experiência na área de Serviço

Social, com ênfase em Serviço Social e Trabalho, Assistência Social; Avaliação de Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: deficiência, inclusão, trabalho, mercado de trabalho, assistência social, avaliação de políticas públicas.

Marize Helena de Campos

Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLHC)/Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História. Possui graduação em História pela Universidade de Mogi das Cruzes - UMC, mestrado em História Social. Realizou Doutorado Sandwich - SWE - CNPq e Estágio Pós Doutoral - CAPES no Instituto de Ciências Sociais - ICS da Universidade de Lisboa - UL.

Neylson Oliveira da Silva

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Maranhão.

Samuel de Almeida Mendes

Nascido na Cidade de Vitorino Freire, no Estado do Maranhão, no dia 01 d junho de 1979, filho de Ana de Almeida Mendes (pais/avós: Tereza Umbelina de Almeida (In Memoriam) Sebastião Pereira Reis (In Memoriam)). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais - PPGSSDS da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas. Psicólogo em formação pela Universidade da Amazônia - UNAMA. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Paulista (2014) e graduação em LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA pelo Instituto Federal do Maranhão (2004). Atualmente é técnico administrativo - Assistente Social da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa. Tem experiência nas áreas de Serviço Social e Matemática, com ênfase Metodologia de Ensino em Matemática.

Tereza Cristina Pires Favaro

Assistente Social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás-Campus Goiás. Professora no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do HC/UFG favaro@ufg.br

Thaynar de Barros Lima

Assistente Social. Graduada em Serviço Social e Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Thelma Helena Costa Chahini

Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Pós-Doutorado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Campus de Marília e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Graduada em Pedagogia, com habilitação em Gestão e Coordenação Pedagógica. Especialista em Psicopedagogia e em Educação Especial. Docente e Pesquisadora nos Programas de Pós-Graduação, Mestrado em Educação e em Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade da UFMA - PGCULT. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Inclusão - GPEEI.

Tiago da Silva Andrade

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PPGSS/PUCRS. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Redes, Identidades e Subjetividade – REDIS. Especialista em Direitos Humanos e Serviço Social - Unipampa. E-mail: tiago_libr@hotmail.com

Victor Salomão Lacerda Brandão

Mestrando em Serviço Social/UFJF. E-mail: maxsalomao@gmail.com



ISBN 978-658997652-3



9 786589 976523